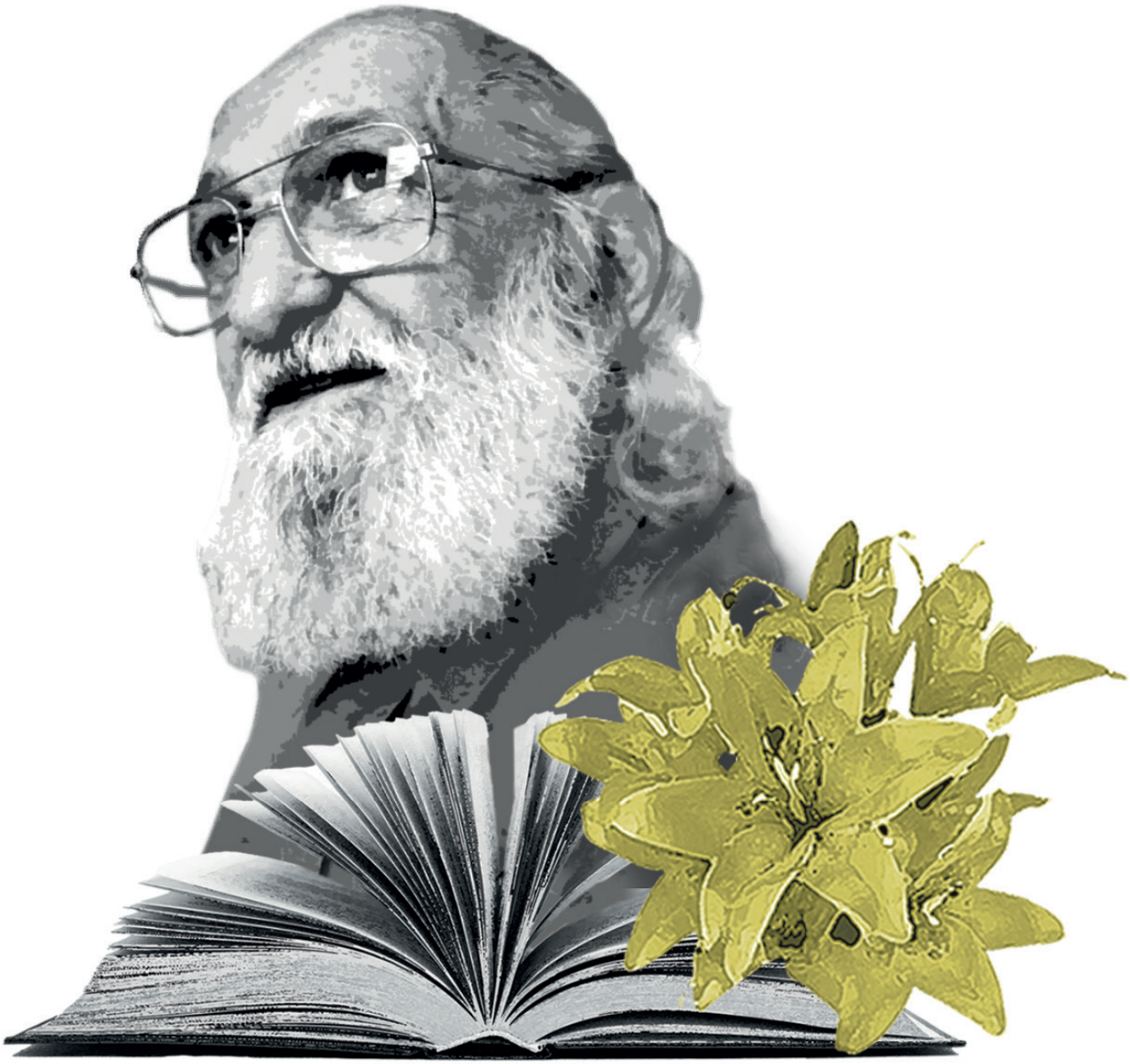

XVI CONGRESSO DO SEPE-RJ

25 A 27 DE MAIO DE 2023

DA AUTONOMIA PEDAGÓGICA À AUTONOMIA DE CLASSE FRENTE AOS GOVERNOS: O SEPE NA LUTA CONTRA O NEOFASCISMO E A EXTREMA DIREITA

ÍNDICE | TESES GERAIS

POR UM SEPE COMBATIVO. DERROTAR A EXTREMA DIREITA SEM ANISTIA 03
Movimento Esquerda Socialista

TÁ NA HORA DA VIRADA: UNIR E REERGUER A CATEGORIA NA LUTA POR VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA 19
Educação em Combate e Independentes

DERROTAR O FASCISMO E LUTAR PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DE QUALIDADE 35
Movimento Luta de Classes

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS 43
Coletivo Reviravolta na Educação

NA DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA QUE SIRVA AO POVO, ESMAGAR A BESTA FASCISTA E COMBATER O GOLPISMO DOS GENERAIS SEM QUALQUER ILUSÃO NO GOVERNO DE COALIZÃO 57
Chapa 23 - Da escola ao Sepe, do Sepe à escola / MOCLATE - Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação / Frente Contra o Ensino Remoto

SEPE AUTÔNOMO, INDEPENDENTE, DEMOCRÁTICO E COM A BASE PARA ENFRENTAR A EXTREMA DIREITA 74
Comuna, Liberdade e Revolução Popular (LRP), Centralidade do Trabalho e independentes

POR UM SINDICATO COMBATIVO E INDEPENDENTE DE GOVERNOS E DO ESTADO 87
Corrente Sindical dos Trabalhadores da Escola

QUANTO MAIS A GENTE LUTA, MAIS A LUTA NOS EDUCA! 99
Sepe Na Luta Educadora

HOMENAGEM A TODOS OS EDUCADORES (AS) QUE FALECERAM NA PANDEMIA, EM ESPECIAL AOS CAMARADAS WILSON PIRES E CARLA MUSA 117
Coletivo Unidade, Luta e Democracia

É TEMPO DE ESPERANÇAR! POR UM SEPE DE LUTAS E DE VITÓRIAS COM A CNTE! 130
Por um Sepe de Vitórias na CNTE

Leia também o caderno de contribuições, com as teses específicas

POR UM SEPE COMBATIVO. DERROTAR A EXTREMA DIREITA SEM ANISTIA

1 - CONJUNTURA INTERNACIONAL

A GUERRA E A CRISE MULTIDIMENSIONAL

A catástrofe da guerra tem paralelo com dois outros processos que aceleraram as contradições do capitalismo contemporâneo: a estrutural crise ambiental e a pandemia do coronavírus.

Os efeitos gerais da pandemia de covid-19 alteraram os hábitos e rotinas de bilhões de pessoas, chegando a quase 7 milhões de óbitos oficiais, número que deve ser maior, se pensarmos nas dificuldades de controle sanitário nos países mais pobres. A China ficou um longo período sob os efeitos do **lockdown**.

Para entender a guerra, suas causas e consequências, é importante caracterizá-la e recorrer a conceitos de uma crise multidimensional.

Os marcos se expressam nas seguintes características:

- Existência de uma crise econômica e social no mundo, com redução das possibilidades do capitalismo a dar as devidas garantias de melhores condições de vida. Ao contrário, vemos mais desamparo, fome, miséria, arrocho salarial e desemprego. As guerras provocam as ondas migratórias, a crise social provocada pela pandemia de Covid-19 proporcionaram as ondas migratórias e as ondas migratórias mostraram a todos uma das maiores tragédias humanas já produzidas pelo mundo contemporâneo.

- Divisão das classes dominantes. Isso se expressa na extrema direita norte-americana contra os liberais democratas; na competição entre EUA e China e na ausência de uma potência hegemônica.

- Crise de direção do movimento de massas e de programa do movimento operário.

A GUERRA É UMA MUDANÇA ENORME NA SITUAÇÃO MUNDIAL

A invasão russa no território ucraniano é uma agressão sem precedentes. Como parte da linha expansionista do imperialismo russo, uma vez mais os tambores da guerra se fazem presente na Europa. Isso é uma mudança na situação política.

A escalada da invasão militar russa na Ucrânia já deixa evidente a real intenção de Vladimir Putin: promover uma guerra imperialista para a anexação de territórios e o restabelecimento de um regime fantoche da Rússia como aquele que controlava o país antes de 2014. Putin não aceita a autodeterminação do povo ucraniano e já declarou publicamente contra um estado independente, utilizando a guerra para afirmar seus interesses imperialistas na região e repetindo a mesma violência aplicada na invasão da Geórgia e na colaboração à repressão promovida pelas ditaduras de Belarus e do Cazaquistão contra seus povos.

A agressão imperialista russa contra a Ucrânia já dura um ano. A guerra comove o planeta. Todas as tentativas de negociação de cessar-fogo foram frustradas. Já são mais de 5 milhões de refugiados de guerra. O conflito desenrola-se enquanto paira a sombra de uma ação nuclear, como acontecia no período da "guerra fria". Só que a diferença é que o teatro da guerra acontece no coração da Europa.

Além da guerra com a invasão da Rússia à Ucrânia, assistimos à escalada das tensões entre China e EUA, exacerbando os conflitos comerciais, o que aumenta a tensão internacional e eleva o impacto da crise global.

Nesse contexto, a Europa se notabiliza por ser o epicentro da crise, os efeitos da crise econômica, que piora drasticamente a vida dos assalariados, faz com que eclodem lutas em particular de educadores como é o caso de Portugal, Inglaterra, greve geral na França, na Grécia, greves na Espanha.

A AMÉRICA LATINA

Na América Latina a chamada onda rosa levou aos governos do Chile, da Colômbia, da Bolívia e do Brasil a eleição de governos do campo da esquerda, derrotando eleitoralmente nas urnas a extrema direita nesses países. No entanto, essa mesma extrema direita continua mobilizada e na ocorrência de qualquer revés nos governos de frente ampla ou frente popular, ainda fortalecidas, podem retornar novamente ao centro do poder. No atual cenário, ocupando espaços no poder legislativo, fomentam ações fascistas, tentativas de golpismo, como foi o caso do capitólio brasileiro de 8 de janeiro. Portanto, é necessário repudiar as ações antidemocráticas da extrema direita, sem nenhuma anistia.

Também é necessário reafirmar a solidariedade revolucionária dos trabalhadores brasileiros com os irmãos latino-americanos contra as investidas do imperialismo e do fascismo. Nesse sentido, repudiamos veementemente, a ditadura nicaraguense de Daniel Ortega e o golpe da extrema direita no Peru.

2 - CONJUNTURA NACIONAL

É fundamental para entendermos a escalada da extrema direita em todo o país, compreendermos também o momento nos marcos da crise aberta em 2013. Não no sentido que o petismo e seus satélites dão para as jornadas de junho de 2013, mas entendendo que junho provocou uma profunda fratura no regime burguês brasileiro, que era até então gerida com alguma estabilidade pelos governos petistas. Os episódios do mês de junho de 2013 evidenciaram a incapacidade do PT de administrar o descontentamento de uma parcela significativa da burguesia brasileira com o PT e passa a buscar outros projetos de gestão de seus negócios.

Jair Messias Bolsonaro é o resultado dessa insatisfação, já que essa situação de insatisfação acaba convertendo uma parcela da política burguesa. Bolsonaro alinhava-se ao intuito desse grupo, pois trata-se de um político burguês, que se organizou com setores burgueses e com um projeto de extrema-direita. E esse projeto tem uma fração militar(partido militar), o que ficou evidenciado e expresso nos mais de 6 mil cargos de confiança que estiveram presentes no governo de Bolsonaro e que ainda permeiam o governo Lula.

A extrema direita faz parte de um fenômeno mundial. Está presente no mundo todo, mas nem em todos os países ocupa o poder e/ou está no governo, no Brasil esteve no governo de 2019 a 2022. Por isso, Bolsonaro é um significativo exemplo, pois chegou ao poder, fundamentou e

alimentou uma ideologia política, partidária e social que denominamos de bolsonarismo. Essa mesma extrema direita que governou o Brasil, governa a Polônia e a Hungria. Disputou o governo na França, mas não teve êxito. Nos Estados Unidos ascendeu ao poder, mas na metade do então governo Bolsonaro, Donald Trump perde as eleições e esse fato provoca uma desestabilização no governo de Bolsonaro.

Por outro lado, a incapacidade de Bolsonaro de gestão de negócios, levou a divisões profundas na burguesia que lhe dava apoio. Já no primeiro ano de governo, a Globo e outros meios de comunicação, como a Folha de São Paulo, representantes de importantes parcelas da burguesia brasileira, rompem com o governo e passam ao campo da oposição. As rupturas de setores burgueses com Bolsonaro se expressaram também na política nacional, com a saída de Sérgio Moro e Luiz Henrique Mandetta, então Ministro da Saúde do governo. O fato importante é que não há unidade na burguesia brasileira em torno de um projeto de mudança do regime representado por Bolsonaro.

Com a proximidade das eleições e a confirmação da participação no pleito de Luis Inácio Lula da Silva, conjuntamente com o fortalecimento do discurso extremo em meio as camadas sociais menos favorecidas (sobretudo fomentada nos templos das grandes denominações evangélicas) do crescimento vertiginoso do discurso de ódio contra negros, pobres, comunidade LGBTQIAPN+, ataques aos servidores públicos, aos povos originários, contra a Ciência e contra as mulheres. Alguns, nesse contexto temporal do governo Bolsonaro, já afirmavam a possibilidade de um golpe de estado ou um "Capitólio Tupiniquim", apenas analisando "quando" aconteceria. Como sabemos, o fato se concretizou, após o resultado das eleições e assunção de Lula ao poder, no dia 08 de janeiro de 2023.

Vivemos uma profunda crise social e econômica. Desde 2014, o Brasil vive uma realidade de estagnação, ainda que em um ou outro ano apresente evolução do PIB, são insuficientes para recuperar os anos de queda. A ausência de um crescimento tem refletido tanto no índice de desemprego como também na qualidade dos postos de trabalho gerados que tem sido, dentro deste contexto de crise social e econômica, basicamente fomentada pelo trabalho informal, de plataformas digitais, de forma parcial ou alimentando por um empreendedorismo precarizado que se traduz, popularmente, no trabalho "por conta própria", uma faceta social que disfarça a exploração de mão de obra barata, a precarização do trabalho, a perda dos direitos trabalhistas e a inoperância governamental em criar as vagas de emprego.

Mesmo com uma leve retomada da ocupação com o recuo da pandemia e das medidas sanitárias, hoje o índice de desemprego se encontra acima dos 10%, com mais de 10 milhões de pessoas desempregadas, além da citada subutilização que atinge 23% da população ocupada.Esse quadro se agrava em um cenário de decomposição da renda do trabalho, com juros altos e com a inflação, que corrói o poder de compra daqueles e daquelas que ainda mantêm alguma ocupação.

O cenário econômico não dá mostras de perspectivas de retomada. O Banco Central estipulou uma taxa de juros de 13,5%, o que dificulta a retomada do crescimento e impõe uma doutrina rentista que só beneficia os que lucram com a especulação financeira e, consecutivamente, o próprio mercado financeiro. A crise estabelecida não tem perspectivas de mudança e o crescimento econômico ainda tende à estagnação ou baixo crescimento, pois passamos por um profundo processo de desindustrialização, com um giro do olhar do mercado para produção de commodities, cuja demanda foi afetada pela crise mundial (vide a situação chinesa) e pela guerra da Ucrânia. Commodities geram riquezas para a burguesia, mas não geram empregos para a classe trabalhadora.

Dentro de todo esse enredo, voltamos a um cenário desolador quanto à insegurança alimen-

tar. Depois de décadas, a fome volta a ser a realidade. Uma pesquisa feita durante a pandemia mostra que 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso permanente à alimentos. Desses, 43,4 milhões de brasileiros (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões estavam passando fome.

Reconquistar nossos direitos, avançar em conquistas e combater a extrema direita sem anistia

Os últimos anos foram marcados por importantes lutas contra os retrocessos do governo Bolsonaro. Governo esse que deixou terra arrasada com milhares de mortos por sua negação a ciência e a vacina. Muito importante ressaltar a unidade de ação que potencializou dezenas de manifestações(os atos em 2021 do fora Bolsonaro), que indicavam ali um descontentamento de parte da massa com o governo facínora e genocida.

Se por um lado, as manifestações de rua tiveram grande importância, também foi fundamental o resultado da campanha eleitoral, que ocorreu em marcos desiguais. Estivemos diante da indústria bolsonarista de fake news que colocou a máquina estatal em favor da eleição do ex-presidente.

Por isso, dentro dos marcos democráticos a vitória de Lula deve ser considerada fundamental, dadas as garantias das liberdades democráticas e constitucionais. Sabemos o que se viu após o resultado eleitoral: as movimentações visivelmente golpistas em curso; a ocupação das portas dos quartéis; os atos terroristas deflagrados após a diplomação de Lula.

Importante ressaltar que tudo isso vindo à tona com apoio e financiamento ilegal de empresários e parlamentares com conivência e cumplicidade do ex-governo.

Do episódio da atabalhoada brasileira de um novo “capitólio”, é preciso que nos mantenhamos atentos, vigilantes e exijamos uma ampla investigação para identificação dos financiadores e executores desse atentado contra a democracia brasileira.

Não queremos e não permitiremos anistias aos golpistas, que nos últimos anos se sentiram à vontade para proclamar suas palavras de ordem odiosa, contra mulheres, negros, nordestinos, povos originários e a comunidade LGBTQIAPN+

Com tudo isso conseguimos derrotar Bolsonaro nas urnas, mas ainda não conseguimos derrotar o bolsonarismo. Para que isso aconteça sabemos que precisamos garantir e fortalecer as ações de bases democráticas, como marco fundamental, exigir a revogação dos desmandos promovidos pelo governo Bolsonaro.

Contudo, o fortalecimento da democracia, não quer dizer que façamos um adesismo imediato ao governo Lula. É preciso cobrar responsabilidade com as pautas fundamentais para classe trabalhadora: aumento real do salário mínimo, diminuição dos índices de desemprego, ampliar o investimento em educação, revogação novo ensino médio, ampliar e fortalecer o SUS, regular a política de preço da Petrobrás para os combustíveis, reduzir o desmatamento na Amazônia legal e seus biomas, investigar e punir aqueles que fizeram a política genocida contra os povos originários em especial os Yanomamis.

Queremos uma postura do governo Lula diferente do que foi posto. Não concordamos com a reeleição de Arthur Lira, não podemos esquecer da sua participação direta como “primeiro ministro” de Bolsonaro, servindo como linha auxiliar do governo genocida. Não podemos aceitar que essa legislatura com sua reeleição continue sendo um verdadeiro balcão de negócios, fazendo

do parlamento brasileiro uma rifa de interesses espúrios que apenas confrontam os interesses da classe trabalhadora.

Sabemos que nesse novo período, os derrotados farão de tudo para tumultuar o ambiente democrático, por isso é importante seguirmos na defesa intransigente das liberdades democráticas, propondo políticas públicas ligadas às reais demandas da nossa sociedade, visando programas de estado que garantam direitos humanos e trabalhistas.

3 - CONJUNTURA ESTADUAL E AS REDES MUNICIPAIS

O fim da hegemonia do PMDB tem início em 2016 com sua incapacidade em garantir a sucessão de Eduardo Paes na prefeitura da capital. O problema enfrentado pelo PMDB não foi apenas político, mas também penal. As prisões de Eduardo Cunha, depois de Sérgio Cabral (2016), Paulo Melo, Edson Albertassi e por fim Pezão preso em 2018 levou à derrocada do PMDB.

A eleição de Witzel-Claudio Castro PSL/PL em 2018 representou o avanço da extrema direita no estado do Rio. Ao colar sua imagem a Bolsonaro, eleito na onda de extrema direita que assolou o país, com forte apoio das igrejas evangélicas e neopentecostais, das milícias, de militares e de setores da direita tradicional. Com o impeachment de Witzel em abril de 2021 Cláudio Castro ascendeu à chefia do governo do estado com o apoio da família Bolsonaro e mantendo a mesma política fisiológica, de descaso com a educação e saúdes públicas e com uma política de segurança de alta letalidade contra os povos das favelas e das periferias.

A realidade da educação pública brasileira nos últimos anos tem sido duríssima, assim como a situação da classe de trabalhadores que milita no campo da escola pública. Uma série de ataques sucessivos, bancada pelo ideário neoliberal hegemônico na sociedade nacional, vem ameaçar a própria existência da ideia de educação como direito universal e dever do Estado.

Cabe ao SEPE-RJ, enquanto uma das maiores entidades de classe dos trabalhadores da educação do ensino básico, não só no nosso estado como no país, liderar uma frente em defesa da valorização do profissional de educação, destacando a necessidade da recuperação da massa salarial e da reafirmação da autonomia do servidor público da educação submetido nos últimos anos a processo alienante e degradante de desqualificação do seu trabalho pedagógico nas escolas.

Entre esses ataques podemos salientar a implementação da BNCC pelo MEC, que veio aprofundar uma lógica privatista na educação pública, além de trazer um componente ideológico conservador que visa impedir a tomada de consciência crítica por parte das novas gerações, da sua inserção subalternizada na ordem social dirigida pelo capital, e que estabelece como meta a reprodução de uma massa de trabalhadores especialmente subordinada à extração da mais-valia social.

No tocante aos trabalhadores da educação, a BNCC, e seus desdobramentos como o Novo Ensino Médio (NEM), concorre para a precarização do trabalho docente e sua progressiva desqualificação e alienação, que coloca em risco a própria carreira do magistério. O que se verifica é uma tendência a um progressivo e brutal achatamento salarial decorrente do rebaixamento da própria qualificação da carreira de professor.

Na rede estadual de ensino, a implementação do NEM - Novo Ensino Médio – deteriora as condições de trabalho dos profissionais de educação da rede estadual, com professores perdendo lotação nas escolas e precisando trabalhar com disciplinas para as quais não tiveram formação específica. A própria ideia de “notório saber”, prevista na contrarreforma do novo ensino médio,

traz no seu bojo a realidade concreta da desqualificação do profissional de educação.

Na rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, como também nas demais redes municipais de todo o estado, a BNCC tem reflexo. Professores que lecionam disciplinas como história e geografia, por exemplo, perdem horas de aula semanais, o que compromete não só a qualidade de ensino do educando na escola pública municipal como também afeta a própria condição de trabalho do profissional, pois eleva a sobrecarga de trabalho, fazendo com que aumente o tempo de deslocamento do profissional, pois o mesmo acaba tendo que lecionar em mais turmas para compor a carga horária.

Paralelo a isso, vemos a intensificação do processo de terceirização já em curso na rede estadual e municipal do Rio de Janeiro, onde a realização de concursos públicos deixa de ocorrer, o que abre brecha para o preenchimento – o que nem sempre acontece a contento – da carência de servidores mediante hora-extra, terceirizações e contratos precarizados de trabalho. E, ainda assim, o que se observa é a falta extrema de profissionais nas escolas e creches públicas, como aquilo que se verifica especialmente na rede pública de ensino do município do Rio de Janeiro e na rede estadual de ensino público, provocando sobrecarga dos servidores públicos municipais e estaduais da educação, adoecendo-lhes e precarizando ainda a mais a já combalida educação pública.

4 - CONCEPÇÃO SINDICAL

Somos uma organização que reivindica no nosso programa as tradições do Marxismo Revolucionário, baseadas na luta internacional dos trabalhadores, construídos pela Liga Comunista e o Manifesto Comunista, reivindicamos os programas e resoluções estratégicas das Internacionais: a Primeira Internacional, a Segunda Internacional (até a sua degeneração em 1914 ao votar os créditos da guerra), a Terceira Internacional no primeiro, segundo, terceiro, e quarto Congressos, assim como, a Quarta Internacional e seu Programa de Transição. Somos parte orgânica trotskista, anticapitalista, antirracista, anti-homofóbica, ecossocialista e internacionalista.

Somos parte orgânica da IV Internacional. Somos trabalhadoras e trabalhadores da cidade e do campo, professoras, professores, funcionárias, funcionários de escolas e universidades, bancárias, bancários, metroviárias, metroviários, servidores públicos das três esferas, metalúrgicos, vigilantes, policiais antifascistas, operários e camponeses.

Dado o cenário contemporâneo, o fim do imposto sindical, o esgotamento pleno do modelo de sindicalismo que se afasta cada vez mais da realidade do trabalhador brasileiro e seus novos desafios, num país que comporta uma massa de desempregados e uma maior ainda de desalentados, numa curva crescente de domínio econômico neoliberal, a uberização, a precarização do trabalho e ataques aos servidores públicos. O grande desafio do SEPE nesse período é estabelecer uma aliança com os movimentos sociais e com os setores excluídos da sociedade que tem seus filhos matriculados na escola pública.

A TLS e traz consigo bandeiras históricas da luta da classe operária, recuperando os princípios de concepção do classismo, da democracia operária, da organização de base e de local de trabalho; da aliança com os setores do campo do trabalho que estão cada vez mais excluídos do debate sobre seus direitos e segurança, como os entregadores de aplicativos. Estabelece aliança com os movimentos antirracistas, com a luta nas periferias contra a necropolítica que extermina diariamente, através da ação das forças de segurança institucionais, jovens pobres, negros e negras em sua maioria. Alia-se ainda na defesa intransigente dos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde Pública (SUS), na luta pela vacinação em massa e pela vida de todos e todas.

A realidade do cenário do movimento sindical nos últimos anos foi marcada por desafios duríssimos. As militâncias e direções sindicais se debruçaram sobre importantes lutas contra uma política degenerada de intensa depreciação e depredação de tudo que representa a organização de classes da massa trabalhadora. Ataques que se utilizaram do modus operandis do fascismo, dos enganos gerados pela máquina de fake news que proporcionaram a formulação de um efetivo de rua, pró-Bolsonaro, uma horda organizada, fascista, preconceituosa, agressiva que não foi capaz de acabar com as manifestações e ações que refletem o descontentamento com as ações do governo do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro.

As tentativas de atacar as entidades sindicais foram às máximas nos dois últimos governos entre Michel Temer e Bolsonaro. Vide a derrotada MP 873, que visava acabar com o desconto em folha da contribuição voluntária sindical e os efeitos da Reforma Trabalhista de Michel Temer (Lei 13467/2017) que traz a revogação da obrigatoriedade da contribuição sindical que afetou duramente a captação de recursos, dificultando as ações sindicais, sobretudo em regiões do interior dos estados onde há a necessidade de deslocamento de consideráveis distâncias, entre os vários municípios de uma região de abrangência.

Paralelo a isso a Educação foi severamente atacada, a exemplo disso temos a BNCC e o NEM que visam precarizar a força docente e alienar a massa discente tornando-os apenas executores de ações pré-definidas nos mais conservadores moldes do velho estilo de linha de produção do capitalismo, difundido no Fordismo. Esse contexto abre paulatinamente o caminho para a mercantilização e a privatização da educação pública no Brasil.

Outro viés dessa política de expropriação do intelecto da massa discente se traduz na supressão de formação de membros efetivos que optem pela carreira do magistério. Não é um acaso, tal movimento aliado aos moldes do exercício da função docente estabelecidos pela reforma do Ensino Médio, ataca frontalmente o surgimento de novos militantes da Educação Pública e pela Educação Pública, dada a história de resistência ideológica e da consciência crítica frente a um mundo cada vez mais dominado pela lógica da extração da mais-valia social, exercida pelos profissionais da educação

Portanto, frente a esses duros ataques à classe trabalhadora, no contexto histórico ou dentro da vanguarda da luta, cabe ao SEPE ser mais uma vez, uma trincheira da resistência socialista e classista.

O retorno à CNTE

O SEPE se desfiliou da CNTE em uma perspectiva de construção de uma alternativa a esta Confederação que não se confirmou! Em que pese que a CNTE esteja sob a hegemonia do cutismo, a Confederação continua a reunir a grande maioria dos profissionais da educação básica de todo o país.

Desde a saída do SEPE/RJ da CNTE, as oposições nunca mais conseguiram eleger representantes, pois, sendo o SEPE/RJ um dos maiores sindicatos do país, isto possibilitou que os setores ligados à CUT ampliassem a sua maioria.

Hoje, praticamente todos os setores da vanguarda do movimento sindical da educação básica encontram-se na CNTE. Da CSP/CONLUTAS, Intersindical, passando pelo setores independentes das centrais sindicais.

Mantemos as ferrenhas críticas à CNTE e aos setores que a dirigem (CUT e CTB). Avaliamos que no período do PT no governo federal está Confederação tornou-se verdadeira correia de transmissão dos governos Lula e Dilma. Porém, com todas as críticas e balanços que fazemos,

a saída da CNTE levou o SEPE ao isolamento das lutas nacionais, uma situação absurda já que o SEPE sempre cumpriu com um importante papel como referência nas lutas pela Educação em todo o país.

Chegou o momento de sairmos desse isolamento e ampliarmos as nossas lutas junto aos sindicatos de educação básica de Norte a Sul desse país! O retorno à CNTE poderá alterar toda a correlação de forças que hoje pesa todo em favor do CUTISMO e CETEBISMO.

Neste sentido, defendemos que a decisão de retorno a CNTE, fator essencial paras as lutas necessárias pela revogação do NEM e reavaliação da BNCC, seja decidida em Congresso, instância máxima deliberativa desse sindicato que representa democraticamente as nuances, anseios e desejos de toda a categoria de profissionais da educação do estado do Rio de Janeiro.

6 - PLANOS DE LUTA

As pautas da Educação

Os desafios que apontam para a luta dos servidores públicos da educação, Estaduais e Municipais, são muitos:

- A velha e conhecida forma de contratação pelo regime de RPA, que atinge a todas as redes municipais do estado, numa concepção trabalhista de precarização que atinge de forma severa a mão de obra docente e não docente e expõe os servidores públicos da educação a total insegurança jurídica e financeira;

O processo de terceirização, que nada mais é do que um refinamento jurídico desse arcabouço de precarização do ato de educar e que junto com o RPA máscara a enorme carência das redes municipais e estadual do Rio de Janeiro.

É evidente que essas ações de precarização da mão de obra dos profissionais da educação são também uma estratégia intencional da política neoliberal que se estabelece com a eleição de Jair Messias Bolsonaro que traz a reboque uma equipe de governo que teve como objetivo implementar as bases do capitalismo selvagem. Nos estados e municípios essa onda bolsonarista elege governantes que se alinham à ideologia neoliberal, como foi o caso de Cláudio Castro no estado do Rio de Janeiro, de muitas prefeituras em todo o território do estado, nas câmaras legislativas dos municípios e do próprio Estado.

O cenário é de ataques aos servidores públicos, sobretudo, sobre os servidores da educação com retiradas de direitos, congelamento de carreiras, precarização do serviço público, desestruturação de unidades escolares e claras tentativas de eufemizar o desmonte na educação a partir de uma narrativa populista. Para reduzir o efetivo de luta coesa da classe trabalhadora nas ruas, o velho jargão: dividir para desmobilizar. Desta forma, segue um conjunto de ações que pretendem reduzir a unidade de classe.

Nesse contexto, torna-se fundamental que tenhamos como objetivo o fortalecimento e a reafirmação da necessidade da luta constante pelos concursos públicos da educação para todas as funções, reforçando o papel histórico dos servidores públicos em prol da Educação Pública. Torna-se fundamental o fortalecimento dos Representantes e Base nos núcleos e Regionais, enaltecendo a unidade e a consciência de classe.

O cenário ainda reafirma a importância da manutenção e construção dos Planos de Cargos Carreiras e Salários Unificados, além da implementação e defesa do piso salarial para todos os profissionais da educação, lutar pela garantia da plena implementação do 1/3 de planejamento e

estar ao lado dos docentes quando este não for respeitado, acionando as ferramentas sindicais em prol da defesa dos direitos dos profissionais docentes.

Para além disso, cabe ao SEPE apresentar um olhar voltado às suas raízes de lutas nas ruas, desenvolver um trabalho de base sólido e com capilaridade com o intuito de manter a circulação de informações e sobretudo a moral alta, a coesão da militância de base. É preciso dialogar, ouvir e estar ao lado da base, correndo escolas, filiando e formando novos militantes. Ter um sindicato estruturado que atua na política nas ruas em defesa dos direitos fundamentais ao exercício do fazer educacional.

Defender nas ruas, nos tribunais e nas demais instâncias a luta pela redução da jornada de 30 horas para os funcionários administrativos, conjuntamente com a luta do piso fortalecer a defesa que nenhum funcionário, mesmo num período de transição a implementação do piso nacional para todos os funcionários da educação básica, ganhe menos do que um salário mínimo no seu salário base.

O avivamento da base com a reconstrução do Pro Funcionário, dando formação e capacitação política, atentando ao momento singular da luta de classe contra o nazifascismo, aos atentados contra a democracia, a liberdade de cátedra, num levante histórico e classista em favor do mote: **Sem Anistia para os Golpistas!**

Promovendo, acima de tudo, a formação necessária para que nossos militantes atuem em todos os Conselhos Municipais da Educação, como o CACs FUNDEB, CAE e COMED.

Integrar e unificar a luta em defesa dos povos originários, das escolas Quilombolas, do Campo e Indígenas. Difundir a atuação dos comitês populares de luta da Educação, transformando-os em Fóruns na atuação em defesa da Educação Pública.

Fomentar a luta em defesa do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) com revisão do valor de repasse para estado e municípios, garantia fundamental de qualidade e quantidade necessárias para alimentação escolar.

Animação Cultural

A animação cultural no Estado do Rio de Janeiro nasceu em meio às lutas sociais que o Brasil atravessava em meados da década de 80, com artistas ligados ao movimento popular, em pleno final da ditadura militar. No início do governo de Leonel Brizola, com a criação dos CIEP's, esses profissionais foram chamados para trabalharem nas escolas com projetos culturais que integrassem a comunidade e a escola. Que levasse o casamento entre Educação e cultura.

Entre períodos de descontinuidade, idas e vindas, a forma de contratação desses profissionais das mais diversas linguagens artísticas e de suma importância para o pleno desenvolvimento do alunado no aspecto sócio emocional, cultural e artístico, deixou esses profissionais numa situação de fragilidade na relação de trabalho com o ente governamental. Primeiro contratados como bolsistas da CEPEUERJ e depois como cargos de confiança, o que perdura até os dias de hoje. Tal situação, colocou por várias vezes esses trabalhadores da educação em condição de demissão sumária, ora pela troca de governo, ora por ações judiciais. Essa situação ainda piorada pela incapacidade de aposentadoria, ou de gozar de licença médica para aqueles que assim necessitavam, pois o governo do estado ficou anos sem fazer o repasse do recolhimento ao INSS. Apesar de todos os percalços, o trabalho dos animadores culturais continuou nas escolas da rede estadual e nas comunidades periféricas.

No panorama atual, temos esses profissionais pressionados por uma decisão judicial que pode

acarretar com a demissão de todos, prevista em sentença para o dia 11 de março de 2023. Tendo o SEPE ao lado dos animadores culturais, assim como o tem feito utilizando seu aparato jurídico e poder de diálogo com os membros do executivo e legislativo, atuando em conjunto com estes trabalhadores em atos públicos na defesa austera dos direitos trabalhistas dessa parcela de trabalhadores da Educação Pública, se pondo como ferramenta de representatividade, afirmando a necessidade de se colocar no Estatuto do SEPE/RJ esses profissionais da educação, os animadores culturais, como trabalhadores representados por este sindicato.

Por fim, cabe a esse sindicato, na defesa desses profissionais da Educação compor a luta pela criação do cargo de animação cultural nos quadros efetivos da SEEDUC e efetivação imediata dos animadores culturais que estão nas unidades escolares da rede estadual do Rio de Janeiro.

Funcionários

Desde a unificação das lutas entre funcionários docentes e administrativos, a nossa luta se fortaleceu e o setor de funcionários passou ocupar importante e significativo papel na vanguarda combativa, na ocupação das ruas no enfrentamento aos ataques aos direitos trabalhistas, como a Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, em defesa do serviço público, dos servidores públicos, da vacinação em massa, da luta pela vida em plena Pandemia de Covid-19.

Na atual conjuntura, temos diversos funcionários administrativos ocupando cargos de direção em núcleos e regionais e no próprio SEPE/RJ, fortalecendo a unidade de luta e a consciência classista. Atuando em defesa das pautas gerais dos Profissionais da Educação e em pautas específicas para a categoria como a luta das 30 horas de jornada de trabalho, como aponta estudo da renomada e respeitada Fundação Oswaldo Cruz, implementação de PCCS unificado e inscrição de funcionários administrativos com devida formação para cargos de direção nas unidades escolares dos municípios e Estado.

Uma importante luta em andamento é a questão das secretárias escolares, função que é reconhecidamente de nível técnico-administrativo. A formação mínima para ingressar nesta carreira é curso técnico em secretariado escolar com uma carga horária de 800h ou 6 meses de duração. Ocorre que em grande parte dos municípios do estado do Rio de Janeiro este cargo ainda consta como nível médio, o que implica numa remuneração abaixo do que de fato deveria ser. É necessário que os municípios reconheçam esta formação mínima e adequem as carreiras e remunerações desses valorosos profissionais da educação.

Um dos maiores desafios na atualidade é barrar o processo contínuo de terceirização no segmento de funcionários da educação, exigindo concurso público para todos os cargos administrativos e nesse sentido, apontamos que o congresso reafirme a seguintes resoluções:

1 – Plano de Cargos, Carreiras e Salários unificados

2 – Jornada de 30 em todas as redes

3 – Ingresso no serviço somente através de concurso público

4 – Direito de candidatura nas eleições para diretores em todas unidades escolares das redes municipais e estadual.

Aposentados

Patrões e governos vêm sistematicamente retirando direitos dos trabalhadores aposentados e na educação não é diferente. Depois de toda uma vida contribuindo com o sistema previdenciá-

rios, constantemente acompanhamos prefeitos e governadores negligenciando o pagamento da aposentadoria desses trabalhadores, condicionando-os a um estado de penúria e impossibilidade de manter suas condições básicas de sobrevivência num período mais crítico do seu ciclo vital, onde os cuidados com a manutenção da sua saúde ou o pleno direito conquistados de usufruir da maneira que melhor lhe convier do seu período de descanso, após tantos de anos de dedicação ao bem público que é trabalho em prol de uma Educação Pública de qualidade. Assistimos a reformas previdenciárias que aumentaram a taxação e governos que intuíram em retirar a paridade e a integralidade de seus vencimentos, um ataque brutal, covarde e inaceitável.

Não podemos permitir que conquistas históricas de greves realizadas pelo SEPE sejam jogadas no lixo por governos de municípios e estado que, atolados em mandos e desmandos, corrupção, desvios, malversação, prevaricação e improbidade administrativa. Fatores que levaram Estado e municípios, sobretudo o Estado do Rio de Janeiro, a situação de total quebra orçamentária, mas que não podem significar fazer com que sejam eleitos os aposentados, de forma geral, sejam escolhidos como o elo mais fraco, a corda do lado que deve arrebentar, provocando a barbárie de determinar a esses trabalhadores as condições mais extrema de sobrevivência humana.

Devemos reafirmar nesse congresso que haverá intensa resistência e luta em todas as instâncias do SEPE, nas ruas e espaços públicos em defesa dos trabalhadores aposentados.

Aposentados sim, inativos nunca!

Interior

A transferência da responsabilização pelo Ensino Fundamental no Estado do Rio de Janeiro aos municípios, fez com que surgisse a necessidade de atuação do SEPE de formas mais pungente nos territórios, em defesa dos profissionais da educação contra os ataques aos direitos fundamentais constitucionais e aos que por força da lei se conquistou nos mais diversos cenários sócio-políticos encontrados nos muitos municípios do interior do estado.

O SEPE vem se fazendo presente nesses espaços, mas é preciso nesse congresso fortalecer e reforçar a necessidade de ampliar e aprimorar a atuação do SEPE nesses locais.

A realidade no interior é de uma correlação de forças entre servidores públicos da Educação e entes políticos de desigualdade, opressão, subserviência e sindicatos pelegos. Em muitos municípios, a categoria tem o SEPE como a única representação verdadeiramente de luta em defesa de seus direitos, por melhores condições de trabalho e na plenitude da luta por uma Educação laica e de qualidade, se estendendo aos patamares do controle, acompanhamento e denúncia de utilização de verbas públicas direcionadas à Educação, como a parcela de 25% constitucionais, FUNDEB, PNATE, PNAE, Salário Educação, PDDE, entre outros que não sendo devida e corretamente utilizados compõem um arcabouço e situações que definem uma situação de precariedade na educação para trabalhadores e toda a comunidade escolar.

Por todos esses motivos, o SEPE esteve à frente de fortes greves nas redes municipais, em ocupações e nas lutas de âmbito nacional, mais uma vez um protagonista na luta pela Educação.

É preciso reafirmar nesse congresso a importância deste sindicato para os trabalhadores e trabalhadoras da Educação em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, fomentado e disponibilizando a estrutura necessária para a criação e manutenção de novos núcleos, dando autonomia de ação, respeitando as diferentes realidades dos territórios, sem perder a concepção de integração e unidade de luta classista, em prol de uma educação pública de qualidade, respeito

aos direitos fundamentais dos profissionais da educação, sendo as redes municipais do interior, assim como as representações da rede estadual, parte essencial e vital ao fortalecimento do SEPE como unidade de luta classista e socialista.

7 - AS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

I - Cláusula de barreira de vinte por cento para franquear a eleição de direção no SEPE Central, núcleos e regionais do sindicato:

O SEPE, enquanto instituição sindical e de representatividade dos trabalhadores da educação, é um dos pilares democráticos dos sindicatos da educação básica em nosso país. Caracteriza-se por eleições livres e diretas, e a composição da sua direção estadual e dos núcleos e regionais se faz apoiada numa representação horizontal e na proporcionalidade direta sobre a base. Acreditamos também na importância da preservação da pluralidade de opiniões, ideias e posições políticas no interior do nosso sindicato, o que expressa o conjunto da diversidade da base, representada pelo sindicato. Entretanto, vemos, nos últimos anos, que a fragmentação excessiva da direção do SEPE tem contribuído para a anomia da instituição, pois impede uma maior agilidade na ação voltada para a luta em defesa dos interesses da categoria dos profissionais de Educação.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da defesa da pluralidade de posições políticas representadas no sindicato, mas entendemos que há um limite para que a instituição não se perca em disputas internas levadas a cabo por grupos que buscam apenas marcar posição de antagonismo àquilo que chamam de “direção majoritária” do SEPE, e que não contribuem efetivamente para dar norte a uma política de enfrentamento de governos e patrões. Tal fragmentação excessiva leva a uma pulverização da direção, o que impede uma ação política de unidade da categoria de trabalhadores da educação, o que é fundamental para a sua organização e força enquanto classe.

Nos últimos anos, temos observado que determinados atos de luta – as greves – têm sido prejudicados na sua dinâmica pela falta de coesão maior da direção em dar respostas imediatas e efetivas aos desafios que se colocam frequentemente no decorrer de um movimento paredista. Nunca é demais destacar a importância da diversidade de pensamento, mas a luta de classes exige que o foco do combate esteja na busca de conquistas da categoria contra seus opressores, governos e patrões, não podendo a entidade de classe – o SEPE – se perder em disputas intestinas que acabam por paralisar o desenvolvimento da luta. É fundamental a diversidade de posições e programas políticos, a pluralidade de opiniões e a representatividade ampla, elementos importantes da democracia proletária, mas não podemos permitir que determinados grupos sem base social mínima, possam imobilizar a atuação do sindicato à frente dos interesses maiores da luta da categoria. Um patamar razoável de representação social na base da categoria dos trabalhadores da Educação é indispensável para levar a cabo efetivamente os enfrentamentos necessários. Diversidade na unidade de ação, mas respeitando o peso social e a efetiva penetração das diversas forças e representações políticas que são alcançadas com real trabalho de agitação, propaganda e de discussão política junto à base da categoria.

II - Alteração do artigo 64, ¶ 9° com a seguinte redação:

Aprovada a limitação de 02 (dois) mandatos para o SEPE/RJ e 03 (três) mandatos consecutivos para núcleos e regionais, sendo que o diretor ou diretora do núcleo e/ou regional não pode acu-

mular cargo em mais de 02 (dois) mandatos consecutivos.

A realidade posta neste horizonte de enfrentamento ao bolsonarismo encabeçado por vertentes nazifascistas impõe a eleição da direção de núcleos e regionais um quadro militante, combativo, mas, sobretudo, preparado para enfrentamento as muitas dificuldades impostas por governos e na própria base social da categoria que passa por um processo de transformação. Tal fato se verifica nas profundas bases sociais do mundo do trabalho e, sem dúvida, os sindicatos precisam se reinventar como entidades verdadeiramente classistas, sendo para isso fundamental incorporar novos atores sociais que pertençam a esse mundo do trabalho em constante transformação. Diante de tais problemas, o trabalho de formação política se faz presente não só nos partidos, mas na própria base orgânica do sindicato.

Contudo, tal estado de potência no poder retórico, do cognitivo de amadurecimento político, social, sindical, na apresentação de enriquecimento da cultura classista e socialista, embebida da experiência de vida social sindical, se dá mediante um determinado tempo e tem no fator tempo a possibilidade de fortalecer suas bases de retórica, oratória, atuação e do próprio conhecimento do *status quo* da luta sindical e do *modus operandis* que favorece a causa operária.

Não podemos nessa atual conjuntura abrir mão nos territórios da experiência construída em anos de atuação sindical que, porventura, queiram disponibilizar em prol da luta em favor dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação sua efetiva sapiência no confronto e enfrentamento aos ataques de governos e ao nazifascismo estabelecido pelo bolsonarismo. Paralelo a isso, a formação de quadros ocorreria não somente apoiada no estudo que deve ser constante, mas ocorreria também com a troca constante entre quadros experientes, ricos em conteúdo da práxis lúdica do fazer a luta, na troca de experiências e vivências ricas de conteúdo real e prático para a luta de classes.

Portanto, a mudança estatutária sugerida, encontrará um paralelo na atuação de novos e experientes quadros, numa via de mão dupla, pois os mais jovens podem e vão aprender, mas também têm o que ensinar e não vamos “jogar no lixo da história” as tradições, em forma de tantas experiências vividas daqueles que contribuíram na construção de um sindicato de luta e que foram e são fundamentais no fortalecimento dos núcleos e regionais.

III - Fundo de greve

Historicamente, o fundo de greve sempre teve o papel de assistir e socorrer os trabalhadores e trabalhadoras quando do enfrentamento mais duro por parte dos patrões e governos, mas também de ajudar a construir o processo de luta dos trabalhadores. Apesar das diferentes concepções do que vem a ser o fundo de greve, acreditamos que os recursos da categoria que contribui para o sindicato, em especial, quando do enfrentamento mais decisivo que é uma greve, devem ser geridos de forma mais responsável possível para a condução vitoriosa do movimento grevista. Entendemos que, em momentos de dificuldade num processo duro de greve, deve o fundo de greve vir no auxílio dos trabalhadores, o que pode ser feito através, por exemplo, da concessão de cestas básicas. Não podemos perder de vista, entretanto, que a base social que representa a categoria dos profissionais de educação é bem ampla, e o SEPE apresenta uma política de defender os interesses da classe como um todo, mesmo daqueles que não são filiados ao sindicato. Por isso, para prestar tal auxílio, é fundamental uma campanha ampla de filiação, que seja, antes de tudo, uma política quotidiana do nosso sindicato.

E por ser a luta de classes bastante pedagógica na formação da consciência de classe dos tra-

balhadores, é fundamental que os companheiros da categoria percebam a importância de ajudar na construção cotidiana da luta do nosso sindicato, o que só pode ser feita pela contribuição voluntária dos trabalhadores e trabalhadoras, através da associação à entidade de classe. Defendemos ainda, que a função precípua do fundo de greve é concorrer para criar as condições materiais para levar a cabo a organização dos trabalhadores e trabalhadoras para a luta de classes. Portanto, divergimos da forma como tem sido gerido o fundo de greve no SEPE/RJ nos últimos tempos, como resultado daquilo que foi aprovado no último congresso em 2014.

Numa visão reducionista e apolítica do que é o fundo de greve, grupos aprovaram como regra a utilização do fundo de greve para pagar salários, até mesmo dos profissionais de educação que não contribuem para o sindicato. O SEPE não pode ser tratado como uma **caixa de assistência** ou uma "**sociedade de auxílio mútuo**", como existia Primeira República no Brasil, no início do Século, ainda nos primórdios do movimento operário. Naquela ocasião, estas instituições da classe trabalhadora tinham a função de assistir os trabalhadores em dificuldades, fosse pela questão do desemprego. Enfermidade, invalidez ou velhice.

Sindicato é pra lutar.

Sabemos, no entanto, que a solidariedade de classe faz parte é fundamental e compõe a unidade classista de luta. Por isso, é importante o fundo ser somente utilizado para auxiliar os profissionais de educação em situação adversa proveniente do movimento de luta em greves, paralisações, ocupações que acarrete em cortes de ponto, ausência de pagamento e etc, sem colocar em risco a existência da entidade, pois isto inviabilizaria toda e qualquer forma de luta desenvolvida pelo sindicato e sua a própria extinção, como afirmado anteriormente.

É evidente que o sindicato não tem condições de arcar na integralidade com os salários para todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação, sem comprometer sua manutenção estrutural e existencial, portanto, a defesa desta tese apenas expõe grupos oportunistas, de caráter populista e irresponsável que pode inviabilizar este sindicato na sua totalidade. Cientes dessas dificuldades, defender tal utilização para o fundo de greve, está no cerne mais ambíguo da ideologia bolsonarista da meritocracia e do favorecimento aos seus interesses pessoais que nada se alinham ao coletivo da luta classista.

Por fim, além da contribuição dos núcleos, regionais e SEPE/RJ para o fundo de greve, defendemos também que o fundo seja alimentado com receitas de núcleos e regionais que não apresentarem prestação de contas dentro do período de 6 (seis) meses, ou seja, esses valores sejam revertidos para o fundo de greve.

IV - Eleição do Conselho Fiscal

Realizada junto com as chapas na eleição para o sindicato. Trata-se de uma obrigação prevista em lei de maneira que nossa entidade pode ser considerada irregular se assim não proceder.

V - Criação assegurada por estatuto de uma comissão de ética permanente

Que a criação e manutenção desta comissão se dê pela indicação das chapas componentes da direção, respeitada a proporcionalidade e com obrigatória mudança de composição da representatividade da chapa, caso seu componente esteja envolvido em situações que envolvam a indicação de análise e indicação de resolução do caso a própria comissão de ética, independente do teor do encaminhamento à comissão e posterior indicação ou não da resolução do caso para a instância superior deliberativa.

ASSINAM A TESE DO MES AO XVI CONGRESSO DO SEPE

CAPITAL

REGIONAL 1: TELMA LUZEMI, TARCÍSIO FIRMINO

REGIONAL 3: LEANDRO FONTES, OTÁVIO VIEIRA FEITOZA PEREIRA DA SILVA, THAIS COUTINHO, TELMA REGINA COUTINHO, VANDERLEA AGUIAR.

REGIONAL 6: LUIZ FELIPE LINS.

REGIONAL 7: MARCELO SANT'ANNA, ARMINDO LAJAS, MIGUEL COSTA, MARIA DA CONCEIÇÃO BORGES, KÁTIA MACHADO, SANDRA FONTES, LYZIA TOSCANO, CÉLIA MARIA BERNARDO, MIRIAN ELIZABETH GOMES, MÁRCIO FÁBREGAS, MARIA LÚCIA OLIVEIRA, LIANA MARTINS, DULCINEA LIMA, LUCINEA LIMA, ANDRÉA BATISTA SANTOS, GLAUCE DE MELO, EUNICE MIRANDA, LUIZ ANTONIO CONTARINI, KÁTIA BOTELHO, AMANCIO CEZAR, LUCIANA RODRIGUES, LUIZ ANTONIO CONTARINI, LYZIA TOSCANO, MARCO RUBIM, MARIA DE FÁTIMA SIQUEIRA CORDEIRO, MIGUEL COSTA, MIRIAM ELIZABETH PINHEIRO, SUENIA MARIA DO NASCIMENTO, THIAGO SANTIAGO.

AREAL: ANA BEATRIZ DE ARAÚJO NOVAIS SANTOS, LÍCIA GOMES QUINAN.

BELFORD ROXO: ELIZABETE DA SILVA ROCHA, REGINA HELENA.

COSTA DO SOL E LAGOS: JOÃO DA SILVA, MARCIA FRANCISCONE, SANDRO BATISTA, ANDRÉ OLEGARIO, VALQUIRIA MATTOS, JOÃO GABRIEL, JOÃO WALTER, MARIA DO CARMO SILVA, DANIEL MARINHO, ANTONIO RODRIGUES.

COSTA LITORÂNEA (SAQUAREMA): BRUNO MENEZES, RODRIGO NARDI DE CARVALHO DANTAS.

ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN: RODRIGO MACHADO DE MORAES TEIXEIRA, RENATA ROSA, PRISCILA PORTUGAL GUEDES ESQUERDO, PAULO MARIANO DOS SANTOS FILHO, MAÍSA VALÉRIA ALVES DA ROCHA DA SILVA, JULIANA DA SILVA, JERÔNIMO JÚNIOR DOS SANTOS MARQUES, JANETE MARIA IZIDORIO, ELIANA CORRÊA DE OLIVEIRA, ALEXANDRE WILSON SIMÕES DA SILVA, ALESSANDRA POMPEU DE AQUINO, ALVANIR GOMES MESQUITA, ANDRÉA CRISTINA VIEIRA ROCHA, CARLA BRAGA BARBOSA CARDOSO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA, CATIELEN DOS SANTOS CASTRO CONSUELO DA SILVA ALMEIDA, DANIEL DE SOUZA COSTA, FABIO SARAIVA DA SILVA FILHO, FÁTIMA GOULART, JOAQUINA ESTELA ANDRADE CUNHAV, KELEN CRISTINA DA SILVA, LUCIANA DE OLIVEIRA TENCHINI, MARCELA APARECIDA DA SILVA CORDOVINO, MARCELO LOPES DE FREITAS, MARCIA NIGRE GARCIA BRAVO, MARIA DE FATIMA GIORDINI, MYCHELLE LIMA DE A. PIRES, SANDRA CRISTINA DA COSTA ALMEIDA SERENO, SÔNIA DE FÁTIMA ALMEIDA FERNANDES, TÂNIA LUIZA ALVES DA SILVA, VALÉRIA ALMEIDA SERRAZINA.

ITAOCARA: FERNANDO SERGIO DOS SANTOS, JULIANE ROHEN DE SOUZA SANTOS.

JAPERI: FERNANDO DE SOUZA.

MACAÉ: ROGGE PERFETTI, MARCUS FELIPE OLIVEIRA SILVA, JOÃO MANOEL DA S NETO, CLAUDIO SANTOS BARROSO, LARISSA FROSSARD, MAURO ROCHA JR, RODRIGO MAIA SANTAROSSA, RODRIGO ROLI, SELMA GOMES REGIS.

MANGARATIBA: JULIO CESAR SALINO DE SOUZA, CARLA FERNANDES E SOUZA, MARIA ANGELICA GABRIEL SANTOS, ADRIANA COIMBRA, MARCUS DE LUNA OLIVEIRA, VANDA MARIA DE OLIVEIRA, DANIELLE GENUEL, ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA SILVA, SOLANGE RIBEIRO MESQUITA.

MENDES: SOLANGE AMANCIO, REGINA MAGESTE, PATRÍCIA PACÍFICO DO NASCIMENTO, NATHÁLIA DIOGO DA SILVA IRANI DA SILVA SERENO, JULIO ANTÔNIO DE ALMEIDA MOURA, JOICE DE OLIVEIRA, IRACEMA BRUNO DA SILVA, FLÁVIA DUTRA DA SILVA, FERNANDA CORRÊA VICENTE DA SILVA, CAMILA CUSTÓDIO DE PAULA, ANDRÉA DA SILVA SOUZA MARIANO, ADRIANA CHEDID DE OLIVEIRA, ADRIANA ROSÁRIA DE ALMEIDA REIS, ANA CAROLINA DE PAULA LEAL, ANGELITA MARIA DE ARAÚJO, CARMEM LUCIA SILVA DE PAULA, CRISTIANE JOSÉ GAMA, GESSI NUNES DA SILVA GILCLÉIA RAMOS CALIXTO, GINA DA SILVA SILVEIRA, HELENA PEDRO REIS, IRENE REGINA FERREIRA LABÃO, IRIS MARIA VIANA DA SILVA OLIVEIRA, ISAIAS FAGUNDES DOS SANTOS, JOSELENE MARIANO PEREIRA, JÚLIO ANTONIO DE ALMEIDA MOURA, LÊDA TEIXEIRA, LUZIANE DA SILVA PADRÃO, SUELY TERESINHA MOREIRA PEREIRA, ZENITE ESMÉRIA ROMANO.

NITEROI: MARTA NOBRE, TANIA MARIA VIEIRA DE SENA, JULIANA BESSA, ÍTALO JARDIM.

NOVA IGUAÇU: ANGÉLICA DOS SANTOS SILVA, ROSANA DO AMARAL GUIMARÃES, RITA DE CASSIA ARAUJO, SIMONE CAIXEIRO GONÇALVES DOS SANTOS, NICOLAS CALABRESE, CRISTINA MARTINS DOS SANTOS ALMEIDA, FERNANDO CARDOSO ANTUNES, ANNA BEATRIZ DUTRA LOPES GUARILHA, SIDNEI RIBEIRO JÚNIOR, DANUSE BATISTA GUIMARÃES, MONICA DA SILVA NASCIMENTO, ANA RITA NOGUEIRA GOMES, RENATA CRUZ DE CARVALHO JARDIM, ROSIMARA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA, JANE CAMPOS DE OLIVEIRA JANAINA FERREIRA DA SILVA ARAÚJO, VALDIR VICENTE, GIOVANNA AURÍLIO, ELAINE OLIVEIRA, ANA CARLA V MARTINS, CARLA DE FÁTIMA DA SILVA, CLÁUDIA JORGINA F DA SILVA, FATIMA DE J F BARROS, LEONARDO FÉLIX FRAGOSO, MONICA P R F SANTIAGO, RAQUEL DE JESUS MOREIRA.

PARACAMBI: FRANCISMARINA MARTINS VALE.

PARAÍBA DO SUL: ANA CLÁUDIA TAVARES ANDRADE, ANA CRISTINA CARVALHO SANT'ANA, GIOVANI DA SILVA, LÉSLEI DE CÁSSIA ANDRADE REZENDE, MARIA HELENA FERNANDES DE LACERDA OLIVEIRA, MICHELI DELGADO DE PAULA, NATÁLIA ALVES OLIVEIRA, TÂNIA MARA LOURENÇO.

PETRÓPOLIS: ALEXANDRE DE ARAGÃO ALVES, ALINE DO CARMO COUTO, ANA MARIA LEMOS DA SILVA, CINTIA PEREIRA PINTO, CLAUDETE NEVES BERNARDO, DANIEL MONTEIRO SALOMÃO, DANIELE ARAUJO, DOMINIQUE VALÉRIA DE RESENDE, ELAINE ROSA MOREIRA BENTO, GABRIEL ABRÃO DE MENDONÇA GOMES, GECILIANE CARVALHÃES, GIOVANA PELISON SOUZA RODRIGUES, JOSÉ GOMES MARQUES JR, JULIA MONTENEGRO, LUCIANO RODRIGUES MATHIAS, MÁRCIA DA ROCHA BIASUZ SANTOS, QUEILA DA SILVA CABRAL DA PONTE, RAQUEL DA SILVA SOUZA, ROSELI ELOÍSA DA SILVA MACEDO, ROSIANE SANCHES MURALHA, ROSILENE ALMEIDA BURGER, ROSIMAR SILVEIRA PINTO, SANDRA DÉBORA PRENDIM DE SOUZA, SIMONE DA CONCEIÇÃO PORFÍRIO, VIVIAN ROSA DE CARVALHO ETIENE, LUIZ CARLOS DE SOUZA DIAS, EDENILSON THEBALD, DOROTEA FERRER SANTUZI, DENNER CAMPOS, PENELOPE LOPES, PATRICIA FELICIO, TERESA GOMES, NEIDE LEA MATTOS, BETH SABA, MARIANA VILARIN, ALINE MARCOLINO, CAMILA ALTINO, CATIA CLER, ROSELENE CEZAR DA SILVA, VANISE CARREIRO MARCOLINO, MICHELE GASPAR DA SILVA, JULCINEIA FERREIRA DA CUNHA, FERNANDA CRISTINA MATTOS, TERESINHA LEANDRO PIO, TANIA ARAÚJO DOS REIS, ELENA LIMA.

PORCIÚNCULA: MARA COUTINHO DA CUNHA, ELILÉIA OLIVEIRA DE CASTILLO, ALINE REIS PEREIRA DE ALMEIDA, RAQUEL BLAZIO DA SILVA, CATIANE DAURA BARBOSA, ETIENE MOREIRA ROCHA CALZOLARI, PRISCILA FERREIRA FRANÇA VARGAS, ADRIANA COUTINHO DA CUNHA, MARCELINO RESENDE, MONTEIRO ELIA, MARIA GASPAR, JOSÉ CORSINO MONTEIRO JR, SANDRA HELENA COSTA SILVA, MARILÉIA ROSESTOLATO RODRIGUES LAYRES HELENA BRETAS MONTEIRO.

SÃO GONÇALO: ROSE DO NASCIMENTO XIMENES, JOSEMAR CARVALHO, THUNAY CAVALCANTE, MIRLE DE MENEZES, MARCIO ORNELAS, PAULO FERNANDO VANNA, FABRÍCIO ALVES, MARIETA CARVALHO, MARY ALLEN, CARLOS MACEDO, BRUNO FERREIRA, LUCIANA ARAUJO, THÚLI CAVALCANTE DE MELO, GILÇARA CAVALCANTI DE MELO.

VALENÇA: DANILO SERAFIM, JULIANA ELENA, FELIPE DUQUE, HILDA SANTOS, LUCIANA LEONI, ANDREA MODESTO LEAL, JULIANA APARE-

CIDA DA SILVA, MARCELE DA SILVA LASNOR, CAMILA GUARINI, LUIZ CESAR LIMA, SHEILA FELIZ, CLÁUDIA NOVAES, ADRIANA MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS, PATRICIA JACINTO VASCONCELLOS, LUCIANA GUEDES PECORARO, CLAUDIA SERAFIM, CREUZA VICTORINO, JOSÉ DE ARIMATÉIA, LODOANE PEREIRA.

VOLTA REDONDA: PAULO CASTRO DA SILVA.

TÁ NA HORA DA VIRADA: UNIR E REERGUER A CATEGORIA NA LUTA POR VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Tese do coletivo Educação em Combate e independentes ao XVI Congresso do SEPE-RJ

INTRODUÇÃO

O XVI Congresso do SEPE-RJ irá reunir delegados eleitos nas escolas para debater a situação do país e da educação pública, o plano de lutas da categoria, as tarefas do sindicato e seu estatuto. Esse encontro ocorre após a derrota eleitoral de Bolsonaro, um marco da situação do país e do qual nossa categoria foi parte. Agora nossa tarefa é organizar nosso plano de luta e reivindicar nossas pautas do novo governo Lula/Alckmin, como a revogação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC e mais verbas para a educação pública. Além disso, temos que enfrentar a política do governador Claudio Castro (PL), do prefeito Eduardo Paes (PSD) e de demais prefeitos que atacam a educação. Discordamos da condução majoritária do SEPE-RJ no último período e chamamos você a vir construir essa tese conosco. Defendemos uma verdadeira virada na política do SEPE-RJ, para unir e reerguer a categoria na luta por valorização do salário e da educação pública, assim como construir uma direção classista, democrática e de luta para o nosso sindicato.

1. Conjuntura, posições políticas e plano de lutas

1.1. Sem anistia para Bolsonaro e seus cúmplices! Fora Múcio e Campos Neto!

Jair Bolsonaro (PL) foi derrotado nas urnas e um novo governo da frente ampla assumiu, liderado por Lula e Alckmin. Somos parte dos que lutaram e fizeram campanha para derrotar a extrema direita e dos que agora repudiam nas ruas as ações golpistas. No dia 8 de janeiro, a extrema direita realizou uma intentona golpista para tentar acabar com as liberdades democráticas. Para isso, contaram com a conivência e o apoio da PRF, das PMs, da cúpula das Forças Armadas, do Ministro da Defesa José Múcio e do governo de Ibaneis Rocha (MDB), do Distrito Federal. Bolsonaro, seus ex-ministros e parlamentares precisam pagar por seus crimes, pelo genocídio yanomami, pelas mais de 700 mil mortes por Covid-19, por seus esquemas de corrupção. Não podemos aguardar a boa vontade do STF porque sabemos do histórico desse poder contra os trabalhadores, bem como dos seus conchavos. Por isso, exigimos das direções da CUT, CTB, PT e PCdoB atos e mobilizações contra as ações golpistas.

1.2. Independência diante do governo Lula/Alckmin! Exigir a revogação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC e mais verbas para a educação pública!

Após o nefasto governo da extrema direita, existe muita expectativa na frente ampla. Porém, a aliança de Lula e do PT com partidos de direita e dos empresários tem por projeto realizar um governo com e para a burguesia e as multinacionais, a serviço dos empresários e banqueiros. Por isso, a esquerda, os sindicatos e os movimentos sociais precisam se manter independentes, chamando a classe

trabalhadora e os setores populares a lutar por suas reivindicações. A composição do novo governo denota uma política de pacto que envolve até partidos ou parlamentares que sustentaram o governo Bolsonaro e que votaram a favor das contrarreformas da previdência e pela privatização da Eletrobras e dos Correios.

O próprio MEC é exemplo disso. Desde a eleição de Lula/Alckmin, a equipe de transição para a educação englobava diversos setores ligados direta ou indiretamente a projetos empresariais para a educação. Para citar dois exemplos, estavam presentes Neca Setúbal, bilionária, herdeira e acionista do Banco Itaú, e Priscilla Cruz, presidente do Todos Pela Educação. Desde o início, portanto, o novo governo sinalizava que não enfrentaria o projeto privatista de educação, ao contrário, manteria um estreito diálogo com ele. Essa lógica segue se intensificando: após a nomeação de Camilo Santana, predominaram no segundo escalão do MEC nomes ligados a fundações empresariais. O caso mais emblemático é o de Kátia Schweickardt, que ocupa posições no Movimento Pela Base, Todos Pela Educação e Fundação Lemann, nomeada para a Secretaria de Educação Básica do MEC. Schweickardt foi secretária de educação de Manaus entre 2015 e 2020, durante o governo do PSDB, e chegou a criminalizar manifestações de profissionais da educação. Até mesmo bolsonaristas estão ocupando cargos, como a ex-presidente do FNDE e o ex-chefe de gabinete da secretaria-executiva do MEC da gestão de Weintraub, ministro ultraconservador, que atacou as universidades públicas e foi responsável pelo "apagão" educacional na pandemia.

Dessa forma, ficam nítidos os problemas e as contradições do projeto de conciliação de classes. Como será possível defender a educação pública, gratuita e de qualidade em aliança com grupos privatistas, que respondem a um projeto empresarial e buscam implementar os planos do FMI e do Banco Mundial para a educação? Como será possível revogar a Reforma do Ensino Médio e a BNCC junto a setores que, desde o início, estiveram à frente desses projetos e hoje estão lucrando rios de dinheiro público com consultorias e elaboração de materiais didáticos? Os efeitos disso já podem ser percebidos na atual política do MEC, que fala em "revisão" ou "correção" de aspectos da Reforma, mas não na sua revogação, pois não seria correto voltar a como era antes. O Novo Ensino Médio precisa ser revogado porque sua essência atende a um projeto de precarização da educação dos futuros trabalhadores, de retirada dos direitos trabalhistas e barateamento da força de trabalho, que aprofunda a desigualdade entre educação pública e privada e amplia as desigualdades sociais. O NEM tende a aprofundar a evasão escolar, uma vez que o empobrecimento das disciplinas e da formação oferece ainda menos perspectivas de disputar uma vaga no ensino superior público e no mercado de trabalho formal.

Também não defendemos que a educação volte ao que era. Por isso, a defesa da educação pública passa por outra questão fundamental, que é o orçamento. Qualquer projeto que se preocupe de verdade em "melhorar a qualidade" da educação, como diz o próprio MEC, precisa, antes de tudo, de um aumento real de verbas. Sem isso, tal discurso vira apenas uma enganação. Será possível ampliar o orçamento para a educação pública ao mesmo tempo em que se está aliado a fundações empresariais e aos banqueiros e se segue pagando a dívida pública, que consome trilhões do orçamento? Em nossa opinião, não. A verdadeira dívida que precisa ser paga é com a escola pública, historicamente desvalorizada. Por isso, exigimos do governo Lula/Alckmin o não pagamento da dívida e que se destine recursos para os salários, planos de carreira e formação inicial e continuada dos profissionais de educação, concursos públicos para todas as funções e fim das terceirizações, infraestrutura das escolas, desde o saneamento básico e cobertura de quadras de esporte até laboratórios, internet e equipamentos eletrônicos etc.

Por tudo isso, entendemos que essa conciliação de classes ocasionará ataques à classe trabalhadora. Sob a falsa lógica de que "devemos garantir a estabilidade política", o governo de frente ampla reabilitará setores que foram parte do governo Bolsonaro, em vez de responsabilizá-los pela situação de caos que vive o país. Lula governará aliado a Alckmin (ex-PSDB), Kassab (PSD) e pactua pela governabilidade com Arthur Lira (PP), os partidos do centrão e setores do grande empresariado e do sistema financeiro. É fundamental que o movimento sindical, o movimento estudantil e os movimentos sociais tenham independência política e conduzam as reivindicações populares sem blindagem ao novo governo. Somente com independência e unidade para as mobilizações podemos reivindicar nossas pautas, como a revogação da Reforma do Ensino Médio e o aumento das verbas para a educação pública.

1.3. Exigir do governo Lula/Alckmin o atendimento das pautas da classe trabalhadora

Defendemos que o SEPE-RJ, a CNTE, a CUT, CTB e demais centrais sindicais e sindicatos sejam independentes do novo governo e organizem as lutas por salário, direitos, mais verbas para os serviços públicos e para a educação básica. Como propostas para a mobilização emergencial da classe trabalhadora, da juventude e setores populares apresentamos as seguintes exigências ao governo Lula/Alckmin:

a) A punição de todos os golpistas já! Reivindicamos a prisão e confisco de bens, a começar pelo ex-presidente Bolsonaro, seus familiares, a cúpula militar das forças armadas e empresários golpistas. Fora Múcio, demissão dos ministros bolsonaristas, exoneração de toda cúpula militar, o fim da PM e da PRF golpistas. Punição ao genocídio da Covid-19! Punição para os assassinos dos povos indígenas! Demarcação das terras indígenas e expulsão e expropriação dos garimpeiros e mineradores! Pelo fim imediato de qualquer sigilo do governo Bolsonaro! Justiça para Marielle e Anderson!

b) Revogação das contrarreformas e das privatizações já! Reivindicamos a revogação das contrarreformas da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio, do Teto de Gastos, terceirização e da autonomia do Banco Central, assim como a privatização da Eletrobrás, dos portos e aeroportos e do transporte público estadual. Arquivamento de todos os projetos que atacam os trabalhadores, como a Reforma Administrativa!

c) Medidas urgentes contra o arrocho, desemprego, fome e contra as opressões! Aumento emergencial dos salários, revogação dos cortes de direitos nos acordos coletivos realizados no governo Bolsonaro e na pandemia; redução da jornada para que todos possam trabalhar, sem redução de salário ou de direitos; redução do preço dos alimentos, combustíveis e tarifas, mais verbas para a educação e saúde.

d) Dinheiro para garantir salário e direitos, não para encher o bolso dos banqueiros. A dívida pública paga aos banqueiros segue abocanhando metade do orçamento. A serviço dela os governos aplicaram contrarreformas e ajuste fiscal. Lula, apesar de suas críticas "ao mercado", não apresenta uma política de ruptura com esse mecanismo perverso. No orçamento de 2023, existem mais de R$ 600 bilhões em pagamentos de juros para banqueiros e mais de R$ 1,2 trilhões reservados para os serviços da dívida. A Auditoria Cidadã da Dívida demonstra que o país tem cerca de R$ 6 trilhões em caixa. Ou seja, o dinheiro existe, mas não vai para a classe trabalhadora. É preciso organizar uma forte campanha mostrando que há recursos para atender nossas pautas.

1.4. Um SEPE-RJ classista e internacionalista

É preciso lutar contra qualquer governo que ataque nossa classe e os setores populares, faça o discurso que faça. A sociedade capitalista é dividida em classes sociais e nossos sindicatos representam os explorados e oprimidos contra os patrões nacionais, estrangeiros e contra a exploração imperialista. O SEPE-RJ tem que estar em todas as trincheiras contra a extrema direita, em unidade de ação nas lutas. Mas não se pode utilizar essa necessária luta como desculpa para colocar os sindicatos num ilusório "campo progressista" com banqueiros, empresários e países imperialistas. Vejamos: no campo internacional o governo Lula/Alckmin mantém profunda relação com o presidente imperialista dos EUA Joe Biden, país que explora os povos do mundo e massacra o nosso continente, com Macron e os governos imperialistas da União Europeia, que estão atacando sua classe trabalhadora. No plano latino-americano, Lula reconheceu o governo assassino de Dina Boluarte no Peru, responsável por mais de 60 mortes de manifestantes.

Defendemos que nossos aliados são a classe trabalhadora e os setores populares, não os patrões e os imperialistas. É preciso estar ao lado da classe trabalhadora, camponeses e estudantes que se levantam no Peru, bem como da classe trabalhadora francesa, britânica que protagoniza poderosas greves gerais; dos profissionais da educação de Portugal e o sindicato S.TO.P, que realizam uma forte greve nacional; das mulheres e os povos em luta no Irã; do povo palestino que sofre ataques constantes de Israel; da classe trabalhadora Venezuelana que recomeça a lutar por salário e contra os ataques do governo Maduro; dos presos e presas políticas da Nicarágua; ao lado da resistência ucraniana que luta contra a invasão russa, batalhando pela retirada das tropas imperialistas e contra os ataques patronais do governo Zelensky.

A parceria com governos imperialistas é um erro porque são eles nos impõem o pagamento ilegal e ilegítimo das dívidas externas e internas, submetem nosso país a tratados econômicos e militares, exploram nossos minérios, águas e florestas, dentre outras formas de dominação e rapina. No passado, essas relações levaram o próprio governo Lula a liderar a ocupação militar do Haiti, violando a soberania daquele país. No Brasil, o SEPE-RJ deve garantir o combate aos imperialismos, apoiar as lutas da classe trabalhadora e criticar as relações do governo brasileiro com os governos imperialistas. Na América Latina, o SEPE-RJ deve exigir que o governo Lula/Alckmin rompa relações diplomáticas com o governo assassino de Dina Boluarte.

II. CONCEPÇÃO, PROJETO, PAUTAS DA EDUCAÇÃO, PERSPECTIVAS PARA AS REDES, ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO E PLANO DE LUTAS

2.1. Rede estadual

Os últimos anos foram marcados por uma intensificação dos ataques aos profissionais de educação e a precarização da rede. Os baixos salários, a paralisação dos concursos, a estrutura precária das escolas, a falta de democracia, a tentativa de demissão dos animadores culturais e o Novo Ensino Médio são apenas alguns dos problemas enfrentados pelos educadores do estado do Rio de Janeiro. Tudo isso atravessado por uma política educacional desastrosa do MEC bolsonarista, de Witzel e Pedro Fernandes e, depois, de Castro e Comte, durante a pandemia, que provocou mais evasão escolar e atrasos na aprendizagem dos estudantes.

Após oito anos com os salários congelados, o governo Castro anunciou ao funcionalismo um

reajuste ínfimo de 13,5%, muito abaixo das perdas salariais do período e que não foi sentido devido a crescente inflação que enfrentamos. Seguimos com o pior salário do Brasil. Foi feito um acordo para repor, parceladamente, parte das perdas (2018 a 2021, ignorando o período de 2014 a 2017). Mesmo com esse acordo, os salários ainda ficariam muito abaixo do piso nacional do magistério e do salário-mínimo para funcionário, que é um direito e deveria ser cumprido. No entanto, o governador Cláudio Castro não cumpriu nem mesmo o acordo rebaixado e demonstra não ter interesse em nos pagar os pisos nacionais. Somado a isso, estamos há dez anos sem concurso para a educação estadual. As escolas sofrem com a falta de professores e de profissionais de apoio. Isso torna o dia a dia nas escolas extremamente conturbado, com profissionais de educação adoecidos devido à sobrecarga de trabalho e ao acúmulo de funções em escolas cuja estrutura está cada vez mais precária e insalubre.

As salas lotadas e sem climatização adequada tornam a escola um ambiente insalubre. Além disso, muitas escolas sofrem com problemas estruturais. Os problemas são variados: infiltrações, goteiras, telhados podres e até infestações. Nos últimos dez anos, o governo do estado do Rio de Janeiro não apostou na construção de escolas, pelo contrário, fechou centenas delas. A eleição para direção das escolas, conquistada na greve de 2016, também não vem sendo cumprida. Ela deveria ter acontecido em 2020, o que não foi possível devido a pandemia. No entanto, as escolas retornaram a presencialidade no fim de 2021 e a escolha até agora não aconteceu. Muitos diretores eleitos em 2017 já não estão mais no cargo e foram substituídos por profissionais indicados pela SEEDUC, o que ajuda a manter os casos de assédio moral seguem em alta nas escolas da rede estadual. A SEEDUC tenta ainda demitir os animadores culturais, contratados na década de 1990. São cerca de 300 profissionais que travam uma grande luta para manterem seus empregos. O ataque a animação cultural, infelizmente, não vem sendo tratado como um ataque a toda a categoria, uma vez que a maioria da direção do SEPE optou pela fragmentação da categoria em plenárias setorizadas.

Em meio a todo esse cenário caótico da rede estadual, foi implementado o Novo Ensino Médio. O maior ataque que a educação já sofreu. Trata-se de um projeto nacional de desmonte da educação pública com a redução da carga horária de diversas disciplinas, principalmente das disciplinas de ciências humanas, para dar aos alunos uma falsa opção de escolha entre trilhas pedagógicas que oferecem disciplinas que vão de “Brigadeiro Caseiro” a “RPG”, passando por “Smart Cities” e “O que rola por aí?”. Houve, também, a criação de uma nova disciplina chamada “Projeto de vida”, que tem como objetivo estimular o trabalho informal e precarizado disfarçado de empreendedorismo.

É preciso reerguer e mobilizar a nossa categoria que, infelizmente, foi estimulada pelo próprio sindicato a colocar grandes expectativas exclusivamente na luta jurídica e na luta parlamentar. Os ataques não vão parar por aí. Um pacote de maldades que mexeu com a nossa previdência e acabou com o plano de carreira dos novos concursados foi aprovado em 2021. E o governo segue falando em mexer também no plano de carreira de quem já estava na rede. Se não lutarmos, seremos massacrados.

Esse Congresso do SEPE-RJ precisa atualizar e fortalecer a pauta de reivindicações da categoria e preparar um plano de lutas. Precisamos construir uma forte greve na rede estadual do Rio de Janeiro e, para isso, precisamos de um sindicato de luta e combativo, com presença forte nas escolas, diferente de como a maioria da direção do SEPE-RJ atua, priorizando a luta jurídica e as corridas aos gabinetes para negociar migalhas parlamentares. Somente com a luta e a mobilização poderemos avançar e reverter esses ataques.

2.2. Rede municipal do Rio

Na rede municipal do Rio, estamos sofrendo com a maior arrocho salarial dos últimos tempos, que iniciou no governo Crivella e continuou no governo Paes. Após anos de congelamento salarial, dos triênios e do ticket refeição, além da redução salarial que tivemos com o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, nossos vencimentos "aumentaram" apenas 5,35%, um verdadeiro deboche com a categoria.

O ano letivo da educação começou com uma enorme carência de professores e funcionários. A combinação do arrocho salarial com a carência leva nossa categoria à sobrecarga de trabalho, recorrendo a "dobras" e "triplas". Do mesmo modo, os profissionais de apoio são remanejados entre as escolas, de modo que, em muitas escolas, por exemplo, onde havia dois dividindo tarefas, agora um cumpre o trabalho de dois. Escandalosamente, os funcionários do nível elementar têm o vencimento abaixo do mínimo. Para a educação especial, a carência de profissionais também absurda, assim como o vencimento baixíssimo dos Agente de Apoio à Educação Especial.

A infraestrutura das escolas continua precária, desde a ventilação das salas de aulas até a merenda. No ano passado, a SME impôs que uma parte do 1/3 de planejamento fosse cumprido nas escolas, mesmo sem infraestrutura adequada para isso, e as professoras e professores da educação infantil e dos anos iniciais sequer tem o direito ao 1/3 garantido. Cozinheiras escolares seguem adoecendo, fazendo uma quantidade de refeições muito além do que é permitido em lei e, quando readaptadas, acumulam funções impróprias ao seu estado de saúde, como a de porteiro. Todos esses problemas de infraestrutura e carência de profissionais provoca caos no cotidiano escolar e, muitas vezes, divisão entre os trabalhadores. Outro problema que vem provocando adoecimento mental dos servidores rede é o assédio moral por parte das direções escolares, que raramente são investigadas e punidas por essa prática.

Por fim, também vemos um avanço da implementação da BNCC, através redução dos tempos de História e Geografia no currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental, e do conjunto de uma lógica privatista na rede municipal, seja por meio das creches conveniadas em vez da expansão das creches públicas, convênios da SME com empresas de gestão de negócios da Fundação Leman (a qual Ferreirinha é ligado) e outras empresas e, agora, por meio de contratação temporária de professores.

Todos esses problemas mostram que Eduardo Paes, desde a histórica greve de 2013, que garantiu uma série de conquistas à categoria, mudou apenas de partido, mas não mudou de política. Aliás, vale dizer que o partido de Paes, o PSD, ocupou ministérios e pertenceu a base aliada do governo Bolsonaro no Congresso Nacional. No entanto, nas últimas eleições, Paes se localizou na frente Lula/Alckmin contra Bolsonaro e tem sido tratado como aliado ou como um mal menor por uma série de lideranças da esquerda carioca, tanto que o próprio PT, antigo aliado de Paes, que ocupava a vice prefeitura em 2013, decidiu integrar secretarias no governo em 2023.

Infelizmente, essa visão equivocada do governo também afeta a política da direção do SEPE-RJ. Uma política leva a uma série de confusões e expectativas, e que vem desarmando nossa categoria para lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Se não reconhecemos nossos inimigos, não lutamos direito. E, para nós, categoricamente, Eduardo Paes é inimigo dos profissionais de educação e, junto com seu secretário, Renan Ferreirinha, é o verdadeiro responsável por todos os problemas que enfrentamos nas escolas. Apesar de querer se apresentar como "democrático e popular", Paes só tem aplicado a política econômica de Bolsonaro e Guedes contra o serviço público e negado o direito à educação pública e de qualidade para crianças e adolescentes pobres.

Por isso, o SEPE-RJ tem que ser totalmente independente do governo Paes. Desde já, é necessário fazer uma forte campanha de denúncia de Paes e Ferreirinha nas escolas, exigindo as pautas dos profissionais de educação. Essa mobilização deve ter como perspectiva a construção de uma nova greve de 2013 na rede municipal do Rio para, novamente, derrotarmos Eduardo Paes e conquistar: Reposição de todas as perdas salariais (2019-2023), descongelamento do triênio e da progressão e reajuste do ticket alimentação! Nenhum funcionário recebendo abaixo do mínimo! Progressão por formação para todos os profissionais com nível superior! Não ao contrato temporário e precário! Convocação de todo o banco de concursos e novo concurso público para todos os cargos! Concurso urgente para AAEE, com correção da escolaridade do cargo! Basta de terceirização! Cumprimento da Lei 11.738 que garante 1/3 extraclasse, sem imposição de planejamento na escola! Reconhecimento do cargo de cozinheira escolar, de acordo com a Lei municipal 7111/21! Pagamento do adicional de insalubridade para as merendeiras! Criação do código de greve, basta de descontos de Paes!

2.3. Demais redes municipais

As redes municipais no estado do Rio são alvo da política de desmonte da educação impulsionada pelos prefeitos, que vêm travando uma guerra contra direitos conquistados com muita luta pela nossa categoria, em especial com ataques aos planos de cargos e salários e aplicação da Reforma da Previdência de Bolsonaro.

O prefeito Nelson Ruas (PL) e a Câmara dos Vereadores de São Gonçalo votaram, no fim de 2021, o fim do plano de carreira, acabando com o triênio, quinquênio, adicional de difícil acesso e criando critérios seletivos para a progressão por formação que, na prática, impossibilita a ascensão na carreira. Em Niterói, ano passado, o prefeito Axel Grael (PDT) também demonstrou seu intuito de mexer no plano de carreira dos profissionais de educação e, enquanto concedeu quase 200% de reajuste salarial a uma parcela de funcionários comissionados, num ano eleitoral, o reajuste da educação não cobriu nem a inflação de 2021. Tanto o prefeito da extrema-direita quanto o da frente ampla implementaram a Reforma da Previdência de Bolsonaro, aumentando a contribuição previdenciária de 11% para 14%, sendo que, em Niterói, na Câmara de Vereadores, a proposta foi aprovada com votos de parlamentares do PT e do PCdoB. O concurso público prometido por Grael até hoje não saiu do papel e, em São Gonçalo, centenas de profissionais aprovados no concurso de 2021 aguardam convocação.

Mesmo em municípios em que a categoria tem conquistado reposição das perdas salariais anuais, como em Maricá, a realidade não é “mil maravilhas” como gosta de pintar o prefeito Fabiano Horta (PT). Muitas escolas possuem infraestrutura precária ou nem possuem edificação própria, com aulas funcionando em containers alugados. A terceirização também é uma realidade e, trabalhadores da limpeza e da cozinha, que já recebem baixos salários, com vínculos precários, ainda sofrem com atrasos constantes, assédios e demissões.

Em geral, as escolas sofrem com a falta de estrutura em seu cotidiano, sem climatização, carência de profissionais de apoio, cozinhas apertadas e quentes demais, merenda precária e pouco nutritiva, falta de área de lazer para o intervalo dos estudantes e diversos outros problemas. Durante as graves chuvas de fevereiro, esses problemas ficaram ainda mais aparentes, com escolas alagando, muros derrubados e problemas elétricos que impediram aulas. Em diversos municípios, como é o caso de São Gonçalo e Maricá, a falta de infraestrutura básica ainda é agravada pelo fato de as direções escolares não serem eleitas pela comunidade escolar, tor-

nando ainda mais comum a ocorrência de assédio moral contra nós. Nesses municípios, tanto a extrema-direita quanto a frente ampla utilizam as escolas como curral eleitoral de vereadores de sua base aliada.

A precarização das escolas municipais não surge à toa, é parte de um projeto bem pensado que tem um objetivo bastante definido: a privatização da educação. Infelizmente, já é uma realidade a adoção de vouchers para creche e pré-escola. Ao invés de fortalecer o serviço público, valorizar os profissionais de educação e construir mais escolas e creches, os prefeitos querem encher os bolsos dos empresários de educação, proporcionando uma educação de péssima qualidade para as crianças dessas cidades.

Só tem um caminho para reverter esse cenário e avançar em mais direitos: a luta organizada da nossa categoria. Em São Gonçalo, construímos uma forte greve em 2022, que arrancou um reajuste de 21,9% para todo o funcionalismo, e é necessário seguir a luta pela volta de todos os direitos do antigo plano de carreira. Mesmo para conquistar o pagamento do piso nacional da educação, que já nos é direito, precisamos nos organizar, pois os prefeitos se negam a cumprir o piso. Essa deve ser a aposta de cada núcleo do SEPE em 2023: construir assembleias mobilizadas nas redes municipais que apontem como saída a mobilização, através de paralisações, greves e passeatas para pressionar por melhorias em nossas condições de trabalho e em nosso salário.

2.4. Localizar o SEPE-RJ na vanguarda das lutas contra o machismo, o racismo, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo e todo tipo de opressão

O machismo, o racismo, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo e demais opressões que existem na sociedade não estão fora do ambiente escolar. Pelo contrário, profissionais de educação e estudantes também são vítimas da discriminação e da exclusão dentro e fora das escolas. Essa situação se agravou no governo Bolsonaro, que estimulou, por meio de seu discurso e sua política, o ódio às mulheres, à população negra, à comunidade LGBTQIA+ e as pessoas com deficiência. Bolsonaro reduziu em 90% o orçamento nacional de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, tentou impor uma nova política nacional de educação especial que acaba com a perspectiva da inclusão, negaram a existência do racismo no Brasil, ajudaram no avanço do garimpo ilegal sobre as terras indígenas e atacaram o debate de gênero nas escolas.

As práticas machistas encontram no feminicídio sua expressão mais violenta, mas este está longe de ser o único sintoma. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), os casos de estupro somaram 66.020, 4,2% a mais do que em 2021. Já a violência psicológica contra mulheres somou 8.390 casos. As mulheres negras são 62% das vítimas de feminicídio. A cada dois dias uma mulher morre devido a abortos clandestinos, que somam 1 milhão ao ano no Brasil e levam 250 mil mulheres a hospitalizações. As mulheres brasileiras recebem 77,7% dos salários dos homens, mesmo com níveis de escolaridades e cargos iguais. O Brasil também é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, uma população que está excluída de direitos básicos, como o acesso ao emprego, à saúde e à educação básica e superior. Mesmo com a criminalização da homofobia em 2019, 320 pessoas LGBTI+ foram violentamente assassinadas no Brasil em 2021. De acordo com dados do Censo Escolar 2020, apenas 48% das escolas brasileiras tem projetos para tratar relações étnico-raciais, 15,2% para o machismo e 26% para a homofobia.

A história do Brasil pós abolição foi construída sob um apartheid velado da população negra com a intenção da burguesia nacional de tirar toda possibilidade de inserção social dessa população.

No passado, aos negros sobraram os guetos, os trabalhos mais precarizados, a informalidade. Eram cuidadoras, empregadas domésticas, biscates e camelôs, desempregos, pois a ideia do Estado era de eliminação ou mesmo genocídio. A entrada tardia dessa população nas fábricas como mão de obra foi fruto de uma tentativa estatal de branqueamento da população brasileira, já que, em um primeiro momento, coube apenas aos imigrantes europeus o posto de operários.

A ideia de uma sociedade baseada na "democracia racial" escamoteou e escondeu o racismo brasileiro durante anos, o que causou um certo esvaziamento do debate sobre raça no campo das lutas sociais e dificultou a organização para a luta. Mesmo tendo iniciativas dos vários movimentos negros para denunciar a situação do negro, essa ideologia de uma sociedade sem racismo dificultou uma melhor análise que juntasse a relação de raça e classe como fundamentais para o combate necessário as desigualdades, à burguesia e, consequentemente, ao que causava e causa tanta miséria, que são os sucessivos governos que sustentam o sistema capitalista mundial.

A polícia militar, no projeto de eliminação e genocídio da população negra, sempre cumpriu a tarefa de reprimir e controlar, criminalizando a pobreza e os territórios que foram estabelecidos como lugares ou "não-lugares" dessa população, que foram as favelas. A guerra às drogas, as ocupações militares das favelas, política aplicada por Claudio Castro, governador responsáveis pelas maiores chacinas do estado do RJ, com o apoio de Eduardo Paes, e que se sucederam em vários governos, inclusive os ditos "progressistas", como de Lula e Dilma, foi a demonstração do que hoje se convencionou em chamar de "necropolítica", que nada mais é que a escolha de quem pode morrer nesse sistema econômico que vivemos, tendo como mais vulneráveis a juventude negra. Essa política tem efeitos diretos na aprendizagem dos estudantes e nas condições de trabalho de profissionais de educação, pois rouba dias letivos e gera sofrimento psíquico. Somente na primeira semana do ano letivo de 2023, conforme levantamento do Instituto Fogo Cruzado, ocorreram 29 tiroteios no entorno de 59 escolas e creches da região metropolitana do Rio de Janeiro, levando ao fechamento de escolas em bairros como Vila Kennedy e Cidade de Deus.

Apesar disso tudo, as mulheres, as negras e negros, as pessoas LGBTQIA+ e demais setores oprimidos saíram às ruas para responder a esses ataques. E após a derrota eleitoral de Bolsonaro, um importante passo para as nossas lutas, muitos tem expectativas que o governo Lula/Alckmin vai responder a essas demandas. A presença de mulheres, ativistas negros, indígenas e PCDs na cerimônia de posse e em ministérios, sem dúvidas, é uma diferença em relação ao governo da extrema-direita. No entanto, alertamos que a conciliação com os patrões e com políticos e partidos conservadores vai levar esse governo a rifar nossas pautas, em nome de uma suposta "governabilidade", como ocorreu em momentos anteriores.

Por isso, essas lutas terão que seguir, exigindo do novo governo o atendimento das nossas pautas de forma independente, e o SEPE-RJ precisa ser parte delas. Consideramos que a participação do SEPE nesses movimentos ainda está muito aquém do necessário, assim como a discussão dessas pautas na base. O SEPE tem um papel muito importante a cumprir de combate às opressões exigindo políticas públicas, participando dos movimentos e combatendo os discursos e ações preconceituosas entre trabalhadores. É necessário atualizar o nome da Secretaria de Gênero e Combate à Homofobia para Secretaria de Gênero e defesa dos direitos LGBTQIA+.

Propomos que o SEPE-RJ exija dos governos: Fim das operações e ocupações militares nas favelas! Fim da PM! Legalização das drogas! Cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena na educação básica! Emprego e renda para pessoas LGBTQIA+! Respeito ao nome social! Cotas para pessoas trans

e travestis em concursos públicos! Recomposição e aumento do orçamento para combate à violência contra a mulher! Políticas públicas de combate ao assédio sexual, ao racismo e à LGBTQIA+fobia nas escolas, com projetos de conscientização e ouvidorias e protocolos específicos para receber, acolher e apurar esses tipos de denúncia, assim como a punição de agressores e coniventes! Educação sexual para decidir, contraceptivos para não engravidar e aborto legal, seguro e gratuito, garantido pelo SUS, para não morrer! Basta de desigualdade salarial entre homens e mulheres e entre negros e brancos: salário igual para trabalho igual! Investimentos na política de educação inclusiva, com garantia de concursos públicos para profissionais de apoio especializados, intérpretes de libras e cuidadores, infraestrutura e materiais nas salas de recursos multifuncionais, formação continuada para professores e acessibilidade nas escolas! Separação entre Igreja e Estado! Por uma educação laica, científica e com perspectiva de gênero!

III. ORGANIZAÇÃO E ESTATUTO DO SEPE-RJ

3.1. Defendemos um SEPE-RJ independente dos governos, de luta e democrático

A última gestão da direção do SEPE-RJ atravessou a pandemia e o governo Bolsonaro. Um cenário complexo que exigiu desafios. O primeiro deles foi a organização da luta por meios virtuais. Se inicialmente esta forma ajudou a evitar a dispersão da categoria, depois e se transformou em um método que ajudou os governos a aplicar ajustes e medidas fortes de precarização. A decisão de manter a virtualidade durante quase um ano após o retorno foi inconsequente, visto que a direção deixou a base das suas escolas sem retorno para as muitas demandas.

Ao mesmo tempo, a gestão sempre priorizou resolver as demandas da categoria com ações judiciais e parlamentares. Assim, a maioria da direção do SEPE-RJ esteve mais voltada a correr gabinetes parlamentares do que escolas, o que vem custando direitos à categoria, como os retirados no Pacotaço de 2021; a implementação do NEM em 2022, após veto de Castro ao PL que adiava a votação; o aprofundamento ao ataque à animação cultural; o aumento da contribuição previdenciária no município do Rio e a mudança no cargo de P1 e P2 que abre margem para implementação do notório saber etc. Vale ressaltar que, em meio aos debates sobre mudança da carga horária de 16h para 18h na rede estadual, a maioria da direção votou contra uma campanha de denúncia da farra que o Claudio Castro estava promovendo com os recursos da educação e do FUNDEB, argumentando que a denúncia do governo atrapalharia as negociações de 1/3, que nunca ocorreram, visto que o aumento da carga horária foi imposto pelo governo. Não somos contrários/as a encaminhar processos judiciais, projetos de lei e negociações, mas sem luta organizada e pressão da categoria dificilmente conseguimos conquistas, e esta deveria ser a tarefa principal do sindicato.

Essa falta de eixo no trabalho de base e na mobilização não é nova no SEPE-RJ, mas se aprofundou muito no último período. No ano passado, por exemplo, enquanto a rede municipal do Rio começava a se levantar, chegando a realizar uma assembleia presencial com cerca de 500 presentes, que votou “estado de greve”, a maioria da direção desperdiçou esse potencial, não construiu o estado de greve na base, boicotando a informação sobre essa decisão nos boletins e publicações nas redes e não visitou escolas. Todo este debate esteve atravessado pela estratégia da maioria das direções no último ano, que foi colocar todas as forças no processo eleitoral e abandonar as lutas.

Por fim, vemos que o uso de métodos antidemocráticos e manobras é recorrente. Por exemplo, enquanto fechamos essa tese, está em debate a manobra realizada pela maioria da direção, que desrespeitou a decisão da última assembleia do estado de realizar uma nova assembleia no dia da paralisação (22/03) e convocou uma assembleia "agitativa", sem poder de deliberação e aprovação da continuidade da luta após dia 22/03.

Nós defendemos um sindicato independente de todos os governos, combativo e de luta, que tenha a mobilização permanente e a organização da base da categoria como seu eixo de atuação, e democrático, em que tudo seja decidido nas assembleias e que as decisões sejam respeitadas e encaminhadas.

3.2 Apostar no trabalho de base e numa intensa campanha de filiação

Em meio às lutas que precisamos construir no próximo período, propomos que a direção do sindicato organize uma intensa campanha de filiação. Na rede estadual, a maioria dos profissionais de educação não são filiados ou se desfiliaram. No município do Rio, tem aumentado o número de desfiliações. Na nossa opinião, essa situação tem a ver com o balanço do sindicato do último período. Explicações genéricas como "as pessoas não acreditam mais nos sindicatos" não apontam soluções. Em vez disso, temos que nos perguntar: "por que há descrença nos sindicatos e como recuperar a confiança"? Para nós, os profissionais de educação não são culpados por sua desconfiança. Pelo contrário, na maioria das vezes, ela tem fundamento na condução errada do movimento. Por isso, o caminho para aumentar a filiação ao SEPE-RJ é o trabalho de base, diálogo e convencimento permanentes no chão da escola.

Além disso, o tema da arrecadação financeira também está diretamente ligado à filiação e ao trabalho de base. Um exemplo disso é o debate sobre os funcionários do sindicato. Depois de três anos de congelamento salarial, em 2022, os funcionários exigiram reposição de todas as perdas salariais, entre outras reivindicações. A maioria dos setores da direção estadual se posicionou contra o atendimento da pauta, alegando que o SEPE-RJ "não teria dinheiro", um argumento apresentado como fato consumado, sem nenhuma solução para isso, assim como fazem os patrões e os governos. Sabemos que a arrecadação de uma entidade sindical não é igual a de uma empresa ou do Estado, mas estamos convictos de que as finanças do SEPE-RJ podem aumentar com mais filiados e, para ter mais filiados, a direção precisa estar sempre na base e construir as lutas.

Por fim, queremos dialogar com os colegas que se desfiliaram ou não estão filiados. Os sindicatos são, historicamente, a ferramenta de organização e luta da classe trabalhadora. É através da organização sindical que podemos exigir as nossas reivindicações dos patrões e governos. Para impedir que setores pelegos assumam a direção do sindicato, não podemos, simplesmente, sair dele, mas participar e disputar seus rumos em todas as suas instâncias. A contribuição financeira voluntária também é fundamental porque nossos sindicatos precisam ser independentes politicamente para defenderem nossos interesses de classe.

3.3. Manter a proporcionalidade na direção do SEPE central, núcleos e regionais

Nas eleições do SEPE-RJ, formam-se chapas compostas por diferentes coletivos, organizações políticas e ativistas independentes da categoria. No atual modelo de composição das direções, chamado "proporcionalidade", após as eleições, a direção estadual, dos núcleos e regionais são

formados com base na proporção de votos que cada chapa obteve. Defendemos que esse modelo seja mantido, em contraponto à proposta dos setores da CUT/PT, que defendem a "majoritariedade", ou seja, a chapa vencedora das eleições, dirigirá sozinha o sindicato. Essa proposta é errada porque a base do SEPE-RJ é muito plural, com trabalhadores organizados em diferentes correntes políticas e, nas últimas eleições, nenhuma chapa obteve sequer uma maioria simples dos votos. Por isso, defendemos a manutenção da proporcionalidade.

3.4. Garantir eleições e fóruns 100% presenciais

O governo Bolsonaro, com seu negacionismo e atraso na política de vacinação foi o maior responsável pelo genocídio da Covid-19 que matou cerca de 800 mil pessoas. Mas para atender interesses financeiros patronais, também os governos estaduais e municipais não foram consequentes com a política de isolamento social. Por esses motivos, os efeitos da pandemia duraram muito mais tempo.

Num primeiro momento, esse contexto impôs uma mudança no funcionamento do sindicato, passando de presencial para virtual. Ainda assim, setores como merendeiras e porteiros terceirados da rede municipal do Rio, com salários atrasados pelo governo Crivella, fizeram protestos presenciais pelo pagamento dos salários. A maioria da direção do SEPE-RJ votou que não iria participar desses protestos, uma dinâmica que seguiu mesmo depois que a categoria estava vacinada e trabalhando presencialmente nas escolas com salário arrochado, direitos congelados e em condições de trabalho ainda piores do que antes, com a opção de manter assembleias virtuais ou híbridas durante um longo período. Na rede estadual, por exemplo, a primeira assembleia presencial ocorreu no final de 2022, mais de um ano após o retorno presencial ao trabalho. Infelizmente, os fóruns virtuais não serviram para organizar nenhuma luta efetiva.

Do mesmo modo, as eleições do SEPE-RJ ocorreram no início do primeiro semestre de forma híbrida, consolidando o afastamento da maioria da direção da base, mesmo com as escolas em pleno funcionamento. Além disso, a parte híbrida do processo eleitoral não foi organizada pelo sindicato, mas foi terceirizada para uma empresa. O argumento foi de que uma eleição virtual e organizada por uma empresa seria mais moderna e barata, algo que não se concretizou, pois os custos para contratação do sistema privado e dos aparelhos eletrônicos foi alto e o seu funcionamento péssimo, com vários trabalhadores sem conseguir votar nas escolas.

Sabemos que muitos colegas, sobretudo os que moram longe ou que tem dificuldade de locomoção, acham que as assembleias híbridas são melhores. Nós entendemos, mas discordamos, pois estar conectado no Zoom não garante a participação efetiva e consciente. Nas assembleias virtuais, sempre era notável que o número de pessoas conectadas era muito maior do que o número de votantes. Defendemos que o sindicato garanta condições para a participação presencial, com disponibilização de transporte ou ajuda de custo, recreação infantil e acessibilidade. Defendemos que as próximas eleições e demais fóruns, em especial as assembleias gerais, ocorram de forma 100% presencial, para que sejam espaços realmente democráticos e de participação da categoria.

3.5. Reformular a situação dos trabalhadores "fora de rede"

Defendemos reformular a situação dos profissionais "fora de rede", ou seja, aqueles que não possuem vínculo trabalhista com nenhuma rede de educação. Eles devem ser parte da vida

política e sindical do SEPE-RJ e das lutas da educação, no entanto, concretamente, os "fora de rede" não sofrem diretamente na pele os ataques aos direitos e os problemas das condições de trabalho, assim como os profissionais de educação da rede estadual e redes municipais. Nesse sentido, ainda que os "fora de rede" possam estar filiados ao SEPE, defendemos que não possam se candidatar nas eleições à direção do sindicato nem participar com direito a voto nos fóruns deliberativos, como o Congresso, as assembleias, visto que não podem representar diretamente a base e suas reivindicações.

3.6. Por uma Comissão de Ética estatutária e um combate efetivo às opressões

Em meio à quarta onda internacional de lutas feministas, as mulheres foram às ruas e se empoderaram para lutar por seus direitos, denunciando a violência de gênero, garantindo conquistas e ocupando mais espaços. É necessário que os sindicatos reconheçam esta mudança e formulem políticas sintonizadas com as demandas atuais das trabalhadoras.

Na educação, a maioria das profissionais são mulheres e sofrem o peso da sociedade patriarcal. Há colegas que chegam à escola para dar aula depois de serem agredidas dentro de casa, que ficam caladas diante de assédio sexual no ambiente escolar e tantas outras situações de violência. O silêncio e a impunidade são mecanismos de perpetuação da violência de gênero. Neste sentido, o sindicato tem que dar resposta e criar mecanismos e espaços de denúncia e acolhimento das vítimas de nossa categoria.

Dentro do sindicato não é diferente. No último período, aumentou o número de denúncias de companheiras, dirigentes do SEPE-RJ, contra outros dirigentes homens e, infelizmente, hoje, o sindicato não tem uma instância formal e democrática que dê conta disso. Por isso, propomos a criação de uma Comissão Ética enquanto instância do SEPE-RJ, um espaço para acolher as denúncias das vítimas, de apuração dos fatos e de julgamento, com punições correspondentes. Propomos que essa comissão seja composta por filiadas e que seja eleita no Congresso. A Comissão deverá se reunir e funcionar quando receber uma denúncia formal de filiada/o/es da categoria.

Da mesma forma, a Secretaria de gênero e defesa dos direitos LGBTQIA+, junto a toda a coordenação, devem dar continuidade a um processo de conscientização e educação na categoria de conjunto acerca da situação das mulheres na sociedade, nas escolas, a organização de suas lutas e programa de reivindicações.

3.7. Filiação à central sindical

A atual conjuntura requer a maior unidade da classe trabalhadora. Neste sentido, é fundamental a organização dos trabalhadores em sindicatos, federações e centrais sindicais que representem a luta de nossa classe contra os governos e os patrões. As jornadas de atos nacionais que levaram às ruas milhares durante o ano 2021 demonstraram a disposição de luta da classe e a força da mobilização unificada. Infelizmente, as principais centrais sindicais, CUT e CTB, abandonaram a unificação e a continuidade das ações nas ruas, desviando as forças dos movimentos somente para o processo eleitoral, política que deu margem para extrema direita se reerguer e disputar as eleições nacionais, conseguindo, apesar de perder, um resultado apertado. Isto também permitiu que o movimento de extrema direita se organizasse numa marcha golpista no dia 8 de janeiro. E, atualmente, não existe por parte das principais centrais organização e con-

vocatórias para continuar lutando nas ruas até derrotar definitivamente os setores golpistas.

Do mesmo modo, essas centrais não têm posicionamento independente diante de um aumento de salário-mínimo irrisório nem de defesa de reajustes salariais frente a defasagem existente na maioria das categorias. Também silenciam os processos de privatizações de empresas estatais e nada falam sobre lutar por aumentos em setores básicos como saúde e educação. Esta política responde ao apoio à política de conciliação de classes do governo Lula/Alckmin, que se transforma em blindagem ao governo frente a qualquer demanda ou reivindicação da classe trabalhadora. Nesse contexto, reivindicamos a CSP-Conlutas, uma central que se posiciona independente de governos e patrões, que combate permanentemente e de forma intransigente as traições das direções burocráticas e prega pela unidade da classe para lutar por suas reivindicações respeitando as decisões das bases em assembleias e demais fóruns das categorias de forma democrática e independente.

3.8. Impulsionar uma oposição independente e de luta na CNTE

O SEPE-RJ decidiu, há anos, se desfiliar da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e impulsionar uma alternativa por causa da falta de independência da entidade frente aos governos Lula e Dilma, que a fez se tornar correia de transmissão das políticas do governo. Mesmo nos governos seguintes, essa entidade seguiu sem cumprir o papel de unificar as lutas dos trabalhadores da educação básica.

Por exemplo, em 2016, quando pipocaram ocupações secundaristas em todo o país contra a Reforma do Ensino Médio e a lei do Teto de Gastos do governo Temer (MDB), o que fez a CNTE para unir estudantes e profissionais de educação? Nada. A Reforma do Ensino Médio foi aprovada no ano seguinte e, de lá para cá, que calendários nacionais a CNTE convocou pela revogação desta lei? Nenhum. Diante das diversas greves da educação do início de 2022, reivindicando o reajuste de 33% no Piso, muitas delas com vitórias, por que a CNTE não nacionalizou essa luta se a maioria dos estados e municípios não cumprem o piso ou não aplicaram esse reajuste? Mais recentemente, no Dia Nacional de Luta convocado pela CNTE para o dia 22 de março de 2023, está pautado o cumprimento do Piso Nacional, mas o NEM e a BNCC não estão na pauta. No contexto atual, os dirigentes da CNTE defendem a linha de que é preciso "disputar o governo" Lula/Alckmin e até escrevem artigos criticando o ministro Camilo Santana e a composição do ministério da educação. Mas, na lógica desses dirigentes, "disputar" significa pressionar para que eles também tenham cargos no MEC, o que não muda o caráter do MEC nem do governo. Nesse sentido, defendemos que, independentemente de o SEPE-RJ estar ou não filiado à CNTE, sua postura tem que ser de exigência a sua direção de que convoque e organize pra já a luta nacional da educação, tendo como eixos o piso salarial e a revogação do NEM e da BNCC.

No entanto, consideramos que estar fora da CNTE não ajuda o SEPE-RJ a fazer esta disputa, já que o projeto de impulsionar uma nova confederação fracassou. O SEPE-RJ é o único grande sindicato da categoria que está fora da entidade, ou seja, está isolado nacionalmente. Não defendemos o retorno à CNTE por concordar com a política da sua direção, mas porque, para unificar as lutas da educação nacionalmente, é necessário impulsionar uma oposição a essa direção.

3.9. Fundo de greve deve servir para fortalecer as greves

Quando nossa classe faz greves, os patrões e os governos tentam enfraquecer o movimento de

todas as formas: criminalização, judicialização, demissões, repressão, cortes de ponto, multas aos sindicatos etc. Para isso, tem como aliados a mídia, as forças repressivas e a justiça. Nem sempre eles conseguem dobrar a força do movimento. Muitas vezes, somos ameaçados de perder nosso salário, do qual depende nosso sustento e das nossas famílias. Por isso, a existência de um fundo de greve no SEPE-RJ é uma conquista, pois garante recursos materiais para que a luta siga.

No entanto, no último período, o fundo de greve foi usado para pagamento de dívidas. Por outro lado, durante a greve pela vida, quando houve descontos no salário, a maioria direção do SEPE-RJ, sem convocar assembleia orçamentária, aprovou que a "ajuda" aos descontados só poderia ocorrer por meio de cesta básica, uma enorme contradição. Defendemos que o fundo de greve seja utilizado exclusivamente para fortalecer as greves da categoria diante de ataques dos governos ao salário, que o mecanismo e valor da ajuda financeira aos descontados seja decidido pela categoria nas assembleias orçamentárias e que os núcleos e regionais também criem fundos de greve próprio com os mesmos objetivos.

3.10. Manter a autonomia dos núcleos e regionais

Defendemos a autonomia dos núcleos e regionais para tocar a política de acordo com a realidade das redes em cada local. Nos locais onde existe sindicato municipal da educação, além do núcleo do SEPE, com trabalhadores do município filiados nos dois sindicatos, defendemos uma atuação unificada a partir das pautas da categoria e independência dos governos. No entanto, sabemos que há sindicatos municipais com direções que não tem independência política do governo, como é caso do Sineduc de Maricá. Nesses casos, é necessário respeitar a autonomia do núcleo para responder aos problemas da categoria. Por fim, discordamos da proposta dos setores do PT/CUT de acabar com as regionais e criar um único núcleo da capital para dar conta de toda a rede municipal do Rio, uma das maiores redes de educação da América Latina, com um território muito extenso.

ASSINATURAS

1. MARIANA NOLTE – SEPE-RJ – PROFESSORA – REDE ESTADUAL (CE CAPITÃO OSWALDO ORNELLAS) E MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO (EM PAULO FREIRE)
2. JOSÉ EDUARDO MARIANI – SEPE-RJ – PROFESSOR – REDE ESTADUAL (CE AMARO CAVANCANTI) E MUNICIPAL DO RIO (EM DESEMBARGADOR OSCAR TENÓRIO)
3. BÁRBARA SINEDINO – SEPE-REGIONAL I – PROFESSORA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO
4. HENRIQUE BEM LIGNANI – SEPE-RJ (SUPLENTE) – PROFESSOR – REDE MUNICIPAL DE ARARUAMA (EM ANDRÉ GOMES DOS SANTOS) E DE QUEIMADOS (EM SENADOR NELSON CARNEIRO)
5. CLECIA MARIA VIEIRA DA SILVA – SEPE-REGIONAL 5 – COZINHEIRA ESCOLAR – REDE MUNICIPAL DO RIO
6. JACQUELINE FERNANDES – SEPE-MARICÁ – PROFESSORA – REDE ESTADUAL
7. LISANDRO BESSA – SEPE-REGIONAL 9 – PROFESSOR – REDE ESTADUAL
8. ELAINE DA SILVA ANDRADE REZENDE – SEPE-REGIONAL 9 – PROFESSORA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO
9. VARVARA SOFIA BOUHID SEABRA – SEPE-NITERÓI – PROFESSORA – REDE ESTADUAL (CEPARL-NITERÓI)
10. ALBERTO MARINS – SEPE-MARICÁ – PROFESSOR – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO
11. ADOLPHO FERREIRA – PROFESSOR – REDE MUNICIPAL DO RIO E ITAGUAÍ
12. ADONAI COSTA – PROFESSOR – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CABO FRIO
ADRIANA TEIXEIRA DE SOUZA - PROFESSORA (E.M. APOLÔNIO DE CARVALHO)
13. ALEXANDRE CORREIA – PROFESSOR – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO
14. ALEXANDRE DIUANA DE MENEZES SILVA – SUPERVISOR – REDE MUNICIPAL DE ARARUAMA
15. ALEXANDRE RANGEL DE PAULA ARAÚJO – PROFESSOR – REDE ESTADUAL
16. ALOMA AZEVEDO - PROFESSORA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO
17, AMANDA GAMA LOPES DA SILVA – PROFESSORA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE SÃO PEDRO D'ALDEIA
18. BRUNESA GONÇALVES - PROFESSORA - REDE MUNICIPAL DO RIO (CIEP CLEMENTINA DE JESUS)
19. BRUNO MELO – PROFESSOR – REDE ESTADUAL (CIEP 165)
20. BRUNO NASCIMENTO FARIA – PROFESSOR – REDE MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO (EM IRENE BARBOSA ORNELLAS)
21. CAIO BARROS SEPULVEDA – INSPETOR – REDE MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO (EM ALBERTO PASQUALINI)
22. CARLA KIKINGER – APOSENTADA – REDE ESTADUAL
23. CASSIANA VIDAL – REDE MUNICIPAL DO RIO
24. CESAR AUGUSTO DE SANTA ROSA – PROFESSOR – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CABO FRIO

25. CHARLES PIMENTA – PROFESSOR – REDE ESTADUAL
26. CRISTIANA LEITE DA SILVA – REDE MUNICIPAL DO RIO (EDI ALBERTO FERREIRA PINTO)
27. DENISE AZEVEDO DOS SANTOS – PROFESSORA – REDE MUNICIPAL DE CABO FRIO
28. DENISE DA SILVA ROCHA – COZINHEIRA ESCOLAR – REDE MUNICIPAL DO RIO (EM DUARTE BATISTA)
29. ELBIO MEIRELES AZEREDO – DIRIGENTE DE TURNO – REDE MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO
30. FERNANDA DIAS – PROFESSORA – REDE MUNICIPAL DO RIO E ITAGUAÍ
31. FERNANDO MADEU – PROFESSOR – REDE ESTADUAL (C.E. AMARO CAVALCANTI)
32. FLÁVIA DORES DE ALMEIDA – PROFESSORA – REDE ESTADUAL
33. FLAVIO DA COSTA FONTENELLE – REDE MUNICIPAL DE ARARUAMA (EM VEREADOR EDMUNDO PEREIRA DE SÁ CARVALHO)
34. GABRIEL CARVALHO DOS SANTOS – PROFESSOR – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE SÃO PEDRO D'ALDEIA
35. GABRIEL CLAVERIA E SOUZA – PROFESSOR – REDE ESTADUAL (CE DR. JOÃO GOMES DE MATTOS SOBRINHO) E MUNICIPAL DE MARICÁ (ESCOLA MUNICIPAL ROMILDA NUNES)
36. GABRIELA DA COSTA LIMA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CABO FRIO
37. GLAUBER DOS ANJOS – PROFESSOR – REDE ESTADUAL
38. HENRIQUE CESAR SANTOS DE ALMEIDA – FUNCIONÁRIO – REDE ESTADUAL DE CABO FRIO
39. ILZA SEABRA – PROFESSORA – REDE ESTADUAL (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS)
40. JOÃO HÉLDER CARDOSO – PROFESSOR – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO
41. JOÃO HENRIQUE DE O. CHRISTOVÃO – PROFESSOR – REDE MUNICIPAL DE CABO FRIO E DO RIO
42. JOBÉLIA DOS SANTOS – INSPETORA – REDE ESTADUAL
43. JORGE AUGUSTO CORREA RIBEIRO – PROFESSOR – REDE MUNICIPAL DO RIO (EM APOLÔNIO DE CARVALHO E CIEP CLEMENTINA DE JESUS)
44. JORGE LUIZ RIBEIRO DE LIMA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO
45. LAÍS BRANDÃO SATHLER – PROFESSORA – REDE MUNICIPAL DE NITERÓI (E.M. HELENA ANTIPOFF)
46. LEANDRO GALINDO – REDE MUNICIPAL DE NITERÓI (EM VERA LÚCIA MACHADO) E MARICÁ (CEPT ANÍSIO TEIXEIRA)
47. LEANDRO MANGIA - PROFESSOR DA REDE ESTADUAL (CE BANGU)
48. MAGALI PASSOS LEIRIA – SEPE-REGIONAL 2 – AGENTE EDUCADORA – REDE MUNICIPAL DO RIO
49. MARCELO DOS SANTOS RIBEIRO – PROFESSOR – REDE ESTADUAL (C.E. DOUTOR ALFREDO BACKER)
50. MÁRCIA DOS SANTOS PASCHOAL – APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL RIO
51. MARCOS ROBERTO SANTOS COSTA – SEPE-MARICÁ – PROFESSOR – REDE ESTADUAL (CE DR. JOÃO GOMES SOBRINHO)
52. MARIA JOSÉ TERRA POVOAS – PROFESSORA – REDE ESTADUAL
53. MATEUS RODRIGUES VIEIRA DA SILVA – SUPERVISOR – REDES MUNICIPAL DE CABO FRIO E ARARUAMA
54. MOEMA RIBEIRO – REDE MUNICIPAL DO RIO (E.M. MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES)
55. PRISCILLA AIRES ALVES DA SILVA – PROFESSORA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO (CIEP 395 LUIZ HENRIQUE NOVAES)
56. ROBERTO VALENTIM DA COSTA PÓVOAS – APOSENTADO – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CABO FRIO
57. SIMONE FARIA ALMEIDA – PROFESSORA - REDE MUNICIPAL DE MACAÉ
58. SONIA REGINA DE SOUZA NICOLLI DE AZEREDO – PROFESSORA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CABO FRIO
59. TANIA MARA MUNIZ DE OLIVEIRA – PROFESSORA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CABO FRIO
60. VALDENISE RIBEIRO PINHEIRO – PROFESSORA – REDE MUNICIPAL DE NITERÓI
61. WILLIAM ALENCAR GRANJA – PROFESSOR – REDE ESTADUAL – CIEP 178 JOÃO SALDANHA

TESE DO MOVIMENTO LUTA DE CLASSES AO XVI CONGRESSO DO SEPE-RJ

DERROTAR O FASCISMO E LUTAR PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DE QUALIDADE

O MLC - Movimento Luta de Classes é um coletivo de trabalhadoras e trabalhadores indignados com a exploração capitalista e que defendem uma nova sociedade, sem opressão, o socialismo.

Estamos organizados em todo país desde 2005 e reunimos profissionais da educação, da saúde, operários, operárias, garis, camelôs e dezenas de outras categorias. Acreditamos que apenas com a unidade de ação contra o capital de toda a classe trabalhadora poderemos vencer nossas lutas e conquistar direitos.

Conheça nesta tese algumas de nossas posições e venha se organizar no MLC!

As ruas são a saída para vencer o fascismo no Rio e no Brasil

Depois de serem derrotados nos dois turnos das eleições presidenciais de 2022, fascistas invadiram prédios da Presidência da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal em Brasília, uma semana após a posse do presidente eleito.

Com o apoio da maioria da população, especialmente das pessoas mais pobres e da classe trabalhadora, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito com a proposta de enfrentar a pobreza extrema que o governo Bolsonaro deixou pelo país, além de fazer com que os Ministério da Saúde e da Educação voltem a promover políticas de interesse do povo.

Nos compromissos de Lula, constavam o cuidado com o meio-ambiente e a proteção dos povos indígenas. O petista também prometeu recuar com os projetos de privatização. Ou seja, se confrontando em tudo com a pauta de Bolsonaro, dos generais e banqueiros, apoiados pelo centrão.

Mesmo que não esteja na pauta a reforma agrária, a reforma urbana, a nacionalização dos bancos e a utilização do dinheiro que vai para a dívida pública para acabar com a fome do povo, ou a revogação das reformas trabalhista e previdenciária, os fascistas a serviço dos bilionários não querem que o governo eleito e empossado governe. Querem cassar o direito ao voto e convocar uma nova ditadura militar. Os assassinos e estupradores do golpe de 1964 querem repetir o que já fizeram no país: fim das eleições, fim da liberdade de imprensa, censura, sequestros, torturas e assassinatos de opositores políticos.

Os criminosos responsáveis pelos atos antidemocráticos na capital federal precisam ser punidos, bem como seus organizadores infiltrados nas esferas de poder, que devem ser identificados, expulsos e penalizados.

Mas, apesar de termos derrotado eleitoralmente o candidato fascista no plano federal, não derrotamos no plano estadual e, principalmente, não derrotamos nas ruas. Cláudio Castro (PL) conseguiu reunir todas as oligarquias locais, milicianos e bandidos históricos da política fluminense em sua coalizão de eleição.

Isto impõe ao nosso sindicato um desafio enorme. Prefeitos e governador estão muito alinhados nas pautas de ataque aos serviços públicos e, em especial, à educação.

Estamos ainda sob o domínio das leis draconianas do Regime de Recuperação Fiscal, que proíbe concursos e congela os investimentos nas áreas sociais. Vivemos no último período a privatização da CEDAE, o aprofundamento da piora das condições de vida e a piora da crise econômica no nosso estado.

Diante desse cenário precisamos colocar nosso bloco na rua. Não podemos ficar parados ou agindo passivamente esperando uma ação do novo governo federal. Somente nossa mobilização poderá garantir nossos direitos.

Temos um longo caminho pela frente, muitas necessidades estão postas para a classe trabalhadora no mundo. Temos uma crise climática, econômica e social. Convivemos com o avanço da organização das forças fascistas na América Latina e diante da disputa de blocos imperialistas no mundo.

O SEPE, com seus mais de 60 mil filiados, pode e deve se colocar de maneira altiva nessa conjuntura. Este é o chamado do MLC nesta hora fundamental. O fascismo, derrotado nas urnas, precisa ser enfrentado e derrotado nas ruas!

Revogar o Novo Ensino Médio: urgência urgentíssima

Reforma do Ensino Médio, BNCC, desvalorização, terceirização, cortes de verbas: estes são alguns dos ataques que a educação pública vem sofrendo nos últimos anos. Todas as conquistas que profissionais da educação alcançaram no último século estão sob risco.

A Reforma do Ensino Médio está nos impondo uma realidade de precarização do processo de ensino-aprendizagem. Professores e alunos não sabem o que ensinar e aprender. “Aulas” como “Projeto de Vida” e coisas do tipo, sem qualquer conexão com a realidade do estudante e da comunidade escolar, ocupam tempos das chamadas “matérias tradicionais”, reduzindo a formação crítica dos estudantes e limitando seu acesso ao ensino superior.

Os itinerários formativos agravam a desigualdade entre as escolas mais abastadas e as precarizadas, que não têm condições estruturais para fornecer a diversidade de opções desejáveis à comunidade escolar ou sustentar um ensino de turno estendido. Expande também o abismo na formação entre os que podem pagar uma ensino privado (que muitas vezes manteve o ensino das “matérias tradicionais” não mais obrigatórias no Novo Ensino Médio) e o ensino público que serve à classe trabalhadora.

Este é o primeiro passo que os governos estão dando para impor no futuro a terceirização também da atividade docente, visto a possibilidade de se empregar pessoas de “notório saber” como professores no Novo Ensino Médio, independente de terem alguma formação pedagógica. Não podemos permitir isto.

Ninguém aqui defende unicamente o retorno ao currículo antigo, ainda pautado pela chamada “educação bancária”, como definiu Paulo Freire. Mas neste momento, a revogação da reforma é fundamental para que esta geração de estudantes, afetada pelas históricas carências da rede e pela pandemia, não seja ainda mais prejudicada.

A BNCC é outro desafio. Formada sem consulta à comunidade escolar, a Base Nacional Comum Curricular hoje não dá conta de resolver os problemas históricos do currículo das escolas, permanecendo conteúdistica e eurocêntrica.

Além de estar sendo implementada sem ter sido feito em conjunto também uma mudança nos cursos de licenciatura, hoje a BNCC não resolve os problemas no processo de ensino-apren-

dizagem, alienando os alunos de uma formação crítica que os permitiria compreender a complexa realidade em estão inseridos.

Evidentemente, ter uma base nacional curricular é parte importante da nossa luta nas questões pedagógicas. Mas isto não pode ser feito a toque de caixa, ou imposto sem debate com o conjunto de educadores. O Brasil é um país enorme, com muitas desigualdades e a BNCC desconsidera este fato.

O pior ponto é o fato da BNCC, na mesma linha do tal Novo Ensino Médio, na prática desestruturar o currículo, principalmente da área de humanas, ciências naturais e artes. Isto nos impõe a necessidade imediata de reversão desses retrocessos, pois a cada dia que passa milhões de estudantes e profissionais da educação estão com sua formação e trabalho em risco.

Valorização profissional e recomposição orçamentária

Outro ponto importante é a luta pela nossa valorização profissional e a recomposição orçamentária da educação pública. O Rio de Janeiro é o estado que paga um dos piores salários aos profissionais da educação. Estados muito mais pobres que o nosso chegam a pagar o dobro do valor para a mesma carga horária.

Sob muita pressão da categoria, após 7 anos sem reajustes salariais, o governo estadual finalmente concedeu um reajuste. Mesmo assim ele está longe de cobrir as perdas salariais dos últimos anos e ainda veio parcelado, o que dilui ainda mais nossos ganhos.

Na rede municipal do Rio o prefeito deu um reajuste irrisório, que nem a inflação cobriu. Isto na segunda cidade mais rica do Brasil, considerada uma das capitais culturais do país. No interior as prefeituras dão reajustes cada vez mais magros, isto quando dão algum reajuste.

Soma-se a isso o avanço da terceirização nas últimas duas décadas. Cargos extintos e entrando no lugar trabalhadores terceirizados que são superexplorados e, em muitos casos, convivem com salários atrasados.

A valorização profissional não se trata apenas de salário, mas do conjunto das condições de trabalho de cada educador, educadora, funcionário e funcionária. Quantos docentes hoje podem ou conseguem cumprir o terço de planejamento, podendo optar por fazer na escola ou fora dela? Quantos funcionários e funcionárias contam com boas condições de estrutura para realizar seu trabalho?

Convivemos nos últimos anos com fechamento de turmas e escolas, falta de merenda para os estudantes, falta de conectividade e, em alguns casos, até de energia elétrica, prejudicando a participação destes nas aulas. Escolas seguem há anos funcionando sem a devida infraestrutura de refrigeração nas salas de aulas devido ao mau planejamento e destinação das verbas. E aqui estamos falando apenas de uma parte dos problemas.

Tudo isto está relacionado ao ataque brutal que o orçamento da educação pública sofreu nos últimos 7 anos, aprofundado após a instauração do Teto de Gastos no plano federal e do Regime de Recuperação Fiscal no estado.

A falta de orçamento hoje é o principal empecilho para a estruturação material de nossas escolas e, portanto, a luta para reverter este cenário deve ser uma das prioridades do SEPE no próximo período.

O novo governo federal prometeu revogar o Teto de Gastos, mas nada fala sobre o Regime de Recuperação Fiscal imposto ao povo do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o governador fascista

Cláudio Castro mostra como não está nem aí para o povo do Rio e não faz nenhum movimento para sair do RRF.

Esta trava imposta ao Estado precisa acabar. Apenas com a mobilização dos profissionais da educação, em conjunto com estudantes e toda comunidade escolar, poderemos mudar essa história. O SEPE pode, e deve, ser determinante nesse processo.

A covardia com os profissionais da animação cultural

Outra luta, esta focada na rede estadual, é sobre os profissionais da animação cultural. São cerca de 300 trabalhadoras e trabalhadores que há décadas se esforçam e dedicam seu tempo de vida à educação pública. Cláudio Castro quer, junto com seu governo corrupto, demitir essas pessoas.

A falta de regularização por parte da SEEDUC e o descumprimento da Lei Complementar 207/22, aprovada na ALERJ mantém sobre estes servidores a ameaça de demissão. Temos que continuar e ampliar as mobilização em apoio às companheiras e companheiros da animação cultural.

É importante também que consigamos construir junto a outras carreiras da rede estadual um amplo movimento de solidariedade. Hoje, são os animadores culturais que estão sob risco, amanhã podem ser todos os demais profissionais da educação. Por isso, temos que aprofundar a tradição do SEPE de ser um sindicato de todas e todos os trabalhadores em educação da rede pública e agirmos como uma única categoria. Nenhum de nós pode ser demitido ou demitida! Se alguém tem que sair é este governo corrupto cheio de fascistas!

Novos concursos e a defesa dos aposentados: luta prioritária para o SEPE

Outro ponto que queremos apresentar são duas lutas fundamentais que o MLC entende que o SEPE deve adotar no próximo período: a abertura de novos concursos e a defesa dos direitos dos aposentados.

Ao contrário do que muitos imaginam, estas lutas tem que andar juntas. A sustentabilidade do sistema público de educação passa por uma renovação dos quadros ao mesmo tempo que garante aos aposentados de hoje e amanhã todos os direitos.

As carências de profissionais nas redes são pontualmente sanadas através de sistemas de “dobras” e Gratificações de Lotação Provisória, mantendo os profissionais continuamente inseguros quanto às suas remunerações enquanto assumem regência de turmas de maneira integral. Seus direitos são corroídos pois recebem apenas pelas horas de trabalho desempenhadas em sala de aula (sem direitos equivalentes a tempos de planejamento para essas aulas e licença médica) e não tem essas horas de trabalho contabilizadas para suas aposentadorias.

Nas duas pontas sofremos duros ataques. São anos sem concurso na rede estadual e em várias redes municipais. Isto vai aos poucos corroendo os regimes próprios de previdência pois aumenta o déficit de profissionais de educação contribuíntes na ativa. Sem falar no aumento da carga de trabalho dos profissionais que permanecem.

Aposentados, sim. Inativos, nunca. Educadores, sempre!

Esta tem sido a chamada, já consagrada, do segmento dos aposentados nos seus fóruns de organização e deliberação. Mas para não ficar restrita ao setor, deve ser também reconhecida pelo conjunto da categoria e do sindicato.

Os aposentados e aposentadas reivindicam reconhecimento não apenas formal, mas uma efetiva representatividade, além de participar ativamente do funcionamento do sindicato. Sendo que não deve se restringir a uma secretaria específica, a dos aposentados, mas também junto a outras secretarias, ocupando funções, inclusive.

Reivindicação mais do que justa. Pois representam mais do que 50 % dos filiados. Em outras palavras, são igualmente responsáveis pela sustentação política e financeira da entidade. Nesse sentido, algumas propostas poderão contribuir para o setor atuar nas lutas cotidianas, sendo que algumas devem ser remetidas para o Estatuto.

Há necessidade de melhor se explicitar alguns ganhos, mas que não tem tido a garantia de sua ampla efetividade, como a participação: 1) nos congressos e conferências, 2) nos conselhos deliberativos, 3) nos encontros estaduais anuais, 4) nos coletivos estaduais e da capital, mensais.

Já nos núcleos e regionais, há a necessidade de criação e manutenção dos coletivos locais e de suas reuniões mensais com a devida contribuição para isso. Outro ponto diz respeito à atuação dos aposentados nas atividades mais cotidianas, como nas reuniões de diretoria, ainda que apenas observadores; participação em outras secretarias; haver mais articulação entre as secretarias afins com a dos aposentados, como o DJ, a de Saúde, a de Formação, etc.

Entendemos que os aposentados não devem ficar “reclusos” num espaço específico. Uma melhor comunicação com o setor deve ser dinamizada no sentido de informar e incentivar a maior participação, inclusive visando a filiação. Outra medida, tantas vezes lembrada, é garantir, pelo menos no regimento eleitoral, a exigência de todas as nominatas terem a secretaria de aposentados local, sendo ocupada, prioritariamente, por aposentados. Por fim, por obviedade, que os Planos de Lutas anualmente produzidos nos Encontros Estaduais sejam devidamente considerados e implementados, à luz de debates e deliberações nas devidas instâncias.

Os aposentados vivem um ataque absurdo aos seus direitos. Sem paridade e integralidade, muitos vêem suas condições de vida deteriorarem-se rapidamente.

Vivemos numa sociedade pautada pela exploração dos trabalhadores. Para o capitalismo não é aceitável que as pessoas possam envelhecer com dignidade. Ser idoso ou idosa neste sistema é ser considerado um estorvo.

Esta visão permeia também a estrutura do serviço público hoje. Por isso também vemos tantos ataques a aposentadas e aposentados, assim como ao próprio sistema de aposentadoria.

Por tudo isso temos que pensar na pauta de novos concursos e o direito de aposentadas e aposentados de forma casada. Jovens e antigos profissionais da educação devem caminhar juntos nesta batalha.

A conversa tem que chegar na cozinha, na secretaria, nos corredores... Funcionários também educam!

Outro desafio a se enfrentar está em consolidar a unificação dos profissionais - professores e funcionários - dentro e fora do sindicato. Desde há muito o Sepe tem pautado essa discussão. Já no seu Congresso de Educação e Unificação de agosto de 1992.

De lá para cá houve mudança, mas ainda há muito o que avançar. Historicamente, os funcionários têm sido invisibilizados no seu trabalho. Costumam ser lembrados por muitos apenas quando seus serviços não “aparecem”.

Fato é que as escolas acabam por reproduzir os preconceitos correntes na sociedade. Temos,

pois, além da desigualdade social, também desigualdade no âmbito laboral.

Sem salários dignos, sem cursos de formação, sem material para trabalhar, sem plano de carreira muitas vezes, sem voz nas escolas, discriminados quase sempre e sem reconhecimento no seu próprio trabalho e, por vezes, nos sindicatos de classe. Não cabe, pois, perpetuarmos essa situação.

Os funcionários e funcionárias são parte fundamental do processo educativo. Sem essas e esses trabalhadores não há escola nem comunidade escolar. Todas as políticas públicas transversais que temos na escola: merenda, saúde coletiva, orientação pedagógica etc. dependem delas e deles para se realizar.

Portanto, é tarefa do Sepe que representa TODOS os profissionais de educação buscar superar essa discriminação. Propomos seguir na luta pela profissionalização dos funcionários. E que os funcionários ocupem espaços nas escolas e no próprio sindicato, em funções e secretarias para além da sua específica.

Os caminhos do SEPE para alcançar vitórias para a categoria

Diante de todo esse cenário conjuntural e de lutas que temos que travar fica aqui uma questão: como o SEPE pode se organizar para dar conta?

Não é uma pergunta simples. Contamos com dezenas de milhares de filiados, porém o sindicato não consegue chegar a todas essas pessoas. Contamos com uma instituição que teria condições de determinar os rumos do debate educacional e político no estado, mas não conseguimos isso. Hoje nosso sindicato está isolado, perdendo tempo diário com disputas internas dentro da direção ao invés de debater com o conjunto da categoria.

Assim como o conjunto do movimento sindical, o SEPE caiu na ilusão de que rede social resolve o trabalho de base e em várias regiões há pouca passagem em escolas. A virtualidade aliena as bases de sua necessária orientação sindical, levando-as a se fragmentarem em soluções individuais, vulneráveis às tendenciosas e danosas leituras de realidade empreendidas pelos *think tanks* das instituições interessadas no sucateamento da educação pública e, talvez, sua posterior privatização.

Não queremos aqui dar lição de moral. Sabemos muito bem que nosso sindicato conta com militantes experientes, em várias correntes, contudo também sabemos que hoje o problema do sindicato não é individual, mas estrutural.

Para isso temos acumulado em nosso movimento duas mudanças que precisamos fazer no estatuto de nosso sindicato de modo a viabilizar uma nova atuação mais efetiva na luta sindical e próxima das bases.

Primeiro temos que romper com o isolamento. Desde que o SEPE se desfiliou da CNTE estamos fora dos circuitos de debate do movimento sindical da educação nacional. Apesar dos problemas da confederação, ela ainda é nosso melhor instrumento para tocar uma luta nacional em defesa das pautas da categoria.

A própria Reforma do Ensino Médio tem imposto ao SEPE a necessidade de atuar em conjunto com a CNTE. O RJ segue isolado em uma luta que deve ser travada em nível nacional. Por isso defendemos o retorno do nosso sindicato à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. Rompamos com o isolamento e levemos as contribuições dos profissionais da educação do Rio de Janeiro ao movimento sindical nacional.

A outra mudança que entendemos é de caráter interno. Nosso sindicato elege suas direções pelo sistema proporcional. Para nós, este modelo se esgotou. Entendemos que ele favorece intermináveis disputas internas que enfraquecem o sindicato.

As chapas que se formam na eleição continuam funcionando como chapas mesmo depois do processo eleitoral. Apesar de todas as 4 chapas do último pleito terem diretores no sindicato, todas alegam ser minoria quando uma decisão de que não gostam é aprovada na direção. Ninguém se responsabiliza pelas opções políticas do SEPE. Hoje conseguimos ter um cenário em que todos, e ninguém, são situação e oposição ao mesmo tempo.

Além disso, o modelo proporcional está forçando um esvaziamento dos outros espaços do sindicato, como o Conselho Deliberativo e as assembleias. Para nós do MLC é nesses espaços que a divergência e a luta política devem ser aprofundadas.

A direção do SEPE, tanto a Central, como a dos núcleos e regionais, deve ter um papel executivo. Cabe a elas o cumprimento do programa eleito pela maioria dos sindicalizados. Aos que não conseguem se eleger cabe cobrar e fazer oposição, se assim optarem, nos espaços mais amplos do sindicato.

Entendemos que com estas duas mudanças podemos começar a reorganizar o SEPE para atender as demandas imediatas e futuras da categoria. Acreditamos na democracia dos trabalhadores e trabalhadoras e que somente por meio dela que podemos alcançar a unidade necessária às lutas de educadoras e educadores.

Conclusão

Esta tese é um esforço coletivo, fruto de muitos meses de reuniões e debates. Apesar de sermos um coletivo novo no dia a dia do SEPE, contamos com muitas e muitos camaradas que dedicaram a sua vida na luta em defesa da educação pública.

Acreditamos que a saída é a unidade entre educadores jovens, antigos, aposentados, da ativa, da capital, região metropolitana e interior. Temos forças fascistas nas ruas e governos locais para derrotar e uma série de direitos a conquistar.

Sabemos que não é uma tarefa fácil, mas coletivamente tudo é possível. Por isso, estamos organizados no MLC. Que neste congresso consigamos construir a unidade necessária para a vitória da nossa categoria.

O SEPE somos nós! Nossa força e nossa voz!

Revogação do Novo Ensino Médio já!

Abaixo o vandalismo fascista! Bolsonaro e seus cúmplices na cadeia!

ASSINAM ESTA TESE:

1. IGOR ANDRADE DA COSTA - EM JÕAO BARBALHO E CE OLGA BENARIO - DIREÇÃO REGIONAL 4
2. FÁBIO ROCHA - CIEP 257 (RIO DAS OSTRAS) E CM. DR. CLÁUDIO MOACYR DE AZEDEDO - DIREÇÃO NÚCLEO MACAÉ
3. VALERIA CORRÊA - CE BARRA DE SÃO JOÃO - DIREÇÃO NÚCLEO MACAÉ
4. PAULO ROBERTO SOARES - CE . CINAMOMO - DIREÇÃO NÚCLEO RIO DAS OSTRAS/CASIMIRO DE ABREU
5. JÚLIA MOSCHEN - REDE PRIVADA - DIREÇÃO NÚCLEO COSTA DO SOL
6. FERNANDA LOPES BARROSO - REDE PRIVADA - DIREÇÃO NÚCLEO COSTA DO SOL
7. FELIPE ANNUNZIATA DOS SANTOS - LICENCIADO EM HISTÓRIA - DIREÇÃO REGIONAL 2
8. WALDINEA NASCIMENTO DA HORA - REDE PRIVADA - DIREÇÃO REGIONAL 2
9. MARIA INÊS PEREIRA GUIMARÃES - EM PEDRO ALEIXO - DIREÇÃO REGIONAL 6
10. ROSILENE MACEDO - CE.ROCHA LEÃO - RIO DAS OSTRAS
11. GUILHERMINA LUZIA DA ROCHA - APOSENTADA REGIONAL 2 E RIO DAS OSTRAS
12. ROSALDO BEZERRA PEIXOTO - APOSENTADO REGIONAL 3 E RIO DAS OSTRAS
13. CESAR GOMES ARAUJO - CIEP 406 - CASIMIRO DE ABREU
14. RAFAEL DE ALBUQUERQUE - CE VINÍCIUS DE MORAIS - DUQUE DE CAXIAS
15. FABRICIO MENDES DO CARMO - COLÉGIO MUNICIPAL ALICE CANELLAS - IGUABA GRANDE
16. VALÉRIA DE OLIVEIRA - EM ÁLVARO ALBERTO - DUQUE DE CAXIAS
17. EVERALDO REIS DOS SANTOS - CE.ROCHA LEÃO - RIO DAS OSTRAS
18. ELISA FERREIRA BATISTA MACHADO - CE.ROCHA LEÃO - RIO DAS OSTRAS
19. VALÉRIA DA CONCEIÇÃO VIEIRA - REGIONAL 5
20. GISELLE OTERO LEMOS - PROINAPE/SME - RIO DE JANEIRO
21. MARIA ELISABETE DE ALBUQUERQUE - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL
22. CÁTIA FERREIRA FERNANDES LEI - APOSENTADA REDE ESTADUAL - RIO DAS OSTRAS
23. ALINE COUTINHO NUNES PARRINI APOLINÁRIO - CE. SONIA REGINA SCUDESE DESSIMONI PINTO - REGIONAL 2
24. GABRIELA GONÇALVES CARDOSO - CIEP 340 PROF.ª LAIS MARTINS - DUQUE DE CAXIAS
25. RODRIGO DE ANDRADE DOS SANTOS - CIEP 340 PROF. LAÍS MARTINS - DUQUE DE CAXIAS
26. MILTON DE FIGUEIREDO SANTANA - CIEP 340 PROFESSORA LAÍS MARTINS - DUQUE DE CAXIAS
27. PEDRO ENRIQUE MEIRELES TOMAZ SARCEDO DIAS - CIEP BRIZOLÃO 320 ERCÍLIA ANTÔNIA DA SILVA - DUQUE DE CAXIAS
28. FLÁVIA ANDRÉA CARNEIRO RODRIGUES - EDI JOEL LUIZ DE AZEVEDO BASTOS - REGIONAL 4
29. CARLOS ROBERTO MACHADO GAYER - E. M. PARÁ - REGIONAL 2
30. MARIA MAGDALENA MACEDO - APOSENTADA - NOVA FRIBURGO
31. LEILA PINHEIRO DOS SANTOS - CE. DR. FELICIANO COSTA - NOVA FRIBURGO
32. CÁTIA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA - APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DO RIO
33. CHRISTIANNE LOPES ZAVA (AG. EDUCADORA) - E.M JOÃO BARBALHO - REGIONAL 4
34. ELDO MARCELINO FAGUNDES- E.M JOÃO BARBALHO - REGIONAL 4
35. ALINE RAQUEL FIGUEIRA DA SILVA - E.M JOÃO BARBALHO - REGIONAL 4
36. ELAINE SOARES FREDERICO - E.M JOÃO BARBALHO - REGIONAL 4
37. LARISSA MELO - CIEP 225 MÁRIO QUINTANA - REGIONAL 5
38. IURI BAPTISTA DA ROCHA - COLÉGIO ESTADUAL RAYMUNDO CORRÊA - REGIONAL 5
39. TIAGO DA SILVA LYRA - CE JOAO CARDOSO INTERCULTURAL BRASIL - ARGENTINA - NILÓPOLIS
40. LUCIA SIMÕES BRAZ CALDEIRA - EM TARSILA DO AMARAL - REGIONAL 2
41. MARCO AURÉLIO PAVÃO CARVALHO - EM MALBA TAHAN - REGIONAL 2 E CE CLÓVIS MONTEIRO - REGIONAL 4
42. CLÁUDIA DOS SANTOS OLIVEIRA GAYER - APOSENTADA REDE MUNICIPAL - REGIONAL 2
43. KILZA ZULMIRA BOLDES - CE ANTONIO DIAS LIMA - ANGRA DOS REIS
44. DAVI SOUZA DIAS - CIEP 481 ARNALDO VIANA - CAMPOS DOS GOYTACAZES
45. PÂMELLA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - CIEP 481 ARNALDO ROSA VIANA - CAMPOS DOS GOYTACAZES
46. NELMA BERNARDES VIEIRA - IFRJ - RIO DE JANEIRO
47. RENATO RIBEIRO CUNHA - ETEJLN (FAETEC) - NOVA IGUAÇU
48. GABRIELA DE ARAUJO RIBEIRO DE SOUZA - REDE PRIVADA - RIO DE JANEIRO
49. YASMIN BARROS CORTEZ - REDE PRIVADA - RIO DE JANEIRO
50. BAYRON THADEUS COSTA DE CARVALHO E SILVA - REDE PRIVADA - DUQUE DE CAXIAS
51. GABRIELLA CASARES DOS SANTOS - REDE PRIVADA - RIO DE JANEIRO
52. JOÃO VÍTOR CASARES DOS SANTOS - REDE PRIVADA - RIO DE JANEIRO
53. ISABELA BAPTISTA MORAES ARRUDA DE OLIVEIRA - LICENCIADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MACAÉ
54. JEAN CERQUEIRA - REDE PRIVADA - RIO DAS OSTRAS
55. RAFAELA ALPARONE - REDE PRIVADA - RIO DAS OSTRAS
56. LEONARDO SEABRA PUGLIA - PROFESSOR DA REDE PRIVADA MACAÉ
57. PAULO SERGIO PEREIRA NUNES - REDE PRIVADA CABO FRIO E RIO DAS OSTRAS
58. RAPHAEL PENA DE ALMEIDA - LICENCIADO EM HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO
59. MARIA VIRGÍNIA VILLELA DE CASTRO - APOSENTADA DA REDE PRIVADA - RIO DE JANEIRO
60. GABRIELA OLIVEIRA GAYER - LICENCIADA EM HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO
61. ARTHUR HENRIQUE MACEDO BOUCKHORNY - LICENCIADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - MACAÉ
62. JOYCE RODRIGUES MELO - LICENCIADA EM BIOLOGIA - MACAÉ
63. ANA PRISCILA REZENDE DE CARVALHO - LICENCIADA EM SOCIOLOGIA - RIO DE JANEIRO

Tese do Reviravolta ao XVI Congresso do Sepe-RJ

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

1- O ano de 2023 tem seu início marcado pela crise do capitalismo decadente. Uma crise econômica açoitada pela queda na produção, desindustrialização nos países do ocidente, inflação e arrocho salarial. Além disso, há uma crise política e social aberta e mantida pela crise do capital. A democracia dos ricos desmorona na medida em que retira direitos dos trabalhadores. Também uma crise social com milhões de desempregados. Pessoas passando fome e morrendo como resultado da violência e das guerras por todo o mundo.

2- Nós, trabalhadoras e trabalhadores das escolas públicas fluminense, devemos seguir o exemplo das professoras, professores e demais servidores e trabalhadores do Reino Unido. Essas e esses lutam por aumento salarial. Devemos ter como modelo a ação direta nas ruas das e dos operários e demais trabalhadores contra a reforma da previdência de Emmanuel Macron. Devemos realizar no Brasil e nas ruas da cidade os atos e manifestações das e dos trabalhadores e camponeses peruanos.

3- Apesar das guerras que ocorrem em mais de uma dezena de regiões do mundo a guerra da Ucrânia tornou-se o centro da luta entre classes nesse momento em que diminuem a propagação da Covid-19 com risco às massas.

4- A diferença entre as nações opressoras e oprimidas, é a primeira linha divisória para nossa análise e posicionamento diante dessa guerra. Assim, enquanto educadores, não podemos admitir a política do “nem, nem” (nem Putin, nem OTAN). Nossa análise é que estamos diante de uma guerra de libertação nacional contra a invasão de uma potência opressora das nacionalidades.

5- Lutando ao lado das trabalhadoras e dos trabalhadores ucranianos contra a política grão russa denunciamos os imperialismos europeu e estadunidense, já que estes não procuram ajudar o povo ucraniano, mas sim usar a guerra para seus próprios fins, o enfraquecimento da Rússia, pois o envio de armas para a Ucrânia tem relação tão somente com o aumento dos orçamentos militares na propaganda cínica e hipócrita dos imperialismos europeu e estadunidense.

6- Esses são alguns dos muitos motivos para apoiar inteiramente a Campanha Internacional de Solidariedade as Operárias, Operários e demais Trabalhadoras e Trabalhadores ucranianos promovida pela Central Sindical e Popular, a CSP-Conlutas e a Rede de Solidariedade Internacional.

7- Queremos também aqui manifestar toda a solidariedade aos setores mais empobrecidos e oprimidos no Peru, que promovem hoje uma luta heroica contra o governo de Dina Boluar-

te e o congresso do país. Esta luta, que tem como eixo o Fora Boluarte e convocação de eleições para um novo Congresso Constituinte, tem enfrentado uma violenta repressão por parte do governo, hoje já com mais de 60 mortos.

2.Vivemos em "estado de barbárie"!

8- O ano de 2022 não nos deu um momento de trégua: uma guerra de libertação nacional contra a invasão de uma potência opressora, tensões crescentes no mundo, inúmeras greves operárias contra os efeitos da inflação persistente e os ataques dos governos. Vimos rebeliões e processos revolucionários em vários países do mundo e, como se não bastasse, um coronavírus que, por meio de suas mutações permanentes, veio para ficar.

9- Em 2023 a classe trabalhadora irá enfrentar imensos desafios, a extrema direita foi derrotada nas urnas em nosso país, mas ainda está presente e mantém seus anseios golpistas, demonstrada no domingo, dia 08 de janeiro último.

10- Diante deste contexto ocorre o XVI Congresso do Sepe-RJ. É fundamental o fortalecimento do Sindicato, seu enraizamento nos locais de trabalho, frente aos desafios do próximo período.

11- A derrota de Bolsonaro é vista como uma vitória por grande parte da classe trabalhadora e setores oprimidos do país. Mas o clima de polarização após as eleições seguiu com as ações bolsonaristas.

12- A CSP Conlutas chamou o voto crítico em Lula no segundo turno das eleições, entre outros motivos, pela consciência das ameaças às liberdades democráticas que representaria um segundo mandato da ultradireita no Brasil. Destacamos que junto à nossa posição no terreno da disputa eleitoral do segundo turno estava a defesa de um plano emergencial para tirar o país da crise e que, somando-se a esse desafio devemos, mais do que nunca, manter e fortalecer a independência de classe frente aos novos governos e aos patrões.

13- A crise que vive o país tem relação com a crise econômica mundial e o agravamento fruto da pandemia e da invasão da Ucrânia, mas por outro lado, existe um processo de decadência econômica de décadas. O país vive um processo de desindustrialização relativa e primarização, retrocedendo por décadas no grau de desenvolvimento econômico. Esse é um processo que se iniciou com Collor, FHC, mas que passou também pelos governos de Lula/Dilma, intensificado nos Governos Temer. Bolsonaro personificou no governo a face brutal do capitalismo no país. É a cara da burguesia herdeira dos escravocratas que agora se transforma no "agro" e em rentistas. Para a burguesia nacional é preciso desregulamentar todos os direitos, pagando o mínimo de salários e direitos, terceirizando e privatizando todos os serviços públicos, destruir a Amazônia para expansão do agronegócio, liberação total dos agrotóxicos, mineração, garimpo e permissão para assassinar pequenos agricultores, povos indígenas, quilombolas e suas lideranças.

14- Diante da derrota Bolsonaro se calou e fugiu para Orlando, nos Estados Unidos, antes de encerrar seu mandato, mas até o final de dezembro desferiu duros ataques contra o nosso povo. Promoveu cortes de verbas nas áreas de Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia. Houve cortes ainda nas Universidades, programa de carros pipas para o Nordeste, Farmácia Popular; sem contar com a retomada gradual de despejos violentos.

15- Cerca de 60 milhões de pessoas estão desempregadas ou subempregadas, vivendo sem ter condições de pagar suas contas ou com algum nível de insegurança alimentar e 33 milhões diretamente passando fome. Além disso, ainda há inflação em alta e previsão de queda na pro-

dução de riquezas apontando para um pequeno crescimento do PIB.

16-Como se isso não bastasse, Bolsonaro e sua família estão envolvidos inúmeros casos de corrupção, de racismo, machismo e LGBTfobia, fake news, além dos crimes apontados pela CPI da Covid-19 durante a pandemia que levou à morte quase 700 mil brasileiros, e que demandam punição exemplar. Todas e todos os banqueiros, empresários e especuladores envolvidos também devem ser punidos exemplarmente.

2.1 Em defesa das liberdades democráticas. Contra a ultradireita bolsonarista! Sem Anistia!

17- Logo após o resultado eleitoral do segundo turno grupos bolsonaristas, que não reconhecem a derrota eleitoral de Bolsonaro, escalaram ações golpistas em todo o país. Essas ações somente foram possíveis por conta da conivência criminosa dos aparatos de repressão do Estado Democrático de Direito.

18- Estamos diante de uma situação extremamente grave para a classe trabalhadora, pois, todas as liberdades e conquistas democráticas que tivemos após a ditadura cívicomilitar de 64 estão ameaçadas. A maioria dessas liberdades e conquistas nunca foram engolidas pelos capitalistas escravocratas nacionais e foram impostas pela força da classe trabalhadora em luta. Mas vem sendo atacadas cotidianamente pelo Congresso, governos e judiciário.

19- O Congresso que condenou as ações golpistas é o mesmo que garantiu a governabilidade de Bolsonaro, que aprovou as Reformas Trabalhista (2017) e Reforma da Previdência (2020). Mas que também buscou atacar e impedir avanços dos direitos das mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, que garante as privatizações e o desmonte dos serviços públicos aplicados pelos governos e aprovaram a Reforma do Ensino que desmonta a educação pública de nosso país.

20- Assim como o STF é o mesmo que permitiu a Bolsonaro privatizar a Petrobrás, e permitiu que Zema não pagasse o Piso Nacional para a educação em Minas Gerais. 21- As Forças Armadas, as PM´s, e demais órgãos de repressão deram todos os sinais de apoio a Bolsonaro e simpatia a suas intenções golpistas.

22-Cláudio Castro e demais governadores do Sudeste e Sul do país foram aliados a Bolsonaro até “antes de ontem”, e agora são paladinos da democracia.

23-Se nesse momento se justifica uma unidade de todos os setores democráticos contra o golpe militar bolsonarista, é preciso entender que essas instituições são parte do Estado Burguês e estão a serviço dos interesses do grande capital e dos Imperialismos. São os mesmos que clamam pela pacificação do país, mas aplaudem o genocídio da juventude negra e pobre, dos indígenas, das lideranças camponesas e o desmonte dos serviços públicos. Portanto, são inimigos de classe e não devemos depositar nenhuma confiança.

25-Esses fatos demonstram que a classe trabalhadora não deve confiar nestas instituições do regime político brasileiro. Nem mesmo confiar que essas instituições levarão até as últimas consequências a prisão, punição e expropriação de todos os golpistas que financiam, articulam e participam desses atos.

26-Diante desse cenário, o movimento sindical e popular, os partidos construídos pela classe, as centrais sindicais e o conjunto da classe trabalhadora têm que dar uma resposta categórica a essas ações golpistas. É preciso imediatamente convocar manifestações em todo o país para repudiar as ações de ultradireita. Nenhuma trégua para os golpistas.

27-Somente a classe trabalhadora mobilizada pode garantir a derrota definitiva da ultradireita, impondo a prisão e punição a todos os golpistas. O caminho da conciliação e negociação com a ultradireita é um grande equívoco e só ajuda esse setor a se manter ativo, alimentando a sanha golpista dos bolsonaristas mais radicais.

28-Além do mais, o movimento sindical e popular do país deve levar adiante iniciativas de organização da autodefesa da classe trabalhadora para enfrentar as milícias de ultradireita e seus métodos fascistas. Assim o XVI Congresso do Sepe-RJ deve elaborar uma política para se colocar à frente dessa iniciativa por ser o maior sindicato do Estado do Rio de Janeiro.

2.2 Governo Lula/Alckmin: uma aliança contra a classe trabalhadora

29-A derrota de Bolsonaro nas eleições foi uma vitória para a classe trabalhadora, pela garantia das liberdades democráticas e outra conjuntura para luta dos trabalhadores, porém pelo caráter de ampla unidade com setores da burguesia, muito expressivamente representada na chapa pelo vice Geraldo Alckmin, um ex tucano inimigo histórico da classe trabalhadora, que reprimiu com a PM paulista as lutas da educação e expulsou os moradores da ocupação Pinheirinho em São José dos Campos, e pelo programa apresentado pelo PT na campanha eleitoral. Este governo, com tal composição e programa, se mostra um governo de conciliação de classes, um governo burguês. Um governo composto por diversos setores da burguesia, como o financeiro e o agronegócio, em aliança estreita com o congresso reacionário, inclusive com os mesmos líderes que foram a sustentação parlamentar do governo Bolsonaro. Por isso, não podemos depositar nenhuma confiança no terceiro governo de Lula.

30-As trabalhadoras e trabalhadores da educação concederam a Lula/PT votos expressivos para seu terceiro mandato e foram uma força política importante no enfrentamento a Bolsonaro durante todo o seu governo.

31-Essa massa de milhões de trabalhadores em educação de todo o país tem uma enorme expectativa de que com Lula a educação tome novos rumos e que haja valorização aos educadores. Porém, para que isso aconteça, Lula tem que revogar, não só as medidas conservadoras das seguidas gestões do MEC na era Bolsonaro, mas também as medidas que atacam diretamente a educação como um direito básico, mantido pelo poder público, com participação democrática dos trabalhadores em educação nas decisões. É preciso a revogação da Reforma do Ensino Médio e da nova BNCC; o fim das precarizações dos contratos temporários, com realização de concurso público e nomeações; o fim das isenções fiscais para escolas privadas confessionais e beneficentes; a garantia de vagas da educação pública para todos desde a creche até a educação superior; um Piso Salarial valorizado, baseado no salário-mínimo do DIEESE, respeitando as cargas horárias e com 50% da jornada de trabalho dedicada a atividades extraclasse. Também pressupõe uma federalização da educação com uma sólida política de estado imune aos fluxos e refluxos dos mandatos políticos de governadores e prefeitos. Dessa forma é possível aumentar o investimento em construção de novas unidades escolares com toda a infraestrutura necessária.

32-Para garantir isso Lula terá que escolher entre atender aos interesses da burguesia ou aos interesses da classe trabalhadora. Para ter dinheiro para a educação e outras áreas sociais Lula terá que suspender o pagamento da dívida pública, taxar as grandes fortunas, reestatizar empresas privatizadas e acabar com todas as medidas que drenam dinheiro público para os setores privados como as terceirizações, Organizações Sociais e toda a sorte de manobra dos tubarões

da educação para sugar os recursos da educação pública. Essas e outras medidas macroeconômica é que podem garantir um acesso universal ao ensino superior, pois nada justifica a elitização da graduação. Para isso o investimento no ensino básico tem que ganhar excelência com ampliação do ensino na modalidade de tempo integral para as primeiras séries do ensino fundamental. Educação Infantil (de 0 a 06 anos) também nessa modalidade de integralidade deve ser obrigatória. O aumento da profissionalização da educação nos primeiros anos da infância terá um impacto imediato na vida e organização das famílias. Além da conquista da ampliação da reprodução e construção do conhecimento essa política tem impacto indireto no combate à violência contra as mulheres, contra a infância e adolescência tendo como efeito a extensão e efetivação do ECA e da lei Maria da Penha.

Propostas:

1.Toda a solidariedade as operárias, operários, trabalhadoras, trabalhadores, camponesas e camponeses ucranianos. Fora as tropas de Putin do território ucraniano. Pela vitória militar ucraniana e a derrota das tropas russas!

2.Todo apoio à todas as lutas nacionais e internacionais dos que são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver na sociedade capitalista, sejam por salários, direitos ou contra todas as formas exploração e de opressão!

3.Cadeia para Jair Bolsonaro e sua quadrilha!

4.Sem anistia para golpista!

5.Inelegibilidade e cassação dos mandatos de parlamentares que apoiaram o golpe e ações golpistas!

6.Punição a todos os golpistas! Confisco dos bens de quem financiou as atividades golpistas!

7.Desmilitarização das polícias militares! Polícia única controlada pela população trabalhadora através de Conselhos Populares!

8.Controle das forças armadas pelos Conselho Populares e democracia! Reformulação completa das forças armadas a serviço da burguesia!

9.Construção da autodefesa das organizações da classe trabalhadora!

10.O SEPE-RJ se coloca explicitamente na oposição pela esquerda ao governo burguês de Lula e Alckmin!

11.Em defesa de pleno emprego e salário-mínimo do DIEESE

12.Por um plano emergencial de obras para a construção de moradia popular, escolas, creches, hospitais e espaços de cultura e lazer;

13.Aumento geral dos salários e redução imediata da jornada de trabalho para 40h semanais, sem redução de salários, rumo às 36h semanais;

14.Pelo pagamento do Piso Salarial Nacional para a enfermagem!

15.Revogação imediata e completa das reformas Trabalhista, Previdenciária, do Ensino Médio e da BNCC;

16. Revogação da lei antiterrorismo que ataca direitos de livre organização e luta;

17.Criminalização da violência contra as mulheres e LGBTIs e do racismo; descriminalização e legalização do direito ao aborto;

18.Em defesa dos territórios, povos originários e direito à moradia

19.Não ao Marco Temporal. Demarcação e titulação de todas as terras indígenas e quilombolas, já;

20.Defesa do meio ambiente e dos povos das florestas e punição aos seus agressores e saqueadores;

21.Reforma e Revolução agrária, sob controle dos trabalhadores e sem indenização do agronegócio, já; Assentamento imediato de todas as famílias acampadas e crédito, com juros zero, e assistência técnica para todos da agricultura familiar;

22.Despejo Zero. Plano emergencial de construção de moradias populares e regularização de todas as áreas ocupadas;

23.Pelo arquivamento da PEC-32 e revogação imediata da EC-95;

24.Fim do Teto dos Gastos; aumento geral dos salários; concursos públicos e efetivação de todos os temporários nas três esferas do funcionalismo;

25.Fim das Terceirizações e PPPs; Soberania Nacional

26.Suspensão imediata do pagamento e auditoria da Dívida Pública, já!

27.Estatização de todo sistema financeiro; fim da remessa de lucro das multinacionais ao exterior;

28.Petrobrás e Correios 100% estatal e público; fim da política PPI nos preços dos combustíveis e derivados de petróleo; reestatização da CEDAE, da Eletrobrás, Vale, Embraer, portos, aeroportos, rodovias e todas as empresas privatizadas.

Educação

29. Estamos vivendo a aceleração da destruição e privatização da escola pública. Essa escola pública atual adoece, não está favorecendo a aprendizagem. Faltam recursos, professores e funcionários, merenda, material pedagógico. Os assédios morais estão frequentes. As escolas estão cada vez mais marcadas por um ambiente hostil aos estudantes e aos profissionais de educação. O machismo, racismo e lgbtifobia presentes na sociedade capitalista estão presentes no cotidiano das escolas. Tudo isso é fruto da concepção de escola dualista burguesa nesta sociedade capitalista. A alta qualidade educacional é para a classe média alta e para a burguesia. Para os trabalhadores é o depósito de gente, má qualidade, salas superlotadas, destruição. A má qualidade das escolas públicas é fruto da gestão burguesa, marcada pelo corte de verbas, arrocho salarial dos profissionais e falta de democracia e respeito a autonomia pedagógica. Essa é a escola do capitalismo, dirigida pela burguesia e pelos governos a seu serviço. Uma escola pública de qualidade só será possível quando os trabalhadores derem as regras da escola e da sociedade, mediante a um processo crescente de mobilização e unificação das lutas, rumo à Revolução Socialista.

30. A Reforma do Ensino serve para piorar ainda mais o caos na educação pública. Está a serviço da destruição da escola pública. A BNCC (Base Nacional Curricular Comum) é uma Resolução que altera o currículo e reforça a política neoliberal da Reforma do Ensino (MP746/2016), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A BNCC se incube de colocar em prática as diretrizes da Reforma do Ensino, principalmente a base curricular na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio. A BNCC também ataca as licenciaturas do ensino superior, pois estabelece o Notório Saber que não exige formação para o ensino.

31. Além disso a BNCC é um ato do executivo, logo esta pode ser revogada por um decreto, sendo desnecessária aprovação no congresso. A BNCC e o Novo Ensino Médio garantem desvios de verbas públicas para o setor privado.

32. A reforma do ensino e a BNCC ataca frontalmente a EJA. Quando privilegia o ensino online. Tem de ter turmas com 10-15 alunos no máximo. Fim das matrículas online. É preciso garantir matrículas no horário noturno durante o recesso ou entender após o carnaval. Temos de discutir creches nas escolas noturnas para estudantes estudarem. Repudiamos o fim das escolas de EJA!

Propostas:

1.Revogação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC!

2.Revogação de todas as medidas antidemocráticas de Bolsonaro na educação!

3.Desmilitarização da educação. Fim das escolas Cívico-militares!

4.Nenhum centavo de dinheiro público para o ensino privado!

5.Para ter educação de qualidade é preciso: suspender o pagamento da dívida pública, sobretaxar as grandes fortunas, suspender as terceirizações, OSs e Ongs e reestatizar as empresas privatizadas!

6.Recuperação da grade curricular anterior a BNCC e efetivação da Lei 11645/08 nas escolas, garantindo o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

7.Pela defesa das cotas raciais; combate à violência racista estatal sobre a juventude negra; defesa das terras quilombolas e indígenas; reparações já!

8.Combate à LGBTIfobia; defesa de discussões, nas escolas, sobre orientação sexual e identidade de gênero com o objetivo de combate à LGBTIfobia; pelo uso do nome social no ambiente escolar.

9.Incorporar no calendário de atividades dos dias de luta dos setores oprimidos como o dia 8 de Março – Dia de Luta da Mulher Trabalhadora, 26 de Junho – Dia do orgulho LGBT, 25 de Julho- Dia da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha; 29 de Agosto- Dia da Visibilidade Lésbica; 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra; 25 de Novembro – Dia de combate a violência machista, para citar alguns.

10.Desenvolvimento e inclusão de pautas de reivindicações específicas dos setores oprimidos na negociação coletiva e nas campanhas de sindicalização. 11.Realização de um Seminário ou Encontro de Mulheres da categoria.

12.Readaptados merecem respeito! Manutenção dos readaptados em suas condições de trabalhos e funções modificadas de acordo seus laudos médicos, sem perdas dos direitos da função anterior. Chega de assédio moral! O SEPE deve fazer palestras sobre readaptações funcionais, acompanhando esses processos.

13.Defesa do ensino laico!

14.Contra a obrigatoriedade de planejamento na escola. Horário de planejamento não é para aumentar a jornada burocrática na escola! Falta condições! A biblioteca pessoal dos professores e seus computadores são recursos importantes, que não estão nas escolas, mas sim em suas residências.

POLÍTICA SINDICAL – REDE ESTADUAL E REDES MUNICIPAIS

2.3 Rede Estadual - Governador bolsonarista Cláudio Castro segue atacando a Educação

33- O atual governador é político envolvido em vários casos de suspeita de corrupção na Fundação Leão XIII desde a época em que exerceu o cargo de vereador. Como sempre esse tipo de político ligado a igreja católica nunca é investigado a ponto de estabelecer qualquer tipo de culpabilidade. Contudo há fatos que demonstram que os indícios de irregularidade podem ser verdadeiros.

34- Em março de 2021, Bruno Selem, ex-funcionário da empresa Servlog, delatou ao Ministério Público que, em 2019, quando ainda era vice-governador, Cláudio Castro recebeu R$ 100 mil em propina de um empresário investigado por corrupção. As investigações não avançaram e o caso dorme no STJ.

35- Ainda em 2021, o Ministério Público (MP) abriu investigação contra Cláudio Castro por suspeita de fraude na compra de mais de 1 milhão de cestas básicas durante a pandemia de COVID-19.

36- O inquérito do MP investiga a atuação da Fundação Leão XIII, que estava sob os cuidados do então vice-governador Cláudio Castro, por possíveis crimes de fraude licitatória, sobrepreço, superfaturamento e liquidação superior ao empenho na contratação de duas empresas do setor alimentício. As investigações encontram-se interrompidas e o caso segue na Procuradoria Geral do MP do Rio de Janeiro. 37- A gestão Cláudio Castro no Rio de Janeiro tem como marca chacinas policiais. Entre elas, a Chacina do Jacarezinho, conhecida por ser a mais letal da história do Brasil; a Chacina da Vila Cruzeiro, que ocupa o segundo lugar; e a Chacina do Complexo do Alemão. De acordo com o pesquisador Daniel Hirata, coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni/UFF), a principal característica do seu governo é o negacionismo em segurança pública, ao incentivar a violência policial. Todas as operações foram feitas contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de restringir ações policiais durante a pandemia de COVID-19.

38- Pouco depois da chacina do Jacarezinho Castro trouxe ao seu governo capangas do Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcelo Crivella. Pelo menos, cinco membros dos Guardiões do Crivella, isto é, funcionários pagos com dinheiro público para impedir denúncias na Saúde durante a gestão municipal do ex-prefeito, passaram a fazer parte do atual governo estadual.

39- Contudo seu maior ataque à população fluminense foi a manutenção do desmonte da carreira dos profissionais de educação. Em sua gestão a privatização, o fechamento de escolas e o arrocho salarial deram um salto. Assim Cláudio Castro entra para história contemporânea como o administrador que aumentou a carga horária dos trabalhadores da educação pública estadual e aquele que acabou com a menor carga horária do magistério em todo o país.

40- A perseguição e desmonte da carreira do magistério não se restringiu atacar os trabalhadores da ativa. Castro estendeu seu ataque às condições de vida dos aposentados. Contribui com a redução dos vencimentos desses servidores taxando-os com uma injustificável contribuição à previdência.

41- Não satisfeito com os ataques neoliberais contra os trabalhadores o governador também ataca o ensino fundamental e o ensino médio condenando milhares de alunos com uma brutal

redução de conteúdo ofertado nas escolas. Também o fechamento de escolas de ensino de jovens e adultos com aulas presenciais.

42- Não satisfeito com a redução dos conteúdos da grade curricular, a municipalização das primeiras séries do ensino fundamental, Castro ainda pretende acabar com a cultura no interior das escolas. Seus planos de aumento do superávit primário conta com a demissão de cerca de 300 animadores culturais. Esses profissionais que trabalham nas escolas estaduais com um contrato precário são o único ponto de encontro entre a educação e a cultura no interior das unidades escolares.

Propostas:

1.Oposição pela esquerda a Cláudio Castro, Eduardo Paes e demais prefeitos! Nenhuma confiança nesses governos! SEPE deve ser independente dos governos, que na sociedade capitalista, governam para a classe dominante!

2.Pagamento do Piso Salarial Nacional, já!

3.Rateio das sobras do Fundeb para todas e todos os trabalhadores em Educação!

4.Nenhum centavo do Fundeb para os tubarões do ensino privado!

5.Não à municipalização e à privatização da educação!

6.Efetivação de todas(os) as(os) trabalhadoras(es) terceirizadas(os) que trabalham na educação pública estadual ao quadro de servidores públicos do estado.

7.Por democracia na educação!

8.Chega de assédio moral! Fora Cláudio Castro!

9.Campanha de defesa dos profissionais que sofreram processos de perseguição política. Arquivamento imediato da Professora Sabrina da Rede Municipal de Macaé!

2.4 Rede Municipal do Rio de Janeiro - Eduardo Paes não é um mal menor!

43- Os ataques à educação pública promovidos por Cláudio Castro têm sua correspondência nos governos municipais em geral. Na capital, Eduardo Paes promove a privatização da educação, seguindo os planos da burguesia e do imperialismo. Isso se reflete também na desvalorização salarial que os profissionais da rede municipal amargam, sem nenhum reajuste a mais de 4 anos.

44- Paes está promovendo a redução de carga horária das disciplinas no segundo segmento do ensino fundamental e impõe as chamadas “eletivas”, uma aberração que só serve para mascarar a falta de docentes e driblar a necessidade de concurso público numa rede que perdeu mais de 6 mil professores nos últimos 10 anos. Para tanto reduz gravemente o direito dos filhos da classe trabalhadora de ter acesso ao conhecimento e ao método científico de entendimento da realidade.

45- O prefeito também avança na privatização das creches municipais, um verdadeiro escândalo que devemos denunciar. Para tanto implementa a política de fechamento de creches e deslocamento das crianças para as creches conveniadas – privadas – que, apesar da precária estrutura da rede pública pela diminuição contínua dos investimentos, oferecem um serviço muito inferior àquele garantido pelas(os) profissionais das creches municipais. Uma política racista e machista da prefeitura que atinge principalmente as mulheres, e em especial as mulheres negras, os setores que mais precisam das creches públicas para trabalhar tendo onde deixar suas crianças com educação de qualidade.

Propostas:

1.Fim do fechamento das creches e dos contratos com as creches conveniadas!

2.Reajuste imediato para cobrir as perdas dos últimos 4 anos! Rumo à reivindicação histórica de 5 sal mínimos para professores e 3,5 para funcionários!

3.Concurso público já para cobrir a carência de professores e demais setores da educação municipal!

4.Efetivação de todas(os) as(os) trabalhadoras(es) terceirizadas(os) que trabalham na educação pública municipal ao quadro de servidores públicos do município.

5.Por democracia nas escolas!

6.Chega de assédio moral, desvalorização e privatização na educação!

7.Nenhuma confiança em Eduardo Paes!

3 - CNTE

49- Mesmo hoje, com todos os problemas organizativos que dificulta a disputa ideológica contra o neoliberalismo, o Sepe-RJ possui diferenças importantes com a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação, a CNTE. Essa entidade da superestrutura sindical é uma entidade orgânica da CUT e tem compromissos com os governos e prefeituras, pois não defende uma independência de classe. A ausência na CNTE do princípio da independência frente aos governos explica o apoio desta entidade à reforma da previdência do governo Lula. Defende que o regime democrático burguês pode ser disputado e modificado. Para os estatutos e programa dessa entidade não há compromisso claro e explicito com a necessidade de construção de uma sociedade socialista para alcançar uma educação de qualidade, sem os vícios e deformações do capitalismo. Independência de classe e autonomia do movimento em relação aos governos são princípios que não podem ser abandonados. Infelizmente, até este momento, os/as trabalhadores/as em Educação Básica do país não conseguiram forjar um instrumento organizativo e de direção alternativo a CNTE.

3.1 Unidade da classe para lutar com Independência de classe e autonomia do movimento em relação aos governos. GOVERNO É GOVERNO! MOVIMENTO É MOVIMENTO!

54- A luta pelo acesso universal ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade não pode ser exclusiva das e dos profissionais de educação. Esse direito fundamental nos tempos contemporâneos tem que ser defendido pelo conjunto da classe trabalhadora. Essa classe é a mais interessada na apropriação do conhecimento e que tem sofrido por séculos obstáculos no acesso. Só uma sociedade que rompa com a propriedade privada dos meios de produção pode distribuir de forma igualitária o conhecimento e a tecnologia para todas, todos, às crianças e a juventude sem qualquer tipo de embargo.

55- Então a construção de uma educação de qualidade passa por uma luta do conjunto da classe trabalhadora e de sua efetiva unidade para lutar. É com esse objetivo que defendemos a filiação do Sepe-RJ à Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas.

56- A CSP-Conlutas, a partir de seus congressos e estatutos, pauta a sua atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o

fim de toda forma de exploração e opressão. Essa luta tem a perspectiva de alcançar as condições e construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadoras e trabalhadores.

57- Por isso, nossa entidade defende a autonomia e independência frente ao Estado, governos e partidos políticos, a construção da unidade como valor estratégico na luta dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo pobre, a ação direta, a mobilização coletiva de nossa classe como forma privilegiada de intervenção na luta de classes. 58- internacionalismo ativo, a solidariedade internacional entre os trabalhadoras e trabalhadores é parte constitutiva de seu programa, um objetivo permanente a ser buscado pela Central. A libertação da classe trabalhadora de toda forma de opressão e exploração é uma tarefa que não se inscreve apenas nos marcos de um país e deve ser tomada no plano internacional.

59- Essa entidade foi fundada no CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010. 60- O espaço do local do congresso ficou pequeno para os cerca de 4 mil participantes, dos quais 3.150 eram delegados(as) vindos de todas as regiões do país. 60- A Central nascida no CONCLAT uniu as experiências de organizações sindicais e populares agrupadas em movimentos bem distintos.

61- A Conlutas, que se organizava desde 2004, veio a maior parte da base sindical da nova entidade. A Conlutas surgiu a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo primeiro mandato presidencial, um governo formado por Lula e o empresário industrial José Alencar, e iniciou uma primeira experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade.

Propostas:

1.Defendemos a CSP/CONLUTAS. Por outro lado, entendemos que é necessário socializarmos o debate com a base.

2.A desfiliação da CNTE foi muito representativa na categoria e o debate da volta a CNTE ainda é insipiente nas escolas. Por isso somos contrários à filiação nesse congresso e apostamos num debate mais aprofundado nas escolas sobre a volta do SEPE RJ à CNTE.

4. ESTATUTO

62-Os ataques desfechados e na linha do horizonte à educação, diante das crises da atual situação do capitalismo decadente, exige um reforço na organização do Sepe-RJ.

Os processos de mobilização, de auto-organização e a necessidade de autodefesa nos obriga intensificar a organização sindical nas escolas, nas comunidades escolares e nos municípios. Para isso a descentralização das políticas para responder aos ataques nas escolas e nos municípios devem ocorrer de forma organizada e acelerada. Não é possível aguardar por uma resposta centralizada da direção colegiada central às demandas do cotidiano escolar que tendem a se intensificar.

63-A capacidade de respostas políticas deve ocorrer a partir das direções colegiadas locais, nos Núcleos e Regionais. Essa elaboração mais ágil deve se apoiar nos Conselhos de Representantes locais que, por sua vez, refletem as contradições e ataques ocorridos no interior das unidades escolares reportados pelos Representantes eleitos. Assim as respostas ao assédio moral, ao machismo, ao racismo e a lgbtfobia ocorrem de forma mais efetiva e muito mais rápido. Contudo isso implica em uma grande campanha não só de agitação (cartazes, preguinhas e panfletos),

mas com rodas de conversa, plenárias e seminários nas regiões e municípios.

64-Dessa forma um Núcleo do Sepe-RJ da Capital, que centralize ou substitua as direções colegiadas regionais, é um retrocesso organizativo e dificulta a mobilização para a luta. Sem contar que essa medida centralizadora não ajuda no enraizamento do sindicato nas localidades, nas comunidades escolares e nas escolas. A melhor forma de fortalecer a organização é envolvendo o maior número das e dos profissionais na construção de um Sepe-RJ com independência de classe, vivo e com muito peso social. 4.1 Segurança estatutária contra a violência e as opressões

65-Entendemos que não é possível lutar contra a exploração capitalista sem que haja o combate direto e cotidiano contra o machismo, o racismo, a LGBTI fobia, a xenofobia e todas as formas de opressão.

66-Por isso, é responsabilidade das entidades sindicais a criação das condições para que os setores oprimidos se envolvam cada vez mais nas lutas cotidianas, tanto nas bases de seu sindicato quanto em cargos de direção. Tal combinação é fundamental não apenas porque essa parte da população é um amplo setor da classe trabalhadora e têm sido bastante dinâmicos nas mobilizações, mas também porque o sindicato se constitui como um espaço de educação do conjunto dos trabalhadores de que é necessário assumir a luta contra o machismo, o racismo, a LGBTIfobia e todas as opressões.

67-Assim o estatuto deve conter medidas claras para reprimir as opressões cometidas por um filiado contra o outro. É inadmissível que haja dificuldade em formar Comissões de Ética e Moral. Também é desmoralizador as Comissões serem formadas e suas conclusões não se concretizem de forma efetiva por medidas de adiamento, conivência, demora ou qualquer outra forma de protelação.

68-Dessa forma o estatuto deve garantir o direito (a necessidade) das direções locais (Regionais e Núcleos) convocar assembleias locais estatutárias – ou assembleias estatutárias estaduais nos casos que envolvam membros da direção central do sindicato – que dê encaminhamento as demandas originadas pelo machismo, racismo, legbtfobia, xenofobia. Ao mesmo tempo garantir ao filiado o direito de recorrer da decisão local em assembleia geral estatutária, como parte do direito de ampla defesa.

Propostas:

1.Realização da campanha de eleição de representastes de escolas em todas as escolas públicas estaduais e municipais do Estado do Rio de Janeiro.

2.Realização da campanha para a formação dos Conselhos de Representantes em todos os núcleos e regionais com todas as formas de mídia, além de rodas de conversas, plenárias e seminários descentralizados.

3.Pela manutenção da estrutura organizativa do SEPE em núcleos e regionais.

4.Pela manutenção da proporcionalidade como critério de composição das direções do SEPE, tanto à nível central como para os núcleos e regionais.

5.Que a apuração, conclusões e encaminhamentos das Comissões de Ética sobre todos os casos, inclusive os de opressões sejam submetidos e ratificados ou não em assembleias estatutárias locais. Para os casos que envolvam membros da direção central do sindicato, deve haver assembleia estatutária estadual.

6.Realização de campanhas permanentes pela conquista de direitos, contra a opressão e a exploração.

7.Defesa das pautas de: equiparação salarial entre efetivas, efetivos, terceirizadas, terceirizados, homens e mulheres, negros, brancos, LGBTI's e heterossexuais.

8.Efetivação de todas(os) as(os) trabalhadoras(es) terceirizadas(os) das estruturas públicas ao quadro de servidores em todos os níveis da administração pública, federal, estados e municípios.

9.Campanha "Trabalho igual salário igual".

10.Educação Infantil em Tempo Integral (de 0 a 6 anos); pelo combate à violência contra as mulheres, ampliando os recursos para programas estatais, com a extensão e efetivação do ECA e da lei Maria da Penha; ampliação das delegacias de mulheres e das casas abrigo; pelo fim do assédio moral e sexual; pela descriminalização e legalização do aborto, com atendimento gratuito na rede pública de saúde.

11.Construção de centros de atendimento à mulher do IPSEMG.

12.Efetivação das secretarias de opressões nas regionais e núcleos.

ASSINAM A TESE

1. SAMANTHA DE ARAÚJO GUEDES 4ª CRE MUNICIPIO DO RIO

2. GUALBERTO TINOCO- APOSENTADO DO CE JOSÉ ACCIOLI

3. ROSÂNGELA DUARTE – PROF. APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE NITERÓI

4. MÔNICA FERNANDES DE AQUINO – E. M. PEREIRA PASSOS (MUNIC DO RJ)

5. FERNANDO MACHADO FILHO – C. M. MORRO DA PAZ (MUNIC DO RJ)

6. NANCI PEREIRA BERMUDES – C. M. CARACOL (MUNIC DO RJ)

7. PAULO RICARDO DA COSTA CAVALCANTE – E. M. VEREADORA MARIELLE FRANCO (MUNIC DO RJ)

8. JUSSARA COSTA DE OLIVEIRA – APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DO RJ

9. LESSANDRO AIRES DANTAS – E. M. ALCIDE DE GASPERI (MUNIC DO RJ)

10. RONALDO DA ROCHA CAMELO BORBA – E. M. AFONSO SALLES (MUNIC DE

ITABORAÍ)

11. FLÁVIA CRISTINA GOMES DOS SANTOS – E. M. ERNANI FARIAS (MUNIC DE SÃO GONÇALO)

12. WANDERSON – E. M. ERNANI FARIAS (MUNIC DE SÃO GONÇALO)

13. CLÁUDIA DENISE – E. M. ERNANI FARIAS (MUNIC DE SÃO GONÇALO)

14. MÔNICA CAETANO GONÇALVES – E. M. PORTUGAL NEVES (MUNIC DE NITERÓI)

15. SANDRA NASCIMENTO VARGAS – C. E. RAUL VIDAL (REDE ESTADUAL – NITERÓI) E CM CASTELO BRANCO – SÃO GONÇALO

16. JUDY HELLEN – EM ERNANI FARIAS- SÃO GONÇALO

17. TATIANA MILLAR POLLYDORO – E. M. PAULO DE ALMEIDA CAMPOS (MUNIC DE NITERÓI)

18. LEDYR CORDOVIL FIDELIS DA SILVA – 3ª CRE (MUNIC DO RJ)

19. ONEIDA APARECIDA DA SILVA – C. M. QUAFA (MUNIC DO RJ)

20. SANDRA DA SILVA SANT'ANA – EDI ARMANDO SALES (MUNIC DO RJ)

21. FRANCISCA CILDA SALES (E. M. COSTA E SILVA (MUNIC DE DUQUE DE CAXIAS)

22. SIMONE MARIA DOS SANTOS – EDI KARINE LORRAYNE (MUNIC DO RJ)

23. ETIENE AVELINO TEIXEIRA – EDI KARINE LORRAYNE (MUNIC DO RJ)

24. DAYSE DE OLIVEIRA GOMES – PROF. APOSENTADA DA REDE ESTADUAL SÃO GONÇALO

25. DANIELLE BORNIA DE CASTRO – SEPE-NITERÓI

26. JÉSSICA NASCIMENTO PINTO DA CUNHA – C. M. MORRO DA PAZ (MUNIC DO RJ)

27. MARIANA LOPES DE BRITO HENRIQUE – C. M. MORRO DA PAZ (MUNIC DO RJ)

28. ROBERTO FERREIRA BAETA – C. E. PANDIÁ CALÓGERAS (REDE ESTADUAL – SÃO GONÇALO)

29. ELEN DE ALMEIDA FENELON DELPHIN TAVARES – FME (MUNIC DE NITERÓI)

30. FELIPE MACHARETE – REDE ESTADUAL SÃO GONÇALO

31. SÉRGIO BRUNO ALVES PERDIGÃO – C. E. CONS. MACEDO SOARES – (REDE ESTADUAL – NITERÓI)

32. SABRINA ROBERTA LUZ MARTINS C.M. PROFESSORA ELZA IBRAHIM MACAÉ

33. GLEIDSON ROCHA FORA DE REDE MACAÉ

34. ESTEFÂNIA BANDEIRA FURTADO - CEMEI PARQUE MAMBUCABA (REDE MUNICIPAL ANGRA)

35. HERLON SIQUEIRA DA SILVA – CE TRASILBO FILGUEIRAS (REDE ESTADUAL DE SÃO GONÇALO)

36. ROSIDALVA BARBOSA MENDONÇA - E.M. RUBENS BERARDO (REDE MUNICIPAL – RIO DE JANEIRO)

37. RAFAEL BORGES – EMEI LUIZ CARLOS MARTINS (REDE MUNICIPAL DE MACAÉ)

38. NATÁLIA CECÍLIA DA LUZ MANFREDINI - C.E MATIAS NETO (REDE MUNICIPAL DE MACAÉ)

39. JANETE CRUZ MAXIMIANO – C.E. AYUROCA (REDE ESTADUAL- BARRA MANSA)

40. MIGUEL MALHEIROS - CE MACHADO DE ASSIS (REDE ESTADUAL NITERÓI)

41. LÍDIA DOS SANTOS LOPES SILVA - C. M. O SONHO DE RAMON PASCUAL (MUNIC DO RJ)

42. JEFERSON EDUARDO ROMANO CIEP- 210 MARIO ALVES - BELFORD ROXO

43. BRUNO CAMERA DO NASCIMENTO, CE DR. OSCAR PIMENTA - SÃO JOÃO DE MERITI

44. MÁRCIA MACEDO LOPEZ - APOSENTADA

45. ROSANGELA ALVES DE CASTRO PROFESSORA CEROM -TERESÓPO-

LIS E EM. DR. NILO PEÇANHA - NILÓPOLIS

46. GEOVANI PEREIRA DE ARAUJO - C. E. MARCÍLIO DIAS - BELFORD ROXO

47. DJAN FERREIRA BAETA-EM DARCY RIBEIRO- ARMAÇÃO DE BÚZIOS

48. LUIZ CARLOS BAPTISTA MACHADO JUNIOR - EM ELISABETE DE AZEVEDO DIAS BRANDÃO - REDE MUNICIPAL DE MACAÉ

49. LUISA DUQUE ESTRADA ROSATI EM GEORGE SUMNER - REDE MUNICIPAL DO RIO

50. MÁRCIO MAGALHÃES-•EM ORESTES BARBOSA - REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO• CE NUTA BARTHLET JAMES - REDE ESTADUAL

51. MARA REGINA ALVES DE ANDRADE PROFESSORA DE HISTÓRIA APOSENTADA DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.

52. ANA LUCIA ROSARIO VELLOSO. E.M.JOSÉ MARIA BELLO / REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.

53. MARCO AURÉLIO BALSA CIEP ULYSSES GUIMARÃES - REDE ESTADUAL 54. ALEXANDER NORONHA DE ALBUQUERQUE - COLÉGIO ESTADUAL OLAVO BILAC.

55. FLORINDA LOMBARDI -APOSENTADA REDE ESTADUAL

56. PAULA ANDRÉIA ALMEIDA FALCÃO ESCOLA MUNICIPAL MAGDALENA TAGLIAFERRO - REDE MUNICIPAL

57. ELAINE RUSENHACK, ESCOLA MUNICIPAL NOVA HOLANDA

58. MARIANA MUNIZ, ESCOLA MUNICIPAL NOVA HOLANDA

59. CLÁUDIA NASCIMENTO CE MACEDO SOARES NITERÓI

60. CLAUDILENE DA SILVA NEVES CM MUSSUM- O TRAPALHÃO- REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

61. ALMIR FERNANDES, PROFESSOR DA C. E. VISCONDE DE CAIRU

62. CÁTIA DUTRA AMORIM, APOSENTADA DA E. M. PERNAMBUCO

63. DENISE DOS SANTOS PÔNCIO, PROFESSORA DA E. M. LEVY NEVES 64. EDNA FELIX, APOSENTADA DA E. M. NOEL ROSA 65. HAROLDO TEIXEIRA, APOSENTADO DO I.E.R.J.

66. JORGE LUIZ DUARTE, APOSENTADO DA E.M. MINISTRO GAMA FILHO

67. JOSÉ LUIZ PENHA, PROFESSOR DA E. M. CAMILO CASTELO BRANCO

68. MARIA CRISTINA TOSTA, PROFESSORA DA E.M. MINISTRO GAMA FILHO

69. MARIA SAYONARAH DE ALMEIDA, PROFESSORA DO C. E. ANTÔNIO PRADO JR.

70. MARLI SENRA, APOSENTADA DA E. M. ORDEM E PROGRESSO.

71. MEIRE DA SILVA, APOSENTADA DA E. M. AUGUSTO CÉSAR SOARES

72. GLEICIMAR LIMA - CM ESTEFÂNIA DE CARVALHO -SÃO GONÇALO

73. AMANDA DA SILVA FARES – ESCOLA MUNICIPAL PEREIRA PASSOS (REDE MUNICIPAL RIO DE JANEIRO

74. NELSIDES LEONARDO DE SOUSA DINIZ – CE WALTER ORLANDINE E ESCOLA MUNICIPAL PEREIRA PASSOS

75. MAISA GONÇALVES DIAS – ESCOLA MUNICIPAL PEREIRA PASSOS

76. FERNANDA PEREIRA DUTRA MARTINS – E.M. CALOUSTE GULBENKIAN E C. E. RAUL VIDAL

77. DANIELLE SILVEIRA – UMEI ÍRIO MOLINARI (REDE MUNICIPAL DE NITERÓI)

NA DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA QUE SIRVA AO POVO, ESMAGAR A BESTA FASCISTA E COMBATER O GOLPISMO DOS GENERAIS SEM QUALQUER ILUSÃO NO GOVERNO DE COALIZÃO

SITUAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL

DIANTE DA CRISE GERAL DE DECOMPOSIÇÃO DO IMPERIALISMO LEVANTAM-SE OS POVOS DE TODO O MUNDO

Desde o final do século XIX vivemos sob o jugo do Imperialismo, a fase superior e última do capitalismo, marcada pelo seu caráter monopolista, parasitário, em decomposição e agonizante. O mundo encontra-se dividido entre um punhado de nações exploradoras e opressoras e um grande número de nações e povos explorados e oprimidos. Nesse cenário, o parasitismo se soma à "anômica" produção instigada pela busca incessante do lucro máximo e gera crises cíclicas de superprodução de mercadorias cada vez mais graves, profundas e com intervalos mais curtos entre uma e outra, sintomas nítidos da crise geral de decomposição do imperialismo.

Por consequência, vemos um acirramento das contradições interimperialistas, as superpotências e potências são levadas à pugna por mercados consumidores, pelo fornecimento de matérias-primas e força de trabalho. Esta contradição, que gerou duas grandes guerras mundiais, a morte de milhões de pessoas, destruição de dezenas de países e, por oposição, o alvorecer do socialismo em 1/3 do planeta, obriga os países imperialistas a evitarem que a mesma se antagonize e se converta em confrontos bélicos. Deste modo dirigem toda sua sanha ambiciosa contra as nações e povos oprimidos, aprofundando a exploração do proletariado e das massas trabalhadoras com cortes sistemáticos de direitos fundamentais e arrocho salarial. Assim se acirra a contradição entre proletariado/massas trabalhadoras e a burguesia e, em razão da rapina desenfreada promovida pelos países imperialistas e a tentativa de dar vazão à crise pelos conflitos promovidos nos países dominados, tenciona-se também a contradição entre as nações/povos oprimidos e o imperialismo.

A prolongada recessão nos EUA que se arrasta desde 2007/2008, com alta na inflação e no desemprego, ainda mais à vista após o início da pandemia de Covid-19, quando a suposta "estabilidade econômica" ruiu como um castelo de cartas, aguça os distúrbios políticos internos em uma dimensão jamais vista. Os grandes levantes que incendiaram o país em 2020 após o brutal assassinato de G. Floyd e a tentativa de golpe de Trump e apoiadores no episódio do Capitólio são exemplos vivos disso. Os EUA veem sua condição de superpotência hegemônica única questionada em atos pela Rússia, superpotência atômica, e, em outra medida, pelas demais potências imperialistas, particularmente Alemanha e China. A unidade entre esses países só pode ser transitória, pois se trata de um sistema baseado na propriedade privada, não à toa as confrontações econômicas e políticas dentro dos

limites da diplomacia se desdobram em embates armados no solo das nações oprimidas, como a guerra imperialista da Rússia para ampliar e estabilizar seu domínio sobre a Ucrânia e frear o quanto pode o avanço do imperialismo ianque e alemão.

A contradição principal de nossa época, que opõe potências e superpotências imperialistas aos países e povos oprimidos de todo o mundo, fica patente com os conflitos acima citados e as guerras de rapina no Oriente Médio Ampliado nas quais o imperialismo ianque segue colhendo derrotas, como àquela imposta pela heroica resistência nacional no Afeganistão, ainda que dirigida por uma ideologia reacionária. As imagens dos ianques fugindo atabalhoados em porta-aviões remontam a vitória dos guerrilheiros no Vietnã em meados do século passado. A recente expulsão dos EUA do Afeganistão se deu devido aos hercúleos esforços das massas populares armadas após mais de 20 anos da invasão imperialista. Como reação a essa verdadeira crise de dominação, o imperialismo se volta ainda mais para a garantia do principal pilar de sustentação de sua hegemonia, a América Latina. Para isso, militarizam o continente e buscam criar melhores condições para inversão de capitais, promoção do já tradicional saqueio dos recursos naturais dos países da região e aumento das taxas de exploração e extração de mais-valia. Estimulam a reacionarização pela centralização do poder político no executivo, permitindo que seus planos e reformas sejam aplicados sem grandes negociações e atrasos, reformando a fachada política, mas mantendo a essência burocrática e o caráter de classe dos velhos Estados de grandes burgueses e latifundiários serviçais do imperialismo, principalmente ianque. Visam com isso neutralizar a justa revolta das massas que reagem com toda a força contra as políticas antipovo e vende-pátria de corte de direitos e venda da riqueza nacional.

A situação revolucionária que se desenvolve de forma desigual em todo o mundo ganha força e enfrenta a ofensiva contrarrevolucionária de caráter geral em declínio. No Reino Unido mais de meio milhão de trabalhadores declararam greve e realizaram manifestações e piquetes contra a crise e repudiando a lei que restringe o direito à greve; Na França uma forte greve levou milhões de pessoas às ruas, com fechamento de escolas, interrupção de fornecimento de energia e da circulação de transportes, contra a reforma autoritária da previdência de Macron; No Irã, no fim de 2022, irrompeu talvez a maior onda de protestos de sua história que teve como estopim o assassinato da jovem Mahsa Amini, de 22 anos, que apareceu morta após ser presa pela chamada polícia dos bons costumes do país por “uso inadequado” do véu islâmico; Na China, uma rebelião operária sacudiu a província de Zhengzhou nos dias 22 e 23 de novembro. Milhares de operários de uma fábrica de Iphones protestaram exigindo o pagamento integral do salário por parte da empresa taiwanesa Foxconn e também pelo fim das terríveis condições de vida e de trabalho impostas pelo Estado social-fascista chinês, reforçadas através das medidas de “Covid Zero”. A explosividade das massas está na ordem do dia, são incontáveis os exemplos de lutas empreendidas pelos povos do mundo que abalam os pés de barro dos gigantes imperialistas. Tormentas ainda maiores se aproximam, os trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro devem se unir, contra o vento e a maré, bradando que é necessário destruir esta velha ordem de exploração e opressão, proclamando a certeza no triunfo da revolução e atuando resolutos e intrépidos. Nós, trabalhadores em educação, temos que ter clareza desse processo para valorarmos corretamente a importância da luta dos povos e nossa solidariedade com todos aqueles que lutam contra essa velha ordem de exploração e opressão em todo o mundo.

SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

CONTRA OS GENERAIS GOLPISTAS, O AVANÇO DA EXTREMA-DIREITA FASCISTA E O GOVERNO DE COALIZÃO DE LULA E ALCKMIN, IMPULSIONAR O PROTESTO POPULAR!

Quase 50 milhões de pessoas rechaçaram as eleições gerais por meio dos votos em branco, nulos e abstenções, mesmo sob forte campanha em torno da falsa polarização entre as legendas em contenda, fica nítida a desmoralização do pleito e das velhas instituições dessa apodrecida república. A chapa Lula/Alckmin eleita pela minoria já deu demonstrações suficientes de que nem neutralizarão os generais golpistas, ao contrário, sinalizam aos mesmos pelo discurso de "estabilização" do país, pela negação da revogação das "reformas" anti-povo (trabalhista, previdência e ensino médio) e indicação ministerial do *semi-bolsonarista* Múcio; nem serão capazes de aquietar a extrema-direita, cães de guarda da ordem em ruínas que não reconhecem legalidade e são alimentados pela direita militar quando a esta convém. É prova disso a intentona golpista que tomou de assalto a sede dos "Três Poderes" em Brasília no dia 8 de janeiro, o que traz à tona a gravidade e profundidade da crise política, institucional e militar por que passa o país, expressões da crise de decomposição do capitalismo burocrático, cuja base é o domínio do latifúndio e de grandes burgueses serviçais do imperialismo.

O Brasil assume destacado papel dentro do plano imperialista ianque de fincar ainda mais suas garras sobre a América Latina, é nessa trilha que se gesta o golpe militar contrarrevolucionário preventivo ao inevitável levantamento das massas no país a partir do temor gerado pelas grandes manifestações de 2013/14. Quem não lembra do discurso do então comandante do Exército General Villas-Bôas em 2015 a oficiais temporários da reserva? Nesta ocasião disse que o país vivia uma "situação extremamente difícil, crítica, uma crise de natureza política, econômica, ética muito séria", expressando em seguida sua preocupação com o prolongamento dessa situação, o que, segundo ele, poderia "se transformar numa crise social com efeitos negativos sobre a estabilidade". Não para por aí e conclui em tom de ameaça: "nesse contexto, nós nos preocupamos porque passa a nos dizer respeito diretamente". Esta é apenas uma evidência dentre tantas de que a luz de alerta do Alto Comando das Forças Armadas reacionárias (ACFA) se acendeu, tensão consonante com os planos dos EUA.

Com vistas à renovação de fachada das instituições, o passo inicial da restruturação foi a Operação Lava Jato, forma histórica do desenvolvimento da rinha que se abriu entre os grupos de poder e classes dominantes no Brasil sob o acompanhamento detido e de forma coordenada em algum nível com o imperialismo estadunidense, conforme se demonstrou posteriormente nas informações vazadas sobre a visita de procuradores americanos ligados ao Departamento de Justiça (DOJ, na sigla em inglês) e agentes do FBI à sede do MPF em Curitiba. Sucede-se a isso o impeachment de Dilma, enquadramento de Temer, aumento da intervenção das Forças Armadas no Governo e na sociedade via "intervenções federais" e GLOs, vitória do fascista Bolsonaro, disputa pela direção da ofensiva contrarrevolucionária entre o ACFA e a extrema-direita encabeçada por Bolsonaro, até o atual momento com a vitória eleitoral da coalizão de diversas forças reacionárias criadas para derrotar Bolsonaro, que agora terão o desafio de governar sem coesão ou unidade sob pressão de todos os lados: dos generais e da extrema direita com seu golpismo, de um lado, e pelas massas populares por outro, que seguidamente atacadas em seus direitos responderão com levantamentos constantes.

São quatro os fatores elementares para se pensar o atual desenvolvimento da luta de classes em nosso país:

1.A existência de uma articulação de extrema-direita, promovida pelo ex-presidente de turno e aproveitada pelo que de pior se produz nesta velha sociedade, desenvolvida em movimento de massas armado, anticomunista, antipovo e antitrabalhador, disposto a servir de tropa de choque da reação. Seguirá sendo um elemento desestabilizador com suas ações golpistas, passando cada vez mais a ações armadas contra os movimentos populares e na provocação ao governo. Essas articulações de extrema-direita seguirão atuante e serão utilizadas pelo ACFA como força provocadora para chantagear o governo e colocá-lo sob sua tutela.

2.A atuação golpista do ACFA, cabecilha da ofensiva contrarrevolucionária que, em embates com a extrema-direita, busca: a) reestruturar o velho Estado brasileiro e suas instituições por meio de regime político correspondente às exigências de manutenção da ordem semicolonial e semifeudal, sustentada tradicionalmente por práticas e leis draconianas que alicerçam a política de encarceramento em massa, de guerra aos pobres e rebeldes do campo e da cidade, de genocídio dos povos indígenas originários e da população negra, sobretudo a juventude, dado o caráter racista das instituições de Estado, tudo isso – já que não há quem socialize lucros – se conforma como método de gestão da miséria; b) impulsionar o capitalismo burocrático entregando as riquezas nacionais; e c) impedir ou restringir ao máximo os levantes de massas, a rebelião popular, as liberdades democráticas de organização e manifestação e, em última análise, uma possível revolução. Seguem sua sanha e na intenção de açambarcar o governo de turno, por ora se escoram no ordenamento legal, incluindo na dita "constituição cidadã" de 1988 que, em seu artigo 142, entrega a tutela das "garantias constitucionais" às Forças Armadas e abre as brechas para a recorrente "interpretação" de que as mesmas cumprem o papel de "poder moderador" da República. Por um lado, terão que abusar das chantagens para com o governo de modo a estabelecer sua influência e utilizarão para isso os escândalos de corrupção e as provocações da extrema-direita, por outro, na relação com a extrema direita enfrentará as dificuldades de manipular e utilizar essa articulação contra o governo, pois essa tem vida própria e sairá, vez por outra de seu controle, aumentando sua influência no interior das Forças Armadas e mesmo no Alto Comando.

3.A eleição de um novo governo pela minoria da nação, que não tem coesão interna, terá uma forte oposição no Congresso, da extrema-direita, nas ruas, ademais das massas populares e não poderá cumprir a contento suas promessas demagógicas.

4.A tendência irrefreável de crescimento do protesto popular – em especial, da luta pela terra e pela Revolução Agrária – empurrado pelo latente processo de decomposição e crise aguda da economia e da incapacidade do decadente e corrupto sistema político de resolvê-lo a curto e médio prazos, após um enorme boicote eleitoral em que um terço dos brasileiros e brasileiras não votaram no segundo turno (49,64 milhões). De todos os fatores esse é o único positivo e construtor do novo, a revolta organizada das massas populares em nosso país destruirá esse velho sistema corrupto de exploração e opressão e abrirá novas perspectivas para a construção de uma nova nação.

A situação resultante das eleições e da construção do novo governo somente agrava no seio dos grupos de poder das frações das classes dominantes locais (frações da grande burguesia e os latifundiários) as contradições e choques de interesses que impulsionam a crise de decomposição do capitalismo burocrático em todas as suas faces, institucional, moral, social e militar. A correlação e desenvolvimento desses fatores pela atuação das diversas forças políticas no enfrentamento da crise determinará o novo ciclo da luta de classes em nosso país que está

marcado pelo aumento vertiginoso do protesto popular, tendendo a maior consciência e organização, em oposição e reação ao desenvolvimento das forças fascistas. Tal situação incrementa a revolta latente à espera de uma faísca para rebentar em grandes labaredas.

Impõe-se para nós, trabalhadores em educação, e ao povo em geral, difíceis, mas decisivas tarefas: combater sem tréguas a extrema direita, golpeando-os implacavelmente onde quer que ousem levantar a cabeça, estes são os piores inimigos do povo e da nação. É preciso derrotá-los em todas as frentes, derrotar sua falsa propaganda de que "querem o fim do sistema", pois são seus mais radicais defensores; neutralizar sua influência nas escolas e na sociedade. Denunciar sistematicamente o golpismo do ACFA reacionárias, que seguirá levando a frente sua ofensiva contrarrevolucionária preventiva para centralizar o poder no executivo sob sua tutela e manter a dominação e atraso secular da Nação dos quais são os maiores responsáveis. Desmascarar o governo de coalizão do oportunismo com a centro-direita (dobradinha Lula/Alckmin) que tem pela frente a tarefa de presidir a repressão contra o povo para gerenciar em regime de subordinação, conciliação e colaboração com as classes dominantes uma crise sem precedentes no país. É obrigação de todas (os) as (os) revolucionárias (os) e democratas do país se engajar em construir a organização da luta em defesa de nossos interesses imediatos, direitos fundamentais e liberdades democráticas, por todos os meios e de modo intransigente necessários à edificação de uma nova sociedade por meio da Revolução.

O CONTEXTO EDUCACIONAL

DIFERENTES REDES DE ENSINO, UM MESMO ATAQUE DE CLASSE - ROMPER COM A FRAGMENTAÇÃO E ISOLAMENTO DOS EDUCADORES E ORGANIZÁ-LOS PARA VENCER

A educação no Brasil, incluindo o ensino básico, representa hoje, no mercado financeiro internacional em crise, uma importante fatia dos lucros bilionários de diferentes monopólios imperialistas. Transformada em mercadoria, a educação é assumida não só como um produto a ser comercializado, mas passa a ter seu conteúdo determinado por esses mesmos grupos que controlam o mercado financeiro e assim, a base da formação ideológica da população desde o princípio.

Partindo das diretrizes do Banco Mundial e do FMI, passando pelo indiscreto interesse de grupos empresariais como Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Grupo Gerdau, Banco Bradesco, entre outros, que viriam a compor o famigerado Todos Pela Educação, grupo empresarial que atua na Educação defendendo os interesses do capital, temos visto e sentido na própria pele, enquanto educadores, os impactos reducionistas que visam limitar, amordaçar e restringir os currículos escolares, precarizando ainda mais a qualidade da educação pública e influenciando fortemente as políticas educacionais no país.

Além da fatia representativa de mercado que hoje representa bilhões para o setor educacional privado, as parcerias público-privadas também alimentam o setor com dinheiro público em gestões privadas (por meio de convênios, vouchers, terceirizações, programas educacionais, apostilamento, venda de soluções tecnológicas como plataformas digitais, etc.) e, por fim, fazem da educação um produto em si, transformando-a em mercadoria em última instância, quando a educação deixa de ser um direito social para se converter em objeto de lucro.

Tais grupos empresariais se organizam e coesionam a partir de interesses comuns, disputando fatias de mercado, mas se integrando ao tomar em suas mãos a base ideológica do planejamento

curricular de toda população. Se apropriando da formação humana não só de sua classe social, mas também das classes populares, voltando-as inteiramente para os interesses do Capital. Promovem, assim, uma extensa interferência na organização curricular visando a redução dos componentes curriculares científicos e críticos, em troca de uma educação baseada no que irão chamar de "competências emocionais", cujos objetivos imediatos em uma sociedade em profunda crise econômica, social e política representam o controle do crescente descontentamento do povo.

Dessa forma, em uma sociedade extremamente desigual, onde cresce a miséria, a fome, sob o codinome de insegurança alimentar e assola o desemprego, é flagrante a falta de direitos básicos, onde inclusive parte da população está submetida a sucessivas ações de violência do Estado, as classes dominantes passam a se ocupar cada vez mais da formação dos filhos da classe trabalhadora. Os conteúdos curriculares deixam de se relacionar aos conhecimentos científicos, e retira-se (ou reduz-se) do currículo de forma descarada as disciplinas que se propõem a refletir sobre as formas de organização social e econômica da população.

Cada vez mais esvaziados de sua criticidade, os tempos escolares foram sendo substituídos por eletivas, "Projetos de Vida", e mais recentemente, "círculo de leitura". Esses programas são atravessados pela forte influência da lógica empreendedorista, que prega e dissemina a ideia de responsabilização individual, onde a formação de pessoas "flexíveis", socializadas, instrumentalizadas por competências básicas (ler escrever e fazer contas), deve formar para o mercado de trabalho do desemprego estrutural. Assim, os trabalhadores podem se sentir gratos sempre que tiverem a oportunidade se ser explorados pelo capital, ainda que sob mais cruéis e precarizadas relações de trabalho, moldadas pelos empregos e subempregos a que serão submetidos ao longo da vida, através de uma formação acrítica, pacificadora e conciliadora dos interesses de classe que, em última instância, aponta para manter sob controle a população.

É nesse sentido que se dá a implementação da BNCC e as atuais reformas de ensino, que alteram de forma devastadora todo conteúdo curricular da Educação, sendo implementadas desde a Educação Infantil, por toda a Educação Básica (Ensino fundamental e Peja), passando pelo que podemos chamar de aniquilamento do Ensino Médio (com o NEM), até chegar no Ensino Superior, em que irá se ocupar da formação dos professores (BNC), os formadores da população em larga escala.

Um ataque contra a classe trabalhadora nesta dimensão requer como resposta que rompamos cada vez mais com a resistência fragmentada e corporativizada fadada ao fracasso, assumindo como princípios da atuação sindical o classismo, a combatividade e a independência na luta por direitos. Mobilizar, politizar e organizar cada escola para ser uma trincheira de combate em defesa dos interesses do povo, e, ao povo, para que se erga alta a bandeira em defesa da educação pública.

REDE MUNICIPAL

É nesse contexto global que se aplicam sob diferentes políticas os ataques à rede municipal de ensino do Rio que, na forma de precarização das escolas e das condições de trabalho docente, vem sofrendo inúmeras derrotas. Tais fatores são o resultado de distintas medidas realizadas ao longo de sucessivos anos, sob a bastilha de diferentes governos que pouco a pouco, ainda que de forma setorizada inicialmente, representam no quadro geral da rede uma ofensiva geral dos interesses do mercado sobre a educação.

As terceirizações, por exemplo, constituem não só um avanço das formas mais precárias de

empregos nos setores públicos, submetendo os trabalhadores a contratos de trabalhos com consecutivas empresas, como também acarretam excessivas jornadas de trabalho, não trazem garantias de vínculos ao trabalhador, que se sente ameaçado constantemente pela possibilidade do desemprego, não recebe fundo de garantia, multa rescisória, licença maternidade, 13° salário, entre outros, a terceirização gera insegurança em relação a integridade da equipe ao longo do ano nas escolas, não exige, de maneira geral, qualificação adequada, sendo a representação máxima, dentro dos termos da lei, da exploração do trabalho humano. Lutar pela realização dos concursos públicos, garantindo a qualidade da educação, os direitos tanto da comunidade escolar, como os direitos trabalhistas deve ser uma das bandeiras que mais alto devemos levantar.

A falta de professores e funcionários nas escolas, gera uma enorme sobrecarga de trabalho no cotidiano da categoria, além das turmas lotadas, ocasiona um acúmulo de funções, uma vez que diversas instituições carecem de profissionais essenciais, como serventes, merendeiras, lactaristas, secretárias, controladores de acesso, inspetores, monitores e manutenção. Tal situação gera o adoecimento nos profissionais da rede, afeta a qualidade da educação e representa, por fim, parte de uma medida política que fornece as bases para as empresas particulares acessarem a verba estatal, submetendo os trabalhadores às rédeas curtas da ideologia patronal, oportuniza a criação de formas ainda mais precarizadas de trabalho para os professores da rede, que acabam se submetendo às "duplas", ampliando a jornada de trabalho sem nenhum amparo ou direito para além das horas trabalhadas.

O direito ao 1/3 de planejamento é um dos aspectos dessa sobrecarga de trabalho docente. Em todos os segmentos da rede a categoria se vê refém da boa vontade das direções escolares para ter seu direito atendido, ou pior, como é o caso ainda mais grave da Educação Infantil, não tem garantias nenhuma de que conseguirá planejar ao longo da carga horária diária que cumpre, na maior parte das vezes, em estreita relação com as crianças.

O horário de planejamento para ser garantido precisa ser integralmente cumprido fora da unidade escolar, uma vez que a maior parte destas nem sequer dispõe de estrutura mínima para a pesquisa dos docentes, sem sala de professores, sem acesso à biblioteca, sem computadores e internet, é simplesmente impossível planejar no ambiente escolar. A falta de horário de planejamento afeta diretamente a saúde do professor, gerando horas extras de trabalho e reduz a qualidade da educação, uma vez que o professor que não dispõe de tempo para planejar acaba repetindo velhas receitas, não inova, não consegue desenvolver o exercício da avaliação crítica, contínua e reflexiva, tornando seu trabalho mais significativo para a comunidade escolar e a aprendizagem efetiva. O problema do 1/3 se relaciona diretamente com a questão dos concursos públicos, como o professor está em sala durante seu horário de planejamento, acaba por fazer horas extras de trabalho, assim as secretarias de educação evitam ainda maiores desfalques na grade de toda rede.

É nesse momento que percebemos também a relação de tudo isso com o crescente apostilamento da educação. A compra desses materiais gera um outro mercado para educação, determina os saberes a serem trabalhados pelos docentes sem levar em conta a realidade e os interesses da comunidade escolar, uniformizando os conteúdos que em geral correspondem a ideologia de ensino das empresas que o produzem. As apostilas representam produtos extremamente lucrativos para setores privados que se ocupam da educação como mercadoria, caem nas mãos do docente adoecido e exaurido, e acabam ditando os saberes a serem desenvolvidos nas unidades.

Da mesma forma, durante a pandemia, o ensino à distância ou sua "nova" forma o ensino remoto, historicamente combatido pela categoria, foi adotado como recurso mesmo para as crianças

menores, sobrecarregando as famílias e aumentando a exclusão por meio da inacessibilidade ao ensino. Esse setor, que tomou impulso nesse momento específico, cresceu absurdamente e se fortaleceu enquanto política de educação nas redes públicas.

Hoje permanece como medida adotada em muitos colégios, inclusive em caso de licença docente. Além de não alcançar os estudantes, em grande parte excluídos por falta de acesso material, representa sobrecarga de trabalho às mulheres, mães que muitas vezes precisam acompanhar e ensinar conteúdos a seus filhos, somando a já pesada dupla jornada de trabalho, e representa um controle na forma de registro e, não raro, perseguição ideológica aos docentes (principalmente depois do Movimento Escola Sem Partido). A normalização de tal medida representa ainda maior sobrecarga de trabalho ao docente que se vê preso a uma infinita carga horária, além de muitas vezes se ver obrigado a arcar com os gastos do trabalho usando recursos próprios.

É nesse bojo que notamos também a adoção obrigatória e o crescimento exponencial dos usos e funções das plataformas digitais que sobrecarregam e controlam hoje todos os aspectos do universo escolar, desde as frequências escolares, os dados sobre avaliação até o planejamento dos conteúdos curriculares. Uma dessas plataformas adotadas para a gestão escolar é a chamada GP Ágil, uma plataforma claramente corporativa que trata todo complexo processo educacional com base nos modelos empresariais por meio da fixação de objetivos a serem cumpridos na forma de metas e prazos fixos desconsiderando as especificidades de cada comunidade escolar e sem fornecer as condições materiais básicas para o cumprimento destes.

A voucherização da educação, que historicamente é adotada em nosso país é outra das caixas pretas do desvio da verba pública para instituições privadas. Foi uma política largamente adotada no regime militar e representou o crescimento de vários colégios privados que ampliaram sua rede, alguns tornando-se até universidades. Com a política do voucher, as escolas ofereciam bolsas enquanto aumentavam o valor das mensalidades, favoreciam famílias de conhecidos ao invés de ampliar as matrículas das crianças mais pobres, mantinham o conteúdo curricular da educação sob controle dos setores privados e aumentavam significativamente os lucros dos empresários, financiados pelo dinheiro público.

Da mesma forma, observamos o aumento do número de unidades educacionais conveniadas, como é o caso das creches. Atender bebês requer uma grande estrutura (desde o aspecto ambiental até a presença das lactaristas) e exige profissionais formados que possam aliar o cuidar ao fazer educativo. A ampliação da oferta de vagas nas creches conveniadas representa um retrocesso geral na Educação Infantil, que é percebida como um espaço de “depósito” para os filhos da classe trabalhadora. Além de destinar verba pública para uma gestão privada, as conveniadas atendem em geral, as famílias mais pobres, carecem de mão de obra especializada e empregam a baixos custos, representam baixa qualidade educacional e lucro para os setores privados.

Ao responderem, aparentemente, a uma demanda justa da população, as unidades conveniadas correspondem, na verdade, aos interesses diretos de uma larga casta de empresários da educação, donos de sistemas de ensino, de empregadores terceirizados e de gestores de ONGs.

Ao mesmo tempo em que abrem unidades conveniadas o governo promove o fechamento criminoso de escolas públicas ou de turmas inteiras, principalmente no caso das escolas do campo e que atendem a modalidade Peja. Tanto as escolas do campo como as turmas de Peja representam estudantes que historicamente sofrem com a exclusão, representam altos índices de abandono e precisam de uma política própria de incentivo a educação. A falta de procura não necessariamente corresponde nestes casos a falta de demanda. Políticas que contribuam para

que os estudantes, muitos trabalhadores, tenham acesso a políticas de bolsas e oportunidades de empregos precisam caminhar junto com a oferta de vagas para a população. Transporte escolar, flexibilidade quanto ao funcionamento, diálogo com a comunidade escolar, abertura de unidades próximas são também fundamentais para esses estudantes.

Por fim, como plano de fundo, temos ainda a defasagem salarial dos profissionais que estão sem reajuste e que vivenciam a pauperização junto com a maior parte da população, na mesma direção destas medidas, o governo adota uma velha tática promulgando políticas meritocráticas e o "incentivos" individualistas por meio de premiações que amarram o trabalhador com imposições severas visando sua não adesão às lutas da categoria (como o 14º atrelado ao Plano de Ação ou Plano das Dimensões). Tal política não só se insere na lógica competitiva e individualista que divide a classe dos professores, explorando ainda mais a mão de obra desse profissional, enquanto visa reduzir o acesso a direitos duramente conquistados pelos servidores públicos (como licenças de saúde, ou o direito a participação na luta sindical, por meio de paralisações e greves), por meio de um edital nebuloso, que nada mais faz além de criar ilusões, ampliando as desigualdades entre escolas da mesma rede, acirrando as contradições internas da categoria, e o incentivo à lógica de responsabilização individual dentro da própria categoria promovendo a culpabilização por sua própria condição miserável de trabalho e, consequentemente, de vida.

As unidades da rede, por sua vez, demandam estruturas adequadas e melhorias significativas, promovendo um ambiente adequado para a educação, com salubridade e oferecendo espaços que não só os de sala de aula que promovam uma educação integral, no sentido amplo da integralidade humana e não apenas de horários. Para isso são necessárias verbas, parcerias com universidades e centros de pesquisa, fortalecendo a Educação como um espaço da ciência.

Passeios pedagógicos que possibilitem o acesso à cidade são fundamentais para as crianças e famílias de nossa rede. Eles permitem ampliar o acesso ao mundo, são políticas que o Estado pode oportunizar por meio da escola e que não é menos importante.

O direito à alimentação escolar de qualidade e em quantidades suficientes é garantido na Constituição Federal. As mudanças e a elaboração do cardápio deveriam contar com um diálogo franco e aberto tanto com as educadoras quanto com as famílias, permitindo que a comunidade escolar expresse suas demandas e sua realidade, oportunizando também a troca de saberes sobre alimentação saudável por meio de campanhas e incentivos, com uma das estratégias ao combate à fome. Situação que coloca em risco nossos estudantes e com a qual temos presenciado diversas ocorrências de saúde em famílias mais vulneráveis.

Na nossa cidade, outra questão que atravessa as escolas é o problema da violência nas favelas e comunidades, violência esta que muitas vezes é praticada pelo próprio Estado como parte do controle da população mais pobre, sob a escusa de combate ao tráfico e que nos atinge diretamente, vide as crianças atingidas por disparos em dias de operação dentro das unidades ou a caminho das escolas.

Por fim, para a ampliação da rede pública e oferta de educação de qualidade para o povo não há outro caminho possível: é preciso defender a Educação Pública com unhas e dentes, exigir mais concursos públicos, ser firmemente contrários aos fechamentos de turmas e de escolas e em defesa da construção de novas unidades.

REDE ESTADUAL

Observamos com nitidez que os problemas narrados referentes à rede municipal do Rio de Janeiro não diferem, em geral, com aqueles vivenciados pela rede estadual. Aqui, o receituário da

"precarização para a privatização" se aprofunda. A Lei 13.415/2017, da Reforma do Ensino Médio autoriza os sistemas de ensino a reduzirem para 60% o conteúdo do ensino médio. O que significa, na prática, redução do direito à educação. Os outros 40%, que correspondem à parte diversificada do currículo, serão compostos por conteúdos relativos às áreas do conhecimento – linguagens, ciências exatas, ciências da natureza, ciências humanas – e à formação técnica e profissional.

Na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, em 2021, ano em que a Reforma deveria ter sido debatida nas escolas com ampla participação da comunidade escolar, percebemos que isto não ocorreu. Embora ainda estivéssemos sob isolamento social em decorrência da pandemia do novo coronavírus não se justifica que o debate só tenha sido realizado em pouquíssimas escolas com muito pouca participação da comunidade escolar. Em 2022, ano em que a Reforma foi oficialmente implementada, a Seeduc-RJ deixou de oferecer sociologia para o primeiro ano e para o Neja 1 e passou a oferecer Projeto de Vida, eletiva 1 (ensino religioso ou reforço escolar), eletiva 2 (estudos orientados ou espanhol) e eletiva 3.

Em 2023, a Seeduc-RJ deixou de oferecer para o segundo ano, Sociologia, Filosofia, Educação Física e Inglês, as quais estão sendo substituídas pelos componentes curriculares que compõem os itinerários formativos. Fomos surpreendidos com o oferecimento de componentes curriculares como "O que rola por aí?", entre outros, sem conteúdo formativo ou crítico, desprovido de sentido para a formação dos estudantes. Essa situação seria cômica se não fosse trágica. Não se trata de um programa de humor mas da formação acadêmica e do futuro da juventude. Oitenta e cinco por cento dos jovens que cursam o ensino médio estão matriculados nas redes estaduais, as mais afetadas com a implementação da Reforma.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aprovadas após a aprovação da Lei da Reforma, autorizam os sistemas de ensino a ofertar 20% das aulas do diurno, 30% das aulas do noturno e 80% das aulas da Educação de Jovens através do ensino remoto. Sabemos que a implementação do ensino remoto na quarentena da pandemia do coronavírus aprofundou a desigualdade educacional na medida em que as secretarias de educação dos municípios e dos estados não disponibilizaram os meios para que professores estudantes pudessem acessar as plataformas digitais provocando danos irreversíveis ao processo de ensino-aprendizagem que sentimos atualmente com o retorno das aulas presenciais.

Com relação à formação docente, a Reforma **torna não obrigatória a formação pedagógica para o exercício do magistério** na medida em que autoriza os sistemas de ensino a reconhecer o "Notório Saber" autorizando pessoas leigas a exercer este tipo de trabalho aprofundando o processo de desprofissionalização do professor. Com relação à oferta de formação técnica e profissional, indica que deverá ser considerada "a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, **estabelecendo parcerias** e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional" (Art. 4°, § 6°, inciso I) (grifo nosso).

Quanto a Projeto de Vida e Estudos Orientados, se constituem em componentes curriculares do núcleo articulador do Programa Solução Educacional, implementado em 2012 no Colégio Estadual Chico Anysio, através de parceria público-privada firmada entre a SEEDUC-RJ e o Instituto Ayrton Senna. Em 2008 já havia sido implementado o Ensino Médio Integrado no Colégio Estadual José Leite Lopes através de parceria firmada entre a SEEDUC-RJ e o Instituto Oi Futuro.

Através das parcerias público-privadas, autorizadas pela Reforma do Ensino, vêm sendo implementadas não somente novas modalidades de Ensino Médio como também programas de

gestão, como a Gestão Integrada da Escola, a GIDE, garantindo, dessa forma, a transferência de recursos da educação pública para o setor privado (o maior beneficiário das mudanças que vem ocorrendo no ensino médio nas redes estaduais de ensino).

A implementação da Reforma promove a "desalocação" dos professores e a produção de professores sobrantes, os que perdem são realocados em componentes curriculares desvinculados da formação; atrela a formação continuada à implementação da BNCC; implementa o ensino médio integral, mas não garante educação integral; faz propaganda enganosa ao vender a ideia de que o curso de empreendedorismo forma técnicos quando na verdade tem um caráter puramente ideológico e de que os estudantes vão poder escolher as matérias que querem cursar; promove a militarização da formação.

Defendemos, portanto, no mínimo dois tempos de aula de todas as disciplinas em todos os anos do Ensino Médio. Defendemos a revogação da Reforma do Ensino e da BNCC já, além da realização de um amplo debate sobre os rumos dessa etapa da Educação Básica para que trabalhadores e trabalhadoras da educação, tanto das redes públicas de ensino quanto da rede privada, possam debater o ensino médio e propor mudanças que de fato considerem os interesses da classe trabalhadora, sem a ingerência de organizações supostamente sociais ou entidades gerencialistas da educação.

Com relação à pauta econômica, na greve de 1979 conquistamos um piso salarial de cinco salários mínimos para os professores da rede estadual. Até a aprovação do piso nacional do magistério defendemos nas campanhas salariais o piso de cinco salários mínimos para professor e de três salários mínimos e meio para funcionários. Com a aprovação do piso nacional do magistério passamos a defender o piso. O piso nacional da categoria é o valor mínimo que deve ser pago aos professores do magistério público da educação básica, em início de carreira, para a jornada de, no máximo, quarenta horas semanais. O piso foi instituído pela Lei nº 11.738 de 2008, regulamentando uma disposição já prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). Essa lei estabelece, ainda, que os reajustes devem ocorrer a cada ano, sempre em janeiro. O governo do Rio de Janeiro, que não cumpre a lei do piso, paga o menor salário do Brasil e do mundo, não reajustado desde 2015. Os reajustes anteriores a 2015, conquistados através de greves, não repuseram as perdas da inflação muito menos significaram aumento de salário. Defendemos o cumprimento da lei do piso nacional do magistério e o pagamento imediato dos retroativos devidos!

O cumprimento do piso nacional do magistério não está desvinculado do cumprimento do plano de carreira, aprovado em 1990, Lei Estadual nº 1.614, de 24 de janeiro de 1990, a única garantia que temos, além do triênio, de que o nosso salário será valorizado visto que a cada cinco anos, ou quando somos enquadrados por formação, subimos de nível sendo acrescentado o índice de 12% ao salário. Sem o plano de carreira o nosso salário, de 2015 a 2021, período em que não tivemos reajuste salarial, teria sido acrescido dos 5% do triênio, mas não teria sido acrescido dos 12% referentes à mudança de nível.

Precisamos de imediato de concurso para porteiros/as, inspetores/as, cozinheiros/as, secretários/as e bibliotecários/as. Durante a pandemia, e já antes dela, percebemos a necessidade de termos nas escolas psicólogos e assistentes sociais que possam fazer acompanhamento de situações que ocorrem na escola e no ambiente familiar dos estudantes, quando necessário. Após a pandemia ficou evidente que um não tratamento dos aspectos de saúde mental dos alunos e profissionais da educação agravaram os problemas de ordem psíquica e social que, até o momento, ainda não foram sanados. O SEPE-RJ, portanto, precisa exigir imediato concurso para tais cargos!

Pela revogação imediata da Reforma do Ensino Médio!

Pelo cumprimento do Piso Nacional do Magistério!

Pela manutenção do Plano de Carreira do Magistério!

Por um plano de carreira para os funcionários!

Pelo piso nacional e jornada de trabalho de 30 horas semanais para os funcionários!

Responder a todos os ataques com uma forte greve de ocupação!

ABAIXO O IMOBILISMO! SINDICATO É PARA LUTAR!

Queremos um sindicato que chegue ao chão das escolas enquanto organização coletiva, não personalista, reconquistando a confiança da categoria na luta e garantindo o seu engajamento real. Lutamos por um Sepe sem aparelhamento político-partidário, sem burocratismo, de respeito à democracia operária e comprometido com as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras. Percebemos o quanto o caminho da conciliação de classe foi nocivo ao sindicato e afastou a categoria da luta combativa. Por isso, reivindicamos um Sepe que não seja refém dos interesses dos partidos eleitoreiros e/ou de centrais sindicais descompromissadas com a luta real dos trabalhadores(as). Indicamos a urgência em se retomar a luta classista, não corporativa, de todos os(as) profissionais da educação: é preciso mobilizar, organizar e politizar!

- Pela reativação dos fóruns de representantes de escola e formação de comitês escola-comunidade!
- Transparência e orçamento participativo das contas do sindicato
- Combate coletivo às perseguições políticas e assédios
- Criação de GT's executivos abertos a toda a categoria
- Garantia de atividades de formação política
- Apoio político, jurídico e material imediato das/os contratadas/os e terceirizadas/os das escolas
- Apoio aos movimentos sociais
- Menos nota de repúdio, mais ações de repúdio

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO SEPE-RJ

Capitulo I - TEMA: Art. 2° - O SEPE/RJ tem por finalidades

PROPOSTA DE INCLUSÃO DO TÓPICO XI – Lutar contra toda forma de opressão, seja ela de classe, étnica-racial, religiosa, de gênero, sexo ou sexualidade, bem como toda forma de assédio e perseguição política que recaiam sobre os diferentes segmentos das comunidades escolares.

Capítulo II - TEMA: Art. 9° - Os sócios serão excluídos do sindicato:

PROPOSTA DE INCLUSÃO NA REDAÇÃO DO TÓPICO II - por desvio de documentos e valores, por falsificação de documentos pertencentes ao SEPE/RJ, e/ou por fraude cometida nos processos decisórios deste sindicato, em destaque seu processo eleitoral, reservando-se ao sindicato o direito de adotar as medidas legais que julgar cabíveis;

PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TÓPICO V – Se cometer comprovado assédio moral ou sexual contra integrante dos diferentes segmentos das comunidades escolares.

PROPOSTA DE INCLUSÃO NA REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO- Nos casos dos incisos II, III, IV e V o sócio será suspenso temporariamente pela Diretoria Estadual, sua situação será avaliada pelo Conselho de Ética deste sindicato para, por fim, se garantir um referendo do Conselho Deliberativo, o qual deverá ser convocado num prazo mínimo de 10 (dez) e no máximo de 30 (trinta) dias após as definições deste Conselho, e no qual será assegurado mais uma vez ao associado amplo direito de defesa.

TEMA: Art. 10° - São direitos dos associados:

PROPOSTA DE INCLUSÃO NA REDAÇÃO DO TÓPICO I- tomar parte, realizar, encaminhar e deliberar propostas e votar, diretamente, nas assembleias e nos congressos da entidade;

Capítulo III - TEMA: Art. 12° - Dentro dos limites do presente Estatuto, o SEPE/RJ possui as seguintes instâncias:

PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TÓPICO: I-Congresso Estadual; II-Conferência Estadual; III-Assembleia Geral Estadual (AGO e AGE); IV – Assembleia de Rede (municipal ou estadual); V-Conselho Deliberativo; VI-Diretoria Estadual; VII-Conselho Fiscal e Comissão de Ética.

TEMA: Art. 23° - A Assembleia Geral Estadual do SEPE/RJ classifica-se em:

PROPOSTA DE INCLUSÃO DE PARÁGRAFO ÚNICO: AS AGO's, as AGE's e Assembleias de Rede serão sempre presenciais, exceto em caso de emergência sanitária, onde, por força de lei, atividades presenciais sejam impedidas de ocorrer. Neste caso, estas poderão ser realizadas através de teleconferência via internet, garantindo-se a manutenção da dinâmica de funcionamento das assembleias presenciais, tal como disposto no artigo 10°.

TEMA: Art. 26° - A AGO será convocada com antecedência mínima de sete dias, através de publicação em jornal de grande circulação.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO: A AGO será convocada com antecedência mínima de 15 dias, através de publicação em jornal de grande circulação.

TEMA: INCLUSÃO DE ARTIGO INEXISTENTE NO ESTATUTO – POSSÍVEL ARTIGO 32°

PROPOSTA: As Assembleias de Rede são instâncias deliberativas, por voto da maioria simples dos presentes, de pauta específica seja referente às diferentes redes municipais as quais este sindicato responde, seja referente a rede estadual de educação.

Parágrafo único: As Assembleias de Rede devem definir, além de campanhas e políticas a serem adotadas, seus respectivos calendários de luta, incluída a data da assembleia seguinte. Além disso, desde que respeitada a decisão de cada rede, torna-se permitido a realização de Assembleias de Rede Unificadas, com pauta e plano de luta em comum.

TEMA: Art. 42° - À Diretoria Estadual compete, coletivamente:

PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TÓPICO: XI – Realizar anualmente um censo dos associados, que colete, analise e produza informações, com base nos aspectos demográficos, profissionais, políticos e sociais, que norteiam estratégias e iniciativas para atender às demandas da categoria.

TEMA: Art. 46° - Aos diretores de Imprensa e Comunicação compete:

PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TÓPICO: VII - Produzir um anuário com informações sobre o sindicato, para publicizacão. Devendo ser disponibilizado no formato digital PDF e em tiragem impressa para distribuição. Todos os anuários devem ser disponibilizados na página on-line do sindicato e cópias impressas devem ser mantidas nas sedes central, núcleos e regionais. O anuário deve conter as seguintes sessões: mensagem da diretoria - apresentação das atividades do último ano e objetivos para o próximo período; informações sobre o sindicato - resumo da história, missão, estatuto e objetivos do sindicato; diretoria e equipe - lista dos membros da diretoria, funcionários e colaboradores do sindicato; filiação - número de filiados, principais categorias representadas e informações coletadas pelo censo; atividades e conquistas - atividades e conquistas realizadas pelo sindicato durante o último ano, balanços das diretorias, campanhas, mobilizações, greves, acordos coletivos e outras ações relevantes; serviços aos associados - serviços disponibilizados aos associados, como assistência jurídica, médica, odontológica, entre outros; formação e capacitação - informações sobre cursos, programas de formação e capacitação oferecidos aos associados; eventos - calendário de eventos programados para o próximo período, reuniões, assembléias, congressos, conferências e outras atividades importantes; informações de contato - endereço, telefone e informações de contato do sindicato, das regionais e núcleos.

Capítulo V – DEFESA DA MAJORITARIEDADE COMO MODELO DE MANDATO. IMPACTO NA REDAÇÃO DOS ARTIGOS 63° e 64°

Defendemos a majoritariedade como modelo de mandato após larga experiência como base do SEPE e, agora, experimentando a direção de uma regional deste sindicato. Antes disso, a proporcionalidade parecia para nós o modelo mais democrático de gerir este poderoso instrumento de classe. Parecia. Foi na prática de nossa militância que verificamos que:

- Não é essencialmente a forma de organização que assegura a democracia no espaço sindical, mas principalmente o conteúdo ideológico das forças políticas que ali atuam. Isto porque a forma pode ser um jogo de mera aparência, se no final as diferentes chapas eleitas proporcionalmente se coalisionam para defender e implementar uma posição contrária àquela deliberada em assembleia, encaminhada por sua base combativa. Se sabotam, às vésperas de uma ação, a luta encaminhada em sua devida instância. Se vetam o direito a propostas para os membros da base da categoria em uma assembleia virtual ou mesmo presencial. Então é preciso que alguma força política responda objetivamente por isso. Vimos práticas deste tipo acontecerem no SEPE inúmeras vezes, e entendemos que este é um dos motivos principais de afastamento da base da categoria da luta sindical. Tudo isto nos demonstra que o sindicato não é, por natureza, um espaço "da esquerda", mas uma arena que expressa a luta de classes em nosso país.

- No mandato proporcional é possível a responsabilização de todos e ao mesmo tempo de ninguém sobre os atos desempenhados pela direção, a depender dos interesses em jogo no mo-

mento. Pode parecer confuso, mas explicamos: quando a direção delibera sobre um assunto polêmico, em geral alega-se a responsabilidade de toda a direção por esta deliberação, mas sempre existe uma força política da gestão proporcional que, por sua vez, argumenta que foi contrária àquele determinado posicionamento e que ela representa a oposição na direção. Em síntese, a culpa dos problemas do sindicato é sempre jogada no colo de outros, e no final nenhuma força política se dispõe a realizar a crítica e a autocrítica como ferramenta de superação dos problemas que aparecem naturalmente no decorrer da luta. Esta prática de omissão ou de não assumimento de responsabilidades é reproduzida por todas as forças políticas do mandato. Todas em algum momento alegam que representam a oposição dentro do sindicato. Com isso, compreender a dinâmica política deste espaço se torna tarefa difícil para os trabalhadores e trabalhadoras que não acompanham de perto o dia a dia da instituição, e mesmo para aqueles que buscam acompanhar, isso se torna tarefa profundamente desgastante e desmobilizadora. É PRECISO DESVELAR O REAL CARÁTER IDEOLÓGICO QUE COMANDA ESTA DIREÇÃO! Limpar esta cortina de fumaça é a condição para que se possa avançar na organização da insatisfação de boa parte da categoria.

- Existe a necessidade de organizarmos um campo que seja verdadeiramente oposição à todas as forças políticas que defendem práticas contrárias à democracia operária. Um campo que garanta conteúdo democrático ao sindicato, sua independência, classismo e combatividade. Um campo que não se renda, pela proporcionalidade, a necessidade de criar coalizões que arrastem as propostas mais interessantes à categoria e à nossa classe, para a direita. Um campo firme em seus princípios. Isso só a majoritariedade pode nos permitir.

- A majoritariedade do mandato da direção precisa estar completamente submetida ao estatuto do sindicato e às deliberações das instâncias democráticas do mesmo. As assembleias precisam ser soberanas, e a direção deve cumprir o papel de atuar entre estes fóruns.

- Aos núcleos e regionais precisa ser garantida a autonomia para a realização local de eleições também majoritárias, de modo que a chapa vencedora localmente assuma a direção.

- O fórum de representantes de base eleitos por cada regional deverá substituir o conselho deliberativo do SEPE.

Toda negociação realizada com as representações governamentais deverá contar com a presença de membro da base da categoria devidamente eleito representante do SEPE em sua escola.

TEMA: Art. 65° - Não poderão candidatar-se aos cargos eletivos do SEPE/RJ:

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NA REDAÇÃO DO ITEM II - ocupantes de cargos de confiança INCLUINDO diretores de unidades escolares, coordenadorias e agências, eleitos pela categoria;

TEMA: Art. 66° - Caso algum membro da Diretoria Estadual ou Municipal assuma cargos legislativos ou no Executivo, seja municipal, estadual ou federal, sua permanência no cargo dependerá da aprovação do Conselho Deliberativo, ad referendum de Assembleia Geral.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO: Art. 66° - Caso algum membro da Diretoria Estadual ou Municipal assuma cargos legislativos ou no Executivo, seja municipal, estadual ou federal, imediatamente será exonerado do cargo de direção deste sindicato, a fim de que se garanta na prática a independência sindical.

Capítulo VIII - TEMA: Art. 84° - Fica definida uma contribuição de 4% (quatro por cento) da renda financeira bruta do SEPE/RJ para a reconstrução do movimento sindical rumo à construção de uma nova central independente, de luta e não atrelada ao governo. Esse percentual será investido conforme deliberação da Direção Estadual do SEPE/RJ.

PROPOSTA DE SUPRESSÃO DESTE ARTIGO. MOTIVO: Não existe cabimento para o desvio desta verba do sepe para quaisquer centrais sindicais a qual esta instituição não seja filiada – elemento comprovado pelo Art.85 do presente estatuto: "O XIV Congresso do SEPE não aprova a filiação do sindicato a nenhuma central sindical ou confederação".

TEMA: Art. 86° - Fica aprovado o fundo de greve, sendo seu uso exclusivo em caso de descontos de greve, constituído de 10% da arrecadacão dos núcleos-que tenham contribuicões das Redes Municipais locais e do Sepe Central a serem recolhidos em conta específica para auxílio daqueles profissionais que sofrerem descontos. Os critérios para este auxílio serão definidos em Conselho Deliberativo Orcamentário.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO APENAS DA INSTÂNCIA DE DELIBERAÇÃO DO USO DO FUNDO DE GREVE: Art. 86° - Fica aprovado o fundo de greve, sendo seu uso exclusivo em caso de descontos de greve, constituído de 10% da arrecadação dos núcleos-que tenham contribuições das Redes Municipais locais e do Sepe Central a serem recolhidos em conta específica para auxílio daqueles profissionais que sofrerem descontos. Os critérios para este auxílio serão definidos em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim.

TEMA: Criação da Comissão de Ética do Sepe. Motivo: são inúmeros os conflitos apresentados no bojo da luta sindical. Casos de fraude, corrupção, desvio de verba, denúncias de assédio moral e sexual contra integrantes das comunidades escolares e denúncias de assédio moral por parte de diretores do sindicato contra funcionários do mesmo. Todos estes assuntos devem obter o seu devido tratamento no sindicato, a fim de que ele avance justamente, no sentido da garantia de seus princípios classistas. Por isso, a necessidade da criação desta comissão. Sua finalidade: receber denúncias, organizar as evidências, ouvir as partes envolvidas na situação e encaminhar solução/tratamento do problema para as devidas instâncias deliberativas do sindicato. Sua composição: será de 7 membros oficiais e 7 suplentes eleitos no Congresso do Sepe. Não poderá ser eleito como membro da Comissão aquele ou aquela que estiver ocupando qualquer cargo de direção do Sepe. Seu funcionamento: para a deliberação de encaminhamento deverá ser convocada reunião com antecedência de pelo menos 5 dias. Qualquer decisão poderá ser tomada pela maioria simples daqueles presentes na data marcada.

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!

ASSINAM ESTA TESE GERAL:

1. ANDRÉ GUSTAVO MELGAÇO CLÍMACO - CE JORNALISTA TIM LOPES, REGIONAL III
2. ADRIANA PEREIRA DA SILVA - CE ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V / NÚCLEO CAXIAS
3. ALAN RODRIGUES DOS SANTOS - CE REPÚBLICA DE GUINÉ BISSAU, REGIONAL II
4. ALBA VALÉRIA PAIVA - CE COLLECCHIO E CE BANGU
5. ALEX SOUZA DA SILVA - CE ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V / NÚCLEO CAXIAS
6. ALEXANDRE DIUANA DE MENEZES SILVA - EM HONORINO COUTINHO
7. ANDERSON ALMEIDA DA SILVA - C.E. ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V / NÚCLEO CAXIAS.
8. BÁRBARA DE OLIVEIRA GONÇALVES - CM JOSÉ RAMOS JANUÁRIO, REGIONAL III

9. BRUNO SALGADO LAVATORI - CE JORNALISTA TIM LOPES

10. CARINA DUARTE BLACUTT - CE FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO, NÚCLEO MARICÁ

11. CAROLINA FELIZOLA NUNES - EM MESTRE WALDEMIRO

12. CECILIA DOS SANTOS MONTEIRO - CE IGNACIO AZEVEDO DO AMARAL, REGIONAL I

13. CLÁUDIO EDUARDO SILVA MATHEUS - CE ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V / N. CAXIAS

14. DANIELLE COUTINHO CARDOSO - CE ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V

15. ELIANE REGINA NOCE - CM JOSÉ RAMOS JANUÁRIO, REGIONAL III

16. ERIKA RODRIGUES COSENDEY - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

17. EVERSON JOSÉ REIS DO NASCIMENTO - CE REPÚBLICA DE GUINÉ BISSAU, REGIONAL II

18. FABRICIA COSTA CORRÊA - CIEP 130 - METRO II- NÚCLEO ITABORAÍ

19. FERNANDO SANTOS FERNANDES - CE LEOPOLDO FROES, NÚCLEO NITERÓI

20. FLAVIA RODRIGUES - EM ALAGOAS, REGIONAL 3

21. FLÁVIO PEIXOTO GREY - E.M. ALCIDE DE GASPERI, REGIONAL III

22. FRANK JONHSON FRANCIS WARRINGTON - CE REPÚBLICA DE GUINÉ BISSAU, REGIONAL II

23. GISELE RIBEIRO LEMOS - EDI / EM ARACY MUNIZ FREIRE

24. GISELLE SANTOS - EM ISABEL MENDES, REGIONAL III

25. GUILHERME DE MACEDO-CE JORNALISTA TIM LOPES/CAIC THEÓPHILO DE S. PINTO, REGIONAL III

26. HÉRCULES PINHEIRO RODRIGUES - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

27. ISABEL CRISTINA MORAES GOMES - CE ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V / NÚCLEO CAXIAS

28. IVAN CERQUEIRA DE OLIVEIRA SILVA - EE JOÃO DO VALE, NÚCLEO NOVA IGUAÇU

29. JABER CAMARA DA SILVA - CE REPÚBLICA DE GUINÉ BISSAU, REGIONAL II

30. JAIRO RIBEIRO SANTOS - CE FRANCISCO PALHETA, REGIONAL III

31. JEFERSON LUIS MODESTO - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

32. LIANTO DE OLIVEIRA SEGRETO - CE SENADOR ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA

33. LOURDES CARMO MOREIRA - CE ALEXANDER GRAHAM BELL, NÚCLEO CAXIAS

34. LUIZ FILIPE COSTA COELHO - CE DE MAGÉ / CEJA MAGÉ, CR SERRANA

35. MAIRE GUIMARÃES - CE GOMES FREIRE DE ANDRADE, REGIONAL III

36. MANOEL DE LIRA CARNEIRO - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

37. MARCELE RIBEIRO - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

38. MARCOS MATHEUS-C.E. MARANHÃO, REGIONAL 3/C.E. ALEXANDER GRAHAM BELL, NÚCLEO CAXIAS

39. MARCOS VINÍCIUS DE PAULA AMANTES - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

40. MARIA APARECIDA CHAGAS SILVA - CE MONTEIRO DE CARVALHO, REGIONAL I

41. MARIA DE LOURDES GOMES DA SILVA - CM JOSÉ RAMOS JANUÁRIO, REGIONAL III

42. MARICI LIBONI NEVES - CE DEP. PEDRO FERNANDES, REGIONAL III

43. MARLI BERRETARI - CE ANTONIO HOUAISS, REGIONAL III

44. MARLON DA COSTA GUIMARÃES - CE DR. ADINO XAVIER, NÚCLEO SÃO GONÇALO

45. ORLANDO SEBASTIÃO BENVENUTI - CE PROFESSOR ERNESTO FARIA, REGIONAL LLL

46. PATRÍCIA GOMES LEONARDO - CE NILO PEÇANHA

47. PAULA SPERNAU - CE PROFESSOR ERNESTO FARIA

48. PEDRO ENRIQUE MEIRELES TOMAZ SARCEDO DIAS - CIEP 340 PROFESSORA LAÍS MARTINS

49. RAMON RODRIGUEZ TAULOIS - CE ANTONIO HOUAISS, REGIONAL III

50. REBECA MARTINS DE SOUZA - CE ANTONIO HOUAISS, REGIONAL II

51. REGINA MARCIA PASCHOAL CARDOSO - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

52. RENATA MILLAN DE ALMEIDA GONÇALVES-CE ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V/N. CAXIAS

53. RENATO DOS SANTOS BRAZ - CE ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V / NÚCLEO CAXIAS

54. ROBERSON GONÇALVES MATURANO - CE OLGA BENÁRIO PRESTES, REGIONAL III

55. RODRIGO FERNANDES MORAIS - CE COMPOSITOR MANACEIA JOSÉ DE ANDRADE

56. ROSANA CARDOSO GUIMARÃES - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

57. ROSEMARY DE PAULA PERENHA - CE ARTHUR ANTONIO SENDAS, REGIONAL I

57. RUBENS DA SILVA PINHO - EM ALCIDE DE GASPERI, REGIONAL III

58. RUBI ANDREA MERINO - CE IGNACIO AZEVEDO DO AMARAL, REGIONAL I

59. SAMUEL GOMES DE SOUZA - CE REPÚBLICA DE GUINÉ BISSAU, REGIONAL II

60. SANDRA CARDOSO GOMES - CE BANGU

61. SEBASTIÃO GUILHERME PEDROSO - CE PAULO DE FRONTIN, REGIONAL III

62. SHIRLEY CRISTINA DE BARROS - ESCOLA MUNICIPAL CONJUNTO PRAIA DA BANDEIRA/ REGIONAL 7

63. SIEVERTON DO NASCIMENTO BRITO - CE ANTONIO HOUAISS, REGIONAL III

64. SIMONI DINA COSTA DA SILVA RAMOS DE SÁ - EM MINISTRO OROSIMBO NONATO, REGIONAL III

65. TIAGO SAMUEL SILVA DA PAZ - CIEP BRIZOLÃO 129 / CE JOSÉ MARIA NANCI, N. ITABORAÍ

66. VALÉRIA DE MORAES VICENTE MOREIRA - CIEP AYRTON SENNA, REGIONAL I

67. VINICIUS PEREIRA GOMES - CE REPÚBLICA DE GUINÉ BISSAU, REGIONAL II

68. VERA LÚCIA DA SILVA FERNANDES - CE ALEXANDER GRAHAM BELL, REGIONAL V / NÚCLEO CAXIAS

69. VIVIANE DE OLIVEIRA LAVANDEIRA - EM BRIGADEIRO FARIA LIMA / CIEP 092 FEDERICO FELLINI

70. WILI SZUCHMACHER - CE INDAIAÇU, NÚCLEO RIO DAS OSTRAS / CASIMIRO DE ABREU

71. WIVERSON FREITAS - CE RUY BARBOSA, REGIONAL III

72. VITOR LUIZ SANTOS BRUNO - ESCOLA MUNICIPAL BRIGADEIRO EDUARDO GOMES

SEPE AUTÔNOMO, INDEPENDENTE, DEMOCRÁTICO E COM A BASE PARA ENFRENTAR A EXTREMA DIREITA

Pela unidade dos trabalhadores e trabalhadoras para revogar as contrarreformas! Contra a mercantilização da educação pública e a burocracia sindical!

Não estamos perdidos. Ao contrário,
venceremos se não tivermos
desaprendido a aprender.
Rosa Luxemburgo

1- A IMPORTÂNCIA DO XVI CONGRESSO DO SEPE

Este Congresso simboliza o retorno presencial do maior espaço de deliberação da categoria, após o período pandêmico criminoso comandado pelo presidente genocida Bolsonaro, seus aliados no parlamento e nos governos estaduais e municipais. Várias conquistas foram suprimidas com a aprovação das contrarreformas trabalhistas, previdenciária e a PEC 32 que, embora paralisada pela ampla mobilização feita nacionalmente em Brasília, governadores e prefeitos estão aplicando parte dessa PEC do Desmonte dos Serviços públicos, alterando planos de carreiras e aumentando contratos temporários ao invés de realização de concurso público.

2 - CONJUNTURA NACIONAL:

"Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. [...] Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas [...]. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas [...]."

(Perry Anderson. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23)

Após a derrota eleitoral da extrema direita, é preciso confrontar a hegemonia neoliberal

Após mais de 30 anos desde o início da massiva propaganda neoliberal em nosso país, iniciada no governo Collor (1990-1992), vemos que muitas concepções fundamentais do corpo ideológico ultraliberal parecem ter se fixado no senso comum brasileiro. Ideias como a de excelência do setor privado em relação à administração pública, de que os direitos trabalhistas tolhem o empreendedorismo individual, de que a totalidade do serviço público é composta de funcionários privilegiados, etc., são ouvidas das bocas de pessoas que, longe de serem beneficiárias das políticas neoliberais, são vitimadas por elas.

O neoliberalismo conheceu uma série de fracassos econômicos, como as grandes crises, com destaque para a crise mundial de 2008, e os baixos índices de crescimento econômico. No entanto, permitiu o retorno da concentração de capitais a níveis não vistos desde o início do século XX. Atualmente, um punhado de multibilionários concentra mais riqueza do que metade da espécie humana. Por isso, a adesão das classes dominantes e, consequentemente, de seus aparatos ideológicos a toda a cartilha neoliberal.

No Brasil, a derrota eleitoral de Bolsonaro representou um revés para o neoliberalismo, mas não sua exclusão do debate político e econômico. De fato, desde a vitória eleitoral de Lula, as ideias neoliberais circulam ao redor e no interior dos grupos que formulam as políticas governamentais. Como exemplos, desde janeiro vimos posições contraditórias sobre as taxas de juros, os preços dos combustíveis, a reforma do Ensino Médio, dentro do próprio governo e, por vezes, entre integrantes do mesmo partido. Isto evidencia que, se a extrema direita não foi definitivamente derrotada, muito menos foi superada a hegemonia ultraliberal.

Para os profissionais da educação e, em especial, para os educadores do Estado do Rio de Janeiro, as políticas neoliberais representam a destruição da escola pública. Só durante os governos Cabral e Pezão (2007-2018), a rede estadual fluminense perdeu mais de 45% das matrículas discentes, sendo a que mais encolheu entre todas as unidades da Federação. Apesar de toda a riqueza produzida pelo nosso estado, que é o maior produtor de petróleo do país, amargamos o pior piso salarial do magistério entre as redes estaduais.

O enfrentamento das ideias e políticas neoliberais exigirá intensa mobilização da nossa categoria, que deverá também buscar o diálogo permanente com a população, por meio do debate com as comunidades escolares em que estamos inseridos. Temos o desafio de, junto com o restante da classe trabalhadora e o conjunto dos setores explorados da sociedade, enfrentar a hegemonia neoliberal e participar da construção de um projeto popular para nosso estado e o país, no qual a escola pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada seja um dos elementos fundamentais para o progresso social e humano de nosso povo.

2.1- Conjuntura Estadual: Com Claudio Castro segue o desmonte da educação pública no Rio de Janeiro

As maiores conquistas do neoliberalismo vão além do plano econômico, pois era necessário atuar no social e no ideológico. A contrarreforma trabalhista aliada a mais uma etapa da previdenciária, a PEC 32 (que não foi descartada) e a EC 95 (Teto dos Gastos) representam o pacote da "flexibilização laboral" levando a total precarização das relações trabalhistas, criando um exército dos sem direitos, da perda da identidade profissional, com contratos igualmente flexível. Aliada à política de austeridade fiscal, as demissões em massa no setor privado retiram a capacidade de organização da classe, deixando os sindicatos sem poder de negociação, e não estamos falando dos que são pelegos. No setor público, a política de corte de direitos como reajuste anual, falta de calendário único de pagamento para ativos e aposentadas(os), quebra da paridade salarial, desrespeito aos planos de carreiras, perseguição aos grevistas e judicialização das greves visam desarticular a organização da classe.

No plano ideológico, a diminuição do papel do estado também nos serviços essenciais, penaliza diretamente a população, atingindo em cheio servidores(as) públicos(as) nas três esferas. Tudo vira mercadoria, inclusive a vida; os(as) cidadãos(as) viram consumidores(as). Estamos diante de uma geração dos que substituem os livros por vídeos no youtube, a escrita por linguagem cifrada nos zaps, twitters e faces, transformando as pessoas em meros repassadores de mensa-

gens, usando as funções copiar, colar e compartilhar. Valores se transformam e a solidariedade vai desaparecendo, o sentimento de pertencimento vira coisa do passado. A perda de credibilidade nos partidos políticos aumentou o número de votos nulos, abstenções ou simplesmente ausência de participação na vida política, quando a decisão de votar não escolheu parlamentares da extrema direita, a exemplo da composição tanto no parlamento a nível federal, quanto nos estados, com destaque trágico no Rio de Janeiro elegendo Claudio Castro no primeiro turno.

O projeto Escola sem Partido representa o avanço das políticas conservadoras e a tentativa de criminalizar o ensino crítico, estabelecendo pena para quem ousar trabalhar na sala de aula o pensamento crítico/reflexivo. Elaborado pela organização do mesmo nome, seus ideólogos e seguidores afirmaram que as(os) professoras(es) não são educadoras(es), como ressaltado no livro "Professor não é educador" (de Armindo Moreira), que serve de embasamento teórico à sua filosofia educacional propondo a dissociação entre educar e instruir. Tal projeto autoriza as famílias a fazerem uma notificação extrajudicial denunciando os supostos casos de doutrinação em sala de aula. É um ataque frontal à liberdade de concepção e leitura do mundo (Paulo Freire). Terá efeito direto na difundida concepção da "Homeschool", bem como nas Leis 10.639 e 11.645/08 que tratam do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas. É a militarização das nossas escolas, submetidas ao controle total do estado sob falso discurso de educação apolítica.

No estado do Rio de Janeiro o desmonte da educação crítica e reflexiva segue com empenho total de seus governantes ao longo da nossa história política, apesar de ser o estado com mais governadores que foram parar na cadeia (dentre os 10 últimos governadores, 5 foram presos).

A falência do estado do Rio de Janeiro implementada pelo PMDB ao longo dos últimos anos era uma falência anunciada, pois não foram poucas as denúncias feitas pelo SEPE contra todos os governadores, política marcada pelos escândalos de corrupção, desvio de dinheiro e concessão de isenções para empreiteiros e empresários envolvidos em diversas investigações da Justiça Federal além do rombo no Rioprevidência, que apesar do termino da CPI, o relatório não foi aprovado e lamentavelmente contou com a abstenção do então presidente André Ceciliano.

A renegociação das dívidas dos estados e municípios com o governo federal tem a lógica de avançar na privatização e cumprir à risca o programa de ajuste fiscal, com conivência do poder judiciário, a serviço dos banqueiros e do sistema da dívida que continua recebendo trilhões a título de juros abusivos de uma dívida ilegítima. Em janeiro de 2023, o estoque da dívida pública do estado chegou a 173 bilhões de reais e cerca de 55 bilhões é o valor da dívida por conta do RRF, regime esse que vai durar 9 anos. Enquanto isso a rede estadual tem o pior salário de Brasil!

Das bombas do Moreira aos pacotes de maldades dos demais governadores, a categoria resistiu e esteve em todas as lutas enfrentando tais políticas que seguem a mesma linha neoliberal.

2.1- Rede municipal do Rio: Nossas homenagens às(aos) trabalhadoras(es) em educação da rede municipal do Rio

Este ano vamos completar 10 anos da maior greve da rede municipal do Rio de Janeiro, na luta pela aprovação do Plano Unificado que não aconteceu. O mês de junho/2013 marcou com ferro e fogo a trajetória de lutas do SEPE/RJ na organização das(os) profissionais de educação e em especial na história da Educação Pública do Rio de Janeiro se faz necessário. "Alguma coisa estava fora da ordem" em nosso país e a nossa categoria deixou explodir seu grito de revolta indo às ruas defender a educação pública, laica, democrática e combater sua mercantilização,

luta que conquistou a "mídia mundial". Uma greve que entrou para a história da rede municipal do Rio de Janeiro, considerando o nível de adesão, além da greve da rede estadual no mesmo período, unificando as lutas. A preparação para a campanha salarial de 2013 já estava em curso, considerando a Política Educacional implementada no Rio de Janeiro. A categoria já não suportava mais tantos ataques e redução de direitos e exigia um Plano de Carreira Unificado, sua valorização profissional, condições efetivas de trabalho, 1/3 de planejamento, concurso público, 30 horas para todos(as) os(as) funcionários(as) administrativos(as), troca da denominação de merendeira para cozinheira escolar e paridade para aposentadas(os) com correção de todas as distorções salariais e funcionais.

O processo de desvalorização profissional atingiu seu ápice e a categoria respondeu com LUTA, colocando mais de 20 mil em várias passeatas pelas ruas da cidade. A resposta do governo foi a truculência utilizando todo seu aparato repressor para acabar com a greve e suas manifestações. Ocupamos a prefeitura na tentativa de reabrir o diálogo; ocupamos a Câmara de Vereadores para barrar o Plano de Cargos rejeitado pela categoria. Foi a LUTA que fez o governo corrigir o vencimento básico das "Merendeiras", Agente Auxiliar de Creche, Agente Educador II, Inspetor de Alunos, servente e Copeiro que, antes da greve, recebiam vencimento inferior ao salário-mínimo. Nesses 10 anos aquela greve merece ser relembrada.

No Rio de Janeiro a falta de compromisso com a educação pública, laica e de qualidade não difere muito da política utilizada pelo governo estadual e em outros municípios. Na alternância entre Paes, Crivela e Paes o ditado vazio de "cuidar das pessoas" continua sendo a política de enganar a população e não atender aos direitos essenciais da população, pois a aplicação do ajuste fiscal determina as prioridades.

A implementação da mesma proposta de aumento no desconto previdenciário, faz parte da anunciada crise fabricada no PreviRio deixada por Eduardo Paes na gestão anterior, portanto ameaça concreta de possibilidade de fazer com aposentadas(os) fiquem sem receber seus salários, enquanto os devedores do ISS não pagam suas dívidas.

Infelizmente a situação caótica na cidade por conta da violência generalizada tem provocado sistematicamente a suspensão das aulas gerando insegurança nas escolas e revolta da população com as mortes de nossas crianças sob a alegação de "balas perdidas".

2.2 Os ataques à educação pública acontecem em todas as redes públicas e atingem perversamente as aldeias indígenas

Em 2016 a rede estadual realizou sua maior greve nos 40 anos do SEPE, com a paralisação maciça nas escolas durante os meses de março a julho (02/3 a 26/7), pois desde 2015 o governo não faz qualquer reajuste salarial.

Apesar da forte greve e as conquistas arrancadas, os ataques continuam também no atual governo igualmente corrupto, que não cumpriu o acordo feito aprovado na ALERJ e sob pressão do FOSPERJ.

A política mercadológica do governo do estado assume proporções perversas quando incluímos o Colégio Estadual Indígena e suas salas de extensão. Existem oito aldeias no Estado do Rio de Janeiro, sete do povo guarani e uma Pataxó. São Elas: Tekoá Ará Hovy em Itaipuaçú e Ka'Aguy Hovi Porã em São José de Imbassaí, ambas em Maricá e na Costa Verde: Sapucay em Bracuí, Arandu Mirim em Mamanguá, Rio Pequeno em Paraty e Itaxi em Paraty-Mirim e Araponda em Paraty, todas Guarani, mas também existe uma aldeia Pataxó em Iriri. Existe apenas um colégio,

que está em Bracuí no Tekoá Sapukai chamada: Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kueri Rendá na maior aldeia do Estado do Rio de Janeiro, mas este colégio conta apenas com duas salas de aula, divididas com divisórias de PVC para fazer quatro salas. Elas são multisseriadas e os professores, alguns são leigos, não há salas para o ensino médio. No estado do Rio de Janeiro, o salário dos professores indígenas é de R$ 800,00 e uma luta de aproximadamente 10 anos para a criação do cargo de professor indígena que até hoje não foi criado. Nenhuma escola da Costa Verde, que são estaduais foi construída pelo estado. Sem contar que o povo Pataxó, nem escola tem. A aldeia não é reconhecida pelo Estado do Rio de Janeiro. Apesar de uma estrutura menos pior que as de Costa Verde, as aldeias de Maricá também enfrentam problemas por serem aldeias ainda não demarcadas, pelo governo Federal. A falta de uma política por parte do Governo Estadual de promover uma educação de qualidade nas escolas da Costa Verde e acesso ao segundo grau, muitos Guarani que terminaram o ensino fundamental, ainda esperam que o Estado garanta estrutura mínima para que as duas maiores aldeias tenham direito à um colégio que permita com que os alunos possam fazer o Ensino Médio em dias aldeias: Sapukay e Itaxi. Se este ano não começar o colégio com o ensino médio, política que lutamos que sejam implementadas faz anos, mais de 60 indígenas ficarão sem o ensino médio. Faz anos a população indígena se mobiliza para exigir do Estado mais responsabilidade e comprometimentos com a educação escolar indígena, mas o que vemos a partir da falta de vontade política do estado em solucionar os problemas denunciados há mais de 20 anos é a materialização do racismo estrutural institucionalizado no dia a dia destas comunidades. É importante que o SEPE e sua diretoria entenda que povos indígenas fazem parte da sociedade brasileira e que não são uma comunidade à parte das lutas ou das necessidades humanas, precisam ser ouvidos e que este sindicato construa com essas comunidades uma luta que permita a mudanças desta realidade vergonhosa e invisível aos olhos da sociedade. Portanto é necessário a luta pela criação do cargo de professor indígena, a elaboração de um concurso específico e bilingue para professores guarani, a inclusão desses professores no Plano de Carreira, a garantia de novas turmas do Curso de Magistério Indígena que conta ainda com apenas uma turma. É importante lembrar que da pauta indígena apresentada durante a greve do estado, o governo ainda não cumpriu o prometido: concurso público diferenciado, inclusão no Plano de Carreira, formação para as professoras(es) indígenas além de obras nas escolas indígenas e merenda diferenciada.

2.3- A luta em Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes

Em Duque de Caxias o ataque aos profissionais da educação segue, sem reajuste salarial e, para aposentadas(os), sem calendário de pagamento. É absurda a desvinculação do calendário de pagamento dos aposentados em relação aos servidores em atividade. Não admitimos tal política pois aposentar é um direito. Quando o governo deixa de pagar de forma regular e previsível os proventos/salário ele está, na prática, cancelando o direito à aposentadoria e impondo a insegurança, o constrangimento, a fome e a morte.

Em Campos dos Goytacazes, os servidores municipais em luta, após anos de arrocho neoliberal dos seguidos governos municipais que queimaram os royalties do petróleo, conseguiram um importante aumento salarial, com a Lei de Equiparação ao Piso Nacional em 2022. Porém a realidade da rede ainda está longe de ser a ideal, com muitos contratos temporários devido ao déficit de concursos públicos, a precariedade das infraestruturas escolares, falta de funcionários Administrativos.

Em 2023, o governo municipal de Campos, de forma arbitrária, publicou portaria revertendo a

tradição da antiguidade para a ordem de escolha de turma, em detrimento do critério de especialização e escolarização. Tal medida gerou revolta na categoria, pois viola o previsto em concurso como exigência para o cargo e traz uma lógica de competição interna e constrangimento moral para professores que por diversas circunstâncias da vida, incluindo a necessidade de se desdobrar em diversas escolas para garantir um salário digno, não puderam continuar seus estudos.

2.4- A importante atuação do Núcleo Miguel Pereira e Paty do Alferes

O Núcleo do Sepe que atende Miguel Pereira e Paty do Alferes (SEPE MPPA) teve grande intensificação das lutas da categoria e crescimento de filiados nos últimos anos. Apesar de compartilharem o mesmo Núcleo, as particularidades das duas cidades vizinhas impuseram aos profissionais da educação diferentes ritmos de luta aos quais o Sepe logrou se adequar com bastante flexibilidade tática, demonstrando compreensão das diferentes realidades.

O Núcleo Miguel/Paty esteve atuante no grande ciclo de greves de 2013 a 2017, durante o qual consolidou sua atuação nas duas cidades junto aos profissionais da educação. O refluxo do movimento grevista nacional, iniciado em 2018, e acentuado pela pandemia em 2020, apesar de ter também afetado a capacidade de mobilização do Núcleo, não desacelerou o seu ritmo de trabalho, mas, pelo contrário, o intensificou. A investida das Prefeituras sobre os professores durante os períodos de isolamento social, dobrando as exigências de atendimento aos alunos, de produção de materiais, sem ter auxílio técnico ou pedagógico por parte das Secretarias de Educação, aumentou a procura pelo sindicato e, mesmo neste momento adverso, o número de filiações. As assembleias virtuais, na realidade específica dessas duas cidades, longe de ser esvaziada, facilitou o acesso de muitos profissionais que, antes, não compareciam. Foi possível inclusive deflagrar greve em defesa da saúde.

Findada a pandemia, retornaram as lutas propriamente econômicas. Em Paty do Alferes o SEPE MPPA mobilizou a categoria para lotar a Câmara de Vereadores em sessões nas quais eram debatido o piso nacional do magistério. Com participação decisiva da coordenação do Núcleo, inclusive utilizando da tribuna da Casa, a categoria conquistou o cumprimento do piso. A luta pelo cumprimento do direito de 1/3 também contou com ativa participação do sindicato, e, apenas após insistente pressão, somente agora começa a ser implementada pela Prefeitura de Paty. Nesta mesma esteira, o sindicato, junto à categoria, conseguiu fazer com que a Prefeitura convocasse concursados para preenchimento de vagas reais. No momento, a luta é pela correção do piso salarial.

Em Miguel Pereira, ao contrário, onde o SEPE MPPA já havia conquistado junto à categoria a implementação do direito de 1/3 antes de pandemia, as pautas de luta que movimentaram os professores foram a remuneração por mestrado, doutorado e pós-doc; o adicional de insalubridade para as merendeiras, bem como o aumento do seu salário; e o piso nacional do magistério. Apesar da vitória na luta pela remuneração por mestrado e doutorado, as demais lutas seguem na ordem do dia, sendo a defasagem do salário-base com relação ao piso nacional a maior fonte de indignação por parte da categoria, sobretudo porquanto o SEPE MPPA se faz representar também no Conselho Municipal do Fundeb, onde constata a presença de recursos financeiros para que a lei federal seja cumprida e o piso devidamente pago. Esta campanha ainda se encontra em andamento, e o SEPE MPPA pretende intensificar a produção de boletins, materiais digitais e visita às escolas, a fim de mobilizar a categoria para esta luta.

3- ALGUMAS PAUTAS EDUCACIONAIS: DESMASCARAR E DERROTAR O NOVO ENSINO MÉDIO

A Reforma do Ensino Médio veio concretizar uma formação adequada a uma sociabilidade neoliberal, dentro de uma economia reprimarizada e cada vez menos complexa, que não demanda força de trabalho qualificada em ampla escala. O cerne dela é o chamado "projeto de vida", que virou disciplina obrigatória e eixo estruturante da formação. Supostamente o ensino seria encaixado no desejo individual do aluno e no que ele projeta como futuro pra si.

O fracasso e o sucesso passam a ser individualizados e não mais responsabilidade da sociedade. Nessa lógica, fracassa quem desenvolve mal seu "projeto de vida" e sucede quem faz o contrário. Nada mais é do que a consagração do "indivíduo-empresa", o "empreendedor de si mesmo". Com isso dado, o Estado também passa a estar isento das responsabilidades constitucionais de pleno emprego e bem-estar, concessões da luta de classes na redemocratização. Por isso, os itinerários formativos vão contemplar disciplinas eletivas vinculadas ao emprego informal, uberizado ou como MEI. Exemplos dessas disciplinas são: Mundo Pet SA, Brigadeiro Gourmet, etc.

O antigo EM realmente precisava de mudanças, pois era excessivamente enciclopédico e positivista. O Novo EM se oferece como uma solução mágica via mudança curricular, sem ampliação de custos para os governos. Como se alterar o currículo fosse suficiente para quebrar o ensino tradicional e inserir metodologias pedagógicas mais interdisciplinares e baseadas no protagonismo estudantil.

A divisão por áreas, prometida para aprofundar os conteúdos de acordo com a aptidão do aluno, na prática é para superficializar, tornando mais difícil e não mais fácil a entrada do aluno da escola pública no Ensino Superior em sua área de preferência. Se fosse, de fato, para qualificar os alunos para a universidade, alguém que escolhesse aprofundar em humanas, por exemplo, teria Introdução à Economia Política, ao Direito Constitucional, à Psicologia, História Ameríndia ou da África, Demografia, etc e não componentes curriculares como "O que rola por aí" ou "Ação, está em suas mãos!".

O RJ é um dos últimos estados a estruturar o novo EM. Porém já vinha aplicando um protótipo do mesmo, com um Ensino Médio "integral" adaptado ao empreendedorismo. Esse protótipo foi um estrondoso fracasso. As escolas que o aplicaram, em geral, tinham simultaneamente turmas de ensino regular e outras "integrais ". As turmas do Ensino Médio "integral" voltado ao empreendedorismo eram extremamente esvaziadas e os alunos praticamente suplicavam por vagas no ensino regular.

Boa parte dos nossos alunos da escola pública começam a trabalhar ou vão fazer cursos técnicos durante o Ensino Médio. Prender estes alunos na escola durante dois turnos sem oferta de esporte, cultura, disciplinas laboratoriais e principalmente, bolsas de estudos, é absolutamente inviável. Porém, tudo isso requer aumento de investimentos, o que gera aversão dos governos.

Estamos, no Rio de Janeiro, no segundo ano do novo Ensino Médio. O que vemos é a mais absoluta confusão. Não há formação continuada, os professores estão com a maior defasagem salarial do Brasil em relação ao Piso nacional do magistério, divididos em diversas escolas e sem tempo ou motivação de planejamento.

As disciplinas eletivas do currículo flexível vieram em um "cardápio" pré-montado pela secretaria estadual, sem autonomia para o corpo docente das próprias escolas propor as eletivas baseando-se em suas habilidades e áreas de pesquisa. Combinando falta de autonomia, falta de motivação salarial e falta de tempo de planejamento, o que vemos no chão da escola é uma enorme aversão às disciplinas eletivas do Novo EM. Boa parte delas estão sem professores e os

que pegaram foi para evitar de sobrarem nas suas escolas, por falta de carga horária dentro das disciplinas de concurso. Ou pegaram as eletivas como hora extra, para complementar renda.

No caso da rede estadual a área de humanas foi a que mais perdeu carga horária básica, caindo pela metade (de 24 tempos para 12 tempos). Isso porque, desde a greve de 2016, e por demanda do movimento de ocupação de escolas pelos estudantes, sociologia e filosofia ganharam 2 tempos por semana nos 3 anos do Ensino Médio, somando-se a História e Geografia, também com 2 tempos em todos os anos.

Com o novo EM, filosofia passa a estar presente apenas no primeiro ano e sociologia apenas no terceiro ano. Geografia e História apenas no primeiro e segundo ano. Um grave ataque à formação crítica dos estudantes. Mas não só humanas perde carga. Ciências da natureza (Física, Química e Biologia) também não estão mais presentes nos três anos e mesmo Português e Matemática sofreram redução de carga em todos os anos.

Enquanto isso, recebemos relatos de que as escolas particulares permanecem com carga horária básica maior e, na carga horária flexível, desenvolvendo convênios para experiências efetivamente laboratoriais e técnicas para seus alunos. Só podemos concluir que, do jeito que está sendo implementado, o novo EM aumentará exponencialmente o abismo de formação entre alunos de escolas particulares e escolas públicas, afunilando ainda mais o acesso à universidade, mesmo com os importantes avanços da lei de cotas.

3.1- Educação inclusiva e anticapacitista - um desafio necessário na pauta do Sepe

O movimento pela inclusão escolar é construído mundialmente enquanto ação política pedagógica, cultural e social. Defende o direito de todas(os) as(o)s alunas(os) de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Esta concepção educacional é fundamentada no conceito de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. A inclusão escolar engloba a educação de Jovens e adultos (EJA), indígena, quilombola, do campo e das pessoas portadoras(es) de deficiência e/ou transtornos de aprendizagem. Dizemos que a inclusão escolar é um processo construído passo a passo e precisa ouvir todos os agentes envolvidos nesse processo, além dos familiares e sociedade em geral, para poder desenvolver estratégias de ensino e políticas públicas que contemplem este desafio.

É preciso entender a diferença entre integração e inclusão: na integração o aluno é o responsável por se adaptar às metodologias, estruturas e avaliações da escola; na inclusão, a escola compreende as diferenças e constrói uma prática cotidiana pautada em entender seu processo de construção do conhecimento, respeitar seu próprio ritmo, propiciar condições para o relacionamento com todas(os) as(os) alunas(os) da escola e consequentemente, na sociedade. Hoje, apesar dos avanços ainda vemos mais integração na sala de aula do que inclusão.

Para que a educação seja verdadeiramente inclusiva no contexto de educação especial, ela precisa perpassar por todos os níveis, etapas e modalidades, promovendo o atendimento educacional especializado, disponibilizando os serviços, profissionais e recursos próprios para este atendimento e formando e orientando os(as) alunas(os) e seus professoras(es). Não é possível realizar esse trabalho educativo sem as reais condições estruturais nas escolas e com a equipe necessária de mediadores(as) e cuidadoras(as).

Entendemos que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) vai além das salas de recursos, espaço importante para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais do seu público alvo; mas também a criação de condições reais e concretas para a permanência do

aluno em sala regular de ensino, com aproveitamento social e acadêmico. E é por esse entendimento que não podemos deixar de apontar várias omissões, contradições e ambiguidades. Ao mesmo tempo em que os governos, em todas as suas esferas, dizem defender a inclusão, os recursos mínimos para o devido atendimento e garantia da permanência destas(es) alunas(os), foram reduzidos pelo último Governo Federal.

Isso gerou a não a redução das salas de recursos, por exemplo. Assim como a redução das disponibilidades de vagas em formação especializada de professoras(es) e pessoal de suporte ao AEE, tão necessários ao trabalho desenvolvido.

Os profissionais de suporte ao AEE (professores de sala de recursos, intérpretes, professores de LIBRAS e BRAILE, mediadores/cuidadores escolares, entre outros) estão cada vez mais escassos nas redes de ensino. Não há profissionais concursados em número suficiente para esse atendimento, tanto da educação quanto da saúde para atender a demanda desse alunado que só cresce. Os poucos que trabalham nas escolas são em caráter de terceirização, não garantindo assim, vínculo com a escola e seu projeto-político-pedagógico. Além de servir como um cabide de indicações políticas em muitas redes de ensino, onde a troca do voto pelo emprego se sobressai pela formação e qualificação do profissional.

Aos poucos concursados, não há estímulos ou apoio para a capacitação na área, ou em qualquer outra na área. A falta de um plano de cargos e salários unificado que garanta a progressão por formação desestimula as professoras(es) que estão com várias turmas lotadas e geralmente tripla jornada, além da falta de um tempo de planejamento específico para elaborar o trabalho com essas(es) alunas(os) em inclusão.

A maioria das escolas se encontra com a infraestrutura comprometida e não dispõe de arquitetura direcionada a acessibilidade, impedindo que várias(os) alunas(os) cadeirantes, ou deficientes visuais, por exemplo, possam frequentar a escola com segurança e autonomia, além de não possuir material didático adaptado e material mínimo de trabalho para todas(os) as(os) alunas(os), que permitiria ao professor adaptá-lo. Onde muitas vezes, o professor retira do próprio salário para garantir o mínimo aos seus alunos em sala.

Um público negligenciado pelas redes de ensino, mas também público de inclusão, são os alunos com transtornos de aprendizagem como dislexia, discalculia, TDAH, TOD e outros. Esses alunos por não serem compreendidos como público da educação especial, não possui o conjunto legal de amparo à educação como por exemplo a adaptação curricular, mediador escolar ou sala de recursos. Contudo, na maioria das escolas esse é o público mais abundante e necessitado de atendimento educacional especializado. Apesar da lei federal nº 14.254/2021prever o acompanhamento integral a este alunado, sem as devidas regulamentações estadual e municipais, e investimentos das respectivas redes, muito pouco foi desenvolvido em prol desses alunos.

É neste contexto que os governos afirmam incluir estas(es) alunas(os), em detrimento de escolas que ofereçam toda a estrutura física, pedagógica, clínica e social. Um levantamento da carência de profissionais devidamente preparados, foi apontado que são apenas 1000 AAEEs para atender cerca de 20 mil alunos PCDs. “Não queremos estagiários/contratos, mas concurso público!”.

Diante este quadro caótico que se apresenta a educação inclusiva na rede regular pública de ensino, defendemos: Plano de cargos e salários unificado com progressão por formação para toda a categoria, com garantia de formação em serviço; estrutura física e material para as escolas de caráter inclusivo ou não; Concurso público imediato para profissionais da educação especializados (intérpretes, professores AEE, profissionais de suporte ao trabalho docente); pro-

fissionais de saúde, estatutários, à disposição da escola para o atendimento de todas(os) as(os) alunas(os) (fonoaudiólogos, fisioterapeutas, neurologistas, psicopedagogas, psicólogos), aumento da rede de salas de recursos - especialmente na rede estadual, inclusão dos alunos com transtornos de aprendizagem como público elegível a receber mediação escolar e frequentar salas de recursos e outros espaços pedagógicos e terapêuticos.

4- UM BALANÇO DO NOSSO SINDICATO, CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E AS REFORMAS ESTATUTÁRIAS NECESSÁRIAS

Nossa história, que se constituiu nas lutas com total independência dos governos, partidos e patrões, portanto sem qualquer atrelamento ao Estado, precisa ser reafirmada. Reafirmar que somos contra a linha burocrática, aparelhista ou de conciliação de classe é central no enfrentamento tanto à burocracia sindical como à extrema direita. A decisão da categoria de ser contra o imposto sindical obrigatório e contribuir com a nossa organização sindical através de sua filiação reafirma nossa independência frente aos governos e nossa concepção sindical mesmo antes da CF de 88. Nossa trajetória sempre foi a de caminhar na unificação da classe como por ex. a União dos Professores em 87 e incorporação dos funcionários(as) administrativos(as) em 88.

O ano de 87 é um dos marcos na luta dos aposentados e aposentadas, pois arrancamos a tão sonhada paridade salarial. Essa luta integrou toda nossa trajetória mesmo após a aprovação da EC 41/2003. Estivemos à frente de todas as lutas gerais da categoria e fomos protagonistas na organização do Coletivo de Aposentadas(os) e nos Encontros Estaduais de Aposentadas(os), espaço ímpar de formulação do plano de lutas anual e de estímulo a ampliação desse coletivo em todos os núcleos e regionais. Exigimos respeito por nossa construção histórica e investir em nossa organização precisa ser prioridade no SEPE central, núcleos e regionais.

Mas queremos destacar a vitória no Congresso de 2017, quando conseguimos aprovar nossa tese específica, conquistando o direito à voto no Conselho Deliberativo do SEPE, após 40 anos de sua existência. Apesar dessa vitória significativa, infelizmente pouquíssimos núcleos e regionais organizaram os coletivos de aposentadas(os) e convocaram assembleias específicas para eleger aposentadas(os) que passariam a integrar o Conselho Deliberativo do SEPE/RJ. Mas queremos avançar mais. Propomos um adendo no parágrafo único do artigo 45: que as Secretarias de Aposentadas(os) e a de Funcionários(as) serão ocupadas apenas por Aposentadas(os), assim como por funcionários(as) a Secretaria de Funcionários(as) Administrativos(as).

Outra vitória já nessa gestão foi conseguirmos aprovar, enquanto proposta para participação no Encontro Estadual de Aposentadas(os), todas as aposentadas(os) que constituíram as direções eleitas, tanto no SEPE central quanto nos núcleos e regionais, em qualquer cargo de direção. Consideramos vitória por conta da postura “discriminatória” e “desrespeitosa” de alguns setores que compõem o SEPE, uma vez que não fazem investimento na participação desses(as) aposentadas(os) por ocasião da reunião mensal do nosso coletivo no SEPE central. Quem viabiliza a participação das(os) aposentadas(os) nesse coletivo estadual é a direção estadual, fazendo o ressarcimento da passagem e alimentação de até 3 (três) representantes por núcleo e regional. Portanto, quando um núcleo se recusa a ampliar essa participação, mesmo tendo uma boa arrecadação mensal da contribuição de seus(as) filiados(as), na verdade não está fazendo NENHUM investimento nesse setor fundamental na construção histórica do SEPE/RJ.

A derrota de Bolsonaro nas urnas foi o primeiro passo contra o avanço da extrema direita, mas o bolsonarismo está latente e o 8 de janeiro comprova que a luta pelo frágil regime democrático de direitos continua necessária.

Nesse congresso vamos nos deparar com discursos sobre a defesa da democracia, da pluralidade de ideias, mas vamos ter que enfrentar a contradição daqueles setores que pregaram a democracia por ocasião do processo eleitoral contra Bolsonaro, mas que para a composição da direção do SEPE defendem o pensamento único na formulação de majoritariedade, (conceito antagônico ao da pluralidade e democracia na representação sindical). Os argumentos são frágeis e dentre eles, vamos ouvir, p/ex, "garantir unidade na direção do sindicato" bem como "avançar na composição de uma chapa unitária". Mas a real intenção de quem defende majoritariedade é o controle do aparato da entidade, excluindo quem pensa diferente. Formar uma chapa entre grupos políticos com concepção antagônica dura o tempo do processo eleitoral pois no dia a dia da entidade os rachas vão acontecendo, como podemos atestar já nesta gestão.

Na defesa da concepção da representatividade democrática, a categoria tem reafirmado a proporcionalidade direta e qualificada na base, portanto contra a cláusula de barreiras, garantindo a pluralidade na composição da entidade, a real expressão plural na composição dos(as) trabalhadores e trabalhadoras em educação. Rejeitamos qualquer proposta de majoritariedade nas eleições do SEPE e entendemos que o fato do nosso sindicato ter sua direção eleita através de proporcionalidade direta e qualificada na base, é o que mantém como instrumento de luta da classe até hoje e não como mera representação cartorial. Na direção do SEPE deve ter espaço para diferenças de pensamento, produzindo sínteses mais qualificadas para a política sindical. Não aceitamos passar o rodo nas minorias! Que nunca se construa um muro entre o sindicalizado e o seu legítimo desejo de se tornar dirigente do SEPE.

O Sepe deve fazer jus a sua história e se colocar, instransigentemente, como instrumento de luta contra toda a realidade de precarização da educação pública. Mas pra isso, precisa se voltar para a base da categoria, manter o pé no chão da escola e renovar seus quadros para evitar a burocratização. Um sindicato burocratizado perde progressivamente a vitalidade. É preciso que se façam campanhas de filiação, eleições de representantes de representantes de escola, assembleias periódicas e visitação regulares às unidades escolares, marcando também a assembleia específica de aposentadas(os) em todos os núcleos e regionais, para que sejam eleitas(os) representantes nos Conselhos Deliberativos. O SEPE precisa ser a expressão do que a categoria sente e pensa.

Nossa entidade foi filiada à CUT, mas na medida em que essa central mudou sua concepção em especial com a chegada de Lula à presidência da república em seu primeiro mandato, a CUT se transformou em seu braço auxiliar.

Foi através de um plebiscito, que a categoria aprovou a desfiliação do SEPE/RJ a CUT e a necessidade de unir as experiências novas de centrais combativas CONLUTAS e INTERSINDICAL numa única central. Infelizmente a tão almejada unidade não se concretizou até hoje e precisamos enfrentar esse debate. Somos contra a proposta de revogar o artigo 84, pois garante condições para seguirmos nessa necessária batalha, considerando o avanço da pulverização do movimento sindical combativo.

Além dos pontos mencionados acima, faz-se necessário um cuidado especial quanto ao respeito ao determinado no Estatuto e chamamos atenção para a contribuição do (a) filiado(a) expresso no artigo 7º no valor percentual de 1% que não pode ter decisão diferente em nenhum núcleo do SEPE. Outro cuidado importante tem relação com a aprovação do regimento Eleitoral que não pode conter omissões, deixando decisões para a CEE. Cabe a ela fazer cumprir o estatuto e o regimento e não elaborar normas.

Propomos outras alterações estatutárias: Art 88- add parágrafo único. Terão o repasse suspenso os núcleos e regionais que não cumprirem a prestação de contas conforme determinado no

estatuto da entidade (Artigo 44);

Incluir estatutariamente os coletivos de Aposentadas(os) e de Funcionários(as) vinculados às Secretarias específicas, considerando a importância de ampliarmos a participação da base da categoria nas formulações da entidade. Esse adendo deve ser incorporado no capítulo IV que trata da "Organização Regional e Municipal". Com o mesmo objetivo de garantirmos a ampliação da base do SEPE nas formulações dos planos de luta específicos, defendemos o direito do Coletivo da Animação Cultural ser reconhecido e respeitado em sua forma de funcionamento.

A exemplo da constituição do Conselho Fiscal, apresentamos a proposta de Conselho de Ética composto por representantes filiados(as) da base que não poderão acumular com cargos na direção do SEPE RJ, de núcleo ou regional. A eleição desse Conselho será feita em Assembleia específica, amplamente divulgada e a ele caberá ouvir as denúncias, fazer o devido procedimento para apuração dos fatos com registro em ata e apresentar à Direção Estadual para devidas providências, a luz do estatuto. Não sendo suficiente, o relatório será apresentado ao Conselho Deliberativo. Importante deixar registrado que nossa linha de atuação é educativa e buscará resolver os problemas no sentido de corrigir os erros cometidos. Tal proposta se faz necessária considerando as dificuldades políticas de composição do Conselho de ética com membros que integram as direções eleitas, a exemplos de outras situações já vivenciadas.

Cabe ainda destacarmos que a direção do SEPE central é eleita com 48 integrantes titulares e 12 suplentes conforme votos obtidos no processo eleitoral. Portanto não existe um mesmo diretor(a) acumular dois cargos. Por isso a garantia estatutária da suplência.

5- PLANO DE LUTAS

Campanhas em todas as redes: #RevogaNovoEnsinoMedio; #PisoSalarialNacional

Contra a política de privatização/mercantilização da educação pública! 10% do PIB para a Educação Pública,

Plano de Carreira Unificado; Jornada de 30 h para funcionários administrativos; 1/3 da jornada para planejamento de atividades extraclasse para todas as redes; Concurso público para suprir as carências em todas as redes e regularização da Animação Cultural

Concurso Público diferenciado para professores(as) indígenas

Retomar a Campanha "Paridade para aposentados(as) e contra qualquer política de abonos e gratificação"; Fim da política de "sobras da verba do FUNDEB!

Troca da denominação de merendeira para cozinheira escolar em todas as redes;

Campanha: Não é minha função, não faço!;

Para Educação Inclusiva propomos: Plano de cargos e salários unificado com progressão por formação para toda a categoria, com garantia de formação em serviço; estrutura física e material para as escolas de caráter inclusivo ou não; Concurso público imediato para profissionais da educação especializados (intérpretes, professores AEE, profissionais de suporte ao trabalho docente); profissionais de saúde, estatutários, à disposição da escola para o atendimento de todas(os) as(os) alunas(os) (fonoaudiólogos, fisioterapeutas, neurologistas, psicopedagogas, psicólogos).

Uma matrícula, uma escola e nenhuma disciplina com menos de 2 tempos;

Campanha por melhores condições de trabalho e contra o assédio moral.

Atualização dos dados sobre a real situação dos Fundos Próprios Previdenciários;

revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciárias, EC 95,

Contra a privatização da saúde, defesa do SUS e por 10% do orçamento federal para a saúde;

Campanha contra a faxina étnico-social e pelo fim do extermínio da juventude negra;

Defesa dos direitos dos Povos Indígenas e dos Territórios Quilombolas associada à questão ambiental

Contra a criminalização dos movimentos sociais;

Auditoria da Dívida com participação popular; Revogação do Bolsa banqueiro e da autonomia do Banco Central.

ASSINAM:

ESMERALDA MONSORES – CE ÁLVARO ALVIM
GESA LINHARES CORRÊA – APOSENTADA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO E REDE MUNICIPAL DE CAXIAS
MARCOS RANGEL DE LIMA – REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
MATHEUS PEPE CRESPO – CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
MAURO VINÍCIUS DE SOUZA FLORIANO – ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DILSON DORÉA - RIO DAS OSTRAS
MIRNA FREIRE - ANIMAÇÃO CULTURAL – REDE ESTADUAL
RÔMULO FERREIRA CORRÊA - ESCOLA MUNICIPAL CEL EDMUNDO MACEDO SOARES SILVA – MIGUEL PEREIRA
ALESSANDRA CARVALHO - ANIMAÇÃO CULTURAL - BELFORD ROXO
ALICE FRANCO - ANIMADORA CULTURAL - CAMPO GRANDE
ANA BEATRIZ CAMPUZANO – CE ÁLVARO ALVIM
ANA CARLA DE OLIVEIRA PINHEIRO - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
ANA CRISTINA DA SILVA LOPES - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
ANA PAULA FREITAS PEDRA - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
ANDREIA FERNANDES NEVES CABO FRIO
ANGELO CEZAR JACHELLO JUNIOR - NOVA FRIBURGO
BRAZILINA SILVANO SILVA DE ANDRADE - APOSENTADA - ÚLTIMA ESCOLA C. E. DESEMBARGADOR ÁLVARO FERREIRA PINTO
CAROLINA VIEIRA CALDEIRA DE LIMA DE SOUZA ALMEIDA- CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
CHARLES CARDOSO SIMÕES - CABO FRIO
CÍNTIA DA SILVA GOMES BENSE - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
CYNTHIA CAMPOS CORRÊA BARCELLOS - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
DÉBORA D' OLIVEIRA NAVAL - CABO FRIO E COSTA DO SOL
DELCIA DE MORAES JACHELLI - APOSENTADO NOVA FRIBURGO
DENISE SOARES TEIXEIRA- CABO FRIO
ELAINE COELHO DE FREITAS - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
ELAINE DOS SANTOS PEDROZA PEPE CRESPO - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
ENDERSON TADEU DE ASSIS DOS ANJOS - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
FÁTIMA CARDOSO TAVARES GUIMARÃES - CIEP 244 BRIZOLÃO OSWALDO ARANHA - ANIMAÇÃO CULTURAL
GILMAR DIAS - CABO FRIO
HEITOR GONÇALVES RITER - ESCOLA ESTADUAL CORONEL FRANCISCO RIBEIRO DA MOTA VASCONCELOS
HELITON SUN - ANIMADOR CULTURAL - BELFORD ROXO
HUMBERTO DA SILVA MICHAELI - COORDENAÇÃO NÚCLEO VASSOURAS
ILZA CARLA BRUM BASTOS PINHO – APOSENTADA - DIREÇÃO NÚCLEO VASSOURAS
JANAINA MATOS DA SILVA - NOVA IGUAÇU
JÉSSICA MONTEIRO DA SILVA TAVARES - CE CONSTANTINO FERNANDES
KELI MORAES ABREU - NOVA FRIBURGO
KELLY SILVA ESCOCARD - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
LEONARDO DE FREITAS - MENDES E DIREÇÃO NÚCLEO VASSOURAS
LÍGIA MARIA MACEDO NACIF - APOSENTADA- SUPLENTE DIREÇÃO CAMPOS
LILIANA PAIVA PEREIRA DE ALMEIDA - C.E. JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
LILIANE MARIA PONTES DE OLIVEIRA - VASSOURAS
LÍVIA SILVA DE CARVALHO- ESCOLA ESTADUAL IRENE MEIRELLES
LUANA BARROS FREITAS - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
LUCIANA ALVARENGA PEREIRA DE SOUZA - C. E. JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
LUZIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA- VASSOURAS
LUZIA CLARA APARECIDA DE OLIVEIRA PEDROZA LAIN - APOSENTADA - ÚLTIMA MATRÍCULA CE PADRE MELLO
MÁRCIA FONSECA - CABO FRIO
MARIA DO CARMO- DIREÇÃO NÚCLEO CAMPOS
MARIA ELISA CANDIDO DO NASCIMENTO - C.E. JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
MARIA JÚLIA BARRETO - ARRAIAL DO CABO
MARIZE VIEIRA DE OLIVEIRA - DUQUE DE CAXIAS
MARLY SANTOS DA VERDADE CABO FRIO- APOSENTADA
MICHELLE OLIVEIRA MANHAES DE SOUSA - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
MILENA FERREIRA HYGINO NUNES - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
MÔNICA CILENE MOUTA DE LIMA - ANIMAÇÃO CULTURAL – RJ
NANCI ROCHA - CABO FRIO
NANCY FERREIRA BELO - CABO FRIO - APOSENTADA
NATALIA ALMEIDA FERREIRA DA CRUZ - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
NATÉRCIA RIBEIRO GOMES CARNEIRO - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
NORMA BARCELOS ALVES - CE JOSÉ FRANCISCO SALLES
OTÁVIO MARQUES DOS SANTOS - CABO FRIO
PAULA LÚCIA LACERDA GUIMARÃES - C.E. JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
REGINA CELI CAMPOS CORRÊA - APOSENTADA CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
RENAN CARVALHO FERREIRA- CIEP CUSTÓDIO SIQUEIRA
ROGÉRIO CARMO - DIRETOR DO NÚCLEO DE NOVO IGUAÇU
SERGIO ALVES - ANIMADOR CULTURAL - RIO DE JANEIRO
SERGIO TADEU RODRIGUES DOS SANTOS - APOSENTADO REDE ESTADUAL
SHEILA CRISTINA MARTINS - APOSENTADA – DUQUE DE CAXIAS
SILVANA LOPES DOS SANTOS - DIREÇÃO NÚCLEO CAMPOS- APOSENTADA
SÍLVIA CRISTINA MANHÃES NOGUEIRA DA CONCEIÇÃO - COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
SÍLVIA GUIMARÃES FREITAS- DIREÇÃO NUCLEO VASSOURAS
VITOR RANGEL DE ARRUDA - CE JOSÉ FRANCISCO DE SALLES
VIVIANE CRISTINA DE CASTRO CERQUEIRA - VASSOURAS
WILLIAM BENITA DE JESUS - CE BRASIL – MESQUITA

CORRENTE SINDICAL DOS TRABALHADORES DA ESCOLA
TESE AO XVI CONGRESSO DO SEPE

POR UM SINDICATO COMBATIVO E INDEPENDENTE DE GOVERNOS E DO ESTADO

INTRODUÇÃO:

Do "sonho" à perplexidade geral

O período entre 1945 e 1975 ficou marcado na história por forte recuperação econômica. Foram três décadas de prosperidade e conciliação de classes que permitiu, pelo menos nos países desenvolvidos, compatibilizar capitalismo e democracia representativa. O modelo econômico liberal havia conduzido o mundo à crise de 1929. A miséria e instabilidade política se alastraram pela Europa Ocidental e pavimentaram o caminho dos regimes nazifascistas e, posteriormente, à II Guerra Mundial. O capitalismo e os interesses das classes dominantes estavam em perigo. Com o fim da II Guerra, um novo mundo se abre sob o Império dos EUA. Mas um obstáculo ainda perdurava, a URSS. Surge a guerra-fria. Nesse contexto, o sistema teria que lidar com a ascensão das lutas operárias. A solução burguesa foi compartilhar parte do excedente produzido com seu inimigo histórico, a classe trabalhadora. Por um breve momento histórico realizou-se uma espécie de "sonho" socialdemocrata, que ficou consagrado como os "30 anos gloriosos do capitalismo".

Durante esse período, havia uma estreita relação entre o avanço do progresso técnico na indústria, aumento dos salários reais por indexação aos ganhos de produtividade do trabalho e da demanda por produção industrial. Este conjunto de políticas garantidoras de pleno emprego, dos fatores de produção e consumo de massa. Numa palavra, fordismo. Na Europa, o estado de bem-estar social era amplo, pois permitia a igualdade de oportunidades dada pelo acesso igualitário e gratuito a serviços de qualidade nos setores de saúde e de educação. Além disso, programas de moradia social e de alimentação, que asseguravam certa dignidade e cidadania para a ampla maioria da população.

A intervenção estatal se voltava para a busca do pleno emprego, redistribuição da renda, industrialização e progresso técnico. O sistema financeiro e seus instrumentos e instituições tinham grande importância para o desenvolvimento econômico e operavam de forma a dar sustentação ao crescimento econômico. A criação ativa de crédito era a mola do investimento produtivo, exercendo, assim, o papel fundamental na geração de novo poder de compra para as firmas investidoras e para o consumo das famílias. O dinamismo do mercado de trabalho e o crescimento simultâneo da produtividade e dos salários colaboravam para uma situação de solvência das finanças nos domicílios de uma próspera e sólida classe de trabalhadores.

O "sonho" acabou!

Entre os anos 1960 e 1970, segundo o Banco Mundial, a taxa de crescimento decenal era 5,4% e vem caindo década após década, chegando a 2% entre 2010/2020. No mesmo período, as taxas de lucro global e anual caem de 15% para 5%.

A queda na produção e nas taxas de lucro feriu de morte o esquema fordista que, até então,

regulava a relação entre capital e trabalho. Nas duas décadas seguintes, o padrão de acumulação baseado naquele esquema fordista foi abandonado e se iniciou um regime financeirizado.

Uma economia financeirizada resulta e é reproduzida por um ambiente macroeconômico e estrutural no qual as alternativas de liquidez são mais atrativas em termos de risco, liquidez e rentabilidade do que o investimento produtivo. Os recursos disponíveis para investimentos passam a ser alocados preferencialmente em ativos financeiros (títulos públicos, ações, debêntures, derivativos), frente à rentabilidade decrescente da indústria e demais setores não financeiros da economia, provocando crescentes atividades financeiras em empresas não primordialmente financeiras.

Essa mudança na estrutura do capitalismo gerou efeitos como: baixo e instável crescimento econômico; especulação desenfreada e aumento de crises financeiras; desindustrialização e baixa produtividade do trabalho; elevação das taxas de desemprego e queda dos salários; brutal concentração pessoal e funcional da renda; deterioração das finanças públicas, tanto pela captura da arrecadação, quanto pelo aumento de despesas financeiras do Estado e, por fim, mas não menos importante, o endividamento das famílias.

Famílias são compostas de pessoas concretas e diversas. Ao longo do século XX, essa diversidade foi usada para aprofundar desigualdades. O capitalismo, como sabemos todos, é um sistema produtor e reprodutor de desigualdades sociais. O Mercado de Trabalho reproduziu por décadas machismo, racismo e todo tipo de opressão no interior das empresas públicas e privadas, pois serviam ao controle de custos de mão-de-obra.

À medida que movimentos sociais, como o de mulheres, de negros, o movimento identitário e outros, furavam o bloqueio das mídias, as empresas alteraram seus protocolos internos. Mas, sem ilusão! Sabemos que desemprego, baixos salários, falta de serviços básicos e endividamento continuam atingindo primeiro os mais vulneráveis da classe trabalhadora. Diante desse quadro, não surpreende uma certa difusão de políticas compensatórias para parcelas diminutas da classe trabalhadora, enquanto aprofunda, de forma avassaladora, a miséria para o conjunto dessa mesma classe.

Uma luta de classes diferente: adequação geral dos “sobrantes”

A apropriação do excedente social por elites improdutivas existiu em diversas épocas e com diferentes formas de organização social, mas volta, hoje, com uma escala e um ritmo de enriquecimento novos. Não é novidade a exploração da sociedade por improdutivos, mas, sim, o fato do processo ter atingido dimensões que transformam o conjunto da sociedade. Quando empresários, que poderiam investir na produção, constatam que é mais lucrativo investir em produtos financeiros, ou lucrar com mais dividendos sobre ações que eles mesmos recompram, é a base mesma da acumulação de riqueza que se desloca.

A expansão dos mercados financeiros coincidiu com o recuo do estado de bem-estar social em muitas das economias avançadas, particularmente nos EUA e Reino Unido e na periferia da América Latina. Através de políticas que estimulavam a flexibilização precarizante do emprego e a privatização da seguridade social, os governos moldaram ativamente a financeirização no cotidiano das famílias, agora instigadas a buscar nos fundos de previdência aberta, planos de saúde, educação privada e seguros de toda espécie, uma proteção para os riscos que antes era assegurada por fundos públicos e políticas universais. Os agentes do mercado financeiro tornaram-se os gestores da política social.

A expropriação de direitos sociais se tornou a tônica das reformas neoliberais no final do século XX e XXI, na periferia. A política social deixou de ser o mecanismo de consolidação de direitos universais. Predominaram as políticas focalizadas, caracterizadas pela baixa cobertura e reduzido valor dos benefícios, apenas como compensação precária aos efeitos destrutivos do capitalismo financeirizado sobre o mercado de trabalho. A ideia prevalecente passou a ser a que permite que a reprodução social siga ao sabor do "mercado".

A pandemia escancarou o descompasso

A pandemia fez cair por terra o véu que encobria a verdadeira face do novo modelo de acumulação, à medida que o contraste entre a paralisia das economias e o crescimento acelerado das fortunas tornaram óbvio que parte da população mundial é "descartável". Segundo o relatório da Oxfam, desde 2020, início da pandemia do Covid-19, o mundo convive com mais 573 novos bilionários. Um bilionário a cada 30 horas, enquanto 263 milhões de pessoas sobrevivem na extrema pobreza.

O mercado da reprodução social

Nos países desenvolvidos, o bem-estar das famílias está ligado ao acesso gratuito a serviços de consumo coletivo. É mais conhecido como salário indireto. Em termos proporcionais, estaria numa ordem de grandeza de 40%. É com o salário direto, na ordem de 60%, que os trabalhadores irão bancar suas compras, aluguéis e outros itens de sua cesta de consumo. E são justamente aqueles serviços de consumo coletivo: saúde, educação, previdência, segurança, infraestrutura urbana, etc. Passam a ser alvos de negócios altamente lucrativos da alta finança. Trata-se de mais um cabo-de-guerra entre trabalhadores e empresários.

Aqui no Brasil, os últimos capítulos desse cabo-de-guerra são:

• reforma redutora de direitos previdenciários (EC 103/2019);

• flexibilização precarizante do mercado de trabalho (reforma trabalhista de 2017 e MP 1.045/2020);

• teto e subteto dos gastos (EC 95/2016 e EC 109/2021).

Tudo na esteira da subtração dos direitos sociais (salários indiretos) da classe trabalhadora. Claro que, esse estado de coisas tem impacto sobre o espírito de luta do conjunto da classe trabalhadora e suas organizações. Ao longo das últimas quatro décadas, a classe trabalhadora brasileira amargou o arrocho salarial imposto pelo governo Figueiredo e pagou a conta de sucessivos planos econômicos, de Collor a FHC. O golpe fatal veio com a ilusão dos governos comandados pelo PT.

O curto período de crescimento econômico mundial de 2003 a 2006, foi puxado pelo comércio internacional de produtos primários, tendo a China como "locomotiva". Isso induziu o governo petista a tentar adaptar, no Brasil, parte daquele "sonho" socialdemocrata da Europa, dos "anos gloriosos". Sob o olhar atento da burguesia nacional e internacional, tão logo o ciclo de bens primários se encerrara, as hostes burguesas, sem nenhum pudor, desalojaram o PT do governo, em 2016.

A ilusão já vinha na condução das lutas sindicais. A CUT, hegemonizada pelos setores da direção petista, havia se transformado num laboratório de conciliação de classes, antes mesmo da sua chegada ao governo federal.

A propaganda oficial chegou a defender a ideia de que surgia no país uma "nova classe mé-

dia", quando, na verdade, os trabalhadores estavam penhorando seus salários nos empréstimos consignados. Mas o grande golpe foi contra a classe trabalhadora, pois o principal legado dos governos petistas foi sua desorganização.

Uma vez findada e experiência petista, ficou claro que o movimento das classes trabalhadoras brasileiras carece de um projeto autônomo para além da democracia representativa, para além do populismo de ocasião. Resultado: diante dos governos ultraliberais de Temer e Bolsonaro, nós, que vivemos de nossos salários, só amargamos derrotas.

Sindicatos historicamente combativos, como o SEPE-RJ, sucumbem diariamente ao esquema das classes dominantes. Daquele vigor das lutas contra o autoritarismo do regime militar e os arrochos dos governos Collor a FHC, quase nada sobrou. Boa parte dos sindicatos foram progressivamente "docilizados" e transformados em órgãos de controle social da classe trabalhadora brasileira. Assim, nossa tarefa é lutar para reverter esse estado de coisas.

I- CONJUNTURA INTERNACIONAL

Reativar a Luta de classes mundial contra a catástrofe imperialista

A ONU, com o apoio do Brasil, faz "exigência" à Federação Russa da imediata retirada, de forma completa e incondicional, de todas as suas forças militares do território da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas". Ou seja, a diplomacia Brasileira apoia uma resolução pró-OTAN.

O governo LulAlckmin agora dá cobertura para o regime pró-OTAN e de coalizão, inclusive com nazistas instalados na Ucrânia.

É interessante que o PT, que se recusou a classificar Bolsonaro como nazista durante todo o seu mandato [que contou inclusive com as boas-vindas de Haddad], só o fez no final do período eleitoral. Atacava todos que diziam que Bolsonaro é fascista, mesmo diante da sua confissão aberta por diversas vezes. Depois de muito resistir e impedir as manifestações contra Bolsonaro, mesmo nos momentos mais críticos, passaram a aceitar um vago "protofascismo", para divertir os intelectuais. Recusou-se a admiti-lo para não ter que combatê-lo como se deve fazer com o fascismo, mobilizando e resistindo. Ao contrário, a única proposta que apresentaram foi a Frente Eleitoral, que reuniu os trânsfugas do bolsonarismo quando começou a declinar o apoio americano.

A sensação é que fomos jogados para o lado pela aliança com os EUA, que agora querem continuar o projeto de transformar o regime político brasileiro numa imitação do bipartidarismo americano. É por isso que acolhe o Bolsonaro em solo americano e pago com dinheiro público brasileiro. Enquanto isso, ele está lá, fazendo comícios e atacando abertamente o governo brasileiro.

Mas já está decidido. O Brasil vai ser governado pela direita liderada pelo PT que, por sua vez, vai alegremente para esse rumo controlado, em eleições periódicas, pela direita e a extrema-direita.

Por isso, o governo LulAlckmin quer provar aos EUA que pode ser até mais útil ao imperialismo do que a extrema-direita de Bolsonaro.

O PT se parece, a cada dia, com o falido e imperialista Partido Democrata. Um partido de direita, que controla os movimentos sindical (AFL-CIO), de negros (BLM) e o movimento identitário em geral, a fim de atraí-los para a agenda imperialista.

O novo governo nomeou - de acordo com o prestígio da política identitária preconizada desde Washington – diversos ministros que atualmente ocupam ministérios secundários e com

reduzidas verbas, sem poder para alterar as políticas sociais de modo profundo. Ao contrário, servem apenas para indicar um acolhimento da política burguesa global que reservaram às minorias sociais o mero papel de legitimação das políticas neoliberais.

Um exemplo dessa política catastrófica se deu no Chile, quando os indígenas reivindicaram seu papel protagonista na prometida constituição antipinochetista. Toda a força do movimento que implicou na elaboração de uma nova constituição não foi capaz de deter a traição do governo eleito com a consigna antipinochetista. O novo governo chileno simplesmente se tornou uma das principais sedes do chamado "progressismo" americano, termo impropriamente utilizado para se referir à esquerda, que, apesar das muitas falas em defesa das minorias,apoia entusiasticamente o massacre da minoria russa no Donbass por meio do envio bilionário de armamentos modernos, que são entregues nas mãos de bandos nazistas absorvidos pelo exército ucraniano.

O status de líder mundial do presidente brasileiro foi posto à prova. Lula, que foi preso numa operação coordenada pelos serviços de inteligência americana, para que fosse imposto um regime em que todo o sistema financeiro e energético do país estivesse sob controle das corporações daquele país, foi rebaixado ao nível de uma criança.

Lula pediu bênção ao presidente americano em viagem àquele país, mesmo após ter cumprido o acordo para ser libertado e concorrer às eleições, isto é, trazer para sua coalizão eleitoral e governo pró-burgueses toda a sorte de políticos renegados e "arquibandidos" históricos, com o objetivo de apassivar a justa ira popular contra a hecatombe bolsonarista.

E o novo governo eleito em circunstâncias bastante hostis, intimidado por toda a máquina estatal, carregando malas enormes que já tinham evaporado da vida política, deu-lhes um novo fôlego. Isso significa uma espécie de para fazer o balanço do lucrativo caixa do período Meirelles-Guedes, um lucro que compartilharam até que resolveram pular de lado, após o governo Bolsonaro já ter ofertado o principal aos seus amos.

Agora acreditam ter renovado suas credenciais diante dos bancos e do mercado para avançar com a desenfreada, desavergonhada roubalheira e o butim escancarado do país pela horda Patriota-USA, que arruinou e continua a arruinar a já debilitada economia do Brasil.

E, agora, não só destruíram as expectativas de qualquer mudança social profunda, mas até mesmo a reconhecida liderança mundial de Lula, humilhada ao torná-lo um mero lacaio e senhor de recados do imperialismo senil e da burguesia nacional.

Portanto, num governo federal totalmente submetido às exigências do mercado, ocultadas por meio dos inúmeros discursos e declarações, nada se pode esperar. Ainda mais quando conseguiu amarrar as maiores centrais sindicais num acordo estabelecido desde 2021 com Geraldo Alckmin, cujo propósito era tirar o movimento Fora Bolsonaro das ruas e fazê-lo confluir numa via de mão única para as urnas, numa reprodução do que já ocorre nos EUA. O resultado foi esse que estamos assistindo, praticamente calados da parte dos sindicatos: completa impotência e falta de vontade de revogar as medidas mais danosas, desde a destituição do governo Dilma, em 2016, pelos seus próprios aliados, a saber, as emendas do novo ensino médio, da reforma trabalhista, da reforma da previdência, bem como a privatização da Eletrobrás e da Petrobrás. O teto de gastos só foi ultrapassado por conta das promessas de campanha de ambos os candidatos, no segundo turno. Sobre os 600 reais no agora Bolsa Família, porém, continua vigorando para as outras áreas sociais.

A repercussão direta no plano de recuperação fiscal no Rio de Janeiro, elaborado pelo banqueiro golpista Henrique Meirelles e incrementado pelo outro agente do mercado, Paulo Gue-

des, foi aprovado durante a pandemia e significou acolher a reforma da previdência, o novo ensino médio e a BNCC, nos Estados e municípios. Em plena pandemia, os sindicatos pouco se mobilizaram alegando questões sanitárias, mesmo nos momentos em que o movimento Fora Bolsonaro já reunia dezenas de milhares nas ruas de todo o Brasil. No Rio de Janeiro, isso não poderia ter sido mais nefasto, não só a CEDAE foi privatizada, como também o dinheiro pago, ainda que reduzido diante do valor real da companhia, serviu para o então governador imposto Cláudio Castro comprasse sua reeleição em primeiro turno. Os ataques que a educação pública estadual e municipais estão sofrendo, hoje, são resultados diretos dessas derrotas. Em todas essas derrotas tivemos o papel complacente dos chamados "progressistas" que, na verdade, não passam de liberais. Não só apoiaram a recondução do odiado Eduardo Paes à prefeitura da capital do Rio de Janeiro, como também se limitaram aos discursos de vereadores orientados por César Maia, que depois viria a ser apoiado na chapa do oportunista Freixo para governador. Ao mesmo tempo, facilitaram a vida de Cláudio Castro ao apoiar o seu aliado, André Ceciliano, para o Senado, o que conduziu todas as derrotas dos servidores e do povo do Rio de Janeiro, na Alerj. Não só é aliado dos malditos Cabral-Pezão-Picciani-Dornelles, mas exerce influência até mesmo na diretoria do SEPE, sindicato cuja história, num passado nem tão distante, esteve sempre associada ao combate inclemente ao neoliberalismo.

Hoje, temos o oportunista Freixo sendo acólito num ministério, cuja ministra é denunciada por vínculos com as milícias criminosas que se expandiram durante a gestão Bolsonaro-Castro.

Numa situação como essa totalmente hostil, não só internacionalmente, piorada pela ausência de confronto da parte dos partidos ditos "progressistas", ou melhor, liberais pró-burgueses, em que a passividade do movimento, cujos dirigentes abandonaram a perspectiva da luta de classes por uma idílica divisão de guetos não comunicantes, é tarefa central não só reativar a capacidade de luta adormecida, mas despertar novos lutadores para um inevitável confronto preparado há anos pelo imperialismo, não só contra a Rússia e a China, mas contra todos os trabalhadores e nações oprimidas do mundo.

A intensificação de conflitos regionais e os altos gastos armamentistas, as expensas dos gastos sociais que produzem mais fome, desemprego, catástrofes ambientais e desastres que poderiam ser evitados com planejamento e investimento público, como bem mostrou a crise da pandemia, comprometem o futuro das próximas gerações e precarizam as condições inclusive dos aposentados e dos que estão em vias de se aposentar.

Os sistemas sanitários, de saúde e educação, financeiros e energéticos, em mãos das grandes corporações apoiadas pelas armas do imperialismo senil, prefigura tempos de decadência, guerras, ruínas e catástrofes mundiais, sanitárias, militares, sociais e ambientais.

II- CONJUNTURA NACIONAL

Trabalhadores devem ter compromisso com a independência de classe

O ano de 2023 começou, em todo o território nacional, revestido por uma carcaça protecionista das relações sociais capitalistas, muito almejada pelos setores conciliadores da classe trabalhadora brasileira e que atende pelo nome de "governo de união nacional", cujo lema principal é a "reconstrução nacional" e a "defesa da democracia". O líder máximo da governança unificada e do 'novo' establishment burguês: Luis Inácio Lula da Silva.

Nunca é demais lembrar que a democracia representativa é um sistema de governança que visa

a proteção da propriedade privada dos meios de produção, da classe capitalista. Ela representa o pavilhão que tremula acima de toda a superestrutura jurídica e política que sustenta o modo de produção assalariado. Para se reproduzir enquanto sistema, o capitalismo necessita submeter a classe trabalhadora ao trabalho explorado, cuja produção será acumulada pelo patronato, pela burguesia.

Eleito por mais de 60 milhões de votos, o governo instalado no Palácio do Planalto, em 1º de janeiro, foi resultado da rejeição de frações importantes da classe burguesa ao grotesco e desnecessário (para o capital) modus operandi bolsonarista, que os levou a se lançarem, sem maiores pudores, à candidatura Lula/Alkmin. Os votos obtidos no segundo turno podem ser contados, desde eleitores de origem e/ou ideologia proletárias, até liberais de toda natureza, conformando um amplíssimo leque ideológico, que vai desde socialdemocratas de esquerda até ultraliberais reacionários de extrema direita – que se mimetizaram com fins eleitorais –, passando pela direita tradicional.

A unidade desta amplíssima frente burguesa e pequeno-burguesa se consolidou por conta e mérito da desastrada invasão bolsonarista aos prédios dos três poderes da República, no dia 8 de janeiro. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário entrelaçaram os braços, literalmente, para caminhar solene, sobre os escombros deixados pelos atentados e pela provocação golpista dos fascistas.

A República democrática saiu vitoriosa e suas instituições fortalecidas, depois de quatro anos sendo atacadas incessantemente por Bolsonaro e seu governo de extrema direita. Porém, como também nunca é demais lembrar, a lei dialética das contradições toma o fortalecimento da República democrática como força diretamente proporcional ao enfraquecimento de sua principal antítese, a classe trabalhadora.

Em tempos nos quais, a democracia é tida como verdade absoluta e inabalável, vale lembrar que o socialismo pode ter sido derrotado na batalha da Guerra Fria, mas ainda não perdeu a guerra contra o capitalismo. A República da classe trabalhadora não é a democrática, mas sim, a socialista. A República socialista pressupõe governo de trabalhadores, mediante as instituições próprias e independentes da classe operária em luta contra a burguesia, governando para produzir políticas que atendam aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora e não aos interesses mercantis do mercado financeiro, do capital.

Tais interesses burgueses são satisfatoriamente garantidos pelas organizações políticas reformistas que dominam o Sepe e a maioria dos sindicatos no Brasil. Consideramos legítima, histórica e politicamente, a interferência de organizações e partidos políticos no interior dos sindicatos. Contudo, é urgente instalarmos um combate duro ao verdadeiro embuste armado contra a classe trabalhadora por esses partidos e organizações da ordem e institucionalidade burguesa-eleitoral. Eles burocratizam a luta sindical com a finalidade de instrumentalizar trabalhadoras e trabalhadores das escolas, que passam a servir de cabos eleitorais para as suas candidaturas a presidentes, governadores, prefeitos e parlamentares republicanos.

Com isso, partidos e organizações políticas, ao invés de aparelharem os sindicatos para a luta e o enfrentamento contra as políticas do capital, institucionalizam a conciliação e colaboração entre as classes contraditórias. Ao invés de atuarem para mitigar os efeitos das políticas contra nós, caminhando de encontro aos interesses mais imediatos exigidos pelos trabalhadores às suas direções sindicais, fazem o caminho inverso: partidos e organizações reformistas atuam como correia de transmissão para cooptar professores e funcionários administrativos para dentro dos gabinetes e corredores palacianos.

Quatro décadas desta tática suicida chafurdaram os trabalhadores da educação do Rio de Janeiro num campo de batalha absolutamente desfavorável, submetendo os servidores aos governos e o conjunto da classe trabalhadora, à República democrática da burguesia. Não fazem mais do que roubar o nosso espírito proletário e nossa disposição de enfrentamento às forças de repressão, com as quais os governos protegem de nós, as políticas de educação pautadas pelas grandes corporações nacionais e multinacionais.

Enquanto isso, esquecemos ou abandonamos nossa história secular de lutas, nossas greves, ocupações e manifestações radicalizadas, enquanto desperdiçamos o nosso precioso tempo aderindo a políticas que interessam diretamente à manutenção da dominação de classe e à subjugação da classe trabalhadora ao capital. O sindicato passa a ser mais vantajoso – para os partidos e organizações políticas da ordem burguesa que atuam no Sepe –, servindo como um comitê eleitoral permanente. O ciclo bianual das eleições municipais e presidenciais toma todo o tempo das direções sindicais e de seus apoiadores na base da categoria. O trabalho sindical levado por essas organizações reformistas no Sepe, nessas últimas quatro décadas, as quais fizemos referência acima, tem servido tão somente para exercer o necessário controle sobre os trabalhadores da escola, os quais devem se manter docilizados frente aos governos e, de preferência, distantes do seu sindicato, que se atola cada vez mais no pântano da institucionalidade parlamentar.

III- CONCEPÇÃO SINDICAL E PLANO DE LUTAS

Burocratização leva Sepe a conciliar com governos

A burocratização dos sindicatos ocorre quando esses órgãos de representação e de luta das diferentes categorias de trabalhadores são transformados em escritórios, ou até mesmo em gabinetes eleitorais de partidos políticos, como resultante da conciliação entre trabalhadores e governos (patrões).

Quando isso acontece, os interesses das categorias que esses órgãos deveriam representar são postos em segundo plano, priorizando-se, na maior parte das vezes, os objetivos eleitorais e governamentais dos partidos que passaram a ter controle sobre as direções dos sindicatos.

Esse processo de burocratização pode chegar a tal ponto que, em certas conjunturas o sindicato passa a funcionar como uma secretaria de Estado, um órgão de governo. Este nível de conciliação, ao qual o Sepe está próximo, a base da categoria passa a ser vista como um corpo de funcionários e a direção sindical, como chefia.

A burocratização distingue-se do aparelhamento porque, neste último caso os partidos políticos passam a atuar e, até mesmo, a se colocar à frente dos sindicatos para potencializar as lutas das diversas categorias dos trabalhadores, levando-as ao limite de suas possibilidades, fazendo com que alcancem o horizonte dos interesses de classe.

A única forma de evitar que isso aconteça e de acabar com a burocratização é a intervenção política organizada, no interior da luta interna dos sindicatos. Urge a necessidade de instalarmos o programa sindical proletário que almejamos, de luta, enfrentamento e de independência com os governos. Para isso, teremos que derrotar a atual política de conciliação e docilização levada pelos partidos e organizações reformistas no interior dos sindicatos brasileiros.

O Sepe surgiu, ainda na ditadura militar, em 1977, ungido pelo programa democrático-burguês-eleitoral que tomara conta da esquerda brasileira no processo de redemocratização, na esteira do novo sindicalismo do ABC, da fundação da CUT e do PT e do fim da clandestinidade. A tese

que vigora, desde a primeira metade dos anos 80 do século passado e ainda hoje, de que a esquerda tem que disputar o parlamento com a direita, fracassou e vem, cada vez mais, se mostrando danosa aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora brasileira.

A atual situação na qual se encontra o maior sindicato de servidores públicos do Rio de Janeiro e um dos principais sindicatos deste país, deve ser compreendida pelos trabalhadores da educação deste estado como um impasse entre a vida e a morte de suas expectativas, sejam imediatas – salário, plano de carreira, jornada, condições de trabalho, formação sindical –, ou históricas – disputa pelo poder, políticas educacionais, correlação de forças entre trabalhadores e governos, formação política, luta interna.

A conciliação da direção estadual do Sepe com os governos é, hoje, concreta e aberta. Ficou para trás, num tempo remoto, o sindicato temido pelos governos estaduais e municipais. Agora, os governantes zombam dos seus dirigentes, fazendo-os esperar horas a fio por qualquer vã audiência para dialogarem com quadros terciários dos governos. Uma grave humilhação. Ainda assim, tomam essas vis audiências como vitória.

Já passou, e muito, da hora da virada, precisamos derrotar a atual política sindical do Sepe. Os trabalhadores da escola pública precisam virar a mesa e expurgar da direção do nosso sindicato estes militantes acovardados e oportunistas, que almejam cargos na estrutura do estado burguês. Algumas e alguns desses trabalhadores iniciam sua militância honestamente, querendo transformar as coisas, mas logo se agarram às oportunidades a elas e a eles oferecidas pelas organizações e partidos políticos aos quais se vinculam, fortalecendo a conciliação e diluindo a consciência de classe.

O sentido da luta jamais será o mesmo, entre nós e a atual direção do Sepe e seus apoiadores, por mais que as reivindicações de ambas as partes sejam as mesmas. A análise que fazem dos governos e das relações sociais burguesas são sedimentadas sobre o veio teórico que fundamenta o liberalismo e, por isso, suas proposições são sempre marcadas pelas teorias pós-modernas, que impedem os próprios militantes de acessarem a realidade, sob o ponto de vista dos interesses próprios dos trabalhadores da escola.

Sendo assim, somente para efeito de ilustração, não é possível conciliar, por exemplo, o método histórico da classe trabalhadora para derrotarmos a reforma do ensino médio, com a proposta da direção do Sepe e da maioria absoluta dos setores sindicais vinculados à educação, em todo o Brasil. Eles abandonaram a independência de classe e propõem que o governo federal revogue a reforma, sem mesmo realizar um pequeno esforço para analisar o que, de fato, significa o novo ensino médio, dentro da proposta capitalista da chamada Revolução 4.0, como estamos analisando no item a seguir.

E isso vale para toda a pauta de reivindicações da rede estadual e de todas as redes municipais, desde as reivindicações mais simples, como as condições de trabalho no interior da escola como plano de carreira e políticas educacionais que visam sempre a desmobilização sindical dos trabalhadores, para a preparação da escola pública para a ampliação da sua privatização, a minimização da transmissão do conhecimento humano e o arrocho salarial e a desregulamentação das relações de trabalho.

IV- POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Política de educação prepara trabalhadores para tragédia do Século XXI

Por que devemos, por exemplo, reivindicar a revogação da reforma do ensino médio pelo gover-

no Lula, se o Ministério da Educação, como era de se esperar, já está na mão das grandes corporações nacionais e internacionais? A ONG empresarial Todos pela Educação, criada no segundo mandato de Lula, em 2007, vinha desde então se firmando como referência técnica e política na educação nacional, em detrimento do legítimo e histórico posicionamento teórico e político dos sindicatos do setor educacional e da academia.

Camilo Santana não foi conduzido ao cargo de ministro da educação para acomodar aliados, mas sim, para garantir ao PT, partido do qual é quadro, postos estratégicos no governo, como é o caso da fazenda, casa civil, relações institucionais, AGU, secretaria geral, desenvolvimento social, trabalho, comunicações, além de cargos estratégicos também nos segundo e terceiro escalões.

O PT está comprometido com o capital. Seu ministro da educação já declarou que não vai revogar a reforma do ensino médio, na linha da política empresarial da educação, lastreada pela política em Sobral, o que Luis Carlos de Freitas chama de sobralização da educação, ou seja, meritocracia, privatizações e avaliações em larga escala, como mecanismo de resposta ao mercado internacional, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que serve como escala que orienta a Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na busca de melhores posicionamentos de Estados-Nação, prontos para se enquadrar na lógica de expansão, centralização e concentração do capital.

Como um dos produtos dessa dinâmica, o Estado brasileiro se apresenta como garantidor da formação das próximas gerações de jovens, adequados às exigências de um mercado cada vez mais flexível e impulsionado pelo funcionamento da chamada Revolução 4.0. Trata-se de uma nova lógica de reestruturação da produção e das relações de trabalho que prima pela robotização, automação, pela IA, em detrimento, inclusive, da exploração da força de trabalho, principal usina de produção da sua lucratividade. Haja vista, a extração da mais valia somente ser possível se realizar no processo de exploração do trabalho vivo.

Frente a essa conjuntura, na qual, os apologetas do capital propagam a retórica de que vivemos na chamada 'sociedade da informação', as políticas educacionais são submetidas à ideologia da individualização como única saída frente ao avanço do desemprego estrutural.

Como consequência, assumir a postura de um trabalhador flexível significa, neste contexto, se enquadrar aos comandos dados pelo mercado, na mesma medida em que a classe trabalhadora fica submetida à lógica fragmentadora, sobre a qual se desenvolve a ideologia da competitividade de todos contra todos, contribuindo para a diluição da consciência de classe.

O que não se pode perder de vista é o fato de que o avançado processo de descarte da força de trabalho humano, aumento exponencial da robótica, do trabalho informatizado, associado à Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) compõem um quadro necessário ao capital, na busca pelo equilíbrio das suas taxas de lucro. Processo este já apontado por Marx e Engels, que se aprofunda na atual fase do capitalismo, na medida em que, trabalho vivo é cada vez mais substituído por trabalho morto (robôs, máquinas, IA, internet das coisas etc.).

Associada às tecnologias próprias desta Revolução 4.0, o Brasil vem se enquadrando desde pelo menos, o início da segunda década do século XXI, reconfigurando, via reformas trabalhistas, previdenciárias, educacionais, a classe trabalhadora brasileira. Este deve ser o ponto de partida para se compreender o que leva o Estado brasileiro à aprovação do novo ensino médio.

Essa política diz respeito a pelo menos dois aspectos principais, que devem ser aqui destacados: 1º) A preparação de uma geração ideologicamente adequada às condições de precarização,

associado ao desemprego total, naturalizando-o; e 2°) Aspecto que está associado ao primeiro, que sustenta uma subjetividade nesta geração ao acreditar que a busca por competências técnicas que o transforme em 'empreendedor' poderá livrá-lo da grande tragédia que o capitalismo do século XXI nos reserva.

Tragédia esta que já se expressa na ampliação da miséria, em todo o planeta, na devastação irrecuperável do meio ambiente, associados a níveis avançados de exploração humana. Condições que retornam a práticas capitalistas aparentemente dispensáveis, como, só para ilustrar, o trabalho análogo à escravidão.

Esta síntese está contida na política preparada por Michel Temer, aprofundada e levada à concreticidade da escola pelo governo Bolsonaro, a qual recebe o nome de 'Novo Ensino Médio (NEM)'. Que fique explícito que não se trata de uma política, nem deste, nem daquele governo. Mas, sim, de uma política de Estado. É aí que se encontra a grande muralha colocada para o Governo Lula/Alkmin.

Os trabalhadores da educação têm por obrigação realizar uma análise concreta da realidade concreta, como nos ensinou Lênin. Portanto, na atual conjuntura, seria ingênuo considerar que este governo romperá os poderosos diques que impedem o desenvolvimento – ainda que no campo da socialdemocracia – de uma formação humana omnilateral e voltada aos interesses da humanização da humanidade.

A análise política do governo em questão deverá, então, responder: o Governo Lula/Alkmin terá determinação e compromisso com a classe trabalhadora e seus filhos, para romper com as forças do capital, não somente que votaram em Lula, mas que pertencem ao governo?

V- REFORMA ESTATUTÁRIA

Nome deve expressar o que somos

Os símbolos com os quais trabalhamos para defender nossas posições proletárias e atuar na luta de classes, na guerra ideológica travada contra nós pela burguesia para nos acorrentar, têm que expressar o conteúdo ideológico e político da identidade social na qual se originou o proletariado, forjado na luta entre as classes que formam as relações sociais capitalistas. Daí não cairmos no senso comum do profissional liberal, que pasteuriza a nossa própria identidade. Somos a representação da classe trabalhadora, portanto, trabalhadores, e não profissionais. Por isso, propomos a mudança do nome do sindicato para: Sindicato Estadual dos Trabalhadores da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SETERJ)

Cargo em comissão deve suspender filiação

O Art. 9°, deve ter seu Item III alterado: "suspensão automática dos direitos políticos dos filiados que assumirem cargos de confiança nos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, inclusive os diretores-interventores de escolas que não realizarem eleição interna para a legitimação do seu nome";

ASSINAM ESTA TESE:

1. ADRIANA MOTTA DE SOUSA - EM VIRGÍLIO DE MELO FRANCO/CAPITAL
2. ALEXANDRE TAVARES DO NASCIMENTO LIRA - CE INFANTE DOM HENRIQUE
3. ANA CAROLINA DE CANTUÁRIA MOREIRA - EM MARANHÃO/CAPITAL
4. ANA CAROLINA LOBO TERRA ROSA - NÍVEL CENTRAL/CAPITAL
5. ANTONIO PEDRO FERNANDES - EE PROFESSORA LUIZA HONÓRIA DO PRADO/SÃO GONÇALO
6. BRUNO SAMPAIO - EM ACRE/CAPITAL
7. CARLOS DITTZ CHAVEZ – CE JOÃO ALFREDO E EM ARAÚJO PORTO ALEGRE/CAPITAL
8. CARLOS MARCELO DA SILVA - E.M. ANAÍDE PANARO CALDAS (CIEP 469) E C. E. ALMTE BARÃO DE TEFFÉ/SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
9. CARLOS MARTINS – C. E. ANDRÉ MOURAIS/CAPITAL
10. CLAUDIA MARIA MANOEL DE OLIVEIRA - APOSENTADA REDE ESTADUAL
11. DANIEL GRANJEIA - CE ANTÔNIO HOUAISS
12. DANIELA MACHADO - EM PEQUIÁ/SÃO PEDRO D'ALDEIA E EM JARDIM IPITANGAS/SAQUAREMA
13. DERVI FELIPE DE SOUZA - EM RAUL VEIGA/SÃO GONÇALO
14. EDILÂNE LAURIANO GOMES DOS SANTOS - EM PROFESSOR JOSÉ PINTO DE SOUSA/SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E DIRIGENTE NÚCLEO SEPE PÁDUA
15. EDUARDO GIARDINI - APOSENTADO REDE MUNICIPAL DA CAPITAL E SUDERJ
16. GENÉSIO PAULO DE OLIVEIRA JUNIOR - CE ANTÔNIO HOUAISS E EM MARANHÃO/CAPITAL
17. GEOVANO SANTOS DA FONSECA - CE TRASILBO FILGUEIRAS/SÃO GONÇALO
18. GRACIANA SILVA BARBOSA - EM JUDITH MACHADO DE BUSTAMANTE/SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
19. JANSEN CONCEIÇÃO CUNHA - CE ALMIRANTE BARÃO DE TEFFE E CE JOÃO MAURÍCIO BRUM/SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
20. JONAS HENRIQUE ALMEIDA DA SILVA - CE FIGUEIRA E EM ISAÍAS ALVES/CAPITAL
21. JOSÉ CARLOS LIMA DE SOUZA – PEJA-EM THOMAS MANN/CAPITAL
22. JOSÉ CARLOS PEIXOTO DE CAMPOS - ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ADOLPHO BLOCH/FAETEC E ESCOLA MUNICIPAL CÉLIA RABELO/DUQUE DE CAXIAS
23. JULIANA FERREIRA DA CRUZ - CRECHE MUNICIPAL DOM WALDYR CALHEIROS/BARRA MANSA E CRECHE MUNICIPAL IZABEL FERREZ DA SILVA/SAPUCAIA E DIRIGENTE NÚCLEO SEPE PÁDUA
24. LAFÂNIA DA SILVA MENDES – CM PROFESSOR NILDO CARUSO NARA/ITAOCARA
25. LAURA MARIA GOMES REZENDE - EM JOÃO FELICIANO/PIRAÍ
26. LECIONE DIAS NEY BOM - CM DR. LEMANT DECNOP/SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E EM PROFESSORA MARIA DE LOURDES ANTUNES CAMPOS/SÃO JOSÉ DE UBÁ
27. LEONARDO DA SILVA COREICHA - EM BARCELONA/CAPITAL
28. LÚCIA DEIRÓ - APOSENTADA/REDES MUNICIPAL DA CAPITAL E ESTADUAL
29. LUCIANA ANASTÁCIA A. DE FREITAS - EM PADRE MANOEL/SAQUAREMA
30. LUCIANA SOARES - EM PASTOR MIRANDA PINTO/CAPITAL
31. LUCIANA ARAÚJO DA SILVA PEREIRA – APOSENTADA/SÃO GONÇALO
32. LUCINETE ARAÚJO PEREIRA – APOSENTADA/SÃO GONÇALO
33. LUÍS CÉSAR NUNES - CES-CEJA E EM ARAÚJO PORTO ALEGRE/CAPITAL
34. LUIZ FRANCISCO DOS SANTOS ALVES DA CUNHA - E/1A CRE
35. LUIZ SERGIO BARBOZA CEZAR - APOSENTADO - REDE ESTADUAL/CE VISCONDE DE CAIRU
36. LUMIAR BAKER - EM CEARÁ/CAPITAL
37. MARCELO FILIPPI VIEIRA - EM GUSTAVO ARMBRUST/CAPITAL
38. MARCELO WERNECK GUIMARÃES - EM BEATRIZ ELIANE CORDEIRO SANTOS/SEMED/SÃO GONÇALO
39. MARIA APARECIDA DA SILVA VIEIRA - CE PROFESSORA JEANNETTE DE S. C. MANNARINO
40. MARIA CLARA PECORELLI - APOSENTADA
41. MARIA HELENA PACHECO - APOSENTADA REDE MUNICIPAL DA CAPITAL
42. MARIA LAURA ORLANDO - EM LONDRES/CAPITAL
43. MARÍA REGINA HASTENREITER TAVARES - EM BENTO RIBEIRO/CAPITAL
44. MARIANA FERREIRA DA CRUZ - EM ARCANJO ANTONIO LOPES/REDE MUNICIPAL PARAÍBA DO SUL
45. MARLI BERRETARI - CE ANTÔNIO HOUAISS
46. MARTHA REGINA PESSÔA CÔRTES DIAN - EM ELIETE MUREB DE ARAÚJO GOES/BÚZIOS E DIRIGENTE NÚCLEO SEPE LAGOS/BÚZIOS
47. MIGUEL LUIZ FERREIRA SOARES - CIEP BRIZOLÃO BRASIL FRANÇA/NITERÓI.
48. MURILO MARCELINO DA SILVA - CE MARQUES DOS REIS
49. PAULO ALEX SOUZA MELO DA SILVA – E. M. GUILHERME DE MIRANDA SARAIVA E C. E. ANTONIO FRANCISCO LEAL/ITABORAÍ
50. RAFAEL FIAUX - EM CEARÁ/CAPITAL
51. RENATA CARVALHO - EM JOÃO KOPKE/CAPITAL
52. RENATA AZEVEDO LIMA LIRA - EM LAUDIMIA TROTTA/CAPITAL
53. RENATO GONÇALVES PEREIRA – COLÉGIO ESTADUAL DE MAGÉ
54. ROBERTO ALVES SIMÕES - CE JOÃO ALFREDO/APOSENTADO DA CAPITAL E DIRIGENTE NÚCLEO SEPE PÁDUA
55. ROSE CASTRO - EM CEARÁ/CAPITAL
56. ROSILEIA ZACARIAS DA VEIGA - EM JOÃO FELICIANO/PIRAÍ
57. SÉRGIO PAULO CUSTÓDIO VIANNA DA SILVA - EM MARANHÃO/CAPITAL
58. SÔNIA APARECIDA MONTEIRO DE OLIVEIRA - CRECHE MUNICIPAL IZABEL FERREZ DA SILVA/ SAPUCAIA
59. SONIA MARIA SIQUEIRA TROTE - CE VISCONDE DE CAIRU/APOSENTADA
60. TÁSSIA SIMÕES DA COSTA SILVA - EM AURELIANO MARTINS DOS SANTOS/SÃO PEDRO D'ALDEIA E EM JARDIM IPITANGAS/SAQUAREMA
61. TIAGO MANASFI FIGUEIREDO – EM PEDRO BAPTISTA DE SOUZA E EM JOÃO MAURÍCIO BRUM/SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
62. VALÉRIA HERMES ZUQUIM - APOSENTADA REDE MUNICIPAL DA CAPITAL
63. VIVIANE FERNANDES - CE VISCONDE DE CAIRU
64. WAGNER CHAGAS DE MENEZES - E/1A CRE
65. WALDEMIRO LINS DE CASTRO - APOSENTADO REDE MUNICIPAL DA CAPITAL E SUDERJ
66. MARCOS JOSÉ DA SILVA - C. E. CARLOS ARNOLDO ABRIZINNI DA FONSECA/CAPITAL

QUANTO MAIS A GENTE LUTA, MAIS A LUTA NOS EDUCA!

Se os poderosos senhores,
impõem-nos à força bruta,
silêncio pras nossas dores
e dor pra nossa labuta.
Não calam os educadores.
Só educa quem reluta!
Quanto mais a gente luta,
mais a luta nos educa!
Aprendi em movimento,
que quem pára se amputa.
E é vão o conhecimento,
que não espelha a conduta.
Educa-se o pensamento,
sendo parte na disputa.
Quanto mais a gente luta,
mais a luta nos educa.
Se a luta é educadora,
então que ela repercuta.
Contra a mão opressora,
que a educação refuta.
Que a classe trabalhadora,
una-se toda em luta!
E quanto mais a gente luta,
mais a luta nos educa.

(Jonathan Mendonça, base do SEPE Rio das Ostras - SEPE na Luta Educadora.)

1- INTRODUÇÃO

Estamos aqui no XVI CONSEPE reunidos para avaliar, debater e construir propostas frente aos problemas que a classe trabalhadora enfrenta hoje no Brasil e em especial no Estado do Rio de Janeiro e em seus municípios, certos de que continuamos em uma importante encruzilhada histórica.

Somos profissionais da educação de diferentes partes desse Estado e de Municípios governados pela lógica do capital, pela política de endividamento, de isenções fiscais e prioridade às empreiteiras, ao agronegócio e aos banqueiros, predadores dos biomas, da natureza e da vida. Somos Funcionárias/os, Professoras/es, ativas e Aposentadas/os que estão no SEPE da greve de 1979 às Greves Pela Vida de 2020/2021, na luta diária por uma sociedade radicalmente livre e democrática, com segurança para todas/os, para que a aposentadoria de um servidor seja digna, garantindo qualidade de vida para quem trabalhou durante toda a vida pela educação. Lutamos por saúde, educação e cultura para todas e todos e por escolas democráticas, libertadoras, sem racismo, machismo, LGBTfobia ou qualquer outro preconceito. Lutamos para uma construção real de um campo no qual possamos realmente defender uma saída política pela esquerda para a brutal crise política, social, ambiental e econômica em que estamos mergulhados. O SEPE como um espaço formador da categoria e aglutinador das lutas com outros movimentos sociais precisa ser retomado! É preciso construir um projeto alternativo de educação pública, gratuita, laica, inclusiva e emancipatória para todas e todos.

2. CONJUNTURA

1. Um dos aspectos mais importantes do momento histórico que nos últimos anos vem caracterizando os países centrais do capitalismo (com inflexões em muitos países periféricos) é sem dúvida a emergência do neofascismo como força política e social. Há quase uma década ,a Europa vem sendo palco crescente desse abominável projeto pois ele é xenófobo, autoritário, racista e discriminatório. São inúmeros atos, ataques e até assassinatos sobretudo a refugiados e imigrantes africanos e asiáticos e minorias étnicas, impondo pautas moralistas e reacionárias.

2. O neofascismo também encontra grande capilaridade política ,sendo em muitos países ,a segunda ou terceira força política (França, Alemanha, Dinamarca, Áustria) ou mesmo liderando governos como no caso da Hungria com Vicktor Orban (no poder desde 2010), na Polônia e mais recentemente na coalizão de extrema direita que elegeu a primeira Ministra Giorgia Meloni, então líder do partido Irmão da Itália que reivindica o ditador Benito Mussolini , não coincidentemente seu slogan de campanha era "Deus, pátria e família".

3. O neofascismo é ainda parte fundamental da Guerra na Ucrânia que completou um ano e já é o maior conflito militar desde a Segunda Guerra Mundial. Tanto no lado ucraniano como no russo, há a significativa participação de milícias de extrema direita.

4. Na América Latina, apesar da onda conservadora que levou à eleição de vários governos de direita ou da crise política patrocinando golpes - como foi na Bolívia a destituição de Morales e recentemente no Peru com a destituição de Pedro Castillo do governo - ,houve enormes exemplos de resistência popular, da juventude, da negritude e indígenas nas ruas e também no apoio que deram à eleição de governos de frente popular que, com todos os seus limites e contradições, são vistos como portadores de uma agenda de direitos em favor da maioria social. Na Venezuela ,a resistência do governo Maduro diante das tentativas de derrubada do regime por parte do imperialismo, apesar da crise social, ainda preserva conquistas populares. No México, a vitória de Obrador deu fim a 90 anos de governos e partidos conservadores. Na Argentina, a eleição de Alberto Fernandes foi uma resposta popular a política privatista e de ataque aos direitos da população. Destaca-se o movimento de mulheres como o Maré Verde e "Ni una a menos", na luta pelos direitos de gênero e contra o feminicídio. No Chile, a vitória de Boric é fruto da expressão da luta do "Estallido social" de 2019 ,protagonizadas pela juventude e o povo trabalhador que desafiaram a violenta repressão do exército e conseguiu aprovar um plebiscito histórico para revogação da Constituição herdada pelo governo militar de Pinochet na qual o Estado não assegurava a prestação de serviços básicos. Finalmente, na Colômbia histórica vitória da esquerda com Petro (ex-militante da insurgência armada) e de Francia Marques, sua vice, mulher negra e militante de direitos humanos em um dos países que se tornou, nos últimos 30 anos, uma "narco República" perseguindo e eliminando qualquer oposição a sua política. Esses são importantes exemplos de que vivemos em um novo momento político no continente.

5. A vitória eleitoral de Lula, mesmo com uma diferença estreita de votos, foi uma grande vitória política para o povo trabalhador e para assegurar as liberdades democráticas dos ataques e do projeto golpista de Bolsonaro. Isso é inegável. Mas em nada a derrota eleitoral de Bolsonaro representou a derrota do bolsonarismo e sua base mais extremista, neofascista. Enquanto o bolsonarismo mantiver influências de massas, articulação com milícias armadas e penetração nas instituições de Estado, em particular nas Forças armadas e policiais, o perigo continuará vigente.

6. No dia seguinte à vitória de Lula nas urnas, já houve uma resposta organizada do projeto golpista que foram os bloqueios de caminhoneiros em estradas federais. Em seguida, bolsonaris-

tas em todo o país, passaram a ocupar a frente de quartéis com reivindicações golpistas, numa espécie de QGs do neofascismo. Era o "ensaio geral" para a semi-insurreição de 8 de janeiro de 2023. Repetindo a ação no Capitólio nos EUA, o governo Lula, logo no início de seu mandato, foi alvo de uma tentativa de golpe, com a invasão bolsonarista aos Três Poderes com clara conivência de todas as autoridades do exército, do comando da PM de Brasília e do próprio governador do Distrito Federal. A posse de Lula foi marcada por um grande simbolismo com a enorme participação popular desafiando o medo de que pudesse haver um atentado, disseminado pelos extremistas bolsonaristas.

7. Agora a tarefa colocada é uma combinação de dois movimentos: sermos implacáveis com o neofascismo, sem anistiar os golpistas, e realizar medidas econômicas e sociais para melhorar a vida do povo trabalhador.

8. Mas não temos ilusão. A nomeação dos ministros confirmou o caráter de frente ampla do novo governo, já evidente na indicação de Alckmin para vice, nome de confiança da classe dominante. Trata-se, portanto de um governo de conciliação de classes, formado por representantes da esquerda e dos movimentos sociais e também por lideranças da direita e nomes ligados ao grande empresariado e por lideranças de partidos de direita como MDB, União Brasil, PSD, entre outros, que estiveram na articulação do golpe contra Dilma e contrários a diversos pontos do programa defendido pelos movimentos sociais que elegeram Lula. Dessa forma, o mesmo governo que tem Silvio de Almeida, Sonia Guajajara e Anielle Franco (nomes de esquerda e referências para a luta antirracista e indígena - movimentos que foram protagonistas na resistência ao governo Bolsonaro), tem também José Múcio (de direita e amigo de generais golpistas), Daniela do Waguinho (ligada à milícia fluminense) e Carlos Fávaro (representante dos poderosos do agronegócio).

9. Estaremos apoiando, medidas urgentes para melhorar a vida do povo com as promessas feitas por Lula durante a campanha. Nesse sentido, fez bem Lula em garantir, por meio da PEC da Transição, o Bolsa Família de R$600,00 com adicional de R$150,00 por criança. Entretanto, errou em não garantir aumento real do salário mínimo desde janeiro para fazer frente à inflação acumulada. Os movimentos sociais seguem na luta pela efetivação de suas pautas: financiamento barato para que os agricultores possam produzir e vender; educação pública de qualidade em todos níveis; um SUS com estrutura e recursos adequados, assim como gás, energia e alimentos mais baratos; avanços nas políticas antirracistas, a começar pelo fim do genocídio da juventude negra nas periferias e favelas; acesso à moradia de qualidade e alívio de suas dívidas com os bancos para a população mais pobre e periférica; igualdade de genero em todas as áreas e o combate à discriminação e violência das mulheres e LGBTQI+; direito pleno dos povos originários às terras e a preservação do meio ambiente.

10. Contudo, sabemos que nada disso será possível sem enfrentar os privilégios das elites. Os grandes capitalistas desejam seguir pagando quase nada de imposto sobre seu patrimônio, renda e lucros. Não aceitam o aumento do salário mínimo e de recursos para as áreas sociais. Querem mais privatizações. Pretendem continuar contratando trabalhadores da forma mais precária possível e com baixos salários. Objetivam continuar usando o racismo e o machismo para manter o elevado patamar de exploração. Querem seguir ganhando dinheiro com atividades que destroem o meio ambiente. E insistem na manutenção da autonomia do Banco Central e de uma taxa de juros absurda, que faz a festa dos banqueiros, mas estrangula o crescimento econômico.

11. Uma grande aliança foi importante para a vitória de Lula, mas ela impõe limites para o governo. A participação de setores da burguesia no governo é um grande obstáculo para a revogação do Novo Ensino Médio, para a taxação das grandes fortunas, contra a dívida pública, para a revogação da reforma trabalhista, da previdência, etc.

12. De modo que seria um equívoco uma postura passiva da esquerda, dos movimentos sociais e dos sindicatos. É necessário organizar a luta nas bases e realizar um processo de disputa ideológica junto ao povo trabalhador e oprimido, partindo de suas demandas mais sentidas. Apostar, portanto, na mobilização popular, apoiando-se na ampla maioria da população que esteve com Lula nas eleições. Só essa maioria social tem condições de combater o bolsonarismo e neoliberalismo que o gerou.

3 – POLÍTICA EDUCACIONAL

A educação formal oferecida pelo Estado, por meio das escolas públicas, é determinada por intensas disputas que refletem a própria luta de classes. Longe de ser um espaço neutro, é inerente a ela ser síntese e gérmen das ideologias que disputam a hegemonia na sociedade. Assim, os educadores organizados que entendem a educação a partir de um ponto de vista emancipatório e com potencial de superação do sistema capitalista de produção vêm historicamente combatendo as tentativas de apropriação desse espaço pelas classes dominantes, sendo um dos maiores desafios a construção de um sindicato fortalecido.

Ciente da importância que a educação tem na garantia da reprodução do capital, os empresários investem na ideia de que a escola pública deve ser um espaço prioritário de intervenção e aplicação de suas políticas. A parceria entre o Estado e as classes dominantes, que começa nos anos 90 e se acentua com as políticas de conciliação de classes dos governos PT, demonstra a subserviência dos governos locais ao grande capital. Diversas das medidas adotadas resultam da cartilha de agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que condicionam o apoio econômico à implementação do receituário burguês para a formação dos filhos e filhas da classe trabalhadora.

Assim, podemos entender que as políticas públicas implementadas na educação nas três últimas décadas no Brasil e na maior parte do mundo são desdobramentos dos movimentos da classe dominante em escala internacional no sentido de reconfigurar a maneira como a formação escolar da classe trabalhadora se adequa às necessidades de exploração da mais valia. Esse movimento não é novo, pois sendo o capitalismo sujeito a crises estruturais, cada ciclo de acumulação demanda um tipo de trabalhador adequado aos seus objetivos imediatos e é a escola o espaço ideal para que se desenvolva a sociabilidade burguesa no seio das camadas mais empobrecidas da sociedade, para além de se formarem as competências básicas para o desenvolvimento cognitivo e comportamental para o mercado de trabalho.

Essa sociabilidade em grande medida é a responsável por pregar o ideal do individualismo e do empreendedorismo como as grandes saídas econômicas para a pobreza. Não à toa ,os projetos de responsabilidade social das grandes empresas que formulam políticas para a educação no Brasil – como a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, etc – defendem que cabe à cada um, individualmente, encontrar as chances para o próprio sucesso material, desestimulando a cooperação, o senso de comunidade e, sobretudo a compreensão de que a origem da desigualdade entre nós é o capitalismo.

O golpe de 2016 foi um divisor de águas na correlação de forças entre as classes no país. Com

os governos Temer e Bolsonaro, se consolidou a formação de uma extrema direita organizada na política brasileira e acelerou-se a execução do plano ultraliberal de reordenamento profundo do Estado brasileiro e das diretrizes econômicas e repressivas com o objetivo de acabar com os poucos direitos e políticas de proteção social existentes. Medidas de austeridade como redução de gastos públicos e de direitos trabalhistas geraram aumento do desemprego, da fome e depredação do meio ambiente.

Passamos por enormes retrocessos políticos, educacionais e jurídicos durante este período, bem como a criminalização dos movimentos sociais. Enfrentamos uma disputa cultural sem precedentes com o descrédito de vacinas com a morte de 700 mil pessoas e a volta do "Terraplanismo". Escola Sem Partido, Homeschooling e corte de milhões no orçamento para a educação pública representam as medidas desse campo político para educação.

Segmentos da classe dominante têm se fortalecido com o discurso moralista e conservador e se organizando em movimentos que sistematicamente censuram a liberdade pedagógica dos educadores.

Além disso, a educação tornou-se um dos setores que mais lucra, aguçando, ainda mais, a cobiça dos empresários para controlar este nicho com atuação conjunta com o MEC, CNE e Secretarias de Educação. Essa frente tem sua maior expressão no "Todos Pela Educação" que, infelizmente, também tem assento na construção e debates das políticas educacionais junto ao MEC do atual governo. Querem se apropriar de recursos públicos através das parcerias público-privadas, além do próprio gerenciamento das escolas e fornecimento de "serviços" como consultoria, treinamentos, avaliações e venda de materiais didáticos.

Vivenciamos o aprofundamento, cada vez maior, do processo de precarização do trabalho docente, expropriação de conhecimento, retirada da autonomia pedagógica, desmantelamento dos Planos de Cargos e Salários e do poder aquisitivo com o aumento da uberização com as terceirizações.

Imposto pelo governo Temer, por meio de uma medida provisória e sem diálogo com a comunidade escolar ou especialistas, o Novo Ensino Médio baseia-se na flexibilização do currículo, com diminuição dos conteúdos básicos e na ideia de que os estudantes teriam "livre escolha" de áreas do conhecimento. Contudo, são as secretarias de educação que passarão a definir as áreas de formação de cada unidade escolar, o que provocará o deslocamento forçado de estudantes que se interessem por determinadas disciplinas e a diminuição de carga horária de formação comum (apenas matemática, português e inglês serão comuns aos três anos). Além disso, há municípios com apenas uma ou poucas escolas que não conseguirão ofertar todos os itinerários formativos e diversos professores ficarão obrigados a lecionar matérias de fora de sua área de conhecimento. É estabelecido a partir dessa Medida Provisória o chamado notório-saber que permite que trabalhadores não licenciados atuem como professores nas áreas de formação. Com o Novo Ensino Médio, intensifica-se o dualismo estrutural, onde oferta-se uma formação precária pública e aligeirada para os filhos da classe trabalhadora e um preparo privado para o ensino superior para os setores mais abastados.

Com essa contrarreforma avança a privatização da escola pública em consonância com as orientações do Banco Mundial e do FMI, permitindo que que empresas privadas captem recursos e fundos públicos, promovendo a concessão da gestão e serviços das escolas públicas às OS's (Organizações Sociais, ONG's, etc).

A contrarreforma ataca diretamente a escola pública onde os filhos/as da classe trabalhadora estudam, assim como, dificulta cada vez mais o ingresso da população de baixa renda na uni-

versidade, aumentando as desigualdades . Esta reforma caminha em sintonia com as reformas da previdência, trabalhista, administrativa e Emenda Constitucional nº95 que congelaram por vinte anos os investimentos públicos em Políticas Sociais, inclusive na educação. A revogação desta reforma é urgente e necessária.

Uma outra esfera da investida desses setores bem perceptível é no avanço das escolas cívico-militares. Desde os anos 2000, este modelo de escola vem ocorrendo em todos os estados, assumindo formas distintas em cada estado ou município. Jair Bolsonaro, assim que assumiu a presidência em 2019, estabeleceu a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no Ministério da Educação e a partir do Decreto Nº 10.004, lançou o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, federalizando o processo de militarização das escolas brasileiras. No programa, é difundido valores e concepções meritocráticas, sendo a avaliação dos alunos realizada, calculada e medida em pontos, estabelecendo um ranking entre os "melhores alunos", inclusive pontuando a disciplina.

No que tange à Educação Especial no Estado e municípios, principalmente no Rio de Janeiro, há vários desafios que dificultam o acesso à educação inclusiva e de qualidade para os estudantes com deficiência.

Um dos principais desafios é a infraestrutura precária, visto que muitas escolas não possuem acessibilidade para estudantes com deficiência, como rampas, corrimões, banheiros adaptados, salas de aula adequadas e equipamentos específicos, dificultando o acesso desses alunos à educação.

Além disso, é necessário concurso público para mediadores (AAEE, Cuidadores Educacionais, outros) e um programa formação e valorização dos professores, e demais profissionais que lidam com estudantes portadores de deficiência para que possam atendê-los da forma como merecem, visto que estes profissionais que em pouco tempo estão adoecendo e se afastando por licenças médicas ou mesmo abandonando a educação especial.

A inclusão escolar é um direito garantido por lei, mas muitas vezes não é assegurado no Estado do Rio de Janeiro e nos municípios, que não oferecem atendimento educacional especializado, deixando de lado muitos estudantes com deficiência que acabam ficando em casa ou são obrigados a recorrer a escolas privadas.

Esta e outras pautas de luta que estão no horizonte dos educadores exige organização e coesão, pois os ataques acontecem em várias frentes: ideológica, pedagógica e econômica. Fortalecer o sindicato não é mais uma opção ,é a sobrevivência da própria carreira docente autônoma e valorizada. E para fortalecer o SEPE, é necessário criticar aquilo que historicamente vem desmobilizando a luta em direção à superação das suas contradições internas. Mais que pensar apenas nos aspectos superficiais da organização sindical, é preciso refletir sobre a função de um sindicato de luta quando o próprio mundo do trabalho está em franca transformação cabendo ao sindicato mobilizar, estimular e construir a luta classista a fim de transformar a nossa categoria em classe para si, consciente de sua posição no mundo da produção e apta a transformar a sua própria realidade. Em tempos de crise climática que ameaça a vida humana na Terra - que pelo racismo ambiental já atingem nossas comunidades periféricas -, nossa resposta deve ser a organização coletiva que irá arrancar alegria do futuro, garantindo o bem viver e a superação das opressões e das explorações de seres humanos e da natureza.

Nesse sentido, o SEPE pode e deve ser protagonista de um chamado à unidade de todos os sindicatos da educação junto às entidades estudantis, movimentos sociais, comunidade escolar e toda a sociedade pela luta e defesa por uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de

qualidade social, em todos os níveis, como um direito social, universal e contra a mercantilização. É fundamental a (re)construção de um espaço para ampliar o debate com os movimentos sociais e populares e entidades acadêmicas para fortalecer a luta pela elaboração coletiva e democrática. É urgente um Encontro Nacional de Educação.

A) NOVO FUNDEB E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A aprovação do novo FUNDEB, em 2020, através da Emenda Constitucional nº 108, foi fundamental para tornar o fundo de financiamento da educação básica uma política permanente e aumentar os recursos federais destinados ao fundo. A complementação da União passou de 10% para 23%, índice que deverá ser atingido em 2026. Vale destacar, negativamente, a introdução de mecanismos que atrelam o recebimento de recursos a indicadores de desempenho da educação nos estados e municípios, leia-se, algum tipo de avaliação que ateste o "mérito" para receber tal recurso. Assim, aprofunda a implementação de pacotes de gestão nas redes municipais e estaduais visando a estabelecer metas de desempenho na educação. Já observamos na rede estadual que o conjunto de medidas adotadas durante os governos de Sérgio Cabral, chamadas de meritocráticas, pouco contribuíram para a melhora efetiva na oferta educacional no estado do Rio.

Por outro lado, após a aprovação do Teto de Gastos pelo governo golpista de Michel Temer, tem-se observado uma queda no valor executado no orçamento da educação. Em 2021, o gasto público com a educação atingiu o menor patamar desde 2012 a partir da verificação das despesas executadas pelo governo federal. Ou seja, recursos federais destinados a financiar alimentação, infraestrutura, livros didáticos, etc, pelo FNDE, têm se reduzido nos últimos anos.

Nas redes municipais , a luta dos profissionais da educação tem sido pela implementação da Lei do Piso Nacional do Magistério que dispõe sobre o piso dos professores e o tempo mínimo de 1/3 de atividades extra-classe. O cumprimento dessa legislação pela rede estadual, depois de mais de 10 anos, com a transformação do cargo de docente I, de 16h para 18h, impulsiona a luta nas redes municipais onde ela ainda não é cumprida. Além disso, é fundamental a criação do piso nacional para os funcionários administrativos nas escolas os quais têm sofrido com vencimentos abaixo do salário mínimo nacional.

Devemos propor uma medida de restrição no uso dos recursos do FUNDEB aos municípios e estados que não cumprem a Lei do Piso com um aumento gradativo do percentual obrigatório destinado ao pagamento dos salários dos profissionais da educação, passando para 75%, 80%, assim por diante.

Depois de um longo período com poucos concursos públicos, é fundamental reforçarmos a luta pelos Concursos para todas as carreiras da educação. Existem redes municipais que possuem mais da metade de profissionais contratados invertendo a lógica do contrato que deveria ser apenas em casos excepcionais. Além disso, a carência de profissionais tem cristalizado a realização das dobras, o que não contribui com a nossa luta por reposição salarial e valorização profissional.

B) ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nos últimos anos, seis governadores ou ex-governadores do Estado do Rio foram presos ou afastados do mandato. O governo atual é exercido por um representante do bolsonarismo.

O Estado vive uma profunda crise econômica com alto índice de desemprego e colapso na saúde. Grande parte da população, principalmente os jovens, tem que procurar meios alternativos

e informais para sua sobrevivência. Mais de 60% dos/as alunos/as não conseguiram acessar a atividades virtuais da SEEDUC durante a pandemia por não terem acesso à internet e a equipamentos de qualidade. Este cenário, junto com a crise econômica e humanitária, ajudou a aumentar significativamente o abandono dos estudos. É esta população jovem, pobre, negra e periférica, o principal alvo das políticas genocidas do atual governo.

Na educação, Claudio Castro paga o pior salário do Brasil para os profissionais da educação abaixo do piso nacional. Servidores com salários defasados e sem condições de trabalho, carência significativa de profissionais de educação, situação estrutural precária das escolas , junto com a Reforma do Ensino Médio, causam o aprofundamento da piora da qualidade do ensino, subtraindo das classes mais pobres o direito a uma formação geral. O ataque à educação chega ao limite com a possibilidade da demissão dos animadores culturais depois de anos na luta pelo reconhecimento de suas funções e enquadramento nos quadros da Secretaria de Educação.

O governo do estado, a partir da GIDE , implementou uma perigosa rotina de cunho empresarial nas escolas públicas nas quais a avaliação de desempenho baseada em metas irreais vem impondo aos educadores o sobretrabalho, perda da autonomia político-pedagógica e a competitividade entre as escolas. Certamente que a introdução desse receituário empresarial objetiva responsabilizar os educadores pelo fracasso escolar, além de estimular uma prática educativa acrítica.

O desrespeito do governador Castro chega ao cinismo de não cumprir o acordo firmado na ALERJ de recomposição salarial em duas parcelas. O governo sancionou a Lei 9952/2023 que concedeu uma recomposição de 5,9% esquecendo a segunda parcela com o percentual de 5,62%. Isso porque os servidores passaram anos sem nenhum reajuste salarial.

Precisamos combater a Reforma do Novo Ensino Médio e pressionar para que haja o debate e atualização do Plano Estadual de Educação.

C) RIO DE JANEIRO, CAPITAL

A escola pública que a SME/RJ, de Renan Ferreirinha e Eduardo Paes, oferece para as (os) filhas (os) da classe trabalhadora é uma tragédia anunciada: faltam educadores, estrutura adequada, materiais pedagógicos, condições básicas de trabalho e as salas são superlotadas. O profissional da educação da rede municipal sente a desvalorização do seu trabalho na pele e no bolso. Reajustes indecentes e escolas precárias se somam a estudantes desestimulados, falta de direitos e excessos de cobranças, ditas pedagógicas, mas que são meramente burocráticas. A receita é a mesma da política “meritocrática” de Claudia Costin, como por exemplo o 14° salário e plano de metas, que tentam transferir a culpa do fracasso da educação para as comunidades escolares premiando algumas poucas equipes. Os projetos privatizantes seguem a todo vapor, e neste 3° mandato de Paes se acentuou com as parcerias de creches conveniadas operadas com o fechamento de turmas na educação infantil e aumento exponencial da transferência de verbas públicas para creches privadas. Entre 2018 e 2022 ,os recursos quase triplicaram, passando de R$ 114.658.627,04 para 321.156.562,91 nestes quatro anos(Fonte: CACS FUNDEB), além de redirecionar dinheiro público para institutos e fundações como, por exemplo, a parceria com a Fundação Roberto Marinho.

A aposta dessa gestão neoliberal é de uma educação baseada em cartilhas, com as quais pretendem enquadrar a todos como se não existissem diferenças cruciais entre a realidade de cada aluno e entre as comunidades escolares, não respeitando aquilo que é muito caro para todos os educadores, a sua autonomia pedagógica. Ou será que a SME não reconhece que há diferenças

drásticas entre uma escola da rede de um bairro nobre da cidade e outra localizada na favela que sofre, por exemplo, com a violência nos seus territórios? Infelizmente, a farsa da guerra às drogas afeta diretamente muitas das nossas comunidades escolares, e o que a SME apresenta como política é um protocolo "Rio seguro", que naturaliza a violência e, muitas vezes, serve como forma de assédio e coerção das CRE's e direções.

O SEPE já vem atuando para denunciar e barrar este projeto educacional que vê educadores e estudantes somente como números a se "otimizar", que se observa no fechamento de turmas do PEJA e da educação nada inclusiva que são marcas desta gestão. 10 anos após a histórica greve de 2013, Paes e os que fazem parte de seu governo querem avançar na "reestruturação" da rede oferecendo um serviço pior à população e ferindo direitos dos profissionais de educação, como por exemplo o direito à origem. Mas, só a nossa luta organizada é capaz de virar esse jogo: queremos um Plano de Cargos e Salários unificado, pelo qual todos sejam valorizados por tempo de serviço e formação, com data-base e paridade para os aposentados. Que seja instituído imediatamente o 1/3 de atividades extraclasse como direito para todos realmente a ser cumprido em local de livre escolha do professor. Pela convocação dos concursados aprovados, pelo direito à migração, por concursos públicos e pelo o fim da terceirização. Que parem imediatamente com os ataques da "reestruturação e otimização" que fecham turmas e privatizam nossa rede. É preciso reorganizar a divisão das Regionais do SEPE na Capital, para que cada Regional somente possa atuar no território de apenas uma CRE/SME/Rio. A atualização do Plano Municipal de Educação e debate de um novo PCCS unificado é fundamental para a valorização dos profissionais de educação.

Nós continuaremos fazendo parte dessa história de luta e resistência por uma educação emancipadora, pública laica e de qualidade!

4 - PLANO DE LUTAS E PROPOSTAS PARA RESOLUÇÕES

ORGANIZAÇÃO E LUTA

- Organizar a greve nacional da educação pelos pisos salariais das carreiras dos trabalhadores\as da educação e pela revogação do Novo Ensino Médio e da BNCC;
- Rearticular o FEDEP (Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública), construindo uma política unificada com os profissionais de educação (da educação básica, escolas técnicas e universidades), com os estudantes e com o movimento social e popular organizado, que articule a luta contra o Novo Ensino Médio, e demais pautas da educação e seja referência de resistência para todos os municípios e outros estados;
- Garantir e estimular, nas escolas, os processos de auto-organização dos estudantes através da formação de grêmios estudantis;
- Efetivar os animadores culturais, reconhecendo-os como integrantes do quadro de educação;
- Instituir a Gestão Democrática em todas as Instituições do Ensino Público por meio de eleições diretas para direções das unidades escolares, com mobilização e participação da comunidade escolar. Somos contra a proposta do PNE que define critérios como mérito e desempenho para a escolha das direções de escolas;
- Garantir que as equipes gestoras das escolas ganhem pelo número de horas trabalhadas e

não pela sua matrícula de origem, além de receberem a gratificação;
- Retomar a campanha “Fechar escolas é crime”;
- Manter a luta pelos 10% do PIB para a educação pública.

POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO

- Implementar Educação integral, visando à formação plena de nossos/as alunos/as e garantindo-lhes o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos, físicos e técnicos necessários para uma atuação crítica e autônoma na sociedade, como forma de superar a dicotomia entre o ‘saber’ e o ‘fazer’ que perpetua as desigualdades de classe. Para tanto, é urgente a construção de mais escolas, com estrutura esportiva, artística e de cuidados com a saúde; bem como a realização de concursos públicos para a admissão de novos profissionais e a extensão do horário de aula para integral;
- Garantir formação continuada para professores e os profissionais da educação especial, em parceria com universidade e instituições públicas especializadas;
- Ampliar e garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS a todos os alunos de todas as redes de Ensino;
- Garantir política de inclusão que garanta o número de salas de recursos até alcançar uma por escola na Rede Pública
- Garantir materiais didáticos específicos e estrutura destes a fim de suprir as demandas do Atendimento Educacional Especializado e atendimento especial para profissionais da educação com deficiência;
- Ampliar as equipes multidisciplinares de atendimento ao estudante integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicologia e fonoaudiologia, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica no espaço escolar; e que se garanta integração entre essas áreas;
- Aumentar a verba destinada à alimentação escolar com a garantia de alimentos adequados, com os níveis nutricionais necessários de acordo com cada faixa etária e quantitativo dos alunos, e acompanhamento nutricional por profissionais da área.
- Lutar contra o Projeto Escola sem Partido (vulgo escola com mordaça). Por uma educação crítica, emancipatória e capaz de combater as diversas opressões como o racismo, o machismo e a LGBTfobia;
- Exigir o cumprimento das leis afirmativas 10.639/2003 e 11.645/2008, que garantem o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e indígena;
- Exigir, como forma de garantir a qualidade do ensino, o melhor atendimento ao educando e a valorização e respeito ao profissional da educação, a garantia da limitação de alunos por turma, respeitando o número de professores e profissionais para o respectivo segmento;
- Acabar com as terceirizações dos profissionais e dos contratos temporários. Concurso público para todas as áreas;
- Respeitar a autonomia pedagógica: fim dos convênios com Instituições e Fundações privadas, ONG‘s e OS‘s nas Unidades Escolares e pelo fim das avaliações externas: verbas públicas somente para as escolas públicas.
- Rejeitar menos de dois tempos para disciplinas Artes, Sociologia e Filosofia em todos os anos do ensino médio;

- Cumprir com qualidade a lei da biblioteca escolar 12.244/10.
- Criar o Coletivo Estadual de Comunicação e Cultura Sindical e Militante do SEPE/RJ e garantir forte investimento em comunicação, visto que o bolsonarismo\neofascismo segue dominando a comunicação de massas, produzindo política e subjetividades sobre a classe trabalhadora / da sociedade;
- Reconstituir o Centro Estadual de Memória do SEPE/RJ na forma de Centro de Pesquisas, Memória e História da Educação e das Lutas da Educação do Rio de Janeiro (CEPEMEHD--Lutas RJ), e que o SEPE garanta dentro de seu orçamento recursos mensais para seu funcionamento. A luta por memória e preservação e valorização da história das lutas da classe trabalhadora também é estratégica;
- Convocar a Conferência de Educação do SEPE/RJ (estatutária) e o Encontro Popular Estadual de Educação para 2024 (1º e 2º semestres, respectivamente);
- Criar coletivos estaduais do SEPE/RJ a partir de demandas da categoria, tais como: a) de Educação Infantil em âmbito estadual; b) de Educação Inclusiva; c) do Ensino Médio; d) Cultura, e) Saúde dos profissionais da educação;
- Organizar o SEPE NA PRAÇA bimestralmente com atividades de rua do sindicato em cada um dos núcleos e regionais, e coordenadas pela direção estadual, por meio das coordenações da capital e do interior;

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Cumprir os pisos salariais da educação para professores e pela criação do Piso Nacional dos funcionários administrativos, em todas as redes;
- Fixar a data-base para os profissionais da educação das diversas redes, de forma a garantir reajustes salariais anuais com ganhos reais;
- Implementar plano de carreira unificado, com ascensão por formação e por tempo de serviço, com a garantia da paridade por formação. Não à meritocracia!
- Convocar os concursados já! Concurso não pode ser forma de ganhar dinheiro em cima da categoria. Auditoria das empresas que realizam concursos!A falta de concurso nas redes e a sobrecarga de trabalho vêm levando ao adoecimento em massa da categoria, principalmente entre os funcionários administrativos. Somando a isso o envelhecimento da categoria política de abonos, em defesa da paridade com integralidade para os/as aposentados/as;
- Valorizar a profissionalização dos funcionários de escola com instituição das diversas carreiras; e regulamentação da carga horária de 30 horas para funcionários de escolas;
- Regulamentar o cargo de Cozinheira Escolar e melhoria das condições de trabalho dessas profissionais, com reconhecimento do adicional de insalubridade;
- Reforçar a campanha “não é minha função, não faço”;
- Defender Política de formação continuada para os profissionais da educação e que seja realizada em horário de serviço .
- Cumprir a lei nº 11738/2008 em relação ao 1/3 de planejamento por todos os Municípios, com garantia dos espaços de planejamento e centros de estudos, respeitando a livre escolha docente sobre onde e como realizar este planejamento;
- Equiparar os salários, pelo fim das distorções hora/aula em todas as redes.
- Garantir a reposição de materiais de uso geral e cotidiano nas unidades escolares;

- Acabar com a polivalência e com a certificação generalista.
- Garantir a possibilidade da utilização da licença especial em qualquer época, não só um ano antes da aposentadoria.
- Defender uma escola por matrícula.
- Combater o assédio moral contra os profissionais readaptados nas escolas. Funções devem se ater a laudo médico.

5 – CONCEPÇÃO SINDICAL E ESTATUTO DO SEPE - RJ

O SEPE é um sindicato que deve se orgulhar da sua composição plural. A proporcionalidade nas eleições garante a democracia de ideias, permitindo o convívio no interior da direção de diferentes organizações com distintas concepções e nuances teóricas. Contudo, há uma necessidade de estabelecer relações internas que permitam que o sindicato funcione de forma a conseguir dar respostas rápidas às demandas da categoria.

Sem dúvida, não é um exercício fácil conviver entre tantas diferenças, mas, para nós, essa de certa forma também reflete a diversidade de concepções presentes na base de nossa categoria, e é o que reivindicamos como a melhor maneira de expressar os interesses dos profissionais da educação. Defendemos um trabalho colegiado de fato, no qual cada campo político assuma as suas responsabilidades como direção do SEPE, independente do resultado eleitoral.

Atualmente, em diversos sindicatos majoritários pelo país observa-se uma tendência à burocratização que impede a participação do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, por vezes travando suas lutas e cristalizando um pensamento único e autoritário.

Nós do campo SEPE na Luta Educadora somos a favor da democracia direta por decisões em assembleias e somos a favor de ações mais radicalizadas que garantam as pautas e reivindicações da categoria, como fizemos em diferentes momentos de luta ao longo de nossa história.

A importância dos núcleos do SEPE no último período:

O campo Sepe na Luta Educadora tem uma atuação destacada em núcleos do SEPE como em Volta Redonda, Itaboraí, Tanguá, Niterói, Rio das Ostras/Casimiro de Abreu, Regional 1, 3, 4, 5, ,7, 8 e 9, Itaguaí, Campos dos Goytacazes, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Miguel Pereira, Itatiaia, Barra Mansa, Resende, Costa do Sol, Lagos, Rio Bonito, Silva Jardim, Queimados, dentre outros. Nestes espaços, nossos militantes buscaram imprimir uma atuação junto às bases da categoria, fortalecendo a corrida às escolas e os espaços de representação. Procuramos com este trabalho unificar as forças da esquerda, o que inclui a unidade de ação com as demais correntes da direção do SEPE central com quem temos diferenças, imprimindo nestes núcleos um sindicato atuante, desburocratizado e militante.

Combate a todas as formas de opressão:

A ofensiva neoliberal ataca o conjunto da classe trabalhadora, mas não podemos ignorar que, no interior de nossa classe, alguns setores são particularmente atacados. É o caso das mulheres, da negritude, de LGBTT, pessoas com deficiência, etc,

No caso das mulheres trabalhadoras, os ataques oriundos das reformas trabalhista e previdenciária são evidentes, com a retirada de direitos conquistados como a licença maternidade, au-

mento do tempo de contribuição previdenciária com equiparação entre os sexos. Para além de todos esses desmontes e falta de valorização dos funcionários de escola, destacamos que a mesma é majoritariamente constituída de mulheres negras em sua maioria, mães e chefes de famílias.

Entre as tarefas vitais do SEPE no próximo período está o esforço consciente de organizar as mulheres trabalhadoras levando em consideração suas especificidades no marco da luta geral dos trabalhadores. A luta contra a violência sexista, doméstica, sexual de todos os tipos devem ser incorporadas à nossa pauta.

Para os trabalhadores negros, a opressão racista é um complemento da exploração de classe. Os baixos salários, a falta de oportunidades, além da violência policial e opressão generalizada, tendem a se intensificar com a crise capitalista e as políticas neoliberais. Não existe capitalismo sem racismo. A luta dos trabalhadores negros e de todos os oprimidos é parte fundamental da luta de todos os trabalhadores.

A luta pelos direitos dos LGBTTs na escola é fundamental para combater o preconceito e criar uma educação libertadora, que garanta a liberdade sexual dos alunos e professores.

Escola de Formação Política e Sindical do SEPE :

Para nós está na ordem do dia o fortalecimento da Escola de Formação Política e Sindical do SEPE que deve ser referendada nesse congresso como cláusula estatutária.

O SEPE precisa urgentemente construir espaços de formação e participação da categoria por local de trabalho, inserindo-se nas escolas de forma efetiva e permanente. Esta ação, poderá ser uma construção contra hegemônica às políticas neoliberais implementadas pelos governos.

Propostas de Resoluções:

I - Manter a limitação de permanência seguida de dirigentes do sepe eleitos em até dois mandatos consecutivos nas mesmas direções locais/estadual, bem como nas licenças sindicais correspondentes igualmente em dois mandatos seguidos, conforme o estatuto em vigor.

II - Defender que o fundo de greve seja utilizado exclusivamente para o período de greve, a fim de garantir a estrutura do movimento grevista, ajudar os filiados grevistas afetados pelo corte de ponto ou pagamento de multas jurídicas, dentre outros. O Fundo deve continuar sendo alimentado por 10% da arrecadação mensal do núcleo. Qualquer outro uso do fundo deve ser feito apenas de forma extraordinária aprovado em assembleia orçamentária estatutária e apenas em caráter de empréstimo. Defendemos também que seja deliberação estatutária que as direções de regionais e núcleos tenham autonomia para criar seus próprios fundos de greve, contudo, ao fazê-lo, devem obrigatoriamente seguir as regras do fundo de greve do SEPE central, com regulamentação e uso semelhantes. Há ,no entanto, de se advertir que o núcleo que não contribui regularmente para o fundo central, não possa criar fundo local.

III - Defender que o sepe precisa ajudar na luta pela unificação nacional dos setores combativos e independentes com a retomada de um novo e mais democrático ENCLAT\CONCLAT para que seja retomado o debate sobre a reorganização de um programa da classe trabalhadora, a construção de uma nova central sindical ampla, plural, democrática e não aparelhada por qualquer partido político. Nos unificamos também na defesa de que a decisão final de filiação a qualquer eventual proposta de nova central deve ser do conjunto da categoria em um plebiscito.

IV - Sobre a filiação a CNTE , defendemos por coerência que o XVI Congresso do sepe delibera

que essa decisão seja feita por meio de um plebiscito conjunto nas próximas eleições para as nossas direções sindicais em 2025.

V - Entendemos que é necessário precisar mais os direitos e deveres de filiadas/os em algumas situações. A primeira é que em uma assembleia de determinada rede somente possam ter direito de voto os profissionais da educação em atividade e aposentados daquela rede. Os demais presentes, sejam dirigentes ou profissionais da educação oriundos de outras redes ou fora de rede, têm direito apenas à voz, sem direito a voto.

VI - No caso de acusações graves de comportamentos ilegais que envolvam dirigentes ou filiados, a direção estadual está autorizada a avaliar a eventual instalação de comissão de ética. No caso desta ser aprovada, implica na suspensão imediata da posição dos membros da direção envolvidos na acusação até o final do processo instaurado pela comissão de ética e da decisão de um conselho ou assembleia estatutária sobre a situação, incluindo as possibilidades de exclusão da direção pelo mandato em curso, até a exclusão do quadro de filiados de forma definitiva.

VII - O SEPE/RJ se organizar, mobilizando a categoria, para intervir, de diversas formas, nas lutas a ver com a questão social brasileira atual, além da questão educacional, em especial: a) a fome, a pobreza e a desigualdade social; b) moradia e direito à cidade; c) a crise ambiental e emergência climática; d) opressões às mulheres, negros e negras, população LGBTQIAPN+, povos indígenas, comunidades tradicionais, povo do campo e idosos e idosas; e) precarização do mundo do trabalho e destruição dos direitos trabalhistas; f) crise da democracia e bolsonarismo como expressão local do neofascismo;

VIII - Nosso Sindicato precisa ter elaborações e posições programáticas decisivas para a época histórica em que estamos. Exemplos: pelo ecossocialismo, lutas táticas e estratégicas por uma transição ecossocialista sobre a crise ambiental capitalista (mitigação e adaptação, reestruturação do modo de vida e das relações humanos - natureza);

IX - O SEPE/RJ precisa atuar como um pólo de organização de independência de classe, das lutas em defesa da democracia, contra os golpismos e o neofascismo; constituindo tal polo no interior de uma frente unitária e permanente de lutas das organizações da classe trabalhadora / aliança com sindicatos e movimentos sociais;

X - O SEPE/RJ deve lutar para que todos/as profissionais da educação sejam incluídos nos Planos de Cargos, Carreira e Salários unificado de todas redes de educação pública. Um PCCS unificado e atualizado fará todo um diferencial, onde todos seriam contemplados.

XI - Garantir a presença das diferentes categorias de servidores profissionais da educação, tais como funcionários administrativos, aposentados, animadores culturais, etc., durante audiências e reuniões com os governos sempre que a pauta for pertinente a uma destas categorias;

XII - Estimular a presença de todos os segmentos dos profissionais da educação nos cargos de direção do SEPE-RJ inclusive na Coordenação Geral;

XIII - Fortalecer a política de apoio financeiro de modo a garantir o acesso dos profissionais da educação aos locais de atos, audiências, assembléias e todos eventos referente à luta da categoria; Estudando a viabilidade de aumentar as despesas de alimentação e transporte de três por núcleos e regionais, possibilitando assim a presença de mais funcionários administrativos ,pois os ataques aos servidores e ao serviço público em especial à educação ,com corte de verbas e investimento no servidor e no atendimento à comunidade escolar, afeta com mais rigor a categoria de funcionários administrativos.

XIV - Que o SEPE-RJ organize cursos de formação para que todos coordenadores e diretores de

regionais e núcleos sejam preparados para o atendimento à categoria.

XV - Defendemos um SEPE de luta, classista, democrático e plural. Um SEPE que defenda os interesses coletivos de todas as categorias da educação. Um SEPE que defenda a democracia dentro de todas as instâncias do sindicato. Um SEPE que defenda o direito das mulheres sindicalistas, trabalhadoras ,mães contra qualquer forma de discriminação, autoritarismo e violência em todas as suas formas. Que o SEPE concentre esforços na busca da implementação de políticas de valorização de todas as categorias da educação e que defenda o piso nacional para os funcionários e a profissionalização dos funcionários administrativos.

XVI - Articular nos Núcleos e Regionais do Sepe, obrigatoriamente, os Conselhos de Representantes de Base (de escolas) nas áreas e escalas de abrangência, conforme o estatuto;

XVII - Criar um Grupo de Trabalho, no SEPE Central, sobre fundos de pensão dos municípios com objetivo de, no futuro, ter um suporte técnico para atender aos núcleos.

XVIII - O SEPE/RJ deverá, sempre e obrigatoriamente, manter espaços de recreação / acolhimento infantil / creche militante em seus espaços de militância e organização das lutas;

XIX- Reformular a Secretária de Combate à Discriminação Racial como “Secretaria de Negros, Negras e Indígenas”;

XX - Fortalecer a Coordenação da Capital e das Regionais, com cada CRE correspondente a uma regional, sem a necessidade de um Núcleo da Capital.

XXI - Formalizar da Escola de Formação do SEPE no estatuto.

XXII - Fortalecer a estrutura das Regionais e Núcleos do SEPE, com o aumento do valor do repasse aos núcleos de repasse mínimo de 2000 para 3000 mil reais e atualização anual do repasse para núcleos e regionais a partir do número de filiados.

Saudações aos 10 anos da Greve de 2013!

Saudações aos que lutaram e tombaram vítimas do governo genocida na Pandemia!

ASSINAM ESTA TESE:

1. ALAN RIBEIRO LOPES - PROF DA REDE ESTADUAL - CAMPOS DOS GOYTACAZES
2. ALCEBIADES TEIXEIRA - BID - PROF DE GEOGRAFIA APOSENTADO - REGIONAL 2
3. ALDA ANDRADE DA SILVA PÓVOA - AUXILIAR DE TURMA - CAMPOS DOS GOYTACAZES
4. AMANDA RODRIGUES - SEPE ITABORAÍ E PROF DE CIÊNCIAS DA REDE MUN DE ITABORAÍ / NOVA IGUAÇU
5. ANA CLAUDIA CAMPOS - PROF DA REDE ESTADUAL - ILHA GRANDE
6. ANA CLÁUDIA – SEPE NOVA IGUAÇU /EM. ITAGUAÍ
7. ANA PAULA MARTINS - E.E. MARCÍLIO DIAS/CE ETELVINA SCHOTTZ - NOVA FRIBURGO
8. ANA PAULA DE SOUZA SILVA - DIRETORA DO SEPE QUEIMADOS, PROFESSORA ESPECIALISTA
9. ANÁLIA TIMÓTEO - COZINHEIRA ESCOLAR - COORDENAÇÃO DA CAPITAL DO SEPE-RJ
10. ANDERSON TAVARES - SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO SEPE-RJ E PROF DE HISTÓRIA DA REDE MUN DE ANGRA DOS REIS
11. ANDRÉ MARQUES - PROF DE LÍNGUA PORTUGUESA DA REDE MUN DO RIO DE JANEIRO E DA REDE MUN DE ITAGUAÍ
12. ANDRÉ RODRIGUES - CIEP CECÍLIA MEIRELES - SERRANA I
13. ANDRÉA CORRÊA PEÇANHA - AUX. PORTARIA E SECRETÁRIA ESCOLAR - EM ALBERTO TORRES, REDE MUN DE NITERÓI
14. ANDRESSA GOMES LOPES - AUXILIAR DE TURMA - CAMPOS DOS GOYTACAZES
15. ANNE CAROLINA DO NASCIMENTO - AUXILIAR DE TURMA - CAMPOS DOS GOYTACAZES
16. ADRIANO JOSÉ DOS SANTOS - PROF REDE ESTADUAL - ITATIAIA
17. ARLETE LAURIA DE BARCELOS SILVA - REDE MUN DE PARACAMBI
18. ARNALDO HENRIQUE - COLÉGIO ESTADUAL MILTON CAMPOS - NOVA IGUAÇU
19. BELKISS CRISTINE FREITAS DE LEMOS - PROF DE HISTÓRIA- CE OSCAR DE MACEDO SOARES/ ETE HELBER VIGNOLI MUNIZ - SAQUAREMA
20. BERNARDO DE MATTOS FIGUEIREDO - PROF DE EDUCAÇÃO FÍSICA REDE MUN DO RIO DE JANEIRO E.M ODILON DE ANDRADE - REGIONAL 4
21. BLUMA SALOMÃO - PROFESSORA HISTÓRIA/ APOSENTADA - REDE MUNICIPAL RIO
22. BISMARCK MENDES - PROF HISTÓRIA CEJA ROSA SOARES, BELFORD ROXO E EM ARAÚJO PORTO ALEGRE, REGIONAL 3
23. CAIO ANDRADE - E. E. JOÃO XXIII / E. M. PROF. NEIDY ANGÉLICA DE SOUZA COUTINHO, DUQUE DE CAXIAS
24. CARLA CRISTINA DE LIMA GUIMARÃES -AEI - EDI JOEL LUIZ DE AZEVEDO BASTOS - REGIONAL 4
25. CARLOS DUILIO OLIVEIRA DA SILVA - PROF DE GEOGRAFIA - FORA DE REDE - MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
26. CARLOS “MISTÉRIO” ALBERTO DA SILVA - PROF II -E. M. NILTON

BALTHAZAR. RIO DAS OSTRAS

27. CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA - EM PROFESSOR CARLINHOS - RESENDE

28. CARMEN LÚCIA NUNES DOS REIS - APOSENTADA, VOLTA REDONDA

29. CAROL DE ALMEIDA VIEIRA DA ROCHA - PROF EM PAULO ROBERTO DE MORAES LOUREIRO - DUQUE DE CAXIAS

30. CAROLINE SOUZA DE CASTRO - CE PROFESSOR MURILO BRAGA - SÃO JOÃO DE MERITI

31. CÉSAR MOUTINHO - DIRETOR DO NÚCLEO DO SEPE ITAGUAÍ

32. CLARA MARIA- PII E APOSENTADA- E.M. PACE - REGIONAL 3

33. CLAUDENIR CAZATI PEREIRA - PROF MUNICIPIO RJ - REGIONAL 9

34. CLAUDETE FERREIRA - PROF DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - EM ALBERTO TORRES, REDE MUNICIPAL DE NITERÓI

35. CLAUDIA REGINA PAIVA MIGUEL - COORDENAÇÃO DA CAPITAL DO SEPE-RJ - COZINHEIRA ESCOLAR DO MUN DO RIO DE JANEIRO - REGIONAL 8

36. CLÁUDIO LACERDA - CIEP ULYSSES GUIMARÃES - REGIONAL 6

37. CLEIDERMAN BRAGA - C.E.DOMÍCIO DA GAMA - MARICÁ

38. CLÓVIS ANDRÉ DAMASCENO DA HORA - PROF GEOGRAFIA REDE EST E MUN DE NOVA IGUAÇU

39. CRISTINA JARDIM BATISTA - E.M MONTESE\E.M CONDE DE AGROLONGO - REGIONAL 4

40. CRISTINE TENUTO - PROFESSORA APOSENTADA - REDE MUNICIPAL CARIOCA - DIRETORA REGIONAL 9

41. DAIANY DO VALE BARBOSA COSTA - REDE MUN NOVA FRIBURGO. NÚCLEO NF E REGIÃO.

42. DALILA VALESCO - FUNCIONÁRIA ADMINISTRATIVA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

43. DANIELA ARAÚJO DE ABREU - PROF ARTE - C.E PROFESSOR ALFREDO BALTHAZAR DA SILVEIRA - MAGÉ

44. DANIELLE JARDIM - PROF HISTÓRIA EM TIRADENTES - MAGÉ

45. DARCI DA PENHA PEREIRA - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

46. DAYSIANE ALVES DE OLIVEIRA - DIRETORA DO SEPE-RJ, PROF DE PORTUGUÊS NO MUN DE RESENDE

47. DERMEVAL MARINS DE FREITAS - COORDENADOR GERAL DO SEPE - RJ E PROF DE HISTÓRIA NA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO E DA REDE MUNICIPAL DE MAGÉ

48. DIEGO NOGUEIRA - EM URUGUAI - REGIONAL 1

49. DIONE LINS - PROF DE ARTE/ APOSENTADA - REGIONAL 3

50. ELIANE DE JESUS - FUNCIONÁRIA ADMINISTRATIVA DA REDE MUN DE MESQUITA

51. ELIANE PEÇANHA - PROF DE GEOGRAFIA DAS REDES ESTADUAL EM NITERÓI E MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

52. ELIENE BITENCOURT DO PRADO - FUNCIONÁRIA ADMINISTRATIVA - CIEP 286 MURILO PORTUGAL- BARRA DO PIRAÍ

53. ELIZABETE COSTA - COZINHEIRA ESCOLAR- EM PACE - REGIONAL 3

54. EMANOEL BORGES CANDAL - EM HÉLIO SMIDT - REGIONAL 3

55. ENILCIA DE AGUIAR CABRAL - PROF EDUCAÇÃO FÍSICA REDE MUNICIPAL ITAGUAÍ

56. ÉRICA MOTA - PROF REDE MUN ANGRA DOS REIS

57. EROTILDES GALDINO - APOSENTADA REDE MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

58. EVA DE JESUS - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - REGIONAL 5

59. FÁBIO BAPTISTA -REDE MUNICIPAL RIO - REGIONAL 7

60. FÁTIMA BASTOS DAVISS MEWTON - APOSENTADA

61. FÁTIMA CRISTINA - C.E. ZÉLIA CORTES - NOVA FRIBURGO

62. FELIPE MELLO CAMPOS- CE ANTÔNIO PRADO JR/ EM ANDRÉ URANI/ REGIONAL 1.

63. FELIPE MESQUITA ANTUNES - PROF HISTÓRIA, E. M. PEDRO MOREIRA; E. M. A. CARLOS MAURÍCIO; E. E. M. FAZENDAS REUNIDAS ATLÂNTICA - RIO DAS OSTRAS E E. M. ANDRÉ GOMES DOS SANTOS- ARARUAMA

64. FLÁVIA SOUZA - DIRETORA NÚCLEO JAPERI

65. GABRIELA BELO - COZINHEIRA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM LÚCIA MARIA SILVEIRA DA ROCHA

66. GILDA MARIA RACHID DIAS - APOSENTADA - VOLTA REDONDA

67. GISELLE M. C. DE OLIVEIRA - PROF 2 - CAMPOS DOS GOYTACAZES

68. GIRLENE KIEV MEDEIROS DE QUEIROZ - EM MARLY CID DE ALMEIDA - NÚCLEO ITABORAÍ

69. GLEICE CAMPOS - COZINHEIRA ESCOLAR - E M. PACE - REGIONAL 3

70. GLORIA NUNES - APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

71. GRACIETE SANTANA NOGUEIRA NUNES - SECRETARIA DE APOSENTADOS DA DIREÇÃO DO SEPE CENTRAL, SEEDUC / FAETEC- CAMPOS DOS GOYTACAZES

72. GUARACI ANTUNES FILHO - APOSENTADO - REGIONAL 5

73. HOSANA CARINA DOS ANJOS CONCEIÇÃO - PROF SUPERVISORA DE ENSINO - SEMEDE - RIO DAS OSTRAS E COORDENADORA GERAL DO NÚCLEO RIO DAS OSTRAS/CASIMIRO DE ABREU)

74. IRENE CHAVES DA SILVA - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL E MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

75. ISA MARIA DA SILVA - APOSENTADA - BARRA MANSA

76. IVANA VICTÓRIA GOMES - C.E. PARQUE AURORA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

77. JACINTA DE FÁTIMA MOTA - AUXILIAR DE SECRETARIA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

78. JEFERSON ROBERT CUNHA - REDE MUN NOVA FRIBURGO, DIRETOR DO NÚCLEO NF

79. JÉSSICKA DA SILVA SILVEIRA - REDE MUN DE ITATIAIA

80. JONATHAN DE OLIVEIRA MENDONÇA - PROF I - INSTITUTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DAS OSTRAS

81. JONATAS MARTIN PUGA - C.E. IGNÁCIO AZEVEDO DO AMARAL - REGIONAL 1

82. JOSÉ ANTÔNIO TAVARES CORRÊA MEYER FILHO - PROF CE DESEMBARGADOR JOSÉ AUGUSTO COELHO DA ROCHA JR - RIO BONITO

83. JOSÉ GERALDO DA COSTA "GERALDINHO" - C.E. JOÃO XXIII - VOLTA REDONDA

84. JULIA LEITE - EM URUGUAI - REGIONAL 1

85. JULIANA PEREIRA DE CARVALHO - COLÉGIO ESTADUAL GUANABARA - VOLTA REDONDA

86. JULIANA ELIANAY, PROFESSORA DA REDE ESTADUAL CIEP 458 HERMES BARCELOS/CABO FRIO.

87. KARLA PAES - SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO DO NÚCLEO DO SEPE ITAGUAÍ

88. KARLA VERÔNICA PEREIRA - C.E. MARIA RANGEL DE ARAÚJO - CAMPOS DOS GOYTACAZES

89. KELLY CERPA - COORDENADORA GERAL DO NÚCLEO DO SEPE ITAGUAÍ E FUNCIONÁRIA DE ESCOLA EM ITAGUAÍ

90. KERLEY ARRUDA - COZINHEIRA ESCOLAR,REDE MUN DE NITERÓI - DIREÇÃO DO SEPE NITERÓI

91. LAIZA MOTHÉ VIEIRA DE SOUZA - AUXILIAR DE TURMA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

92. LÂNDIA TAVARES - PROF APOSENTADA DA REGIONAL 8

93. LEDA BASTOS FIGUEIRA MENESES - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

94. LEOPOLDINA MUNIZ - PEF - ESCOLA MUNICIPAL OSWALDO CRUZ - REGIONAL 4

95. LIA LUDOLFF - CUIDADORA EDUCACIONAL - VOLTA REDONDA

96. LIDIANE BARROS LOBO- EMEI JARDIM EUROPA - NOVA IGUAÇU

97. LINÉIA BASTOS FIGUEIRA GOUVEIA - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

98. LUCAS HIPPOLITO VON DER WEID - PROF DE FÍSICA- CE AMARO CAVALCANTI - REGIONAL 1

99. LUCAS SOUZA SAMPAIO DE CASTRO, AUXILIAR DE CUIDADOS ESCOLARES - IMERO - PROF. JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA MARCHON - RIO DAS OSTRAS

100. LUCIANA RAMOS DA SILVA - MONITORA - EM JOSÉ DE OLIVEIRA MARTINS - RIO DAS OSTRAS

101. LUCIANA VIRGÍLIO - CRECHE FRANCISCO CORDEIRO PEREIRA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

102. LUCIANO BARBOZA - PROF DE HISTÓRIA - COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSORA AMÉRICA ABDALLA - RIO DAS OSTRAS E E.M. CORA CORALINA DA REDE MUN DO RIO DE JANEIRO

103. LUÍSA BRÁS SERRA - AUX DE EDUCAÇÃO CRECHE MUN MAHATMA GANDHI- VOLTA REDONDA

104. LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA - PROF FILOSOFIA/ CE DAVID CAPISTRANO NITERÓI

105. LUIZ GUILHERME SANTOS "LG" - C.E ANTONIO PRADO JUNIOR - REGIONAL 3

106. LUIZ HENRIQUE COUTINHO PONTES- C.E. VERA CRUZ - MIGUEL PEREIRA

107. LUIZA TEREZA CAVALCANTI -PROF BIOLOGIA/ APOSENTADA REDE ESTADUAL - REGIONAL 3

108. MACSIANA DO NASCIMENTO SILVA - AUXILIAR DE TURMA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

109. MARCEL BARÃO GAVAZZA - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA DO SEPE - RJ, PROF DE HISTÓRIA DA REDE MUN DO RIO DE JANEIRO, REGIONAL 3 E DA REDE MUNICIPAL DE MAGÉ

110. MAÍRA VIEIRA DO VALE - PROF DE GEOGRAFIA - EM MARIA GORETE VICENTE JORGE - RIO DAS OSTRAS.

111. MARCELA GALDINO DA SILVA - CIEP 479 MÁRIO SIMÃO ASSAF/ COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS BRANDÃO - CACHOEIRAS DE MACACU

112. MARCELA LEAL DA SILVA - PROFESSORA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

113. MARCELA MARIA ALMEIDA SILVA - PROF DE LÍNGUA PORTUGUESA - EE SÃO DOMINGOS SÁVIO, REDE ESTADUAL EM NITERÓI

114. MARCELLA MENDONÇA - PROF DE LÍNGUA PORTUGUESA DA REDE ESTADUAL DO CIEP 303 AYRTON SENNA DA SILVA, REDE ESTADUAL NO RIO DE JANEIRO - REGIONAL 1

115. MARCELO TEIXEIRA - PROF DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS REDES ESTADUAL EM NITERÓI E MUNICIPAL DE ITABORAÍ

116. MÁRCIA SÉRGIO DOS SANTOS - CE RIO GRANDE DO SUL- VOLTA REDONDA

117. MARCOS ANTÔNIO TAVARES DA SILVA - LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS

118. MARCOS CESAR DE SOUZA COSTA JUNIOR - PERSEGUIDO POLÍTICO ORIUNDO DA REDE MUN DE MESQUITA

119. MARGARIDA MARIA MENEZES - REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

120. MARGOT PINHEIRO RAPOSO DOS SANTOS COSTA- APOSENTADA- DIRETORA DO SEPE NOVA FRIBURGO E REGIÃO.

121. MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA NUNES - SEC DE FINANÇAS SEPE/RJ, PROF APOSENTADA, VOLTA REDONDA

122. MARIA DAS DORES PEREIRA MOTA/ DODORA - APOSENTADA - VOLTA REDONDA

123. MARIA DE FÁTIMA SANTIAGO - SECRETÁRIA DE FUNCIONÁRIOS DO NÚCLEO DO SEPE ITAGUAÍ

124. MARIA GORÉTE ROSA DO NASCIMENTO - PROF APOSENTADA - REGIONAIS 5 E 8

125. MARIA INEZ MARIGO - APOSENTADA DA REDE MUN DE ITAGUAÍ

126. MARIA INÊS NUNES BARBOSA/ MUNICÍPIO DO RIO - REGIONAL 4

127. MARIA IZABEL FRAUCHES - PROF APOSENTADA , VOLTA REDONDA

128. MARIA JOSELMA BRITO - PROF E.M. PACE , REGIONAIS 3 E 4

129. MARIA OLIVEIRA DA PENHA - DIRETORA DO NÚCLEO DO SEPE ITAGUAÍ E APOSENTADA

130. MARIO LUIZ BEZERRA FEITOZA MATHEUS - PROFESSOR DE ENSINO REGULAR E EJA NA REDE MUN DE RIO DAS OSTRAS E NA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC.

131. MARILDA DE ARAÚJO PEDRO, MUNICÍPIO DO RIO - REGIONAL 4

132. MARILIA EL-KADDOUM TRAJTENBERG - PROF DE HISTÓRIA DA REDE MUN DE TANGUÁ E DIRETORA DO SEPE TANGUÁ);

133. MARILIA FORMIGA TEIXEIRA DOS SANTOS - COORDENADORA DO NÚCLEO DE NOVA FRIBURGO

134. MARÍLIA GOMES VOLOTÃO SILVA - PROFESSORA DE ED. INFANTIL - RIO DE JANEIRO

135. MARÍLIA NEVES - SECRETARIA DE APOSENTADOS DO NÚCLEO DO SEPE ITAGUAÍ

136. MARLI DIAS ROMANO - APOSENTADA - REGIONAL 8

137. MARLI MARQUES DELESPOSTI - APOSENTADA, VOLTA REDONDA

138. MARLON CABRAL MOTA - AUXILIAR DE TURMA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

139. MATEUS DE FIGUEIREDO GEROLIMICH CAPITÃO - PROF GEOGRAFIA/ CEVI/ REDE ESTADUAL

140. MAYARA PINHEIRO - AUXILIAR DE TURMA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

141. MÔNICA MARIA DOS SANTOS GOMES - PROF DA ED. INFANTIL - CAMPOS DOS GOYTACAZES

142. MILNER F. ROQUE DA SILVA - EM EG. ELIAS FARAH\ CE QUINTINO BOCAIUVA CACHOEIRAS DE MACACU

143. MIKE PONTES CONRADO - PROF DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUN DO RIO DE JANEIRO - E.M. ALICE TIBIRIÇÁ, REGIONAL 7

144. MIRIAM SILVA BARRETO - AUXILIAR DE TURMA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

145. MONICA FIGUEIRA - PROF APOSENTADA DA REDE MUN DE ANGRA DO REIS

146. NATHALIA NEVES - SECRETARIA ESCOLAR - E.M. PACE - REGIONAL 3

147. NATHALIA RODRIGUES FARIA - PROFESSORA DE HISTÓRIA - CIEP 406 M B LUDEVIS TEIXEIRA BASTOS - CASIMIRO DE ABREU

148. NILCILENE SANTOS PEIXOTO - REDE MUN DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

149. NORTON RIBEIRO - E.M. JANDIRA PEIXOTO BORDIGNON - PETRÓPOLIS

150. OLDAIR MAURITY DA SILVA - PROF. DOCENTE II, C.E BARRA DE SÃO JOÃO E C.E SANTA MARIA - CASIMIRO DE ABREU

151. PAULO CÉSAR SILVA - CIEP ESTADUAL JOÃO VITTA - REGIONAL 9

152. PAULO CEZAR REIS - DIRETOR DO NÚCLEO DO SEPE ITAGUAÍ

153. PAULO CESAR DE BIASE DI BLASIO - APOSENTADO, DIRETOR DO NÚCLEO SEPE - NOVA FRIBURGO

154. PERLA RODRIGUES VALLE- CIEP 278 JOAQUIM OZÓRIO DUQUE ESTRADA- PATY DO ALFERES

155. RAFAEL NUNES - PROF REDE ESTADUAL - DUQUE DE CAXIAS

156. RAFAEL SOUSA CALLADO - PROF EM PROFESSORA AMÉRICA ABDALLA - RIO DAS OSTRAS E ESCOLA ESTADUAL CORONEL FRANCISCO LIMA - SÃO GONÇALO

157. RANDAL MANHÃES TURRINI - PROF C.E. SANTA MARIA, CASIMIRO DE ABREU E EM PROFESSORA DULCINDA JOTTA MENDES - SÃO PEDRO DA ALDEIA

158. RAPHAEL MOTA FERNANDES - PROF DE HISTÓRIA DO CE CASTELNUOVO, REGIONAL 1 E DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE EM MAGÉ

159. RAPHAEL E SILVA GIRÃO - PROF DE GEOGRAFIA - EM LEVI CARNEIRO, REDE MUN DE NITERÓI

160. RAQUEL LINO DE FREITAS TORRES - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR MANUEL MARINHO, VOLTA REDONDA

161. RAUL SANTOS - E. M. DR. JIULIO CARUSO - VOLTA REDONDA

162. RAYZA AGUIAR MOURA - AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - EM JOSÉ DE OLIVEIRA MARTINS - RIO DAS OSTRAS

163. RENATA BRAGA - C.E. QUINTINO BOCAIUVA - CACHOEIRAS DE MACACU

164. RENATA FAGUNDES BARROS - DIRETORA DO SEPE QUEIMADOS E PROFESSORA P2

165. RICARDO DE SOUZA SILVA - C E ANTÔNIO FERNANDES E C E ÁLVARO ALVIM - MIGUEL PEREIRA

166. RICARDO PEREIRA, "RICARDINHO" - PROF DE ARTES / EM PACE/ REGIONAL 3 E EM ROBERTO WEGHELIN/ DUQUE DE CAXIAS

167. RICARDA HELENA DA SILVA - REDE MUNICIPAL DE ITATIAIA

168. RITA DE CÁSSIA - DIRETORA DO NÚCLEO DO SEPE ITAGUAÍ

169. ROBERTO MANSILLA AMARAL - PROF HISTÓRIA EM LEONOR COELHO PEREIRA REGIONAL 4

170. RODRIGO LEITÃO GARCIA - EM NEUMA GONÇALVES DA SILVA, D. NEUMA REGIONAL 1

171. ROGÉRIA MARIA FARIAS DA SILVA/MERENDEIRA/ COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR CARLOS BRANDÃO - CACHOEIRAS DE MACACU

172. ROGÉRIO ALIMANDRO - PROF SOCIOLOGIA/ APOSENTADO DA REDE ESTADUAL REGIONAL 1

173. RÔMULO CRAVINHO - C.E CAMPINAS 2 - SUMIDOURO\N. FRIBURGO

174. RONALD FONSECA JÚNIOR - E.M. ENG. ELIAS FARAH\C.E. QUINTINO BOCAIUVA - CACHOEIRAS DE MACACU

175. RONEI CARVALHO - PROF DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO CEVI.

176. ROSA ALETICE - PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - UMEI HERMÓGENES REIS, REDE MUN DE NITERÓI

177. ROSANA REZENDE - PII E APOSENTADA - E.M. PACE - REGIONAL 3

178. ROSANGELA MARTINS - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL E REDE MUN ITAGUAÍ

179. ROSANIA BARROS BENTO - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL

180. ROSEMARY ERASMO - PEF - CIEP OSWALD DE ANDRADE - ANCHIETA - REGIONAL 2

181. ROSILENE ALMEIDA DA SILVA - PROF CIENCIAS APOSENTADA REGIONAL 5

182. SAMUEL MACHADO PIRES PROF CE IRMÃ TEREZINHA DE BARROS -VOLTA REDONDA

183. SANDRA DE VASCONCELOS - PROF APOSENTADA E COORDENADORA GERAL - REGIONAL 5

184. SANDRA REGINA ANDRADE- PEI - EDI PROFESSORA LUIZA HELENA MAIA MEDEIROS - REGIONAL 4

185. SANDRO FABIANO SANTANA DE PAULA- PROF DOC I- REGIONAL NORTE FLU E PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.

186. SARA BUSQUET - PROF DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DA REDE MUN DE NITERÓI

187. SEBASTIANA DAS NÚPCIAS - APOSENTADA REDE ESTADUAL

188. SÉRGIO PAULO AURNHEIMER FILHO - PROF HISTÓRIA CE BARÃO DO RIO BRANCO E EM RIO GRANDE DO SUL - REGIONAL 9

189. SERGIO VIEIRA DA SILVA - PROFESSOR NO CIEP 456 MARCO COSTA / TRÊS RIOS E DA REDE MUNICIPAL DO RIO

190. SHEILA MARIA LIMA TEIXEIRA - PROF EM GETÚLIO VARGAS E EM PROFA MYRTHES WENZEL - REGIONAIS 8 E 9

191. SIDNEY DE MOURA "SIDÃO"- SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS DO SEPE CENTRAL; REDE ESTADUAL - NOVA FRIBURGO

192. SIRLEY ANTUNES SILVA - PROF APOSENTADA ESTADO E MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM

193. SOLANGE ALVES -PAEI CRECHE MUN. NOVA BRASÍLIA REGIONAL 4

194. SONIA MARIA DIAS MENDES - APOSENTADA REDE ESTADUAL E DA REDE MUN DE ITAGUAÍ

195. SUELI ROSA - APOSENTADA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

196. TATIANA SOUZA FELIZ - PROFESSORA P2 DE QUEIMADOS

197. THAIS PAIVA - PROFESSORA , FORA DE REDE - PETRÓPOLIS

198. THEREZA CARDOSO - MUNICÍPIO DO RIO - REGIONAL 4

199. THIAGO COQUEIRO MENDONÇA- COORDENADOR DO SEPE NITERÓI. REDE MUN DE NITERÓI

200. THIAGO FERREIRA DE OLIVEIRA - PROF CIEP MURILO PORTUGAL/ EM ESPIRITO SANTO - VOLTA REDONDA

201. VAGNER MONTEBELLO RODRIGUES - PROF DE HISTÓRIA, REDE MUN RJ REGIONAL 8

202. VANDERSON GAMA - P. M. CAMPOS DOS GOYTACAZES.

203. VERACI ALIMANDRO -PROF HISTÓRIA/ APOSENTADA REDE MUN RIO- REGIONAL 1

204. VILMA NEVES DE BARCELLOS - COZINHEIRA DA REDE MUN DE EDUCAÇÃO DE SEROPÉDICA

205. VINÍCIUS NEVES - EM MINAS GERAIS - REDE MUN DE DUQUE DE CAXIAS E COORDENADOR DO NÚCLEO DE DUQUE DE CAXIAS

206. WANDERLEI GOMES PEREIRA - REDE MUNICIPAL RIO DE JANEIRO

207. WESLEY RODRIGUES DE CARVALHO - TESOURARIA SEPE RIO DAS OSTRAS/CASIMIRO. ESCOLA SEBASTIÃO LOUBACH RIO DAS OSTRAS

208. WALLACE BERTO - PROF DO ENSINO FUND REDE MUN DO RIO DE JANEIRO DA EM CAMILO CASTELO BRANCO - REGIONAL 1

209. WILSON COSTA MORAES - PROF REDE MUN ITAGUAÍ

210. WINNIE DOS SANTOS FREITAS - AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - CRECHE DONA COTA - RIO DAS OSTRAS RJ, COORDENADORA GERAL DO NÚCLEO RIO DAS OSTRAS/CASIMIRO DE ABREU

ANA PAULA CARVALHO FORTES DA SILVA (PROFESSORA DE HISTÓRIA - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

ROSE MARY ANTÔNIA DE JESUS GOULART (COZINHEIRA ESCOLAR - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

SILVIA MAURÍCIO LEAL (PROFESSORA DE CIÊNCIAS - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

ANA HEDWIG WIRTZBIKI GUTTERRES (AGENTE DE COORDENAÇÃO DE TURNO - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

MARIA JOSÉ RIBEIRO (PROFESSORA DE GEOGRAFIA - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

FABIANA DUARTE MOREIRA (COZINHEIRA ESCOLAR - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

WANICK BRUNO ALMEIDA VIEIRA (PROFESSOR I DA EJA - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

THIAGO MACHADO DA SILVA (PROFESSOR I SÉRIES INICIAIS - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

JOSÉ ROBERTO PEREIRA PERES (PROFESSOR DE ARTES - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALBERTO TORRES)

JULIMAR BRUST DE MELO (COZINHEIRA ESCOLARES READAPTADA - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI)

LUIZA DE OLIVEIRA LEITE (PROFESSORA DE HISTÓRIA - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM ALTIVO CESAR)

ALESSANDRA DA SILVA OLIVEIRA (PROFESSORA I EDUCAÇÃO INFANTIL - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - UMEI ZILDA ARNS)

JULIANA RANGEL PEREIRA (PROFESSORA DE QUÍMICA - REDE ESTADUAL - CE PINTO LIMA)

ANDREIA SILVA DE BRITO ALVES (COZINHEIRA ESCOLAR - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - UMEI OLGA BENÁRIO PRESTES)

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA PIRES (COZINHEIRO ESCOLAR APOSENTADO - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI)

IEDA DE ALCÂNTARA COSTA (COZINHEIRA ESCOLAR - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - EM VILA COSTA MONTEIRO)

MIGUEL PINHEIRO MAUÉS (PROFESSOR DE DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS - REDE ESTADUAL - IEPIC)

SILVIA INÊS FLAUZINO (PROFESSOR I EDUCAÇÃO INFANTIL - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - UMEI OLGA BENÁRIO PRESTES)

FABIANA DE SOUZA (PROFESSORA I SÉRIES INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI)

CARLOS GRACIANO "MANO PRETTO" (AUXILIAR DE PORTARIA - REDE MUNICIPAL DE NITERÓI - UMEI DARCY RIBEIRO)

ZILMAR LUIZ DOS REIS AGOSTINHO - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL (GEOGRAFIA) - REDE MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

GUSTAVO FERREIRA DE AZEVEDO E.M PASTOR MIRANDA PINTO

CAROLINE PEREIRA PIRES DA SILVA EM REPÚBLICA DO PERU

LAURA SOUZA RÊDES E.M. PROFESSOR DARCY RIBEIRO - MARICÁ

SOLANGE ZARANZA - APOSENTADA - REGIONAL 9

TESE DO COLETIVO UNIDADE, LUTA E DEMOCRACIA HOMENAGEM A TODOS OS EDUCADORES (AS) QUE FALECERAM NA PANDEMIA, EM ESPECIAL AOS CAMARADAS WILSON PIRES E CARLA MUSA

INTRODUÇÃO

O SEPE/RJ se prepara para mais um Congresso num cenário bem diferente quando do seu último congresso em 2017. Apesar de naquele contexto já estarmos vivendo intensamente a luta contra o golpe de estado perpetrado 1 ano antes, nem os mais pessimistas previam que no ano seguinte Bolsonaro ganharia as eleições e colocaria em execução, pela primeira vez pós ditadura, um programa de ultradireita.

Em 2017 já não vivíamos o mesmo cenário dos anos anteriores, marcados pelo governo conciliador petista. Eram tempos pós jornadas de junho, de engajamento na luta, grandes eventos e de prestígio da lava jato.

Mas naquele contexto já haviam sintomas da virada à direita da sociedade e de parte significativa da nossa categoria. Pouco tempo depois Marielle foi assassinada, Lula fora preso e Bolsonaro eleito. Iniciou-se uma marcha macabra, marcada por perseguição aos movimentos sociais, corte de direitos e arrocho salarial.

Devemos considerar que o cenário provável seria a reeleição, visto que todos os presidentes pós-democratização foram reeleitos. Ou seja, poderíamos estar organizando o congresso do SEPE com Bolsonaro reeleito, mas como sabemos a história se desenvolveu de outra forma, a começar pela soltura de Lula, fato crucial para a posterior derrota eleitoral do bolsonarismo.

A lição não pode deixar de ser apreendida e, no mínimo, deve servir de alerta sobre os equívocos cometidos pela esquerda em passado recente.

É necessário iniciar um ciclo de reorganização do movimento social, inclusive dos ainda importantes sindicatos de trabalhadores. Não se pode jogar todas as fichas na institucionalidade, porém abrir mão da mesma é fazer o jogo da direita que quer voltar a governar o Brasil.

É preciso aproveitar a resiliência da sociedade, que deu resposta ao bolsonarismo, e disse não a um novo mandato e avançar na organização do povo, pautar as demandas sociais mais urgentes, sem desconsiderar as questões estratégicas como nossa soberania.

Nesse contexto, cabe ao SEPE/RJ continuar com sua missão principal que é defender uma educação pública, gratuita e de qualidade, garantindo dignidade aos educadores(as). Um sindicato unificado de professores(as) e funcionários(as), que deve ressignificar o sentido de unidade para organizar a luta de todos(as) trabalhadores(as) no chão da escola para as lutas que estão por vir.

CONJUNTURA - É HORA DE DERROTAR O BOLSONARISMO

Nos últimos anos a consigna “civilização versus barbárie” fez muito mais sentido. A devastação dos direitos que marcou o governo Bolsonaro mudou o patamar de disputa política que se faz no Brasil quando se trata de enfrentar os interesses dos ricos.

Com ele tudo foi possível, ou seja, da aceleração brutal do desflorestamento da Amazônia, do genocídio dos Povos Indígenas, da venda/entrega do patrimônio público, do ataque a direitos previdenciários ao corte de verbas na saúde e educação. Evidentemente cabe uma menção ao tratamento dado ao combate a pandemia, que tanta gente matou. Bolsonaro é um genocida.

A eleição de Bolsonaro em 2018 foi resultado do movimento de fortalecimento da ultradireita em escala mundial, ainda não concluído. Por isso, não pode ser considerado episódio ou um ponto fora da curva. Em todo mundo partidos de ultradireita venceram as eleições ou tiveram resultados significativos.

No Brasil, apesar da vitória de Lula, que deve ser vista como uma grande vitória do movimento social, o bolsonarismo se manteve em pé, consolidando espaços de influência sobre o povo. Por isso, a vitória de Lula não deve ser tratada como o fim do processo, mas como a retomada da organização popular em caráter nacional. A vitória de Lula surge nesse cenário como uma janela de oportunidade, quase como uma segunda chance para mudanças para o modo de fazer da esquerda.

Nesse sentido, não podemos cair no equívoco de achar que o perigo bolsonarista foi contido. É preciso aproveitar sua saída do governo federal e pressionar para que paguem por seus crimes, sem anistia, promovendo uma verdadeira desbolsonarização da sociedade, o que equivale a contrapor suas políticas por alternativas para a sociedade em todas áreas, sobretudo para o povo mais pobre.

Aqui no Rio de Janeiro o cenário é mais difícil. Bolsonaro ganhou as eleições na capital e nas cidades da Zona Metropolitana, a exceção de Niterói.

Possivelmente venceu na base da educação.

Os acampamentos golpistas, por sua perenidade e organização, e a tentativa de golpe de 8 de janeiro não deixam dúvidas de que o fascismo veio para ficar. Nesse aspecto, com uma mudança tão drástica na conjuntura, não podemos nos movimentar como se estivéssemos no cenário dos governos do PT até 2015. Agora a luta é mais contundente porque disputamos com os fascistas as mídias, as ruas e o próprio chão das escolas.

Naquele contexto havia um governo de conciliação que atendia os interesses do grande capital enquanto promovia reformas de interesse do povo, embora à conta-gotas. Muito diferente da política regressiva do golpista Temer e o oposto da praticada por Bolsonaro.

É com essa caracterização que se deve engajar a educação na defesa de direitos. A posição do SEPE deve ser a de se manter independente de partidos e governos, mas seria um erro crasso colocar um sinal de igual para governo de Bolsonaro e Lula.

Hoje temos um dos piores governos da história do Rio de Janeiro. Sem nenhuma iniciativa consistente para a educação.

Sem saída aparente para a grave crise econômica, que faz do Rio de Janeiro o estado com a maior taxa de desemprego do Brasil, Castro faz o “mais do mesmo”, não inovando em nenhuma política de combate ao desemprego.

Para a população das favelas a carestia gerada pela crise econômica e pandemia é respondida

com violência, desrespeitando, inclusive, a decisão do STF que proibia operações em comunidades.

Até agora, vemos a falta de concursos públicos, reajustes ou aumento real do salário e qualquer assistência para servidores e estudantes no cenário pandêmico. A derrota do fascismo e da extrema direita é fundamental para conseguirmos lutar por mais investimento na educação, melhores salários e a derrubada das medidas de ataque à educação básica!

Não podemos esperar nada de novo nos próximos anos, senão luta. A categoria na Rede Estadual está convencida que o Piso do Magistério é um direito. E a pressão sobre o Governo Estadual para que pague o Piso deve ser sem trégua. Ao mesmo tempo, com o apoio da sociedade e comunidade escolar, devemos pressionar pela revogação da reforma do ensino médio em âmbito estadual.

REDE ESTADUAL

A pandemia desarrumou o cenário de luta que marcou a última década de mobilização. Até então a luta se dava em torno, sobretudo, da pauta salarial, desde 2014 congelada, e o regime de recuperação fiscal, além do fechamento de escolas, militarização e o "escola sem partido". A nítida precarização da rede foi tema de diversos embates na ALERJ, nas paralisações e atos e audiências com o governo.

Com a pandemia todos esses temas ficaram suspensos e foram substituídos por novas e urgentes prioridades. O não retorno de nenhum profissional sem segurança sanitária, a manutenção dos salários e gratificações, estrutura para o trabalho online e manutenção da qualidade do ensino. No início da pandemia foi vitoriosa a batalha para que o ensino remoto precário contasse como dia letivo. No cômputo geral o balanço foi positivo. Não houve corte de salário e o governo não retomou as aulas presenciais, mesmo com a pressão negacionista e do capital.

As posições acertadas do sindicato, nesse contexto, afastaram uma posição minoritária de que os educadores deveriam deixar de interagir com estudantes, posição que afastava o SEPE da solidariedade com a classe trabalhadora, que já sofria os impactos econômicos da pandemia.

A reabertura parcial e o retorno das atividades políticas fizeram o SEPE assumir a posição de protagonista em atos gerais que pediam o fim do governo genocida de Bolsonaro e mobilizações simbólicas que exigiam direitos da educação. A pandemia diminuiu o ímpeto do governo Witzel e depois Castro de levar a frente o plano de controle do espaço escolar na proposta dos reservistas/inspetores.

Não se pode deixar de afirmar que a pandemia foi um período de perdas de direitos, justamente porque os governos municipais, e o governo estadual não fez diferente, se valeram da dificuldade de mobilização para impor derrotas ao funcionalismo e tirar direitos.

O principal ataque foi o acordão entre Castro e André Ceciliano para a aprovação do pacote de maldades, que entre outros pontos acabou com o triênio dos novos concursados, mas houve luta na ALERJ. O SEPE convocou a categoria e a dificuldade de mobilização gerada pela pandemia não impediu, como em outros momentos, que os servidores, em massa nas ruas, barrassem o pacote.

A política do pacote aprovado no final do ano passado é a mesma que vem sendo propagada por diversos setores do empresariado e parte dos neoliberais, que resumo diagnostica o Estado do Rio de Janeiro como quebrado devido aos gastos descontrolados, sobretudo com os salários dos servidores.

Um verdadeiro engodo que busca desviar a atenção da rapinagem com os recursos do Estado

gerados pela corrupção, os gastos impagáveis com os grandes eventos e as isenções indiscriminadas.

É evidente que a perda de arrecadação relacionada aos royalties piorou o que já estava ruim, mas houve crime contra o dinheiro público, conforme investigado na CPI do Rioprevidência.

O ataque ao serviço público é o foco desses setores da elite do nosso estado. Isso se dá tanto com o ataque ao direito dos servidores quanto na diminuição da oferta e precariedade dos serviços.

O desafio colocado para a luta dos(as) educadores(as) é combater os ataques ao saber docente, como na chamada Reforma do Ensino Médio. A Reforma permite a uberização da profissão docente, permitindo que profissionais de outras áreas possam atuar como professores(as). Do ponto de vista pedagógico nivela por baixo o ensino, ampliando a desigualdade entre escolas privadas e públicas.

Outro desafio é impedir o fechamento de escolas, turnos e turmas. A diminuição drástica da oferta de ensino é uma política de Estado desde Sérgio Cabral. Essa política tende a ganhar novo impulso devido a evasão escolar, resultado da pandemia. Dessa forma, combater a evasão e o argumento do fechamento de escolas caminham juntos.

Também está colocado o desafio de impedir a demissão dos animadores culturais. O Estado nunca regularizou a vida funcional destes companheiros que já estão há mais de 30 anos na rede estadual. O SEPE, acertadamente, está usando todas as armas nesse combate, tanto as mobilizações de rua, quanto as ações jurídicas e articulações políticas com pressão na ALERJ.

No plano salarial é preciso fazer o Estado do Rio de Janeiro cumprir a lei e pagar o Piso Nacional. Com o recente reajuste o fosso aumentou ainda mais. A política de reajuste de Castro é uma vergonha e está longe de recompor as perdas de anos sem aumento, ainda mais com o processo inflacionário vivido. Correta, a posição da direção do SEPE de defender junto a categoria a mudança de modelo de reajuste para adequação ao piso frente a tradicional reposição de inflação mais ganho real.

De outra forma é preciso reafirmar que a pressão do sindicato pelo pagamento dos abonos advindos do FUNDEB surtiu efeito e o governo no final do ano retrasado abriu o cofre. Mas também é preciso dizer que a política que contempla a categoria é do reajuste com base no piso, para que os valores possam repercutir no plano de carreira da categoria e nos aposentados, que ficaram de fora com a política de abonos. Nesse sentido, o SEPE precisa fazer uma ampla campanha de defesa do plano de carreira da categoria.

Outro desafio é impedir o duplo trabalho a partir das aulas síncronas e do ensino remoto. Não podemos admitir que diante de tamanho prejuízo sofrido pelos educadores, a continuidade da pandemia seja marcada pelo sobretrabalho.

Por fim o desafio da rede estadual é recompor sua base pressionando por concurso público e fazer justiça para com os educadores explorados na GLP, garantindo uma rápida e transparente migração para o regime de 30 horas.

REDES MUNICIPAIS

Após 2018 o bolsonarismo se fortaleceu no interior e no entorno da capital. Os prefeitos aliados de Bolsonaro seguiram sua política de arrocho e de ataque a educação. Não poderia ser diferente, na medida em que é da educação a maior parte do contingente do funcionalismo, e também o que impõe maior resistência.

Por isso os ataques ao sindicato com cortes de licenças, corte de repasses, atraso nos pagamentos, o fortalecimento de sindicatos pelegos e aliados dos governos e perseguição a dirigentes tendem a se acelerar no próximo período. É preciso resistir, e a unidade com os demais servidores e ampliação da base do SEPE na categoria são políticas que devem nortear a atuação de todos os núcleos.

Outro ponto importante é a construção de políticas e pautas comuns. Um exemplo positivo foi a unidade dos núcleos de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Tanguá na confecção de outdoors para denunciar a abertura prematura de escolas em meio a pandemia. Iniciativas como essa devem se espalhar por todo estado.

Os ataques são os mesmos e a resistência deve partir de pautas comuns. É preciso evitar uma tendência de autonomização exacerbada dos núcleos que pouco se comunicam entre si. E a construção de campanhas comuns organizadas pelo SEPE Central é a saída para atomização. A força do SEPE está na sua capacidade plural de representação. A experiência de enfrentamento com os governos deve ser compartilhada e a solidariedade entre os núcleos deve ser uma política permanente.

É necessário abandonar a míope ideia de unidade que fica restrita somente na unificação das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro. É preciso construir um calendário de luta comum, que envolva todas as categorias representadas no SEPE. No momento, pauta comum da maioria das redes municipais é a luta pelo piso nacional do magistério e dos funcionários, 1/3 de planejamento, concurso público e gestão democrática.

As redes devem avançar na organização ocupando espaço nos conselhos em que o SEPE, por direito, tem acento. O SEPE deve organizar essa participação com formação e orientação política, tendo como horizonte a melhoria das redes, o atendimento à população e a melhoria salarial e de condições de trabalho. Avançar na relação com o funcionalismo organizando os movimentos unificados de servidores, buscando pautas comuns.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Derrotar o bolsonarismo deve ser a tarefa unitária de todas as forças políticas e educadores independentes que se propõem a ser a direção nos próximos três anos.

Foi Bolsonaro, governadores, prefeitos e parlamentares bolsonaristas que mais atacaram a educação. Estiveram na linha de frente do corte de recursos, aprovaram e colocaram em prática legislações e decretos que amordaçavam e puniam educadores. Atuaram para regressão de políticas inclusivas, de gestão democrática e de autonomia escolar.

Nesse período, vimos avançar em todos os níveis uma série de ataques a nós, profissionais da educação. Vivemos a falta de reajuste, o empobrecimento do conteúdo pedagógico da educação básica com o avanço da BNCC e do Novo Ensino Médio. Tudo isso somado à perseguição de educadores(as) por conta de materiais didáticos ou apenas opiniões colocadas no espaço escolar.

Mas nada disso aconteceu sem a resistência firme da nossa categoria. Foram dezenas de mobilizações.

Está colocada a necessidade de continuar e ampliar nossa mobilização. A pandemia piorou a educação do povo, além de aprofundar as desigualdades.

Precisamos continuar denunciando o projeto autoritário do “escola sem partido”, cobrando o arquivamento de todos os projetos de lei que tramitam nas casas legislativas. Nos solidarizan-

do com os profissionais, que vez ou outra, são constrangidos por esse movimento ou por parlamentares de extrema direita. Ao mesmo tempo, é cobrar o fim das escolas cívico-militares. Pressionar para os incentivos de Bolsonaro para sua implementação sejam revogados.

No plano pedagógico o SEPE deve se posicionar firmemente contra o homeschooling, defendendo a escola como espaço de socialização e aprendizagem insubstituível.

Evidente que a precarização da escola pública, marcada pelo pouco incentivo ao trabalho docente, é o fator primordial para o surgimento de propostas com as escolas cívico militares e o homeschooling. O apoio de parte da população é plenamente justificável. Por isso o SEPE deve redobrar seu esforço de pressão sobre a expansão quantitativa e qualitativa das redes de educação, com orçamento carimbado para estrutura das escolas e garantia do quadro profissional na quantidade adequada.

Todo início de ano o SEPE denuncia a falta de professores(as) e funcionários(as). É preciso antecipar a campanha para constranger os governos a convocar profissionais já nas férias escolares e ganhar a comunidade escolar para essa bandeira de recomposição do quadro de docentes e funcionários(as) das escolas.

A diminuição dos tempos das disciplinas obrigatórias e a substituição por disciplinas eletivas é um escândalo que amplia ainda mais o fosso entre a escola pública e privada.

A Reforma do Ensino Médio é a face mais perversa do projeto das elites para os jovens da classe trabalhadora. Aproveitam o apelo da juventude por um ensino médio mais dinâmico e adequado aos desafios impostos pelo mundo atual, e apresentam um engodo de disciplinas inúteis em detrimento da retirada de conteúdos obrigatórios essenciais para formação do jovem em busca de uma educação de qualidade e emancipadora.

Por fim é preciso pressionar para que a gestão democrática na escola se torne realidade. Nesse sentido é preciso iniciar uma campanha unificada para eleição de diretores(as) de escolas em todas as redes representadas pelo SEPE.

No âmbito dos conselhos, o SEPE/RJ deve incentivar a ocupação desses espaços, reforçando iniciativas de formação de novos conselheiros.

BALANÇO DAS LUTAS E CONCEPÇÃO SINDICAL

Já faz 7 anos da última grande greve da Rede Estadual e 9 anos da última greve da Rede Municipal do Rio de Janeiro. De lá pra cá as condições de trabalho pioraram e os salários proporcionalmente diminuíram. Direitos foram retirados e as lutas refluíram. O arrocho imposto pelos governos Witzel/Castro e Crivela/Paes ampliou o fenômeno da venda de hora extra (GLP no estado e Dupla no município).

A categoria com salário curto e dependente desse expediente de complementação salarial fica cada vez mais temerosa em fazer paralisações, quiçá greves, com o temor de ter salário significativamente descontado. Mesmo assim o SEPE, corretamente, buscou organizar a categoria no período pré pandemia nas mobilizações gerais patrocinadas pela CNTE em defesa de pautas comuns. Sem dúvida a luta principal dos últimos anos foi o direito de greve em defesa da vida, política inovadora que produziu lutas que vão ficar para a história. Inúmeras redes municipais não se renderam aos ditames autoritários dos governos, muitos com influência bolsonarista, e que desprezavam a vida dos educadores, e foram a greve.

Durante os últimos anos a crise do estado teve sua resposta nas ruas. O SEPE sempre esteve lá. É difícil encontrar um município em que o SEPE está organizado e que não tenha sido ativo na

disputa com o poder local.

Essa constatação não deve servir para reafirmação de vanguardismos. Ultimamente esse tem sido um tema difícil nos nossos espaços de militância. Assembleias com menos de 100 pessoas "tirando" paralisação para uma rede de ensino de 70.000 profissionais não parece razoável. Para nós, radicalidade se expressa nas ações de massa. Radical é uma greve que para mais de 70% de uma rede de ensino. Apostamos na construção da greve de massas como em 2016.

Como concepção entendemos que a unidade da classe deve ser sempre buscada. O SEPE esteve muito tempo filiado a CUT. Hoje o sindicato não está filiado a nenhuma central. Entendemos que a tentativa de unir Intersindical e Conlutas foi acertada, mas não logrou êxito.

Também reafirmamos que frente a esse cenário de impossibilidade de unidade das centrais Conlutas e Intersindical não há mais sentido a manutenção da cláusula estatutária que permite até 4% da arrecadação mensal do sindicato para atividades que comunguem esforços para unidade de ambas.

Em relação a CNTE defendemos que o SEPE aprove o retorno à entidade, mas que esse retorno fique condicionado a uma avaliação no próximo congresso.

Um princípio fundamental que norteia nossa concepção sindical é o da independência de classe. Significa que assumimos, com toda segurança, que na luta de classes, os interesses de patrões e trabalhadores são opostos, antagônicos e inconciliáveis. Defendemos a autonomia do sindicato em relação a partidos e governos, no entanto, não compactuamos com a leitura de "demonização" dos partidos. Não acreditamos que o "apartidarismo" ou "antipartidarismo" seja um certificado de salvo-conduto, ou seja, sinônimo de independência. A rigor muitas das organizações (coletivos, movimentos, entre outros) que atuam no SEPE, são verdadeiros partidos. Por isso, reafirmamos a independência do sindicato em relação a partidos (das mais diversas matizes).

Outro ponto importante é a organização do SEPE pelas bases. No passado foi exitosa a política de ampliação do SEPE pelo interior. Aproveitou-se a força da rede estadual (nas décadas passadas muito maior que hoje) e organizou-se as redes municipais. De lá para cá as direções nos núcleos foram ganhando importância, na medida que as redes municipais foram também aumentando seu quantitativo de matrículas, seja pela política de expansão por conta do FUNDEF e depois FUNDEB, seja pela política de municipalização implementada pelo Estado. Hoje, as redes municipais têm a maioria das matrículas dos alunos da escola básica. Isso nos dá a dimensão da importância da organização dos núcleos e das regionais da capital.

Isso não significa que a política de ampliação do SEPE pelo interior não precise de ajustes. O SEPE há mais de uma década introduziu a política do repasse mínimo, isto é, um mínimo de recursos destinado aos núcleos pelo SEPE–CENTRAL para que o núcleo se articule até a filiação dos profissionais das redes municipais. Essa política foi bem sucedida em alguns casos, em outros nem tanto. Por exemplo, é preciso reavaliar o trabalho feito em núcleos que há mais de uma década apresentam o mesmo quadro de filiados. Núcleos, inclusive, que ficam a gestão inteira sem comparecer aos fóruns do SEPE e reaparecem nas eleições.

Nesse momento de crise, com todas as redes sofrendo ataques, a desarticulação das direções dos núcleos facilitará o trabalho dos governos. O campo **Unidade, Luta e Democracia** defende que esse congresso deve fazer um chamado à militância do sindicato a participar do próximo pleito. Nessa conjuntura precisamos de todos que estão chegando ou chegaram nas últimas greves, mas também daqueles(as), que por diversos motivos, deram "um tempo" da militância. **A unidade que defendemos é também geracional!**

Defendemos a manutenção da proporcionalidade para a composição da direção como forma de armar a categoria para os embates no futuro. Não temos ilusão sobre seus limites, mas temos a compreensão de que a majoritariedade não traz os benefícios que muitos prometem. O suposto ganho organizativo, fruto de uma direção eleita inteiramente por uma chapa, pode ser um desserviço à diversidade política do sindicato. O SEPE é um sindicato de base estadual que compreende também as redes municipais, portanto, deixar de fora da direção determinadas expressões políticas com representatividade real na base, sobretudo nesse contexto em que necessita tanto de unidade, é um grave erro político.

Para nós, a fórmula que pode responder a essa negativa pulverização da direção é a criação de um patamar mínimo de 10% de votos para compor a direção. Não podemos mais conviver com chapas que não assumem tarefas sob o argumento de serem minoria. Ou de ficar ao sabor das articulações políticas que por vezes colocam a categoria refém de interesses de autoconstrução.

ESTATUTO

Mudança do artigo 2°

Art. 2° - O SEPE/RJ tem por finalidades: I - reunir e congregar os professores, funcionários administrativos, orientadores e supervisores, **animadores culturais,** ativos e aposentados, enfim, os profissionais de educação das redes públicas de educação Estadual e Municipais do Estado do Rio de Janeiro;

Mudança no artigo 4°

Art. 4° - Têm direito a ser sócios do SEPE/RJ todos os professores, funcionários administrativos, orientadores e supervisores, **animadores culturais,** ativos e aposentados, das redes Estadual e Municipais, de todo o Estado do Rio de Janeiro;

Justificativa: As mudanças em ambos artigos têm como objetivo reafirmar a importância dos animadores culturais como parte da categoria de educadores abrangida pelo SEPE. Nesses tempos nebulosos de ataque aos direitos dos trabalhadores, por uma simples formalidade, querem exonerar servidores que há mais de 20 anos dedicam suas vidas a uma educação de qualidade. Querem privar nossos estudantes do heroico trabalho dos animadores. Por isso, o SEPE deve reafirmar no seu estatuto que os animadores culturais são o SEPE e o SEPE são os animadores culturais.

Mudança no artigo 74

Art. 74 - Constituem o patrimônio do SEPE/RJ: I - a receita resultante das contribuições mensais pagas pelos associados; II - os bens móveis e imóveis; III - os legados, doações e concessões feitos em caráter permanente; IV - os títulos de crédito que pertençam ou venham a pertencer ao SEPE/RJ; V - as subvenções e auxílios que sejam destinados ao SEPE/RJ;

VI - o fundo de greve, que é composto por, no mínimo, 10% (dez por cento) da renda financeira bruta do SEPE/RJ que será utilizado especificamente nas possíveis greves a serem deflagradas pela Categoria, sendo depositado em conta específica, **podendo ser utilizado para o pagamento de despesas do sindicato com a greve, tais como deslocamentos, mobilização, materiais entre outras.**

Justificativa: Em três anos em vigor esta regra estatutária não atendeu a seus objetivos. Impedir que o sindicato utilize os recursos do fundo de greve nas atividades da própria greve é um grande equívoco de concepção. Primeiro porque retira recursos do processo da greve, no limi-

te, despotencializa a greve. Pensar que o sindicato com dinheiro em caixa não pode gastar os recursos do fundo de greve com materiais, transporte, aluguel de espaços se apresenta como um grave equívoco. Segundo porque não resolve o problema da carestia gerada pelo corte dos salários. A não ser para greves da "ultravanguarda". É só fazermos as contas: 30.000 grevistas na greve do Estado acessando o fundo de greve num valor de 200 reais seriam 6 milhões. O fato é que não temos 6 milhões em caixa e que 200 reais não resolve nem a metade dos problemas da categoria, no caso de corte integral de salário. Mesmo assim, essa conta milionária vale para gastos em 1 mês de desconto. Temos, portanto, que garantir uma greve vitoriosa, e não iludir a categoria com ressarcimento de salário em caso de desconto.

Introdução do artigo 90 com a seguinte redação: "O Comando de Greve será instituído no ato de deflagração da greve e será desmobilizado com a suspensão da mesma. Será composto de membros da direção eleita e da base eleita nas escolas.

I – A função do Comando de Greve será operacionalizar as decisões das assembleias.

II – No caso das Redes Municipal do Rio de Janeiro e Estadual o critério deformação do Comando de Greve será o mesmo de formação do conselho deliberativo, já disposto nesse estatuto.

Justificativa: Outro tema relacionado a greve é a organização do chamado comando de greve. Defendemos um comando de greve com membros votados nas escolas. Para nós o comando de greve é um operativo que encaminha as tarefas políticas definidas nas assembleias, organiza a corridas as escolas, prepara os atos, aufere índices de paralisação, entre outras tarefas operativas. Não é, em hipótese alguma, um substituto, mesmo que temporário, das direções. Os representantes do comando devem também ser organizadores das suas escolas para que possamos dar um salto de qualidade potencializando a formação política na luta direta. **Afinal, quem tem medo da base?**

Na greve do Estado em 2014 tivemos uma experiência negativa com o Comando de Greve. Naquela ocasião, por decisão do Comando de Greve, os gastos com a greve superaram em muito o razoável. Um comparativo importante foi que a greve de 1 mês e meio em 2014 foi tão custosa quanto a greve de 5 meses em 2016.

Na nossa avaliação isso se deu devido a uma visão equivocada de que o controle de gastos não é importante para a categoria. Além disso, deu-se força deliberativa a uma "instância" que não garantia a representação dos educadores em greve. Na nossa avaliação o Comando de Greve é uma condensação dos Comandos de Greves de núcleos e regionais, que por consequência já é composto pelos comandos de greve das escolas. Que sentido faz em deslocar um militante para a discussão no Comando de Greve da Rede Estadual, se esse militante ainda não conseguiu organizar o comando de greve na base da escola?

O comando de greve deve ser composto de membros da base e das direções. Deve ser um espaço de organização da luta, e não um espaço de disputa interna pelo aparato do sindicato.

Mudança no Art.63

Justificativa: Visando manter a representatividade das direções, mas evitando a pulverização excessiva desta e seus males afins —como diretores "sem base" ou que não assumem tarefas sob o argumento de serem minoria— propomos a instituição da proporcionalidade qualificada, na qual as chapas para ingressarem na direção devem ter um patamar mínimo de 10% dos votos. Tal iniciativa, além das vantagens descritas acima, incentivaria as forças políticas com mais afinidade a buscar alianças e não apenas montarem chapas visando a autoconstrução, com os

danos que esta acarreta para o sindicato e a categoria.

Art. 63 – Os membros da diretoria serão eleitos em chapa completa, por votação direta e secreta dos sócios efetivos.

§ 1o – As Diretorias do SEPE/RJ, Núcleos e Regionais serão eleitas conforme proporcionalidade qualificada na base e sua composição se dará pela aferição dos votos válidos depositados em urna, excluídos os votos brancos e nulos e das chapas que não cumprirem o estabelecido no §°2.

§2° As diretorias do SEPE/RJ, Núcleos e Regionais, será composta pelas chapas que obtiverem, no mínimo, 10 % (dez por cento) dos votos. [...]

§ 5o – A distribuição dos componentes da Direção Estadual entre as chapas será feita do seguinte modo: divide-se o número total de votos obtidos por cada chapa (**que cumpra o critério estabelecido no §°2**) por 1 (um), por 2 (dois) e assim sucessivamente até atingir o número de membros que ela conquistou na proporcionalidade. O coeficiente de cada cálculo indica a pontuação de cada membro eleito. A escolha dos cargos na direção será feita pelas chapas, respeitando a pontuação de cada membro eleito, sendo preenchidas proporcionalmente aos votos obtidos nas eleições.

MUDANÇA DO Art. 64

§9° Aprovada a limitação de **3 mandatos para diretores** – contando o atual mandato – conforme deliberado no XIV CONGRESSO.

Justificativa: Visa manter o SEPE/RJ, núcleos e regionais organizado. Para defesa da categoria se faz necessária uma direção politica que reúna novos e antigos, no sentido de que o acúmulo das gestões possa passar de direção para direção, sem que possa ocorrer um verdadeiro desmonte do sindicato.

ASSINAM A TESE ACIMA

ADRIANA CAMARGO DE MELO, O E, E M BARRO BRANCO, CAXIAS

ADRIANA DE CASSIA AVELAR, E M STA LUZIA

ADRIANA GONÇALVES PEREIRA, E E MUNICIPALIZADA ITAITINDIBA, SG

ALDO JERONIMO DA SILVA, REDE MUNICIPAL DE CAXIAS, C E M ÁLVARO ALBERTO

ALDRACIR CASANOVA CUNHA, REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, CIEP VK 8A CRE E C E HERMÍNIA OLIVEIRA DE MATTOS, MANGARATIBA

ALEXANDRA DE OLIVEIRA, REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CAXIAS, C.E.ALVARO NEGROMENTE E E.M SERGIPE

ALINE ANTUNES TINOCO MENDES NELTO, REDE MUNICIPAL DE CAXIAS

AMANDA NOGUEIRA DUTRA, C E COMENDADOR SOARES, SJM

ANA CAROLINA DE MOURA ROQUE, REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

ANA LÚCIA CHALITA, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

ANA PAULA BRAZ - PROFESSOR NA E.M. PREFEITO NICANOR FERREIRA NUNES, SG

ANA PAULA DA CUNHA TELLES, CIEP 228: DARCY VARGAS E DIRETORA DO SEPE CAXIAS

ANA REGINA DA SILVA MORATO GONÇALVES, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

ANA VALÉRIA DIAS PEREIRA, C E MÁRIO TAMBORINDEGUY, SÃO GONÇALO

ANDERSON SARMENTO, ESCOLA MUNICIPAL JARDIM MAR ITAGUAÍ

ANDRÉA FILGUEIRAS MENDES, UMEI NEUSA BRIZOLA, NITERÓI E CIUG DE SG

ANGELICA HERDY LOPES, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

ANTONIO ALVES FILHO, REDE ESTADUAL, SERVENTE, C E LARA VILLELA

ANTONIO CARLOS MATEUS DOURADO, E M SANTA LUZIA, CAXIAS

ARACY GOMES (CORINA), FUNCIONÁRIA DO MUNICÍPIO , DIREÇÃO DO SEPE CAXIAS E SEPE CENTRAL

ARIANA LOURENCO DA SILVA, REDE MUNICIPAL E DIREÇÃO DO SEPE MAGÉ-GUAPIMIRIM

ARILSON MENDES SÁ, PROFESSOR DAS REDES: ESTADUAL E MUNICÍPIO DE CAXIAS, DIRETOR DO SEPE CAXIAS

ARLAN TRINDADE MACHADO,ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA TACIANO BASÍLIO ITAGUAÍ

CARLA DE ANDRADE COUTO, E M PRESIDENTE COSTA E SILVA

CARMEN LIDIA SANTOS GESTEIRA, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

CARMEN LUCIA AUGUSTO DE SOUZA, APOSENTADA REDE ESTADUAL

CÁSSIA GUEDES MONTEIRO, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

CÁTIA LÚCIA MARINHO TORRES, REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

CECILIA TERESA NUNES PENNA, E M ELIZABETH LOPES CABRAL E DIRETORA DO SEPE CAXIAS

CLAIR E.C. DELGADO, E.M. STA. LUZIA É CIEP 330

CLÁUDIA MARIA FORTES, APOSENTADA REDE MUNICIPAL NITERÓI

CLAUDIA ROMÃO DA SILVA, E E ASSIS CHATEAUBRIAND, CAXIAS

CLAUDIELLE PAVÃO DA SILVA, E M LEVY MIRANDA

CLEOMAR PEREIRA, E M SANTOS DUMONT, JAPERI, DIREÇÃO SEPE NÚCLEO JAPERI

CONCEICAO ALBUQUERQUE, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL

CONCEICAO DIONISIO, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL

CORDELIO GUIMARAES DA COSTA, C E PEDRO ÁLVARES CABRAL

CRISTIANE BELGA TOMÉ MACHADO, CIEP 386: GUILHERMINA DA SILVA

CRISTIANE DE MATOS PAULO, REDE MUNICIPAL DE MAGÉ DE GUAPIMIRIM, E DA DIREÇÃO DO SEPE MAGÉGUAPIMIRIM

CRISTINE SANTOS DO AMARAL MATOS, APOSENTADA, DIRETORA DO SEPE /ITABORAÍ

DANILO CABRAL DE AGUIAR, ESCOLA MUNICIPAL MAESTRO FRANCISCO MIGNONE (CIEP 496) ITAGUAÍ

DENISE DE CARVALHO OLIVEIRA, C E CONDESSA DO RIO NOVO, NÚCLEO TRÊS RIOS

DENISE DORIA LACERDA MORAES, UMEI NEUSA BRIZOLA, NITEROI

DENISE VIEIRA DEMETRIO, C E CARLOS PEREIRA GUIMARÃES FILHO

DEONEDES LEANDRO BERSACULA, REDE ESTADUAL, DIRETOR ADJUNTO, C E OPERÁRIO JOÃO VICENTE

DINALVA O. SOBRINHO, CIEP 220 YOLANDA BORGES

DIOGO LEITE DOURADO, E M PREFEITO NICANOR FERREIRA NUNES, SG

DIRCEU JUNIO BEZERRA FERREIRA, E M SANTO ANTÔNIO

EDILBERTO FERREIRA DOS SANTOS, PROFESSOR DA E M PROFESSORA AINDA VIEIRA DE SOUZA, SG

EDIMEA C.S.FONTELLO, APOSENTADA, CAXIAS

ELAINE BERNARDO SANTOS DE FREITAS, E M PROF. AMÉLIA CÂMARA DOS SANTOS, CAXIAS

ELDA PIMENTEL DA SILVEIRA, E E M MONSENHOR ALBUQUERQUE, DIREÇÃO SEPE NÚCLEO SÃO GONÇALO

ELIANA DE OLIVEIRA, CIEP 125 PAULO ROBERTO MACEDO DO AMARAL, SG

ELIANE ALMEIDA DE SOUZA E CRUZ, APOSENTADA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL SÃO GONÇALO

ELIANE RITA ARRUDA, APOSENTADA DE ITABORAÍ

ELIZANGELA DE MORAES LOPES MONTEIRO, PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU E DIRETORA DO SEPE MERITI

ELZA MENDONÇA, APOSENTADA NO ESTADO E NO MUNICÍPIO DE CAXIAS

ELZA SANTOS SOUZA FILHA DUARTE, APOSENTADA, CAXIAS

EMILY COUTINHO DE ALMEIDA E SOUZA, E M JOSÉ MANNA JÚNIOR, SÃO GONÇALO

ERIKA MARIA ALBERNOZ, E M ERNANI FARIAS, SG

ESTER DOS SANTOS BRITO, APOSENTADA, CAXIAS

EVA PEIXOTO GOMES,E. M. CASTELLO BRANCO

FABIO MENEZES DA SILVA, CIEP 330

FABRICIA JANAINA DA SILVA TRAJANO, DIREÇÃO NÚCLEO SEPE MAGÉ-GUAPIMIRIM

FÁTIMA COSTA, ESCOLA MUNICIPAL FUSAO FUKAMATI ITAGUAÍ

FÁTIMA CRISTINA D. DE SOUZA, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

FELIPE MUNIZ ROCHA, C E VISCONDE DE ITABORAI E CIEP 130 EM ITABORAÍ

FELIPO DA SILVA TARDIM, E M LUIZ GAMA BORGES, CAXIAS

FERNANDA FURTADO SIMIAO GIMENES, INSPEÇÃO ESCOLAR DE MARICÁ E CEIM PROFESSORA ONDINA DE OLIVEIRA COELHO, SG

FERNANDO DE SOUZA, FUNCIONÁRIO ADMINISTRATIVO, DIREÇÃO SEPE NÚCLEO JAPERI

FLÁVIO LOPES, DIRETOR DO SEPE CENTRAL E SEPE TERESÓPOLIS

GABRIELLE FERREIRA, E M BARRO BRANCO

GIZELDA A. AGUIAR, E MCORONEL ELIZEU

GLAUBER MORAES FARIA; DIREÇÃO SEPE NÚCLEO MAGÉ-GUAPIMIRIM

GUSTAVO MIRANDA, REDES: ESTADUAL E MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

HELENITA BESERRA, REDE ESTADUAL, DIRETORA DO SEPE RJ E DO SEPE MERITI

HELONEIDA LEAL DEOLIVEIRA, SUPERVISORA SG

ILANA CARDOSO, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL DE SÃO GONÇALO

IRENE CRISTINA FRANCISCO MENDES - C E PANDIA CALÓGERAS, SG

IVANIA BRAGANCA CARDOSO, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

IVIS DE SOUZA MARQUES, C E BRIGADEIRO NOBREGA

IZABEL CHRISTINA D SALLES, DIRETORA E M PEDRO RODRIGUES DO CARMO, CAXIAS

JANAINA SAMPAIO, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

JANETE RAMOS SANTANA, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

JANILDA REIS DO VALE MELO, E M PROF. AIDA VIEIRA DE SOUZA, SÃO GONÇALO

JANINE C. MARTINS, APOSENTADA, CAXIAS

JAQUELINE BARBOO VIOLANTE, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE SG

JESSICA VILLAS BOAS, CIEP 031: LÍRIO DO LAGUNAS

JOCILEA PITTA REIS, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE SG

JORDAO BRUNO NETO, APOSENTADO DO IPASG

JORGE LUIZ ROCHA, UERJ

JOSÉ RICARDO VIDAL, C M CASTELO BRANCO E DIRETOR DO SEPE SÃO GONÇALO

JOSELINA DE SOUZA, APOSENTADA DE TANGUÁ

JOSIANE DE MATTOS PEIXOTO ANTONIO DA SILVA, E M PROFESSORA MARGARIDA ROSA MARQUES GALVÃO, SG

JOVELINA ALMEIDA, APOSENTADA E DIRETORA DO SEPE CAXIAS

JULIANA DRUMOND, REDE ESTADUAL, DIRETORA DO SEPE MERITI

JÚLIO CÉSAR BARBOSA DE ANDRADE, ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA TACIANO BASÍLIO ITAGUAÍ

JULIO CESAR JOAO PEREIRA, E M PRESIDENTE CAFÉ FILHO

JULIO CESAR MACHADO, REDE ESTADUAL, CABO FRIO

KARLA SANTOS COUTO, E. M. PAULO ROBERTO DE MORAES LOUREIRO

KATIUSCIA LUCAS SEVERINO, ESCOLA MUNICIPALIZADA JOSÉ DE ANCHIETA

LAELIO LOUREIRO SANTOS, CIEP 178 JOÃO, SJM

LAERCIO MONTEIRO RIBEIRO, APOSENTADO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

LANIELE CORDEIRO BELGA DIAS - CIEP 125: PROFESSOR PAULO ROBERTO MACEDO DO AMARAL, SG

LEANDRO DE FREITAS LIMA, REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE MAGÉ E DA DIREÇÃO DO SEPE MAGÉ-GUAPIMIRIM

LEILA MELLO, APOSENTADA

LEILIANA ALVES DE SOUZA, ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA TACIANO BASÍLIO ITAGUAÍ

LILIAN DE SANTANA AGUIAR, REDE ESTADUAL, CIEP 228: DARCY RIBEIRO

LILIAN DE MATOS PEREIRA, IEGRS

LIVE FRANÇA DE CARVALHO, CIEP 364 NELSON RAMOS

LUCI FERREIRA DA SILVA, E M ARISTIDES ARRUDA, JAPERI

LUCIA HELENA LIMA DE CARVALHO, E M LENIR FERNANDES

LUCIA HELENA PEREIRA , APOSENTADA DE SG

LUCIANA VALERIO DE MELO, E M BARRO BRANCO

LUCIENE ANDRADE DE SOUZA, E M PROF ONERES N. OLIVEIRA

LUIZ ABREU, APOSENTADO DA REDE ESTADUAL E MUNICÍPIO DE N I

LUIZA DOS SANTOS ABREU, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

MARCELLE CRISTINA REGO DE FIGUEIREDO, C E PROFª SANDRA MARIA SANTOS DE SOUZA, SJM

MARCIA CRUZ SAN BENTO, COZINHEIRA NA UMEI PASTOR BENEDITO PANISSET, REDE MUNICIPAL DE SG

MARCIA DA SILVA OLIVEIRA DE FREITAS, REDE MUNICIPAL DE SG

MÁRCIA FERNANDES VEIGA, REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

MÁRCIA NAZARETH SILVEIRA DA COSTA, REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

MARCIA REGINA LESSA, COZINHEIRA NA UMEI PASTOR BENEDITO PANISSET, REDE MUNICIPAL DE SG

MÁRCIA SILVA AMORIM, APOSENTADA REDE ESTADUAL, SÃO GONÇALO

MARCOS FELICIO, E M PAULO FREIRE, SG

MARCOS LUIS OLIVEIRA DA COSTA, E. M. ALTO DA BOA VISTA

MARGARETE COELHO DE SOUZA, C E M DR. ÁLVARO ALBERTO

MARIA ALICE VEIGA E SOUZA, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

MARIA AMELIA DA COSTA DARIS, APOSENTADA, CAXIAS

MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA NOVAES, APOSENTADA DE ITABORAÍ

MARIA BEATRIZ LUGÃO RIOS, APOSENTADA ESTADUAL, DIREÇÃO SEPE NÚCLEO SÃO GONÇALO

MARIA CANDIDA DA SILVA ALMEIDA, E.M. BARRO BRANCO EM CAXIA

MARIA DA CONCEICAO LOURENCO, REDE MUNICIPAL CAXIAS, APOSENTADA

MARIA DA GLORIA FERREIRA DOS SANTOS, FUNCIONÁRIA DA REDE ESTADUAL, DIRETORA DO SEPE CAXIAS

MARIA DAS GRACAS SILVA MENDES, C E ADÉLIA MARTINS, SG

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA LIMA, E M PASTOR HAROLDO GOMES, SÃO GONÇALO

MARIA DE FÁTIMA VEIGA BIZZO, APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

MARIA DE LOURDES CASTRO SANTOS, E M MÁRIO QUINTANA

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA MONTEIRO, APOSENTADA DO ESTADO E DIRETORA DO SEPE ITABORAÍ E TANGUA.

MARIA DO NASCIMENTO SILVA - APOSENTADA DE SG

MARIA ELISABETH RAPOSO MOREIRA, REDE ESTADUAL, C E PADRE ANCHIETA

MARIA EMILIA BARROS DO ROSARIO, APOSENTADA , REDE MUNICIPAL DE CAXIAS

MARIA IZABEL DE LACERDA, REDE MUNICIPAL DE SG

MARIA JOSÉ BERNADINO BARRADAS, ESCOLA MUNICIPAL FUSAO FUKAMATI ITAGUAÍ

MARIA LEA ALVES, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CAXIAS

MARIA LUISA BASTOS, APOSENTADA DE TANGUÁ;

MARIANA DA COSTA PAIXÃO, CIEP 032 CORA CORALINA, CAXIAS

MARILENE DA SILVA NOGUEIRA , APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE SG

MARILENE DE SOUZA, E M SANTOS DUMONT, JAPERI

MARINA C. GONDIM DA FONSECA, REDE MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM E DA DIREÇÃO DO SEPE MAGÉ- GUAPIMIRIM

MARINÉA PORTO DE SOUZA; APOSENTADA REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

MARISA GONZAGA DA SILVA, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE CAXIAS

MARTA MORAES, REDE ESTADUAL E DIRETORA DO SEPE RJ

MARTHA MOREIRA, E M ALMIRANTE A C S DUTRA E E M PAULO FREIRE L, NITERÓI

MAYARA CONCEIÇÃO DO AMARAL - E M PREFEITO NICANOR FERREIRA, SG

MICHELE ALVARENGA UMEI NEUZA BRIZOLA REDE MUNICIPAL DE NITERÓI E SÃO GONÇALO

MILA FERREIRA PEREIRA GUIMARAES, E M ALMIRANTE ALFREDO CARLOS SOARES DUTRA, SG

MIRACEMA ALVES DOS SANTOS, E M PROF HILDA DO CARMO

MIRIAM SOARES MACHADO, ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA TACIANO BASÍLIO ITAGUAÍ

MONICA RAMOS DOMINGUES CARREIRO, REDE MUNICIPAL GUAPIMIRIM E DIREÇÃO DO SEPE MAGÉ-GUAPIMIRIM

MONICA VENANCIO DA SILVA VIDAL, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL E DIRETORA DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE CAXIAS

NADIA DE AQUINO SIMOES, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE CAXIAS

NADIR DE CASTRO, APOSENTADA DE SJM

NELIA ELISABETE FAGUNDES DE SOUZA, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL, SG

NELSON RICARDO MENDES LOPES, GP 175 JOSÉ LINS DO REGO, SJM

NELSON SILVA DE OLIVEIRA, CIEP 175 JOSÉ LINS DO REGO, SJM

NEUSA ANSELMO DOS S. VALENTINS, E M BARÃO DO AMAPÁ

NEUZA NAZARÉ, APOSENTADA IPASG

NIELSON BEZERRA, REDE MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, MUSEU VIVO DO SÃO BENTO E DIRETOR DO SEPE CAXIAS

NILVA CARDOSO, E M LUIZ GAMA BORGES

ODISSEA ROCHA DE VALOI, APOSENTADA, CAXIAS

PATRICIA FERREIRA MARQUES, MERENDEIRA, REDE MUNICIPAL DE SG

PAULO JOSÉ ASSUMPÇÃO DOS SANTOS, E M NOVA CAMPINA E E M STA. LUZIA

PAULO ROBERTO QUEIROZ LIMA, CIEP 175, SJM E CEJA ROSA SOARES EM MESQUITA

REGINA FATIMA DA SILVA OLIVEIRA, E M PREFEITO NICANOR, SG

RENATA ROSEO, REDES: ESTADUAL E MUNICÍPIO DE CAXIAS, DIRETORA DO SEPE CAXIAS

ROBERTA GOMES NOGUEIRA LAURINDO, E M FILADÉLFIA, SÃO GONÇALO, E M DR. ANTÔNIO COUTINHO DE AZEVEDO, NITERÓI

ROBERTO MARTINS COSTA, E M BARRO BRANDO

RODRIGO DE JESUS OLIVEIRA FONSECA, DIREÇÃO SEPE NÚCLEO MAGÉ-GUAPIMIRIM

ROGERIO WILLIANS DE PAULA DUARTE, REDE ESTADUAL, INSTITUTO ESTADUAL GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

ROSA MARIA DOS S. P. TOMAS, APOSENTADA, CAXIAS

ROSANA CIPRIANO LAPA, APOSENTADA REDE MUNICIPAL DE CAXIAS

ROSANA F LARA, REDES MUNICIPAIS DO RIO E DE CAXIAS

ROSANA NUNES CARREGOSA, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DE CAXIAS

ROSANE SILVA, APOSENTADA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL SÃO GONÇALO

ROSANGELA RODRIGUES DIETRICH BREUER, APOSENTADA, SJM

ROSANGELA ROSA TEIXEIRA, MUNICÍPIOS DO RIO E DIRETORA DO SEPE CAXIAS

ROSE CIPRIANO LAPA , REDE MUNICIPAL E DIRETORA DO SEPE CAXIAS

ROSILENE MACIEL DOS SANTOS, ANIMADORA CULTURAL DO C E VIS-

CONDE DE ITABORAÍ, ITABORAÍ

ROTA DE CASSIA FERREIRA DA SILVA, E M CASTELLO BRANCO, SG

SANDRA REGINA FABIANO DO ROSÁRIO VIEIRA, ANIMADORA CULTURAL E DIRETORA DO SEPE MERITI.

SHIRLEY BRITO MORAES CARDOSO, E M PROFESSORA MARGARIDA ROSA MARQUES GALVÃO, SG

SIMONE LIMA, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

SIMONE LUIZA ARAGON, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL DE SÃO GONÇALO

SIMONE PAZ, E M JOAQUIM DA SILVA PEÇANHA

SIMONE VIANA BEZERRA LIMA, APOSENTADA DA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

SOLANGE DE ALMEIDA PASSOS, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL E OE NA REDE MUNICIPAL DE CAXIAS

SONELI ANTUNE ARLDT, APOSENTADA DAS REDES: ESTADUAL E MUNICÍPIO DE CAXIAS

TACIANA MICHELLI FERREIRA DA SILVA DE SALES, ESCOLA MUNICIPAL SEVERINO SALUSTIANO DE FARIAS ITAGUAÍ

TANIA DA COSTA GOUVEA, INSPEÇÃO ESCOLAR DE MARICÁ E CAIC ELOMIR, SG

TANIA SANTOLIM, C E PROFESSOR MURILO BRAGA, SÃO JOÃO DE MERITI

TATIANA DINIZ DA SILVA, C E PROFESSOR MURILO BRAGA, SJM

TATIANE FERREIRA DE SOUZA, UNIDADE MUNICIPALIZADA JARDIM DA INFÂNCIA MENINO JESUS DE SÃO GONÇALO

TELMA ANGELA DA SILVA RIBEIRO, APOSENTADA DE TANGUÁ;

THAMIRES RAMOS DOS SANTOS AGUIAR, CUIDADORA NA UMEI MENINO JESUS, SG

THAYS ROSALIN DE ARAUJO, E M CARMEM CORRÊA E CEPEMHED

VANDELITA ALVES DA SILVA, REDE MUNICIPAL SÃO GONÇALO

VANESSA DE AGUIAR TEIXEIRA ALVES, REDE MUNICIPAL DE CAXIAS

VANIA CRISTINA DE ALMEIDA, E M ROBERTO WEGUELIN DE ABREU

VERA LUCIA CONCEIÇÃO BARRETO, APOSENTADA DA REDE ESTADUAL E NO MUNICÍPIO DE CAXIAS

VERA LÚCIA DA SILVA SOUZA, CIEP 405: MINISTRO SANTIAGO DANTAS

VERA LÚCIA PINTO DA COSTA, APOSENTADA REDE ESTADUAL SÃO

VIVIAN FRANCISCO DE OLIVEIRA VIVIAN RIBEIRO - INSPEÇÃO ESCOLAR DE MARICÁ E E. M. ANÍSIO SPINDOLA TEIXEIRA, SG

VIVIANE DE B. FRANCISCO LOPES, APOSENTADA, CAXIAS

YARA DE SOUZA FERREIRA, E M JOÃO BRASIL, NITERÓI

É TEMPO DE ESPERANÇAR! POR UM SEPE DE LUTAS E DE VITÓRIAS COM A CNTE!

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A fome, o desemprego e a falta de acesso da população a serviços básicos continuam sendo problemas crônicosgerados pelo capitalismo na maior parte do planeta. A pandemia da Covid-19 fez com que as desigualdades aumentassem, em especial nos países pobres e nos ditos "emdesenvolvimento", como o Brasil, que concentram grande parte da miséria mundial. Segundo a ONU, em 2020, cerca de 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada e 811 milhões estavam na extrema pobreza, sendo 418 milhões na Ásia, 282 milhões na África e mais de 60 milhões na América Latina, com o Brasil acumulando mais de um terço da população miserável da região. Em contrapartida, os ricos nunca ficaram tão ricos na história recente! A riqueza das 2.750 pessoas bilionárias em todo o mundo somou 13,1 trilhões de dólares, em 2020, equivalente ao 3°maior PIB mundial, atrás apenas de EUA e China. O Brasil possui 65 bilionários, sendo que 20 deles ingressaram na lista da Forbes em 2020, ano em que se registrou recorde no percentual da população em grave risco social no país (24%). O aumento da pobreza no mundo decorre em grande parte do desemprego. A OIT estima em 220 milhões o númerode pessoas economicamente ativas desemprega das no planeta em 2021 (mais que a população do Brasil!). Em 2019, o número já era estratosférico: 187 milhões! Além da pandemia, os avanços tecnológicos, os déficits educacionais, a xenofobia, as discriminações raciais e de gênero e as mudanças climáticas têm influenciado diretamentea oferta de trabalho.

Os jovens formamo segmento com maior percentual de desocupação no mundo. Em 2020, a contração no emprego para a juventude foi de 8,7%, seguido de 5% para as mulheres e 3,9% para os homens. Entre as pessoas ocupadas no mundo, 60% estão na informalidade ou em contratos sem garantias do empregador, reforçando a pauta do trabalho decente. A recente ampliação e parceria de líderes nacionalistas e de extrema direita com os interesses neoliberais (vide Bolsonaro e Paulo Guedes, no Brasil) têm aumentado os conflitos regionais, a miséria e colocado em xeque os compromissos climáticos. A crise sanitária decorrente da pandemia do coronavírus foi acentuada por essas lideranças que se mantiveram em lados opostos da Organização Mundial de Saúde e de outras agências e governos que buscavam medidas de contenção e superação dos danos. Países como EUA, Brasil, Equador, Colômbia e parte significativa da Europa atrasaram e dificultaramo combate à pandemia e expuseram suas populações à morte e ao desemprego em massa. A 4ª onda da Covid-19 na Europa e na África, a partir de novembro de 2021, expôs dificuldades distintas entre as nações ricas e pobres para enfrentar e superar a pandemia. E essa situação é extremamente preocupante para o mundo.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/ ONU (2015 a 2030), assumidos na Rio+20 em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM/ ONU (2000 a 2015), foram quase todos rechaçados por líderes conservadores da extrema direita mundial, a exemplo de Jair Bolsonaro (Brasil) e Donald Trump (EUA), a ponto de o planeta ter regredido nos indicadores de combate à fome e ao aquecimento global. A posse do novo presidente americano Joe Biden, em janeiro de 2021, por um lado, passou a resgatar parteda agenda de justiça social e de preservação ambiental no mundo. Mas, de outra parte, manteve intactos os objetivos do imperialismo estadunidense ao redor do mundo, sobre tudo através das guerras híbridas comerciais que afetam economias e desestruturam regimes democráticos, abrindo caminho para dominações comerciais e subalternidades políticas. Essa nova tática de dominação – utilizada pela Operação Lava Jato no Brasil, envolvendo especialmente parte do Ministério Público Federal e a 13ª Vara Criminal de Curitiba, comandada pelo então juiz Sérgio Moro – ajuda a explicar a retirada das tropas americanas do Afeganistão, após a tomada do país pelo Talibã em 2021. Baixo interessecomercial e o fim de benesses políticas para exploração de riquezas naturais pelas multinacionais fizeram com que o pretenso discurso da autodeterminação dos povos superasse o compromisso em assegurar os direitos humanos (especialmente das mulheres), tal como vinha sendo praticado no período de aparente transição democráticanaquele país. Além da crise afegã, os conflitos e a pobreza no norte da África e em parteda Ásia, do Oriente Médio e nas Américas continuam gerando um dos maiores movimentos migratórios da humanidade.

O muro da insensatez de Trump continua de pé esem respostas efetivas por parte de outras nações que também se negam a receber dignamente refugiados e imigrantes famintos. O Brexit no Reino Unido e as inúmeras contendas na União Europeia em torno desse tema dão a dimensão de quão longe o velho continente está para superar o problema, que tem origem na falta de investimentos nos países periféricos capaz de gerar trabalho decente, distribuição de renda e fortalecimentodos regimes democráticos alicerçados nos direitos humanos, sociais, políticos, trabalhistas e ambientais. A agenda da classe trabalhadora para a superação do capitalismoperpassa por valores democráticos e pela socialização da riqueza produzida pelas nações. O socialismo democrático é a nossa bandeira de luta! E na ausência de modelos pré-existentes – não obstante avanços importantes verificados na China e os já vivenciados em Cuba e na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, todos passíveis de críticas em relação à representação política e às garantias individuais –, devemos pressionar governos e agências multilaterais a adotarem ações visando ao bem-estar social com foco no combate à miséria, ao desemprego e às enfermidades.

A regulação do capital especulativo e a financeirização das economias, com a captura crescente dos fundos públicos (educação, saúde, previdência etc) por instituições privadas, são outras duas prioridades. A regulamentação do trabalho decente, o respeito aos direitos humanos, às culturas e grupos étnicos minoritários e à diversidade de gênero e de etnias também precisam constar na pauta para um mundo de paz e igualdade. “Um outro mundo é possível!” e a retomada do Fórum Social Mundial, sob o tema “Justiça e Democracia”, caminha na direção desta importante retomada das lutas populares. O continente latino-americano merece atenção especial de nossa organização que atua em parceria com sindicatos de educadores da maioria dos países da Região, através da Internacional da Educação – IE. Após vivenciar o maior nível de crescimento econômico e social na primeira década do século – fruto das políticas inclusivas de governos democráticos e populares que se espalharam na Região.

CONJUNTURA NACIONAL

2023. É tempo de esperança! A vitória de Lula nas eleições presidenciais derrotou Jair Bolsonaro, abrindo o caminho para a derrota da extrema direita em nosso país e seu enfraquecimento a nível mundial.

Retirar da pauta do dia a agenda da extrema direita é uma tarefa difícil, pois significa disputar as consciências para uma lógica progressista. E esse embate só tem chance de vitória com a construção de um projeto de desenvolvimento nacional que, de fato, supere a agenda neoliberal. É preciso urgente reconstrução e transformação do Brasil, extremamente afetado pelas mudanças da última década desde o golpe de 2016.

Os anos seguintes ao golpe de 2016 trouxeram aos trabalhadores e trabalhadoras justamente os retrocessos que Dilma Roussef nos orientou a lutar contra, em seu discurso logo após a votação no Senado: o Teto de Gastos, a Reforma do Ensino Médio, a terceirização ilimitada, a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a autonomia do Banco Central. Aliado ao deus mercado, vimos o ressurgimento do militarismo no Brasil como força política. O bolsonarismo promoveu das mais altas às mais baixas patentes uma inédita militarização do serviço público civil: no último ano de Temer no governo, havia 2.765 militares m cargos do governo federal. Com Bolsonaro o número praticamente triplicou em dois anos, chegando a 6.175 membros das forças armadas na gestão federal.

Ataque aos trabalhadores e às trabalhadoras, celebrações do golpe militar de 1964 e ataques frontais ao direito básico de existência. Nos últimos quatro anos, disparou o número de armas compradas por civis a título de CACs, ao mesmo tempo que bateram recordes os assassinatos de mulheres, gays, transexuais, negros e indígenas. Seguindo as palavras de ordem de Jair Bolsonaro no Acre – “vamos metralhar a petralhada” – tivemos tragédias, como o assassinato do tesoureiro do tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu, o companheiro Marcelo Arruda, em sua própria festa de aniversário.

Em meio a esse período de agravamento das relações sociais, incluindo as familiares, vivenciamos o pior momento de nossa vida em sociedade: a pandemia do COVID-19. Não bastasse o imponderável de uma doença, que no primeiro momento não tinha vacinas nem medicamentos, ainda sofremos com o negacionismo científico patrocinado, principalmente, pelo governo de Jair Bolsonaro e seus aliados nos estados e municípios. Assim, ultrapassamos a marca de 700 mil brasileiros mortos e 37 milhões de casos confirmados. Esse número de óbitos corresponde a mais de 10% do total de mortes em decorrência de COVID 19 no mundo inteiro. O que vivemos aqui em nossa terra foi um genocídio programado, à medida que a vacina e as medidas de distanciamento social foram constantemente boicotadas pelo governo federal.

Em decorrência da crise pandêmica, a inevitável crise econômica, fruto da agenda ultraliberal de Paulo Guedes. O mundo em recessão gera uma massa de trabalhadores desamparados. O número de desempregados ultrapassou 15 milhões no início de 2021

Diante de um governo que debochava da vida e parecia compactuar com a morte, foi preciso que o congresso, em especial a oposição, se tornasse protagonista pela defesa do direto de sobrevivência do povo brasileiro. Enquanto no período crítico da pandemia a equipe econômica de Paulo Guedes propôs um auxílio emergência de 3 parcelas de R$200,00, coube aos partidos de oposição apresentar e aprovar o auxílio de R$600, mesmo sabendo que o governo usaria eleitoralmente aquele aumento na tentativa da reeleição.

E assim foi feito. Durante a campanha eleitoral de 2022, na tentativa desesperada de reverter a impopularidade, o governo Bolsonaro usou e abusou do poder de ter a máquina na mão. Foi aumentando o número de beneficiários dos programas sociais, conferiu empréstimos consignados a quem recebia os Auxílios Brasil e Emergencial, algo nunca antes visto, colocando de vez a Caixa e o Banco do Brasil na disputa pelo voto das classes populares.

Por muito pouco, a estratégia de institucionalizar a compra de votos não deu certo. Bolsonaro obteve 58.206.322 votos, 49,1% do total. Mas com 60.345.825, 50,9%, a democracia respirou aliviada com a vitória de Lula e, com ele, do povo mais pobre e sofrido deste país, dos grupos sub-representados socialmente e dos que são vítimas de intolerância de toda sorte. Estes sim foram decisivos para a vitória de Lula!

Bolsonaro perde, mas o bolsonarismo se mantém vivo na extrema direita. A confirmação dessa constatação veio das urnas, com grande número de parlamentares e governadores alinhados ao ex-presidente, com destaque à vitória no 1º turno de Claudio Castro no Rio, e das ruas, quando em 8/1/23, golpistas invadiram as sedes dos três poderes e quebraram tudo o que viram pela frente na esperança de uma intervenção das forças armadas. A democracia resistiu. É fundamental a sociedade se mantenha em alerta e organizada para que não haja anistia que beneficie os que atentaram contra o estado democrático de direito.

A vitória de Lula reativa a nossa esperança. Hoje estamos em melhores condições de luta. Mas os setores liberais não abriram mão de seu projeto de Estado mínimo. O governo de frente ampla encerra projetos distintos e contrapostos à agenda democrática e popular.

Assim, o papel dos sindicatos e dos movimentos sociais é manter a sua independência de classe! Mais do que nunca é preciso reativar a energia das mobilizações dos trabalhadores e lutar para pautar a agenda popular de transformações desse país. Por isso é urgente a campanha pela revogação das contrarreformas e a ampla discussão com a sociedade de uma nova agenda de direitos e de promoção das periferias, de uma pauta a favor dos oprimidos! Como Lula afirmou, é tarefa dos trabalhadores e das trabalhadoras pressionarem o governo! E nós teremos um ano de 2023 pleno de rua para arrancar alegrias do futuro!

A Conjuntura dos municípios e do estado do Rio: a luta é contínua

A privatização da CEDAE sob a administração Claudio Castro rendeu aos cofres estaduais um montante estimado em 22 bilhões de reais. Do ponto de vista de estratégia política, Castro movimentou o tabuleiro eleitoral totalmente a seu favor ao dividir parte deste valor com os municípios, sobretudo da Baixada e do interior, fechando acordos políticos que mais tarde viabilizariam sua reeleição ainda no primeiro turno.

Bolsonarista, Castro seguiu o manual do governo federal para a educação pública, a saber, a ausência de investimentos, o arrocho salarial, a falta de diálogo, o foco em escolas cívico-militares e a implementação do nefasto Novo Ensino Médio.

O cenário na maioria dos municípios fluminenses não é diferente. A começar pela capital, deparamo-nos com uma gestão cujo prefeito se recusa a dialogar diretamente com o sindicato que representa os profissionais de educação. Um secretário de educação que utiliza o cargo como trampolim político e não tem competência gerencial, haja vista a manutenção do déficit de professores, AEIs, AAEEs, de funcionários técnico administrativos em diversas áreas, a estrutura decadente de grande parte das escolas da rede e a insatisfação generalizada de todos os atores que fazem a escola acontecer.

Eduardo Paes que, diante da possibilidade de reeleição de Crivella, obteve o voto crítico da categoria dos profissionais de educação, e prometeu retomar a política de reajustes anuais. Porém, não só a promessa de campanha não foi cumprida, como ainda houve aumento no desconto da alíquota previdenciária de 11% para 14%. Com a inflação acumulada no período desde o último reajuste, somado ao aumento do desconto previdenciário, as perdas salarias dos servidores públicos municipais chegam a 35%, segundo o DIEESE. Neste contexto, a administração de Eduardo Paes apresentou no final de 2022 um reajuste de 5,35%. Se descontado o aumento previdenciário de 3%, o reajuste, na verdade, foi uma reposição de apenas 2,35% em uma gestão que se vangloria de ter as contas públicas em ordem. Além disso, o funcionalismo municipal sob Paes completou incríveis 10 anos sem reajuste no vale alimentação. O valor recebido, em torno de R$13,00 por dia é insuficiente para custear uma refeição fora de casa.

Há, ainda, nesta rede problemas impensáveis para uma gestão humanizada: a merenda escolar. Embora feita com profissionalismo, dedicação e amor por nossas cozinheiras, não é raro ver que em muitos casos a única refeição que a criança fará naquele dia será feijão, arroz e ovo. Por mais de um dia na semana. Sem legumes, sem verduras, sem outras fontes de proteína. O que falta no prato das crianças sobra em subsídios a grandes empresários que pouco contribuem para o desenvolvimento da cidade.

A situação nos demais municípios também é grave. É o caso de Duque de Caxias, na Baixada. Reduto político da família Reis, que faz ataques frontais ao SEPE e aos profissionais de educação do município. Nega-lhes um calendário de pagamento, desconta, ilegalmente, a data-base, e se utiliza da contratação de terceirizados como forma de obter apoio político. Além disso, a prefeitura de Duque de Caxias, nesse início de ano, inaugurou uma prática que pode virar um grande dominó pelos municípios: atacou frontalmente o plano de carreira implementando uma gratificação na regência para alcançar o Piso Nacional do Magistério. Um truque perverso que deixa parte da categoria com reajuste zero e a outra parte com vergonhosos R$ 22,50! Essa é uma luta que deve ser acompanhada por todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação para impedirmos que essa medida se torne uma prática em outras cidades!

Lembramos, também, da situação do município de Petrópolis, que realizou uma reforma administrativa no ano de 2017, retirando direitos de todas as servidoras e servidores públicos. Com destaque para a implementação do Regime Especial de Horas Trabalhadas (RETH) para a função docente com a pagamento de R$ 14,99 por hora trabalhada, porém com previsão de pagamento no mês subsequente e descontando sábados, domingos e feriados. A mesma reforma administrativa aumentou a jornada de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores do setor pedagógico das escolas (Orientação Pedagógica) e gestão escolar (Direção Adjunta). Outras carreiras dentro da educação permanecem precarizadas, a citar as cozinheiras (por não receber adicional de periculosidade), as/os auxiliares de serviços gerais, educadoras/es da educação infantil, secretárias/os, inspetores, zeladores escolares pela sobrecarga de trabalho e pelos baixos salários.

No interior do Estado, municípios como Barra Mansa, Volta Redonda, Vassouras e Barra do Pirai, por exemplo, os executivos apoiadores de Bolsonaro, insistem em assediar profissionais da educação aplicando a “política do medo” sobre eles através de vários diretores indicados e também, fazem perpetuar a política de desvalorização salarial ao pagarem os professores muito abaixo do piso, a não reajustarem os salários do pessoal administrativo dentro do salário mínimo e sobretudo, ao refutarem o Plano de carreira dos profissionais da educação. Em Barra do Pirai o prefeito aprovou na Câmara um PCCS que prevê progressão na carreira mediante avaliação de desempenho. A meritocracia permeia as gestões municipais com aval de vereadores neoliberais.

Distante na geografia, mas não nas ações, está o prefeito de Cabo Frio, José Bonifácio, que em dezembro passado afirmou em entrevista à maior rádio da região que "o povo do SEPE não gosta de trabalhar e não estão a serviço da educação".

Em Campos dos Goytacazes o SEPE foi implacável na luta contra o fechamento de mais de 20 escolas pela gestão do prefeito Wladimir, em mais um ataque contra os filhos da classe trabalhadora.

O que une o prefeito da capital, do maior município da Baixada Fluminense e o mais importante da Região dos Lagos e a referência da região note fluminense? O ódio ao SEPE. Sabemos não ser uma simples implicância, mas uma reação ao movimento sindical incansável de busca por direitos dos trabalhadores da educação.

10 Anos da Greve Histórica de 2013: Profissionais Forjados na e para a Luta

Em 2013, a maior rede de ensino da América Latina vivenciou a maior greve da educação pública que a atual geração de profissionais de educação viu. Lutamos contra a imprensa que nos acusava de "deixar crianças sem aula". Dialogamos com as famílias de nossos estudantes que viviam o drama da suspensão das aulas diante de uma máquina do executivo, do legislativo e do judiciário, que chegou a decretar uma multa de 200 mil reais por dia ao SEPE em caso de manutenção da multa.

Resistimos. Insistimos. Vencemos. É verdade que não alcançamos tudo o que desejávamos. A saída da greve naquele momento, após 3 meses, foi polêmica. Ainda hoje lutamos por um plano de carreira unificado, pela garantia do 1/3 extraclasse, pela valorização dos funcionários, por concursos públicos, pela correção da escolaridade dos AAEEs e pelos AEIs no magistério; mas nenhuma das presentes lutas apaga as conquistas daqueles dias em que a ed ucação parou. Paes e Costin tiveram de ceder. O reajuste naquele ano para todo serviço público municipal foi de 6%. Além desse percentual, conquistamos mais 8%. Com todas as imperfeições e distorções, os PEFs e PEIs alcançaram um plano de carreira com benefícios ainda devidos pela prefeitura, assimcomo o desrespeito constante ao direito de origem. Os funcionários, com vencimentos abaixo do salário-mínimo, antes da paralisação, conquistaram um reajuste significativo.

A greves pela vida em 2020 e 2021 também fazem parte da trajetória de luta das redes municipais em tempos de pandemia. E a rede municipal do RJ não ficou de fora!

Resistimos decretando uma greve contra a convocação presencial, mantivemos as atividades pedagógicas online, e preservamos as vidas de milhares de profissionais da educação!

É hora de rememorar as lutas para encher os profissionais de educação de esperança! Em um momento em que diversas redes públicas tem perdas salariais de mais de 30%, em que diversos governos descumprem planos de carreira e precarizam cada vez mais nosso trabalho, é necessário buscar referências de vitórias para incendiar a categoria.

Reconstruir a Educação Pública

Nos tempos de Bolsonaro, a educação pública em todos os níveis foi duramente atingida pelas políticas liberais e da extrema direita. Foram tempos de resistência para manter a educação pública respirando. Por um lado, o bolsonarismo avançou na militarização, no ensino domiciliar e na Escola com Mordaça, deixando as escolas e as universidades à míngua de recursos. Por outro lado, os setores liberais impuseram ainda mais a visão empresarial da educação, abocanhando de forma voraz a verba pública, impondo a lógica meritocrática e da financeirização.

Dentro do cenário de total desmonte, a crise sanitária levou ao fechamento das escolas. Durante o período em que as unidades estiveram fechadas, mais de 20 milhões de crianças e adolescentes não tiveram acesso a nenhum tipo de conteúdo pedagógico por falta de equipamentos e de acesso à internet. O país enfrentou altíssima a evasão escolar. Somado a esse cenário, o governo Bolsonaro requereu ao Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade da Lei 14.172 que previa a destinação de 3,5 bilhões para estados e municípios investirem em conectividade para atender professores/as e estudantes. Felizmente, o Supremo rejeitou o pedido do governo genocida, mesmo assim a aquisição de equipamentos e internet após quase dois anos não foi uma realidade em diversas redes públicas.

Em meio aos graves retrocessos no financiamento da educação, a aprovação do FUNDEB Permanente representou importante vitória das forças populares em favor da educação pública. O novo FUNDEB aumentou a complementação da União de 10% para o mínimo de 23 %; criou mecanismos de redistribuição direta aos municípios e aos Estados; instituiu o CAQ (Custo Aluno Qualidade).

Os desafios da educação pública e emancipatória serão enormes em tempos de governo Lula. Há muito para se revogar, reconstruir e transformar! Para cumprir esse objetivo, é preciso um MEC que esteja à altura da agenda democrática e popular.

Assim como a Carta de Natal, da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) de 2022, é urgente a mobilização de novas conferências populares, que aprofunde a construção de um modelo de educação pública, laica, de qualidade e voltada para emancipação humana e crítica. Para tanto precisamos:

Revogar imediatamente o Novo Ensino Médio, construindo um novo referencial educacional socialmente referenciado; / Extinguir definitivamente as escolas civis-militares; /Mudar o modelo de Avaliações externas que se utilizam de maquiagens e padronizações para atingir os índices do IDEB por um modelo de Avaliação Diagnóstica que busque superar as desigualdades e não aprofundá –las; / Avançar nas metas do PNE, em especial nas que tratam da garantia do direito ao acesso e permanência na escola de forma universal; / Retomar a composição do FNE com o retorno de todas as organizações sociais que foram afastadas por Decreto do Governo Golpista de Michel Temer; / Restabelecer e ampliar a Política de Financiamento, regulamentando, inclusive o CAQ (Custo Aluno Qualidade) previsto na Emenda Constitucional 108 que regulamentou o FUNDEB como Política Permanente; / Romper com as amarras da BNCC e garantir a autonomia pedagógica docente; / Garantir uma política de Valorização dos Profissionais da Educação com ingressopor concurso público, Piso Salarial e Carreiras Nacionais.

Novo Ensino Médio e Velhas Mentiras: A Revogação é o Único Caminho

Não só na perspectiva comparativa a partir dos índices obtidos por meio de avaliações de leitura e matemática, mas sobretudo na observância da educação em seu papel crítico e libertário, o Ensino Médio, competência prioritária do governo estadual, vai mal. Muito mal. E a partir da Medida Provisória n. 746/2016 e regulamentada pela Lei n. 13.415/2017, aprovada na Câmara em 7 de novembro de 2016 e no Senado em 8 de fevereiro de 2017 e sancionada por Temer em 16 de fevereiro de 2017, o Novo Ensino Médio (NEM) prevê que apenas as disciplinas Português e Matemática sejam obrigatórias ao longo dos três anos do Ensino Médio. Os demais conteúdos do currículo clássico - História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira, Física, Química e Biologia – deixam de ser obrigatórios e, em muitos casos, até de ser ofertados. Assim, a classe trabalhadora se vê distante daquilo que é um de seus mais caros

objetivos: a oportunidade de ver seus filhos conquistarem o que não lhes foi possível, uma vida autônoma e independente das armadilhas do sistema financeiro.

Como educadoras e educadores, não negamos a necessidade de um ensino médio contextualizado ao século XXI e as suas exigências. No entanto, quem define quais são essas necessidades? Quem é ouvido? Mais uma vez vemos um projeto em que os profissionais que estão na ponta são ignorados em prol de uma valorização de fundações privadas ligadas ao sistema financeiro e à grande imprensa.

A perspectiva falsamente pragmática de ensino para a vida, que exclui a reflexão sobre a própria vida, parece querer apenas reproduzir modelos para vagas sem perspectiva de crescimento no mercado de trabalho. Enquanto isso, redes particulares de renome e a rede federal de ensino, no uso de sua autonomia, simplesmente não adotam o NEM e o ENEM, que seleciona para as universidades públicas, continua a avaliar pelos conteúdos de um Ensino Médio que não sofreu qualquer mudança.

Da aprovação, no governo Temer, à implementação, com Bolsonaro, não houve um padrão para aplicação. Mesmo dentro das mesmas redes de ensino, cada escola era um mundo diferente. Além disso, não houve nem há incentivos para os docentes, que se interessarem, se capacitarem nas novas disciplinas oferecidas. Há, ainda, uma total falta de recursos para ambientação tecnológica das escolas. Na maioria delas, os alunos são reféns de promessas não cumpridas, de metas não atingidas e resta uma insatisfação total de docentes, discentes e familiares.

Por isso, o governo que se inicia com o signo da esperança e da reconstrução precisa ter do MEC um sinal de claro compromisso com o desmonte dos ataques efetuados desde 2016. O ministro da educação Camilo Santana deve ouvir as vozes de estudantes, professores, funcionários e estudiosos e revogar o NEM! Chamar as entidades sindicais e populares da educação, as universidades públicas para pensar de modo democrático um Ensino Médio socialmente referenciado, público, inclusivo e emancipador.

Por uma Educação Antirracista e Feminista

Há uma falsa questão sobre a relação entre “identitarismo” e a fragilização da luta de classes. Esse é um sofisma defendido, em geral, por homens brancos que não carregam em seus corpos, mentes e em sua ancestralidade o horror do racismo e a dor da opressão. Entre todos os trabalhadores, quem recebe o menor salário é a mulher preta. Mesmo entre pobres, o homem preto é a maior vítima de violência, tanto pelas mãos armadas do Estado, como pela própria criminalidade estabelecida em nossas cidades. De acordo com o 14° anuário Brasileiro de Segurança Pública, nos últimos 15 anos, a proporção de pretos no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 15%. Hoje, de cada 3 presos, dois são negros. Portanto, importar uma tese pronta dos Estados Unidos não diminui o problema que enfrentamos todos dos dias em nossas sociedades: o racismo é real e tem de ser combatido de maneira específica. Em pleno século XXI, a misoginia e o feminicídio são uma cruel realidade para as mulheres. A educação é a mais eficiente estratégia de a médio prazo tornar nossa sociedade mais tolerante.

Nesse contexto, defendemos uma política efetiva que construa, ainda na atual gestão, um GT para acolhimento de propostas, apresentação e viabilização da proporcionalidade entre negros e não negros em todas as instâncias sindicais, desde a contratação de funcionários até o quadro de diretores e coordenadores gerais a partir da próxima gestão. Assim como a nossa categoria majoritariamente feminina precisa ocupar amplamente as instâncias de poder do Sepe, uma política de promoção da igualdade racial e de gênero é urgente! Somos um sindicato de

educadores e o trabalho pedagógico constante deve ser a suaprincipal preocupação! O sindicato precisa refletir os rostos da categoria que representa!Por fim, não se faz educação sem leitura e, infelizmente, ainda parece haver uma hegemonia de autores brancos, com ilustrações que não representam a diversidade étnico-racial do povo brasileiro. Haveremos lutar para que a diversidade chegue aos livros paradidáticos da Educação Infantil ao Ensino Médio. É fundamental que o nosso sindicato entre com força nas campanhas que cobrem a efetividade das leis 10.639 e 11645!

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/ PR) foi criada em 1º de janeiro de 2003, com status de Ministério e inaugurou um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens.A Conferência Nacional foi um marco na afirmação dos direitos da mulher e mobilizou, por todo o Brasil, cerca de 120 mil mulheres que participaram, diretamente, dos debates e apresentaram as propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens em nosso país e reconhece o papel fundamental do Estado, através de ações e políticas públicas, no combate a estas e outras desigualdades sociais.

Com o golpe em 2016,que retirou do governo Dilma Roussef, a primeira mulher eleita democraticamente,com mais de 54 milhões de votos ,depois de seis anos sob constantes ataques e retirada de direitos, após um período tenebroso de retrocessos e violência, as mulheres brasileiras receberam do governo federal no dia 8 de março, Dia Internacional da Luta das Mulheres, o que realmente querem: respeito e dignidade.

Em solenidade no Palácio do Planalto, o presidente Lula (PT) assinou um pacote de ações que garante desde a obrigatoriedade do pagamento de mesmo salário para homens e mulheres que exercerem a mesma função até medidas para ampliar o enfrentamento à violência contra as mulheres e sobre como o feminicídio ainda se faz presente em nosso país e como destrói famílias. É necessário a recuperação de políticas fundamentais para mulheres e de mais direitos num governo democrático e popular que atue por meio de ações para além do Ministério das Mulheres, que dialoguem com outros ministérios , movimentos sociais , feministas ,com a sociedade.

Além da equiparação salarial entre homens e mulheres, Lula assinou mensagem ao Congresso Nacional solicitando a ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que enfrenta a violência e o assédio no mundo do trabalho, e da Convenção 156, que prevê igualdade de oportunidades e tratamento a trabalhadoras e trabalhadores.

Não podemos deixar de citar Sonia Guajajara, à frente do primeiro ministério indígena de um país em crise social diante da miséria dos povos originários, a luta das trabalhadoras rurais para manter viva a diversidade nacional e mais um série de dicas culturais para aprender, lutar e levar para a sala de aula o debate sobre o machismo e o patriarcado.

Precisamos tratamos também da pobreza e dos desafios enfrentados por mães de todo o país para manter os filhos na escola e como a mercantilização da educação tem comprometido o futuro de milhares de jovens na América Latina.

O Censo Escolar de 2022 aponta que as mulheres são 80,7% dos que ocupam cargos de gestão em escolas de educação básica do país e 90% possuem curso superior.

Porém, se as trabalhadoras ocupam cada vez mais cargos de liderança e são responsáveis pela chefia da maior parte dos lares (50,8%), segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e recebem menos do que os homens.

De acordo com o Dieese, na educação, saúde e serviços sociais, os rendimentos são 32% me-

nores do que os recebidos pelos homens.O censo aponta ainda que a presença delas diminui conforme avança o nível das etapas de ensino. As educadoras correspondiam a 96% dos professores da educação infantil, 88% do ensino fundamental I e 67% dos profissionais à frente das salas no ensino fundamental II.

Dados do Ministério da Educação demonstram que, não importa qual segmento seja analisado, as mulheres serão maioria.

Diante de uma categoria com essas características, políticas públicas de valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, como a aplicação do Piso Nacional da Educação na Carreira, são essenciais para combater a desigualdade no Estado do Rio de Janeiro esta luta deve ser prioridade.

As discussões sobre gênero devem voltar para o lugar de onde jamais deveriam ter saído!

Educação Infantil de qualidade é um direito

Nem precarização profissional, nem depósito de crianças!

A educação infantil é um território de importantes lutas nas redes públicas de ensino, especialmente as municipais seja na perspectiva do acesso para todas as crianças, superando uma concepção assistencial, ainda presente no imaginário, porém em curso de mudança legislativa desde a entrada em vigor da atual LDB.

Nos nossos governos se tornou uma etapa da educação básica, obrigatória a partir de 4 anos. Essa conquista foi o resultado da ampla participação de diversos movimentos sociais, numa concepção na qual o educar e o cuidar são indissociáveis no processo educativo.

Há a necessidade de afirmar sempre que é uma fase da formação com objetivos próprios que valoriza a etapa do desenvolvimento da criança. Nos últimos anos vimos diversas iniciativas de nível federal e municipal estar à serviço de uma concepção de servir a preparação como preparação para o fundamental, com ideias de adestrar com cartilhas e rotinas, já preparando para ser um trabalhador dócil para o mercado. No entanto os eixos do trabalho neste segmento, segundo inclusive as diretrizes curriculares nacionais, devem ser interações e brincadeiras. A educação infantil serve para o pleno desenvolvimento da criança nas múltiplas linguagens.

Importantes propostas aprovadas nas metas do PNE, como a universalização da pré-escola (o prazo era o ano de 2016!) e a ampliação da oferta em creches, estão sob ameaça, pois os governos conservadores e neoliberais reduzem cada vez mais os investimentos necessários a uma educação de qualidade.

A ampliação das vagas na educação infantil faz-se de forma precária, sem a garantia de qualidade e do atendimento integral às crianças, expandindo suas habilidades em espaços que propiciem a experimentação e práticas cotidianas cujo centro deve ser o brincar! A brincadeira é fundamental para o desenvolvimento infantil na medida em que a criança pode transformar e produzir novos significados.

A concepção da escola-depósito é a realidade predominante nas diversas unidades escolares

1. Ampliação de horário sem adequação da estrutura
2. Fechamento de berçários para o atendimento da pré-escola
3. Profissionais terceirizados sem a devida formação, sem novos concursos para profissionais
4. Número excessivo de crianças por agrupamento

5. Precária climatização, falta de espaço, materiais de higiene e pedagógicos adequados a cada idade

6. Alimentação em quantidade inadequada e produtos de qualidade questionável.

Essa concepção se estende aos profissionais da Educação Infantil: prevalece o desrespeito à sua autonomia e ao seu fazer pedagógico. Os direitos conquistados não são respeitados, e muitos ainda são vistos como meros cuidadores. Percebemos a marca do gênero, da etnia e da classe sobre as profissionais da Educação Infantil, sendo urgente a luta pela valorização dessas profissionais.

Ainda como heranca golpista, outro desafio urgente da Educação Infantil é o combate às concepções e práticas que estimulam a antecipação de conteúdos do ensino fundamental. Dessa forma, diversas avaliações externas e atual versão da BNCC são elementos concretos da pressão em direção à alfabetização na pré-escola, transformando o significado da educação infantil para as crianças pequenas.

Sabemos que as realidades de condições precárias tanto para profissionais quanto para as crianças se dá nas diversas redes municipais de nosso estado. Por isso, propomos:

• Criação e fortalecimento de Núcleo de Estudos de Educação Infantil em todos ou núcleos e regionais

• Realização de um encontro estadual anual para organizar as lutas comuns da Educação Infantil, a exemplo dos encontros de funcionárias/os e aposentadas/os; • Pela não antecipação de conteúdos do ensino fundamental na educação infantil!

• Organizar a luta contra a terceirização, a precarização e as baixas condições de qualidade e de trabalho na educação infantil!

• Respeite a lei: pela implementação imediata do 1/3 de atividade extraclasse em toda a educação infantil!

• Pela correção da escolaridade do cargo dos Agentes de Educação Infantil e seu enquadramento no plano de carreira do magistério!

• Por mais concursos para profissionais da educação infantil!

• Segurança alimentar e refeição de qualidade na Educação infantil

• Ampla campanha pelo fim da terceirização dos funcionários na educação infantil!

• Pelo retorno das merendeiras e lactantes concursadas às unidades de educação infantil!

• Pelo direito a ter professoras/es de música, artes e educação física nas unidades de educação infantil

Educação infantil não é depósito: o educar e o cuidar são elementos indissociáveis do processo formativo das crianças!

Educar para a diversidade

Lutas contra a LGBTfobia fazem parte de nossa inserção política histórica no movimento social brasileiro. Os ataques do governo Bolsonaro a esses segmentos da população brasileira agravaram ainda mais o quadro desolador que temos no Brasil. Pelo 12° ano consecutivo, somos o país que mais mata transexuais/ transgêneros no mundo e precisamos entender qual o papel da

educação nesse perverso movimento de colocar para fora essas pessoas, uma vez que é unânime na voz delas que "a escola é um dos piores lugares para se estar quando não se faz parte do posto como o certo, o padrão adotado pela sociedade".

A marginalização econômica e a impunidade de tantos crimes recorrentes tornam essa agenda ainda mais importante para o conjunto do movimento sindical de educadores/as no país. É fundamental que possamos ampliar no conjunto de nossas entidades afiliadas a organização de setoriais de representação, que é plural entre si e não se limita ao histórico, e necessário, movimento LGBT, algo que abriu as portas para que todas as demais pessoas fora do padrão da heteronormatividade cisgênera colocada como sendo o único meio de exercer a sexualidade, a expressão de gênero e as relações afetivas entre os seres humanos, que são únicos em sua essência.

Em que pese contarmos no SEPE com uma Secretaria com um Coletivo capaz de compreender, a partir de então, as especificidades da pessoa Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti/Transexual/Transgênera, Queer/Questionando, Intersexo, Pan/Poli, Assexual/Attomântica/Agênero, Não-binarias e todas as demais que possam chegar (LGBTQIAPN+), e que esse possa ser pensado e construído, preferencialmente, com e por pessoas que sentem na pele, e também na carne, as dores de serem quem são. É sabido que ainda temos muito a construir em nossas entidades afiliadas, tanto estaduais como municipais, mas negar a construção desses espaços de representação é assumir a mesma postura do governo Bolsonaro, que por quatro anos buscou aniquilar as pessoas que menos oportunidadestêm para viver com dignidade.

Na consolidação desse coletivo se faz necessário considerar que os ataques a esse segmento aumentaram sobremaneira desde o golpe político/jurídico/midiático de 2016. A comunidade LGBTQIAPN+ foi amplamente afetada pela dificuldade de acesso ao mundo do trabalho, à educação e aos programas sociais, e aqui é fundamental entender que as travestis e mulheres trans têm sido desde sempre as mais afetadas no que diz respeito ao acesso à educação, o que naturalmente faz delas as que mais enfrentam dificuldades para ocuparem postos de trabalho formais, fazendo com que essas sejam empurradas a práticas laborais que as colocam em risco de morte iminente, marginalização de seus corpos e estigmatização de sua identidade de gênero. Para além disso, se faz necessário construir movimentos de estudo e formação de toda a comunidade escolar acerca das identidades e existências de corpos não-binários, intersexos e de orientações que fogem ao padrão heterossexual, homossexual e bissexual, incluir as maneiras de pensar o transfeminismo como um passo para se compreender as especificidades plurais dessas pessoas que existem, mas que são anuladas por simplesmente não estarem dentro das caixas lacradas do comportamento social desejado, por isso posto como o "modelo ideal".

Diante desse quadro, é necessário, o SEPE, no dia 17 de maio - Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia, sempre promova campanha "Escola Sem LGBTfobia", que incluir na produção de cartaz e jornal mural de sensibilização sobre o tema. É fundamental mantermos e ampliarmos essa ação política para além do mês de maio, a fim de garantir visibilidade, cuidados e acessos; pensar que essas pessoas existem o ano todo e que são mortos todos os dias simplesmente por existirem como são. Entender que, sim, é no chão da escola que está plantada as possibilidades de (re)construção da nossa sociedade que, urgentemente, precisa reagir aos desmandos impostos a nós, e trazer essas pessoas para o lugar da educação formal, com dignidade, qualidade e segurança. Esses são atos nobres e revolucionários que devemos assumir.

Funcionários Administrativos e Coletivo de Funcionários

A mudança da Lei Nacional da Educação, que inseriu os funcionários de escolas habilitados na categoria de "Profissionais da Educação Escolar", beneficiou cerca de um milhão de trabalhadoras e trabalhadores que atuam nas escolas de ensino básico. Com isso, funcionários passaram a serem reconhecidos como profissionais de educação em todos os município do Brasil.

Junto a essa política de valorização, foi criada também a política de formação dos profissionais da educação básica. Isso resultou em um conjunto de reinvindicacões de movimentos sociais, especial a CNTE, que gerou iniciativas para se resgatar uma dívida histórica com os funcionários que vão ao encontro da melhoria da qualidade da educação no nosso país. O SEPE está nessa luta há mais de 30 anos com muitos desafios e metas de melhorias nas condições de trabalho e na campanha salarial desses trabalhadores.

Nós, da chapa 2 – Por um Sepe de Vitórias, apoiamos as atividades do coletivo estadual de funcionárias e funcionários, e vemos como fundamental a formacão do núcleo da capital, com políticas claras para fortalecer os funcionários e as funcionárias tão precarizadas em todas as redes municipais e do estado.

Principais lutas:

Retorno à CNTE

- 30 horas semanais
- Política de formação e valorização da carreira através do "pró- funcionário '
- PCCS unificado
- Fim da terceirização com concurso público já
- Fim do assédio moral
- Criação do piso nacional para funcionários administrativos

Na capital:

- Insalubridade para as cozinheiras
- Regulamentação da lei das cozinheiras
- Cursos de formação para todas as categorias
- Finalização dos cursos dos secretários escolares
- Adequação da formação das AAEEs
- Reconhecimento das AEIs no magistério
- Revisão do cargo dos Agentes Educadores respeitando o quantitativo de alunos por AE II
- Não ao desvio de função, readaptação não é função
- Reconhecer o adoecimento dos funcionários como acidente de trabalho
- Aposentadoria especial para merendeiras

Eleição Majoritária

A proporcionalidade inviabiliza uma gestão eficiente do sindicato, já que, a cada reunião de direção, mil problemas de relação entre as chapas antecedem os reais problemas da categoria.

Além disso, para a categoria, não há uma clareza de quem dirige o SEPE e quem é oposição. Quais chapas têm diretores com licença sindical, quais diretores fazem visita a escolas, se reúnem com o executivo e com o legislativo. Enfim, há necessidade de uma gestão que preste contas à categoria de maneira efetiva, e isso só é possível em uma gestão majoritária.

Refiliar o SEPE à CNTE: a Luta é Nacional

Em um contexto de tentativa de golpe de estado, após a gestão do governo golpista de Temer e do governo de extrema direita de Bolsonaro, em que vivemos um desmonte da educação

pública, em nível nacional, apenas a luta unificada com os outros sindicatos de profissionais de educação, confederados na CNTE, pode garantir resultados concretos e se unir na luta contra a perda dos nossos direitos. Em especial, na luta pela revogação do Novo Ensino Médio. O SEPE deve romper o isolamento no qual se encontra desde a sua desfiliação da CNTE! Precisa construir a política e fazer ações juntamente com os sindicatos da educação cujas categorias vivem problemas semelhantes aos nossos! A CHAPA 2, que representa a CNTE no SEPE, sempre criticou esse erro histórico. Por isso, nunca tivemos dúvidas: ESTE CONGRESSO DEVE APROVAR A REFILIAÇÃO DO SEPE À CNTE!

Criação do Núcleo da Capital e reorganização do SEPE

Niterói possui um núcleo próprio. Caxias possui um núcleo próprio. São Gonçalo possui um núcleo próprio. Petrópolis possui um núcleo próprio. Por que motivo minimamente razoável a capital não possui seu núcleo? Trata-se da maior rede de ensino da América Latina, com mais de 1500 escolas, e não possui um núcleo próprio. Isso acontece por interesses de grupos políticos de fora da capital que veem nela uma grande plataforma política de autopromoção.

A CHAPA 2 defende a CRIAÇÃO DO NÚCLEO DA CAPITAL! Quem aposta nessa ideia não quer dividir o sindicato! Pelo contrário, queremos fortalecê-lo na cidade do Rio. A atual estrutura não deu certo. E as desfiliações comprovam esta realidade.

Juntamente à reorganização estrutural do SEPE, propomos a formação de um GT, ainda na atual gestão, para discutir a reformulação das atuais regras de limites de mandatos. A lutasindical requer renovação e acúmulo de experiência caminhando lado a lado. Os discursosmessiânicos de quem vai revolucionar o sindicato, desconsiderando a história de quem ocriou e o manteve de pé ao longo dos anos, precisam ser combatidos, sem que isso signifique impedir a renovação dos quadros sindicais.

Por uma Educação Inclusiva

A Educação Especial foi altamente atacada durante o governo Bolsonaro, sendo articulada com setores reacionários do Congresso Nacional, que redirecionaram o princípio da inclusão educacional para priorizar o atendimento das pessoas com deficiência em instituições especializadas. A Lei 14.191/2021 criou um novo capítulo na LDB para tratar da Educação Bilíngue de Surdos em escolas predominantemente especiais, e o Decreto 10.502 prioriza o financiamento público para a Educação Especial em instituições também especiais, sobretudo conveniadas com o setor público. Essas orientações para a Educação Especial são contrárias com marcos legais de âmbito nacional e internacional, inclusive convenções da ONU para as pessoas com deficiência, de modo que o SEPE deve ampliar o debate com as representações educacionais de pessoas com deficiência para buscar alternativas de enfrentamento dessa questão, promovendo a inclusão educacional no sentido mais amplo possível.

É fundamental retomarmos o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE - 2014/2018) que, em suas metas 4 e 17, preconiza pela universalização, acesso à educação básica, garantia do atendimento educacional especializado para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência. Destacamos o provimento e adequação da escolaridade do profissional que atua com estudantes com deficiência nas escolas, em salas de aula como determina o ECA lei 8.069/1990. Para tal, é primordial que o sindicato paute o investimento na educação pública com mais salas de aula desde a educação infantil para que se possa reduzir o número

de estudantes dentro das classes. Ou seja, ampliar o número de salas e garantir que todas e todos possam desfrutar de um ambiente educacional inclusivo sem salas superlotadas e faça a cobrança de novos concursos para o cargo desse profissional mediador que promove a inclusão dos alunos e o mesmo adequado quanto à formação básica (ensino médio normal) para a provisão da inclusão dentro realidade educacional. Além disso, garantir a formação docente e de todas e todos os trabalhadores da escola, dado que a inclusão se faz em comunidade. Garantir que as/os estudantes tenham o suporte necessário para seu desempenho educacional, isso se traduz na presença de mediadores escolares e de recursos pedagógicos.

Aposentados, sim, inativos, nunca!

Os/as aposentados/as da educação, cada vez mais, assumem o protagonismo da luta sindical, mesmo com tantas adversidades impostas pelos governos – a mais recente é o aumento da alíquota previdenciária estabelecida na EC 103 (reforma da Previdência) –, e pela alta galopante da inflação que corrói os salários baixos, muitos já sem a paridade com os trabalhadores da ativa. A CNTE, através da Secretaria de Aposentados e Assuntos Previdenciários, atuou firmemente contra a PEC 6/2019, que deu origem a EC 103, sobretudo alertando a categoria e a sociedade sobre os inúmeros prejuízos daquela proposta. O SEPE também fez a sua parte, mobilizou a categoria e foi para as ruas denunciar. Mesmo tendo retirado os institutos próprios de previdência estaduais e municipais – uma vitória parcial das entidades que defenderam a rejeição da PEC 6 –, os efeitos da reforma já se fazem sentir por toda a parte, sobretudo nos entes que aprovaram posteriormente suas próprias reformas à luz dos preceitos da EC 103. Aumento de alíquotas para ativos e aposentados, aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para a aposentadoria, redução da base de cálculo dos benefícios e pensões, limitações da pensão por número de dependentes, fim do tempo especial de contribuição para o magistério são alguns dos retrocessos. No governo Bolsonaro/Guedes a proposta era a possibilidade de os institutos de previdência cobrarem alíquotas extraordinárias para recompor o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos previdenciários, podendo, ainda, os institutos próprios migrarem para o RGPS/INSS.

Exigimos dignidade para os aposentados /as os salários não cobrem nossas despesas, tem contas atrasadas, tratamento de médico interrompido, despejos, depressão e até suicídios, verdadeiro descaso do governo.

Com a vitória da democracia e do Governo Lula a Reforma da Previdência precisa ser revogada. A luta dos/as aposentados/as é permanente, precisamos cobrar:

Reajuste salarial nas datas bases

Pagamento do salario dentro do mês.

Inclusão das temáticas geracionais e do processo de envelhecimento previstas no Estatuto do Idoso nos currículos escolares.

Respeito a Constituição e ao Estatuto do Idoso que determinam prioridade nio atendimento dos aposentados/as.

PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL a ser implementado no Rio de Janeiro.

Auditoria nas contas do Rio Previdência e nas Previdências Municipais. Queremos saber o motivo do dinheiro da previdência não estar cobrindo o pagamento dos aposentados e pensionistas.

A luta continua.

Educação do Campo é um Direito

A Educação do Campo é antes de tudo um direito, além de ser uma modalidade de ensino específica e instrumento de inclusão para as populações residentes no campo,tendo como proposta metodológica, política e pedagógica, construída a partir dos modos de vida e realidade que integram os seus sujeitos,compreendendo todos os seus aspectos culturais,políticos,ambientais,sociais e econômicos.Dessa forma,os processos educacionais promovem a consolidação de valores, princípios e modo de ser e viver no meio rural ou no campo.

A política de Educação do Campo visa instituir esta modalidade de ensino em toda a Educação Básica (Educação Infantil,Ensino Fundamental,Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) nas escolas situadas no meio rural ou no campo,consideradas como

Escolas do Campo, conforme a Resolução CNE/CEB n 01/2002,que institui Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo,o Decreto Presidencial n 7352/2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA.

No V Fórum Fluminense de Educação do Campo foi elaborada uma Carta Aberta ,onde conclamamos a todos os movimentos sociais do campo e da cidade para, de forma mais incisiva, lutarmos pelos nossos direitos, a fim de construir uma Educação na perspectiva da emancipação humana.

Diante da urgência na execução da política educacional da Educação do Campo apontamos pontos relevantes.

Somos contrários a ampliação do agronegócio – modelo que gera doença e morte para a terra, os seres humanos e o ambiente – assim como repudiamos projetos que firam a autonomia das escolas públicas e de seus educadores, como a “Escola Sem Partido” e seus similares.

No que tange ao estado do Rio de Janeiro, vivenciamos um processo de

invisibilização da área rural do estado, acarretando sua desagriculturalização e a ausência e/ou morosidade de políticas públicas.

Tal processo constitui o discurso hegemônico que ser agricultor e agricultora é sinônimo de miserabilidade, levando à reprodução de tal discurso para todos os povos do campo, incidindo, assim, no êxodo rural.

As crianças, adolescentes, jovens e idosos do campo têm direito à educação do campo no lugar onde vivem, tendo acesso aos conhecimentos produzidos socialmente e culturalmente pela humanidade. Para tanto, suas escolas devem ter condições físicas e pedagógicas adequadas, valorizando-se a história, o jeito de viver e produzir a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Campanha para NÃO FECHAMENTO e REABERTURA de escolas do campo (LDB N° 9394/1996, Lei N°12960/2014, Resolução N° 02/2014 e Decreto N° 7352/2010) deve ser prioridade na do SEPE.

Diante dessa realidade, nos comprometemos a lutar pelo/pela:

1. Reconhecimento e valorização do modo de produzir e viver a vida dos camponeses e camponesas.

2. Implementação da Educação do Campo, baseado na educação popular, no sentido da emancipação humana e contextualizada, refletindo o Trabalho como princípio da organização dos trabalhadores do Campo.

3. Reconhecimento das escolas do campo nos Planos Estaduais e Municipais de Agricultura, bem como abrir, ampliar, reformar e construir escolas do campo em âmbito estadual e municipal.

4. Instituição de políticas públicas intersetoriais para fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

5. Implementação de assistências técnicas comprometidas com a agricultura familiar e a agroecologia, fortalecendo o papel do Centro já existente - Centro Escola Família de Formação por Alternância Rei Alberto, bem como as demais experiências existentes.

6. Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar em todos os municípios do estado, garantindo a aquisição de 30% dos recursos destinados à agricultura familiar, privilegiando a produção local.

7. Investimento em transportes públicos para as áreas rurais e costeiras para a realização da Pedagogia da Alternância e acesso às escolas do campo.

8. Efetivação da Educação do Campo como política pública, decorrendo a reabertura, reformas, ampliação, a manutenção e a construção de escolas do campo, pela garantia e a ampliação do acesso a todos os níveis da Educação Básica e suas modalidades, a Educação Profissional – nos níveis técnicos e superior –, além do atendimento em processos inclusivos de Educação Especial.

9. Criação do Departamento de Educação do Campo no âmbito das Secretarias Municipais e Estadual de Educação, em consonância com os movimentos sociais, sindicais e organizações do campo e seus fóruns regionais e territoriais e criação de Bibliotecas de Educação do Campo.

10. Participação dos movimentos sociais nos cursos de Educação do Campo em seus processos de formulação, implementação, desenvolvimento e avaliação.

11. Instituição de Fóruns Municipais de Educação que tenham como uma de suas tarefas a elaboração de formação continuada para as escolas do campo.

12. Institucionalização do concurso público específico para as escolas do campo, escolas indígenas, quilombolas e caiçaras.

13. Reconhecimento e fortalecimento das Licenciaturas da Educação do Campo existentes no estado do Rio de Janeiro.

A educação no campo é o direito à diferença na igualdade de direitos!

ASSINAM ESTA TESE

1. MARIA EDUARDA QUIROGA - SEPE CENTRAL
2. LÍVIA MIRANDA - SEPE CENTRAL
3. MARCO TÚLIO PAOLINO - SEPE CENTRAL
4. DIOGO DE ANDRADE - SEPE CENTRAL
5. VICENTE FRANÇA - SEPE CENTRAL
6. SANDRELENE FLORENTINO ANTUNES, SEPE CENTRAL
7. CRISTIANE DE SOUZA RODRIGUES – SEPE CENTRAL
8. SAMUEL MAIA - SEPE CENTRAL
9. MAURÍCIO RICARDO ALVES ROSSI - SEPE CENTRAL
10. FABIANO DE MELO EMMERICK - SEPECENTRAL
11. LUIS LEÃO, SEPE CENTRAL
12. GEGÊ FERREIRA – SEPE CENTRAL
13. MARIA DAS GRAÇAS – SEPE CENTRAL
14. IZABEL CRISTINA COSTA - SEPE CAXIAS
15. JOSÉ LEÃO – SEPE ITABORAÍ
16. BRUNO – SEPE SÃO GONÇALO
17. MÁRIO SÉRGIO MARTINS - SEPE DE CACHOEIRAS DE MACACU.
18. ODISSEIA PINTO DE CARVALHO - SEPE CAMPOS
19. CLAUDIO MONTEIRO - C.E. AMARO CAVALCANTI E DIRETOR DA REGIONAL 1
20. RAPHAEL FURTADO DA SILVA. REGIONAL 8, CE MADRE TERESA DE CALCUTÁ
21. SABRINA DAMASCENO REGIONAL 3 CRECHE MUNICIPAL RENASCER
22. JORGE TORRES DOS SANTOS. CIEP 479 MÁRIO SIMÃO ASSAF
23. MARIA DO CARMO, SEPE CACHOEIRAS DE MACACU
24. SILMO MACHADO PEREIRA- SEPE PÁDUA
25. ANGELA MAIA - REDE MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU
26. LILIA MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA EDI GERMANO THOME DE OLIVEIRA - REG 9
27. JOÃO BORGES DE MORAES - REGIONAL 2
28. EDSON - SEPE CAMPOS

29. ANGELA BARBOSA FUNCIONÁRIA ADMINISTRATIVA DA REDE ESTADUAL APOSENTADA
30. FLAVIANE SARMENTO BEZERRA EM GIL VICENTE REG 8
31. DANIELA COUTO ESCOLA ESTADUAL PAULO DE FRONTIN
32. CREMILDO FERREIRA - FUNCIONÁRIO ADM REDE MUNICIPAL. EM ALBERTO MONTEIRO BARBOSA.
33. ANIAS GEOVANE LOTA - REDE MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU.
34. DANYELLA VALDEZ- AEI EDI PROF ALBERTO PEREIRA- SEPE REG 6
35. AFONSO CELSO - EM SÃO TOMÁS DE AQUINO/ SINPRO
36. FERNANDA RAQUEL / PEI EM PORTUGAL/ CME RJ
37. AMANDA RAINHA REI - REGIONAL VI - SEPE/RJ
38. RIVA NEPOMUCENO - CIRO 399 PAULO PONTES SJM
39. ÉRICA BARÃO- C E ANTÔNIO GONÇALVES, SJM
40. ALEXANDRE NASCIMENTO C E RUBENS FARRULA, SJM
41. LUCIA REGINA FUNCIONÁRIA ADMINISTRATIVA APOSENTADA DA REDE ESTADUAL
42. CAROL QUINTANA - SEPE TERESÓPOLIS
43. WILLIAN LIMA- CE MURILO BRAGA, SJM
44. CLAUDIA MARCIA PAIXÃO. APOSENTADA
45. MARCIO FRANCO - REGIONAL 2
46. JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA - CE SOL NASCENTE/CACHOEIRAS DE MACACU.
47. REBECCA LIMA- SEPE SJM
48. ELIZABETH TEIXEIRA- EM FRANCISCO AGOSTINHO DA COSTA SJM
49. INGRID DOS SANTOS PEREIRA – EDI PROFESSORA JACINTA REIS FERREIRA
50. SILVANA PAULINO DA SILVA - DESEMBARGADOR MONTENEGRO
51. IVONE MEDEIROS - CORONEL CORSINO DO AMARANTE
52. SORAYA DIAS EM NOEL ROSA, DIREÇÃO REGIONAL 3
53. LÚCIO FLAVIO BITARAES. APOSENTADO - SEPE CABO FRIO.
54. MARISA MARIANO EM VENEZUELA/DIRETORA REG 5
55. LEANDRO FERRAZ SEREJO - E.M.GINASIO OLIMPÍADAS RIO 2016
56. MARCIA CHALFUN/ C.E STUART EDGARD ANGEL JONES
57. GIZELE DE SOUZA GOMES EM ARIENA VIANNA DA SILVA
58. DIONÉA EDILMA SANTOS DE MELO - E. M. JOÃO MARQUES DOS REIS
59. ROBSON KAUSTCHR GARCIA - C.E. PROFESSOR JOÃO BORGES DE MORAES ,COMUNIDADE DA MARÉ .
60. CARLOS ARAFAT: CARLOS ALBERTO DE CARVALHO
61. APARECIDA FERREIRA LOBATO - DIRETORA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS SEPE CAMPOS
62. EROSELEIA MARQUES DE OLIVEIRA - DIRETORA DE TESOURARIA SEPE CAMPOS
63. KETLEY CRISTINA KRAWCZUK LÔBO E.M.ENGENHEIRO LAFAYETTE DE ANDRADA
66. DANIELE DO NASCIMENTO DAS DORES, ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE WILSON
67. REGINA PAULA DE ANDRADE SEPE CAMPOS
68. EDUARDO PEIXOTO DA SILVA APOSENTADO SEPE CAMPOS
69. NORMA DIAS DA COSTA APOSENTADA SEPE CAMPOS
70. TANIA MARA BARROSO REDE MUNICIPAL SEPE CAMPOS
71. BRUNNO LINHARES ROCHA SEPE SG
72. MÁRCIA BEZERRA NEVES GONZAGA, REGIONAL V, CE IRINEU JOSÉ FERREIRA
73. MARISA MEDEIROS DE OLIVEIRA JULIANO, REGIONAL V, EM . VENEZUELA
74. ROBERTO DE PAULA SEPE LAGOS
75. CREUZA MARIA DOS SANTOS BARRA DO PIRAÍ
76. PAULO AFONSO DO PRADO-SECRETARIA DE FINANÇAS-SEPE NÚCLEO PÁDUA
77. NILZA APARECIDA DA SILVA
78. VIVIANNE ALEXANDRA DA SILVA -REGIONAL 2 E NÚCLEO MESQUITA
79. CINTIA DE OLIVEIRA GUERRA - REGIONAL 2 E NÚCLEO MESQUITA
80. ROSE FRANÇA SEPE BARRA MANSA
81. VALÉRIA LOBO/ E.E. ROBERTO LYRA/E. M. CARMEM MENEZES / SINPRO-RIO E CME DE PARACAMBI.
82. JOÃO BERNARDO FRANÇA- PRÉ VESTIBULAR UTOPIA, SEPE MERITI, SJM
83. CLARICE AVILA- SEPE/BARRA DO PIRAÍ
84. HELBSON DE AVILA- FORA DE REDE
85. RENATO BATISTA DA CONCEIÇÃO - E.M. CAMBOIM - SEPE NÚCLEO CONCEIÇÃO DE MACABU
86. LUCIO CARVALHO MILITANTE DO SEPE REGIONAIS 2 E 4: E.M. CHILE SME .C.E. CONDE AFONSO CELSO SEEDUC
87. AURINO BAPTISTA DA COSTA JUNIOR PROFESSOR EM CARDEAL CAMARA/IEGR
88. MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO LOURENÇO - APOSENTADA - REGIONAL VI
89. LEONARDO SERPA NÚCLEO SEROPÉDICA
90. GABRIEL ARANTES NÚCLEO SEROPÉDICA.
91. KATIA REGINA CAMPINHO. SECRETÁRIA DA ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPOS.
92. REINALDO ANTONIO. NÚCLEO SÃO GONÇALO. SEC. DE APOSENTADOS. EM ORSINA DA FONSECA-RIO.
93. PATRÍCIA S. MIRANDA SOUZA - SEPE MESQUITA E NI
94. ALCIR OSVALDO RODRIGUES - SEPE MESQUITA
95. MARCELO BATISTA DA SILVA - MESQUITA E NI
96. LETÍCIA BATISTA DA SILVA - SEPE REG 2 E MESQUITA
97. MARISE GUALBERTO - BELFORD ROXO / ANGRA DOS REIS
98. THIAGO LUCAS A .DA SILVA (REDE MUNICIPAL RIO DE JANEIRO E MESQUITA)
99. DOUGLAS KODOS (REDE MUNICIPAL MESQUITA E BELFORD ROXO)
100. DEBORA HERINGER FONTENELLE – REDE MUNICIPAL DE MESQUITA
101. LEILANE MELLO - REDE MUNICIPAL E ESTADUAL - REG 2 E JAPERI
102. LUÍSA CURTY - REDE MUNICIPAL DO RIO - REG 2
103. VICTOR SETA- REDE MUNICIPAL RIO E ESTADUAL (REGIONAL 2)
104. RONALDO A. DOS SANTOS – REDE MUNICIPAL DE MESQUITA
105. BARBARA RAIA - REG 2/ NILÓPOLIS/ NI
106. CARMEL CARDOSO JORGE – EDI SIMONE PIMENTEL
107. ROSIMERE DA SILVA BRITO – ESCOLA MUNICIPAL AFONSO SALLES – ITABORAÍ
108. CLAUDIA LOUREIRO – APOSENTADA – ITABORAÍ
109. SANDRA MARIA DE MELO BERTAGNONI - SEPE BARRA DO PIRAÍ
110. MARISA APARECIDA MORAES – SEPE BARRA DO PIRAÍ
111. STELA MARIA DE REZENDE FIGUEIRA – SEPE BARRA DO PIRAÍ
112. JOÃO CRISPIM VICTÓRIO –SEPE BARRA DO PIRAÍ
113. NAIR PEREIRA DA SILVA - SEPE BARRA DO PIRAÍ

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

www.seperj.org.br

instagram.com/**sepe_rj**

facebook.com/**Seperj**

youtube.com/**SepeRJoficial**

twitter.com/**RjSepe**

seperj.org.br/filiacao

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457
(Agendar atendimento, 10h às 16h).